

Maio de 2023

Extractos da  
imprensa Angolana  
sobre questões sociais  
e de desenvolvimento

CEDOC Development Workshop - Angola

**DW CEDOC**

Centro de Documentação e Informação  
Development Workshop  
Luanda - Angola



## DEVELOPMENT WORKSHOP CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO

O Extracto de notícias é um serviço do Centro de Documentação da DW (CEDOC) situado nas instalações da DW em Luanda. O Centro foi criado em Janeiro de 2001 com o objectivo de facilitar a recolha, armazenamento, acesso e disseminação de informação sobre desenvolvimento socio-económico do País.

Através da monitoria dos projectos da DW, estudos, pesquisas e outras formas de recolha de informação, o Centro armazena uma quantidade considerável de documentos entre relatórios, artigos, mapas e livros. A informação é arquivada física e eletronicamente, e está disponível para consulta para as entidades interessadas. Além da recolha e armazenamento de informação, o Centro tem a missão da disseminação de informação por vários meios. Um dos produtos principais do Centro é o Extracto de notícias. Este Jornal monitora a imprensa nacional e extrai artigos de interesse para os leitores com actividades de interesse no âmbito do desenvolvimento do País. O jornal traz artigos categorizados nos seguintes grupos principais.

1. [Redução da Pobreza e Economia](#)
2. [Microfinanças](#)
3. [Mercado Informal](#)
4. [OGE investimens públicos e transparência](#)
5. [Governança descentralização e cidadania](#)
6. [Urbanismo e habitação](#)
7. [Terra](#)
8. [Serviços básicos](#)
9. [Género e Violência](#)
10. [Ambiente](#)

As fontes monitoradas são:

- Jornais: Jornal de Angola, Agora, Semanário, Angolense, Folha 8, Terra Angolana, Actual, A Capital, Chela Press, O Independente, Angolense, e o Semanário Africa.
- Websites: ANGOP, Angonoticias, Radio Nacional de Angola, Ibinda.
- Publicações Comunitárias como ONDAKA, Ecos da Henda, InfoSambila, Voz de Cacucaco e Jornal Vida Kilamba e Chella.

O Corpo das notícias não é alterado. Esperamos que o jornal seja informativo e útil para o seu trabalho. No âmbito de sempre melhorar os nossos serviços agradecemos comentários e sugestões.

### Redação

Sobriano César Capitão

### Conselho de Edição

Allan Cain,  
João Domingos  
Massomba Dominique  
Moisés Festo  
Amilcar Salumbo  
Cupi Baptista

### Editado por

Development Workshop Angola

### Endereço

Rua Rei Katyavala 113,  
C. P. 3360, Luanda — Angola

Telefone +(244 2) 448371 / 77 / 66

Email [cedoc.dwang@angonet.org](mailto:cedoc.dwang@angonet.org)

### Com apoio de

Development Workshop  
Rooftops Canada - Abri Internacional  
Global Affairs Canada  
International Development Research Centre  
USAID  
Norwegian & The Netherlands Embassies  
European Union

### Disclaimer

#### 1. Content

DW – CEDOC provides this service solely for academic and research purposes. The articles are displayed as originally published, with reference to the source and date. DW – CEDOC does not give any guarantee for the accuracy of the transcription or its completeness.

#### 2. References and Links

The content of the articles do not necessarily represent the views or opinions of DW-CEDOC. DW-CEDOC reserves the right to change, complete or delete parts or the whole website without prior announcement.

#### 3. References to Articles

DW-CEDOC facilitates this information library service and sets an example to mention the original source and date of the articles. If (parts of) articles are referred to in other documents, original sources should be cited.

# INDÍCE

<b>I.</b>	<b>REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA</b>	<b>I</b>
1.1	Centrais sindicais destacam protecção laboral com forte apelo à revisão do salário mínimo	1
1.2	Angola recebeu 13,9 milhões USD dos emigrantes mas saíram remessas de 1.039 milhões	1
1.3	Chegar aos 4 milhões de cidadãos inscritos na segurança social até 2027	3
1.4	“A sociedade angolana tem de pensar o que quer: Nós não estamos bem”	4
1.5	“O combate à pobreza que deu resultados foi construído de maneira participativa”	6
1.6	Queda do kwanza e aumento da inflação mensal pressionam decisão do BNA sobre a taxa de juro	8
1.7	Preços sobem em até 86% no comércio do Menongue	9
<b>2.</b>	<b>MICROFINANÇA</b>	<b>II</b>
2.1	Prejuízos do BPC dispararam e lucros da banca caem 11% para 373 mil milhões Kz em 2022	11
2.2	Banco Keve disponibiliza “Balcão Agronegócio” aos clientes	12
2.3	Cooperativas de pescas do Tômbwa recebem apoios em microcréditos	12
2.4	Os relatórios e contos de 20 instituições bancárias ao Raio X	13
<b>3.</b>	<b>MERCADO INFORMAL</b>	<b>14</b>
3.1	Serviço de moto-táxi por aplicativo móvel já funciona em Luanda	14
3.2	Taxistas aderem em massa aos vários postos de licenciamento	14
3.3	Administrações municipais ganham experiência	16
3.4	Fórum sobre economia solidária hoje e amanhã	16
3.5	Legalização de táxis por aplicativo	16
3.6	Processo de licenciamento de táxis e moto-táxis prorrogado por mais 15 dias	16
3.7	Informalidade na economia "trava" inscrição de cidadãos na Segurança Social: Ministro fala em	75
	por cento da população	17
3.8	Compradores arriscam-se a multas de mais de um milhão de kwanzas	19
3.9	O resgate de um sonho	19
3.10	Província de Luanda tem disponíveis mais de 60 mil bancadas em mercados	21
3.11	Taxistas continuam a ser sensibilizados a aderir à campanha de licenciamento	21
3.12	Zaire quer mercado no Luvo para contribuir mais na arrecadação de receitas	22
3.13	Luanda cadastra em 24 horas mais de duas mil vendedoras	23
3.14	Comerciantes reintegradas já estão a exercer a actividade	23
3.15	Governo Provincial já cadastrou perto de três mil vendedoras	24
3.16	Proprietários de estabelecimentos comerciais aplaudem a iniciativa	24
3.17	Intermediação ilegal de casas: o negócio que está a “furar bolsos” de inquilinos e enriquecer “mixeiros”	25
3.18	Emitidas mais de quatro mil licenças em dois meses	26
3.19	Reações da ANATA e da OTCA	26
3.20	São Paulo “cara nova” com o fim da venda desordenada	27
3.21	Suspensa actividade comercial	28
3.22	Vendedoras transferidas para mais de 100 mercados	28
3.23	Cenário melhorado no bairro São Paulo	28
3.24	Dificuldades permanecem na Vila de Viana	29
3.25	Redução do lixo na 5ª Avenida do Cazenga	29
3.26	Reordenamento do comércio melhora imagem de Luanda	29
<b>4.</b>	<b>OGE, INVESTIMENTOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA</b>	<b>31</b>

4.1	Executivo financia-se com 6.622 mil milhões	31
4.2	Governador de Benguela mostra um programar integrado de patas para o ar, só com fundos de empresas nacionais	32

## 5. GOVERNAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA 34

5.1	Actualização cartográfica chega a mais seis províncias	34
5.2	Governo apresenta em Luanda “Estratégia de Longo Prazo 2050”	34
5.3	Auscultação sobre o projecto da nova Divisão Político-Administrativa deve concluir este ano	35
5.4	A Estratégia de Longa Prazo é um instrumento central	36
5.5	“Angola 2025” dá prioridade a inclusão da visão de país	38
5.6	Governador de Benguela mostra um programar integrado de patas para o ar, só com fundos de empresas nacionais	41
5.7	Governo e Sociedade Civil partilham perspectivas do país nos próximos 27 anos	43
5.8	ONG promove educação cívica sobre eleições locais	44

## 6. URBANISMO E HABITAÇÃO 45

6.1	Fábrica de vigotas no Benfica gera empregos	45
6.2	Jovens aplaudem iniciativa de João Lourenço de construir três mil residências na província	45
6.3	Bancos apenas desembolsaram 42 créditos a habitação em 2022	46
6.4	Estado recupera cerca de 30 imóveis em posse de Manuel Rabelais	47
6.5	Jovens recebem lotes para a construção dirigida	48
6.6	Mercado imobiliários residencial e a relação com os bancos (1)	49
6.7	Identificados no país 139 edifícios em estado de degradação crítica	50
6.8	Moradores à espera de parecer sobre permanência no prédio	51
6.9	A necessidade do micro financiamento habitacional	51
6.10	Easy Casas volta quase ao ponto zero após 10 casas ecológicas no Namibe	53
6.11	Moradores 'pendurados' pelo relatório do LEA	54
6.12	Pelo menos 36 prédios estão em risco de desabar em Luanda	55
6.13	Projecto de auto-construção dirigida será implementada na jurisdição	56
6.14	Mais de 60 lotes entregues para a construção dirigida	57
6.15	Condomínios são contribuintes: quais as obrigações e quem se responsabiliza	58
6.16	Ex-moradores do lote-1 do Prenda em vigília contra realojamento	59
6.17	Mercado emergente de Micro-finanças imobiliárias – SMFI (3)	59
6.18	Moradores insatisfeitos com as casas do bairro Mayé-Mayé	61
6.19	«Estamos a viver tipo cães!» O desabafo de quem aguarda há anos por realojamento	62
6.20	Atirados para matas da Quiçama, na companhia de cobras gigantes'	63
6.21	Economias contratuais para esquemas habitacionais em África	64
6.22	Governador «foge» à polémica sobre desvios de casas, mas diz bater-se pelos desalojados	66
6.23	Panguila ainda tem famílias a partilhar casas com estranhos	66
6.24	PR manda construir 1.500 casas sociais para famílias entre os Zangos 3 e 5	67
6.25	Aberta recolha de contribuições ao projecto de auto-construção	67
6.26	Aberta recolha de contribuições ao projecto de autoconstrução	68
6.27	Auto-construção dirigida em marcha no quinquénio 2023-2027	69
6.28	Centralidade da Quilemba é referência obrigatória	70
6.29	Moradores da "Terra Vermelha" vislumbram dias melhores	71
6.30	“Não podemos defender que todas as cidades devem ser deitadas abaixo”	72
6.31	“Se continuarmos assim, as cidades vão degradar-se. E cidades dentes produzem cidadãos doentes”	74
6.32	As casas redondas e a Jota	76
6.33	Bairro Congolenses versus Bairro Indígena	77
6.34	Emblemática zona de Luanda fundada pela comunidade Tocoista	78
6.35	“Trouxemos a revolução no transporte urbana”	80
6.36	Actualização cartográfica chega a mais seis províncias	81
6.37	Cidade em reabilitação	81

6.38	Bairros tradicionais de Luanda: origem dos nomes	83
------	--	----

## 7. TERRA 85

7.1	Mais de 60 lotes entregues para a construção dirigida	85
7.2	«Estamos a viver tipo cães!» O desabafo de quem aguarda há anos por realojamento	86
7.3	Atirados para matas da Quiçama, na companhia de cobras gigantes'	87
7.4	Desalojados alimentam -se de mútua diluída em água imprópria	87
7.5	Governador «foge» à polémica sobre desvios de casas, mas diz bater-se pelos desalojados	88
7.6	Panguila ainda tem famílias a partilhar casas com estranhos	89
7.7	PR manda construir 1.500 casas sociais para famílias entre os Zangos 3 e 5	90
7.8	Angola confirma ter reservas comerciais de 36 minérios críticos	90
7.9	Litígio de terras em Viana é das queixas mais frequentes na Provedoria de Justiça	91

## 8. SERVIÇOS BÁSICOS 93

8.1	Empresa gestora de resíduos pede maior colaboração dos munícipes	93
8.2	Deficiente distribuição e baixa qualidade enriquecem purificadoras e informalidade	94
8.3	Deficiente distribuição e baixa qualidade enriquecem purificadoras e informalidade	95
8.4	Abastecimento de água a Malanje ampliado com mais de 12 mil ligações domiciliare	96
8.5	Bairros dos Rastas Mergulhado num mar de dificuldades	96
8.6	Mais de 190 milhões de dólares para o abastecimento de água	98
8.7	Reabilitar sistema de abastecimento de água custa 191 milhões USD	98
8.8	Produtos de resíduos sólidos reciclados apresentados por mais de 50 expositores	99
8.9	Angola perde anualmente cerca de 500 milhões de dólares devido ao lixo não tratado	99
8.10	Défice de água se regista a nível da província de Luanda	100
8.11	Desalojados alimentam -se de mútua diluída em água imprópria	101
8.12	Falta melhorar a produção de água	101
8.13	Mais de 100 condomínios com abastecimento intermitente de água potável	102
8.14	Recolha de resíduos sólidos regista melhorias	103
8.15	Recolha de resíduos sólidos regista melhorias	103

## 9. GÉNERO E VIOLENCIA 104

9.1	Fórum de Mulheres Jornalistas promove projecto de inclusão social e económica nas comunidades	104
9.2	Aumento da criminalidade	104
9.3	Moradores vivem aterrorizados	105

## 10. AMBIENTE 106

10.1	1963: o ano em que Luanda quase desapareceu do mapa	106
10.2	Apicultores estão confiantes numa recolha acima de três mil litros de mel	107
10.3	Exploração de mel gera renda a famílias no Cuando Cubango	108
10.4	USAID garante apoio a 2 mil produtores	109
10.5	Madeiros devem repovoar áreas de exploração florestal	109
10.6	INAMET inaugura hoje novo centro de dados	110
10.7	Estratégia de combate à seca na Huíla vai ser apresentada na sexta-feira	112
10.8	A importância dos mangais para o mundo	112
10.9	Chuvas deixam ruas do morro dos veados e Ramiros intransitáveis	113
10.10	INAMET prevê frio intenso na maioria das províncias	114
10.11	Serviço de Protecção Civil e Bombeiros mantém ajuda às vítimas das chuvas	114
10.12	Empresas abandonam a actividade	115
10.13	Garimpo prejudica a economia e o meio ambiente	116

10.14	Pedido de licença diminuem e negócio da madeira regista baixa	117
10.15	Proibição de exportação da madeira bruta começa a surtir efeitos positivos no Cuanza Norte	118
10.16	Implementação do projecto de prevenção de desastres nas escolas e comunidades	118
10.17	País tem 742 ravinas que devem ser estancadas com a máxima urgência	119
10.18	Produtos de resíduos sólidos reciclados apresentados por mais de 50 expositores	120
10.19	Angola perde anualmente cerca de 500 milhões de dólares devido ao lixo não tratado	121

## II. INVESTIMENTOS CHINES EM ANGOLA

123

11.1	Jornalistas estrangeiros partilham experiência sobre acesso à informação nos órgãos chineses	123
11.2	Televisão Central da China	124
11.3	Angolanos na China vão beneficiar de formação em tecnologias de aviação	124
11.4	Angola e China avaliam perspectivas de melhoria do intercâmbio	125
11.5	China defende maior promoção da paz nas questões regionais e internacionais	125
11.6	Relações bilaterais com vantagens mútuas	126
11.7	Embaixador chinês aposta no reforço da cooperação com a média angolana	127
11.8	Chineses "lutam" para reaver bens entregues ao Estado pelos generais	128
11.9	Estado torna-se dono de 60%do património da CIF	130
11.10	General Kopelipa: o "salvador" dos chineses	130
11.11	Jornalistas estrangeiros cumprem estágio na China	130
11.12	Missão empresarial angolana na China para reforçar laços	131
11.13	Angola projecta participação na 3ª edição da Expo China-África	132
11.14	Angola projecta participação na 3ª edição da Expo China-África	133
11.15	Angola reforça na China orgulho pelo contributo na pacificação de África	133
11.16	Empresários chineses exploram oportunidades de negócios no Bengo	134

# I. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA

## I.1 Centrais sindicais destacam protecção laboral com forte apelo à revisão do salário mínimo

*Jornal de Angola*  
2 De Maio de 2023

A União Nacional dos Trabalhadores Angolanos (UNTA), a Central Geral dos Sindicatos Independentes e Livres de Angola (CG-SILA) e a Força Sindical (FS) divulgaram, esta segunda-feira, na cidade do Uíge, durante o acto central do 1º de Maio - Dia Internacional do Trabalhador - uma declaração conjunta, defendendo a revisão do salário mínimo nacional.

Na declaração conjunta, lida por David Pereira, as três forças sindicais do país referem que o actual salário mínimo, de 32.181,15 kwanzas, não suporta as necessidades básicas dos funcionários públicos e privados.

A UNTA, CG-SILA e FS defendem, também, o desagravamento do Imposto de Rendimento de Trabalho (IRT), pois entendem que está alto e contribui para a redução do poder de compra das famílias.

Segundo David Pereira, os sindicalistas são de opinião de que se deve elaborar e aprovar, com celeridade, a nova Lei Geral do Trabalho (LGT) e investimentos para a melhoria da gestão da rede de transportes públicos e o cumprimento do horário de funcionamento dos mesmos.

Os sindicalistas, acrescentou, defendem a desburocratização dos processos de reconhecimento das associações sindicais, visando o reforço da protecção dos direitos dos trabalhadores.

### Violações às normas e despedimentos

David Pereira denunciou e repudiou a existência de despedimentos e transferências forçadas, sem fundamentação legal. Apelou ao Executivo a promoção do diálogo para a resolução dos problemas dos trabalhadores e protecção da liberdade sindical. As centrais sindicais, segundo David Pereira, defendem igual tratamento dos trabalhadores

nacionais e expatriados, no que respeita à remuneração e condições de trabalho, bem como o reforço do combate à corrupção.

A UNTA, SG-SILA E FS defendem, igualmente, o aperfeiçoamento do funcionamento da Inspeção Geral do Trabalho (IGT), tendo em conta as violações de empregadores quanto às normas de contratação e manutenção do emprego, condições de segurança, protecção e saúde, apelando, por outro lado, maior seriedade nos descontos feitos aos trabalhadores para a segurança social e na fiscalização dos preços, que desvalorizam os salários.

### Homenagem aos precursores da UNTA

No acto-central em alusão ao Dia Internacional do Trabalhador, que se realizou defronte ao Palácio da Justiça, o secretário-geral da UNTA, José Laurindo, homenageou os precursores e dinamizadores da União Nacional dos Trabalhadores Angolanos, como Kiala José, Pascoal Luvualu, Ndombele Bernardo, Pedro Mavunza, Francisco Massala, Francisco Lucano, Fernando Kiese, Mbidi Emilie, Seke Leonardo, Ivula Ernesto e André Diossonama.

## I.2 Angola recebeu 13,9 milhões USD dos emigrantes mas saíram remessas de 1.039 milhões

*Jornal Expansão*  
5 De Maio de 2023

*Texto: Henrique Kaniaki*

Os angolanos a trabalhar no estrangeiro enviaram 13,9 milhões USD para Angola em 2022, ao passo que as remessas dos imigrantes a trabalhar em Angola e as transferências pessoais dos angolanos para fora chegaram aos 1.039 milhões USD, segundo cálculos do Expansão com base nos relatórios trimestrais sobre as remessas e outras transferências pessoais do Banco Nacional de Angola (BNA).

As remessas são entendidas como a quantidade de dinheiro enviada por imigrantes para os seus países de origem. Nos países em desenvolvimento, as remessas representam uma soma considerável, o que as tornam a segunda fonte de financiamento destes países ficando somente atrás dos investimentos diretos do estrangeiro.

Contas feitas, em 2022 entraram como forma de remessas e transferências pessoais em Angola apenas mais um milhão de dólares quando comparado com as remessas contabilizadas em 2021, o que representa um crescimento de 10% (de 12,6 para 13,9 milhões

USD). Em contrapartida, saíram do país mais 414,4 milhões USD em remessas para o estrangeiro, um crescimento de 66%, de 624, 9 milhões para 1.039 milhões USD, quando comparado com o ano de 2021.

O que Angola recebeu dos seus emigrantes na diáspora vale apenas 1% das remessas que os expatriados enviam para os seus países de origem.

Assim, o saldo das remessas e outras transferências pessoais registou um défice de 1.025 milhões USD em 2022, à semelhança dos períodos anteriores, quase na mesma proporção das remessas enviadas para o resto do mundo, uma vez que as remessas recebidas do exterior continuam a registar valores muito baixos.

Grande parte foi para Portugal, Vietname e China. Com um peso de 54% no total das remessas enviadas para o exterior, Portugal é o principal destino das remessas e outras transferências pessoais saídas do País. O valor inclui as remessas de trabalhadores portugueses em Angola e de angolanos que têm família em Portugal ou que se encontram a estudar naquele país europeu. Em sentido contrário, no ano passado os angolanos a trabalhar em Portugal enviaram para Angola apenas 2,51 milhões USD, ao passo que os portugueses que trabalham cá transferiram mais de 560 milhões USD para as terras lusas.

Também sai cada vez mais dinheiro de Angola para o Vietname e a China. Estes países asiáticos detêm cerca de 32% das remessas dos imigrantes que vivem em Angola. Os vietnamitas tiraram de Angola 185 milhões USD, já os chineses cerca de 146 milhões USD, em remessas.

Assim, o 'top five' dos principais destinos das remessas dos imigrantes é constituído por Portugal, Vietname, China, Brasil e Estados Unidos da América (EUA).

Além de Portugal que é a grande fonte das remessas dos angolanos na diáspora (18%), Angola recebe também grande parte das remessas dos EUA, França, Reino Unido e Brasil, que fazem o top 5 das origens das remessas dos angolanos.

"Economia anda a saque a olho de todos"

Para o economista e docente Wilson Chimoco, "a economia angolana anda a saque, a olho de todos", apontando que as empresas estrangeiras, os expatriados e a elite económica do País não têm interesse nem incentivos para aplicar as suas poupanças na economia angolana.

"Apenas isso justifica a saída destes recursos que muito fazem falta ao País. E contrariamente, os investimentos estrangeiros em Angola em que há os dividendos, juros e salários são enviados para os seus países de origem, enquanto os investimentos de angolanos lá fora, em termos de dividendo e lucros ficam mesmo lá. É uma realidade desafiante, pois prejudica a estabilidade do país", afirma o economista. Entretanto, Wilson Chimoco aponta que o elevado nível de remessas que saem do País têm diversos impactos na economia, desde a redução do nível de poupança e investimento interno, à manutenção de elevados custos de captação de recursos, internos e externos, até à pressão cambial, a redução do sentimento de pertença e a manutenção de uma estrutura económica de retalho vocacionada para servir os interesses de uma elite económica e política desinteressada com a estabilidade e o bem-estar do angolano.

Por sua vez, Francisco Paulo, economista e investigador do Centro de Estudos e Investigação Científica (CEIC) da Universidade Católica de Angola entende que o cenário actual se deve ao facto de boa parte dos estrangeiros que trabalham em Angola estar no sector petrolífero e diamantífero, e muitos deles ganham duas ou três vezes mais do que os nacionais, ao passo que grande parte dos angolanos que trabalham no exterior ganham praticamente salários mínimos.

Francisco Paulo argumenta também que, em termos de fluxos financeiros, Angola não depende muito da remessa dos emigrantes, embora as remessas sejam importantes, para as famílias mais pobres, e até um certo ponto pode aliviar o nível de pobreza. Mas em termos económicos são valores residuais em comparação com os fluxos que os estrangeiros tiram de Angola e enviam para os seus respectivos países.

"Seria bom que os trabalhadores estrangeiros fossem sensibilizados a constituírem poupanças e fazer investimentos, isto teria maior impacto sobre a economia nacional, mas qual é a garantia que o país oferece que esses rendimentos poderão, de facto, gerar o retorno que os expatriados querem?", apontou

O pesquisador do CEIC acredita que, se pelo menos, metade do que os emigrantes estrangeiros enviam para os seus países fosse aplicado em Angola, teria um grande impacto em termos de liquidez ao sistema financeiro nacional. Daí que defende a melhoria da política macroeconómica e a criação de produtos financeiros atractivos ou alternativos de investimento.



Há ainda uma questão importante, esse envio de remessas dos estrangeiros que estão em Angola para os seus países significa que estes pretendem regressar, ao contrário do que tem acontecido com a diáspora angolana, que acaba por fazer poupança lá fora porque não pretende regressar a Angola.

### 1.3 Chegar aos 4 milhões de cidadãos inscritos na segurança social até 2027

*Jornal Expansão*

*5 De Maio de 2023*

*Texto: João Armando*

O número de cidadãos inscritos na Segurança Social cresceu cerca 40.000 nos últimos três anos, sendo que o objectivo do INSS é que este valor chegue aos 4 milhões, mais 180.000 nos próximos quatro anos. Já quanto ao aumento do número de contribuintes, empresas e instituições inscritas, vai depender muito da dinâmica da economia no que diz respeito à criação de novas empresas, que, por sua vez, deverão empregar mais trabalhadores, mas também do resultado do esforço em formalizar a actividade económica que hoje se faz sem qualquer registo oficial.

"A visão de crescimento do número de segurados e contribuintes está associada, também, à perspectiva de continuidade dos esforços que o Executivo tem vindo a realizar no domínio da formalização da economia, e de medida de melhoria do ambiente de negócios no país, que trará, para o Sistema de Protecção Social Obrigatória' muitas empresas e trabalhadores que hoje actuam na informalidade", confirma a instituição em resposta ao Expansão.

Esta formalização, além de ser imperativa para o cidadão que hoje está no lado informal da actividade económica do País, garantindo-lhe a protecção social que é obrigatória face aos riscos sociais previstos na lei e no apoio na velhice, contribuirá para aumentar a base de contribuições. "Perseguir este objectivo, além de ser uma tarefa intrínseca ao próprio conceito da Protecção Social Obrigatória, é fundamental para a sustentabilidade financeira do sistema", acrescenta.

Importante salientar que hoje montante das contribuições arrecadadas pelo INSS ainda é possível cobrir as despesas com as prestações do respectivo mês, mas o equilíbrio do sistema faz-se com a rentabilização das reservas técnicas geradas aos longo dos anos pelos valores remanescentes entre as contribuições arrecadadas e as prestações pagas. Este diferencial tem vindo a encurtar com o aumento dos

pensionistas no sistema, sendo que, no final de 2019, eram 159 mil e, hoje, aproximam-se dos 185 mil, um aumento de 19%.

Os valores apresentados nas estatísticas reflectem o número de inscritos e não apenas os que contribuem regularmente, pelo que existe um diferencial entre o número actual de contribuintes (224.937) e de segurados (2.578.371), e aqueles que efectivamente contribuem todos os meses com os respectivos descontos para Segurança Social.

Aumento das contribuições Este é um tema que tem vindo a ser discutido, uma vez que a taxa de 11% (8% da responsabilidade da empresa e 3% do trabalhador) para o regime de trabalhadores por conta de outrem, que vale quase 90% do número de inscritos, é uma das mais baixas de África e do mundo. Este valor foi definido em 1999, há 24 anos, tendo em conta algumas condições-quantidade de segurados que contribuem, prestações a serem pagas, tempo de usufruto por parte dos beneficiários, estrutura demográfica e económica da população, esperança de vida, taxa de inflação, entre outras - que hoje são diferentes desse tempo.

A posição do INSS sobre o possível aumento da taxa de contribuição é de que "julgamos ser sensato, pertinente e oportuno, que se faça um estudo para se aferir até que ponto o sistema poder-se-á manter sustentável com a referida taxa, tendo em consideração a necessidade, cada vez mais sentida, de se aumentarem os montantes de certas prestações, (sobretudo as prestações familiares, como o abono de família) bem como a necessidade de se protegerem outros riscos sociais como, por exemplo, a invalidez, a doença comum, e até mesmo alterar ou complementar o modelo de protecção no desemprego."

Na verdade, se hoje muitos reclamam da necessidade de haver o subsídio de desemprego ou de outras prestações sociais, será necessário que as quantidades arrecadadas sejam maiores, percebendo-se que apenas o projectado aumento de contribuintes não será suficiente para garantir os recursos necessários para avançar para estes projectos.

#### Trabalhadores domésticos

O regime dos trabalhadores do serviço doméstico foi instituído em 2016 e tem hoje registados apenas 7.889 cidadãos, muito abaixo daquilo que são as projecções para o número de trabalhadores que trabalham no domicílio de outros. Apesar de todas as acções de sensibilização que têm sido feitas, os níveis de adesão têm sido baixos e existem limitações para a acção da instituição.

"O facto da prestação de serviço, em regra, ocorrer no domicílio do empregador, leva a que existam limites jurídicos ao exercício de fiscalização nos moldes como é feito nos demais regimes da Segurança Social", refere o INSS.

Normalmente, a instituição actua apenas em caso de denúncia, acrescentando que "vale realçar que em caso de incumprimento de obrigações contributivas o regime de cobrança coerciva de dívidas à Segurança Social também é aplicável ao empregador deste regime, podendo ver penhorado os seus bens ou contas bancárias com vista a liquidação da dívida". Ou seja, se houver um caso comprovado, será levantado um auto e purado um valor em dívida, que e não for pago pode 'levar à penhora de bens e contas bancárias do empregador, tal como acontece com as empresas que em dívidas ao INSS.

#### 1.4 “A sociedade angolana tem de pensar o que quer: Nós não estamos bem”

*Jornal Expansão*

*19 De Maio de 2023*

Uma nova divisão administrativa, independentemente do que está previsto na Constituição (esse é outro debate), poderia ser objecto de um referendo? Ou não importa o mecanismo de consulta, desde que envolva os cidadãos?

Por vezes, há a ideia que a participação não é possível nas nossas sociedades. As sociedades cresceram e complexificaram-se, hoje há mais espaços de intervenção do que no tempo da polis grega, por exemplo. Os cidadãos também são políticos, todos tomamos decisões políticas. Não estou a falar de política partidária. Falo de cidadania.

Um conceito que praticamente não se aplica em Angola.

Só existiriam condições para exercermos a cidadania se os espaços públicos para o debate existissem mesmo. Falo de espaços neutros, abertos, com facilidade de acesso às matérias que estão em discussão. Isso implica assumir o poli-linguismo, por exemplo. A língua portuguesa poderia actuar como factor de união, mas devemos permitir que as pessoas se expressem e acedam à informação nos seus próprios termos. Considero até que esta questão linguística impulsiona os maus resultados que temos na educação.

À partida, parece até ser algo violento para as crianças. Quando as crianças que não têm o

português como língua materna entram no sistema sofrem um brutal processo de aculturação. Estes efeitos geram pouca auto-estima, porque aquela criança vai receber considerações depreciativas por não se expressar tão bem em português. Se valorizássemos os actores sociais que conseguem interligar vários mundos, os chamados descodificadores semânticos, podíamos melhorar bastante comunicação. Temos de ser capazes de lidar com essas discrepâncias no nosso dia-a-dia. Se conseguirmos, mais facilmente vamos conviver neste espaço.

Dentro da sua experiência, que modelo administrativo podia ser viável tendo em conta a descrição que faz do País?

O poder local podia ser pensado à luz de filosofias africanas, como o ubuntu, por exemplo, que tem coisas extremamente interessantes. Podemos pensar numa economia onde o lucro seja de alguma forma partilhado, uma economia mais solidária, que funcione numa perspectiva de valorização dos recursos e da promoção de transacções a nível local. Não podemos ter a veleidade de pensar que meia dúzia de iluminados, sentados em Luanda, vão decidir tudo. Também não tenho nenhuma fórmula mágica para o exercício do poder. Mas penso que, ao nível metodológico, as responsabilidades devem ser partilhadas entre todos.

Com eleições directas realizadas localmente?

Sim, tanto para uma ideia de câmara municipal como de estrutura executiva. Os conselhos dos mais-velhos estariam no ondjango ou no senado local. Mas há coisas que no processo de construção se devem modernizar.

Quais?

Em primeiro lugar, a participação das mulheres, Também os jovens devem ser incluídos nestas questões a vários níveis. Vislumbro dois níveis de exercício de poder, com um nível intercalar que seria uma espécie de 'conselho de sábios'. Tudo isto sustentado no tal pano-de-fundo, na tal visão para o País.

O exercício que propõe originaria, provavelmente, uma divisão administrativa totalmente diferente da proposta pelo Governo. Vê algum partido político preparado para um exercício deste género?

Nenhum deles. Eu não acredito nas soluções apresentados pelos partidos políticos em relação aos principais problemas do País. Lamento dizer isso, adoraria poder dizer que vejo alternativas. Mas por aquilo que me é demonstrado, tanto pelas acções

como pelas omissões (mais pelas omissões), tenho sérias dúvidas se temos forças políticas com interesse em realmente serem alternativa. Na prática, não estou a ver propostas e ideias, comportamentos, que me levem a pensar que sim. A sociedade angolana, com toda a sua diversidade, tem de pensar o que quer. Nós não estamos bem. Ou ficamos a choramingar ou pensamos como reverter a situação. As pessoas têm vindo a fazer este exercício mas ainda na perspectiva individual.

Essa acção colectiva é viável?

Temos de criar as condições para que seja possível. Neste momento temos uma centralização na Presidência, para tudo e de tudo. Há alguns anos atrás não era assim.

Os ministros e governadores provinciais, por exemplo, têm pouca ou nenhuma autonomia face ao Presidente da República. E a Constituição de 2010 veio reforçar esta centralização.

Nós temos muitas pessoas que pensam o País. Julgo que temos de passar para outro degrau em que o individual, que é urgente, eu sei, comece a dar um bocadinho de espaço para uma acção colectiva um bocado mais ampla. Quando nós conseguirmos compreender que temos poder para transformar a nossa situação, podemos avançar. Isto não é algo naive. As pessoas estão a chegar a um ponto de saturação, em que sobre viver já não chega.

A UNITA prometeu avançar rapidamente com as autarquias, caso tivesse vencido as eleições de 2022. Entretanto, espalhou-se a ideia que este processo tem o potencial de resolver boa parte dos problemas do País. Também é a sua perspectiva?

Não, porque o debate tinha de partir da base. É sempre o mesmo defeito. As autarquias, à semelhança de outros projectos de lei, são inspiradas ou mesmo copiadas de onde já existem, até mesmo no nome. Será que não podíamos ter nomes, mas acima de tudo estruturas, inspirados na sabedoria africana? Só estamos em África para constar? O nosso mindset está fora deste espaço? Acredito que há a ideia que para sermos reconhecidos lá fora é preciso adaptar o padrão deles. Eu penso que não, isso é um mimetismo e até um bocado de preguiça. Porque tenho de ter, do ponto de vista da concepção das estruturas de poder local, as mesmas lógicas que tem Portugal?

Ou de Moçambique, que apesar de ser um país africano é conhecido por ser um dos piores exemplos de descentralização.

Que tem vivido diversos problemas e onde foi definido um processo gradual. Gradual devia ser o processo de desenvolvimento, mas todas as localidades deviam ter a possibilidade de arrancar, mesmo com velocidades e culturas diferentes. Só quem não conhece o País é que pode pensar que isto é tudo igual, que vem algo a partir de cima e pronto. Nós nos omitimos de pensar o País e os heróis da libertação esqueceram-se das promessas que fizeram. E de heróis transformaram-se em do- nos. Lamento dizer isto.

Mesmo ao nível da economia, a diversificação também passa pela adopção de modelos menos rígidos, com mais cidadania e menos imposição? Enquanto não conseguirmos dar aos locais a possibilidade de, não só darem a conhecer as suas potencialidades, como poderem transformá-las em riqueza, que depois pode ser trocada com produtos de outras áreas do País (e até exportada) ... Enquanto não conseguirmos utilizar os recursos ao nível das políticas nacionais (para desenvolver infraestruturas de comunicação, entrepostos comerciais, redes de comunicação, energia, água e saneamento) não vamos mudar grande coisa

Neste caso, também é importante estudar a relação entre cidade e o campo, uma conexão fundamental para o equilíbrio entre o meio urbano e o meio rural. Neste momento estamos a criar megalópoles, que são contextos muito difíceis de governar. O desenvolvimento local seria mais vantajoso, porque assim teríamos mais médias e pequenas cidades e os interfaces multiplicar-se-iam com a interconexão de serviços. Uns produzem mais alimentos, outros mais serviços. Isto ia harmonizar até as relações sociais. A tal proximidade vem mais daí do que da divisão administrativa.

Essa perspectiva é mais próxima do conceito de ordenamento do território.

Que não é o MAT que tem de pensar. É necessário pensar também em áreas de reserva para o futuro. Por exemplo, o Okavango não é uma zona adequada à exploração de petróleo. Este País pode gerar muito mais riqueza do que gera actualmente com o petróleo, caso todas estas potencialidades regionais sejam realmente aproveitadas. O problema é que se mineralizou a economia, em 1975, com a decisão que se tomou. Eu também cheguei a ouvir que se o frango mais barato é importado, então que se importe.

Mas a estrutura extractivista da economia é antiga e começou a ser desenhada há muitos anos, ainda no período colonial. Nessa altura, Angola exportava comida, embora houvesse uma diferença brutal em termos de desigualdades sociais e de exploração da mão-de-obra. Mas comprovou-se que havia essa possibilidade. O que me incomoda é não termos conseguido contrapor essa lógica extractivista e actualmente acabamos por fazer algo muito parecido. O campo ficou abandonado e os camponeses, que não são burros, perceberam rapidamente a intervenção no mercado e fizeram a opção já que não havia condições, de retomar à instituição de produção familiar e ao sistema de trocas directas.

Há quem defenda que o MPLA não avança com a descentralização político-administrativa porque iria perder, naturalmente, o controlo efectivo das instituições. Estas ideias fazem sentido?

La aparecer uma série de muitos pequenos poderes em todas as regiões do País. E também íamos identificar uma série de talentos, que actualmente estão quietinhos no seu canto porque já perceberam que não vale a pena falar. Muitos de nós precisamos de ultrapassar esta barreira, que está a impedir-nos de dar o passo seguinte. E não falo em criar ou aderir a partidos políticos, eu não estou interessada nisso. Mas que sejamos capazes de confrontar as estruturas político-partidárias, para que nos conheçam e se disponham a conhecer-nos. Se querem ser nossos representantes devem colocar-se como tal: não posso representar algo que não conheço.

## 1.5 “O combate à pobreza que deu resultados foi construído de maneira participativa”

*Jornal Expansão*

*19 De Maio de 2023*

*Texto: Miguel Gomes e Adjali Paulo*

Nos últimos meses surgiu uma nova e, de certa forma, inesperada proposta de organização administrativa, que prevê um aumento considerável do número de municípios, que passam de 164 para 581. Sabemos que tem estado a analisar estas questões e o seu impacto. Qual é o objectivo do Governo e qual é a sua opinião sobre o tema?

A proposta foi colocada em cima da mesa em Outubro do ano passado, primeiro no discurso do Estado da Nação e-depois numa reunião do Comité Central do MPLA. Em Dezembro de 2022, foi apresentada na Assembleia Nacional e realmente espantou toda a gente pelo facto de não ter nenhuma

ligação com a proposta anterior. Tínhamos em cima da mesa a criação de mais cinco províncias e, de repente, surge uma proposta com duas novas províncias e uma nova divisão administrativa que vai mais do que triplicar o número de municípios.

Por que decidiram pegar no assunto e analisá-lo com mais pormenor?

A proposta chamou-nos à atenção por todas as razões, mas sobretudo pela pressa. Parecia algo urgente. Então, para fundamentar os nossos posicionamentos, procurámos situar cronologicamente as divisões administrativas desde a Conferência de Berlim, para tentar perceber quais tinham sido as diferentes propostas e tentar entender essas razões. Outra dimensão óbvia era analisar o impacto da proposta na vida dos cidadãos.

Alguns municípios podem sofrer grandes alterações, com impacto directo na saúde, educação, acesso a serviços. Ou para registar um à propriedade, por exemplo. Essas questões foram analisadas e depois fomos ver como foi prevista a divisão administrativa nos diferentes programas. Em relação aos planos nacionais de desenvolvimento, as motivações que levam a dividir o País desta ou daquela maneira têm ficado sempre por responder. E depois nunca se faz uma avaliação daquilo que já foi implementado antes. Seria lógico esperar que, num dado momento, se colocasse a pergunta: consegui alcançar os objectivos? Se sim, posso continuar ou até aumentar o escopo das acções. Se não atingi, é obrigatório corrigir a rota. Mas não fazemos isso.

Porquê?

Tenho muitos anos de cultura institucional. Antes da universidade, a minha carreira começou em 1975, ainda antes da independência' como técnica. Depois tive todo um trabalho de campo. Foi a Angola mais interessante que encontrei. E desta experiência posso retirar algumas conclusões: quem tenta fazer alguma coisa é sempre criticado.

Alguma coisa consistente e com profundidade. É a isso que se refere?

Quem tenta é olhado como alguém que está a ultrapassar as suas competências. Como não temos carreiras e nada disto está definido, depois fica tudo no poder discricionário de cada um, até as próprias leis e quejandos. Uma avaliação honesta pressupõe ter capacidade crítica para nos expormos, ao ponto de admitir' em algum momento, que não fomos capazes. Seja em equipa ou individualmente. Você não tem essa cultura em Angola.

Mas o jargão marxista preservava espaços destinados à auto-crítica. Fazê-lo de forma honesta seria um sinal de fragilidade que os dirigentes preferem evitar?

Temos chefes demais. A auto-crítica sempre se usou, mas era tudo de boca. De uma maneira geral era para insultar ou dar cabo de alguém.

Para excluir?

Sim. Também temos muitos simulacros e várias frases de efeito, que depois nunca são aplicadas. Temos dezenas delas, se analisar as palavras de ordem que nos acompanham vai encontrar centenas de frases em que os exercícios de reflexão, a tal de auto-crítica, eram referidos a todo o momento. A aparência de democracia é algo necessário para legitimar. Do tipo parece que é, mas não é. Isto para mim é uma característica que vem destes anos e que, na minha perspectiva, tem vindo a piorar.

De que forma?

Apesar das dificuldades, da guerra, de uma série de coisas, nós já tivemos ambientes mais abertos à diversidade, ao contraditório, a uma tentativa de realmente olhar e falar das coisas de uma maneira aberta e não-preconceituosa.

Estas dificuldades no debate reflectem-se depois na discussão e formulação de políticas públicas?

Peço desculpa, mas não temos políticas públicas pela mesma razão. Temos políticas de Governo. As políticas públicas têm de surgir a partir de um diálogo com a sociedade, seja com grupos mais dirigidos, nos casos em que procuramos corrigir situações anteriores, seja na acção afirmativa para a emancipação das mulheres ou nas questões raciais. Mas há outros subgrupos mais pequenos, que também sofrem de exclusão, e pretende-se corrigir essa realidade.

Como?

Tudo deve resultar de um diálogo com as pessoas directamente interessadas. Há uma série de estudos publicados desde a década de 1990, como o "Voices of the poor" ["A voz dos pobres", em português], do Grupo Banco Mundial, ou da Comissão Económica para a América Latina e Caribe (CEPAL), onde ficou escancarado que as únicas políticas de combate à pobreza que deram resultados foram construídas de maneira participativa. São aquelas em que este problema, socialmente construído, também encontra soluções socialmente compostas, seja na sua concepção ou na implementação. E uma das características era o facto de também incluírem a porção mais rica da sociedade.

Qual era a 'moeda de troca'?

Primeiro, recursos humanos mais bem preparados para o mercado de trabalho. Normalmente, as pessoas mais ricas têm empresas, interesses económicos.

De alguma maneira vão precisar de pessoas qualificadas. Em segundo lugar, mais consumidores. Em terceiro, menos tensões sociais. São as tensões provocadas pela pobreza e pela desigualdade que levam aos condomínios fechados, carros blindados, às pessoas terem os pés e a bolsa aqui, mas tudo o resto está lá fora. E isto é justificado pela insegurança.

Quais são as características mais importantes das políticas públicas desenhadas com participação real da sociedade?

As pessoas precisam de ter o seu tempo para decidir, pensar sobre os temas. E precisam de ter elementos para tomar decisões. Se não damos isso, se não há tempo e espaço para reflectir, não adianta dizer que é um programa participativo. Por exemplo, para as mulheres participarem nestas coisas, sobretudo no meio rural, é preciso também incluir mulheres na equipa, se não elas não falam. Se você não tiver quadros com habilidade para servirem de decodificador semântico, pode ter uma equipa muito bem preparada, que vai ser incapaz de comunicar com a base da população. Nós defendemos a necessidade de uma visão para Angola.

Ainda não existe essa visão? Há quem diga que sim

Você participou, enquanto cidadão, em algum processo onde lhe perguntaram o que Angola será em 2030 (na sequência dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável) ou em 2063, na sequência da agenda da União Africana. Angola assinou esses documentos. Na base de quê?

De que forma deve ser feita esta escolha do caminho a percorrer?

Isto constrói-se com uma memória social. Mas ainda vivemos debaixo de uma inemória colectiva que exclui todas as outras. Só que em sociedades multiculturais é fundamental fazer de outra forma, principalmente em períodos pós-guerra, é absolutamente fundamental, mais ainda quando falamos de uma guerra civil. É fundamental criar um ambiente que permita compreender o que aconteceu. Para não voltar a acontecer. Esse processo vai permitir construir um passado em que todos se reconheçam.

Algumas pessoas vão reclamar da ideia de "construir um passado".

Pois, mas o passado nunca está fechado. Felizmente, alguns países em África derrubaram os argumentos de que era muito cedo para as comissões da verdade e outras estruturas similares. Estas iniciativas resolveram todos os problemas da África do Sul, por exemplo? Não!

Pelo menos mostraram um caminho possível, é essa a vantagem essencial dos processos participativos?

E serviram para identificar coisas que muitas pessoas não estavam assim tão a par. Esse processo permitiu criar uma visão. Quando discutimos abertamente estas coisas há um reconhecimento natural do outro, estamos a criar uma condição de pertencimento que vai permitir, durante esses diálogos, a construção de alguma coisa. Para onde queremos ir? Estamos a fazer isto porquê?

Estas questões profundas também não se resolvem de um dia para o outro. O mais importante é encontrar o tal caminho comum?

E percorrê-lo em conjunto. Há um ditado africano muito interessante - é algo que me choca em Angola, usamos muito pouco da filosofia africana. É algo que se fala mas, na prática, não existe. 'Se queres ir rápido vai sozinho, se queres ir longe vai em conjunto'. Isto depois é traduzido no 'estamos juntos' e 'juntos somos mais fortes', ideias que também existem em quase todas as culturas. O senso comum traduz de várias formas a ideia de fragilidade individual. Outra ideia parecida: 'Quando o rebanho se junta, o leão dorme com fome'.

E 'contra milhões ninguém combate', numa versão mais militarizada.

Aqui incluímos outra figura muito utilizada no nosso contexto: a ideia de inimigo. Que é sempre alguém de fora, o problema nunca somos nós. Isto é reflexo da incapacidade de olharmos para os nossos problemas. Ainda não temos a força suficiente para montar uma contracultura. Se não temos capacidade, por um lado, de produzir informação, juntar forças, definir objectivos comuns e tentar implementá-los, de usar a diversidade não como um problema, mas como um potencial... Enquanto isso não acontecer, vamos continuar com as assimetrias regionais e com a impossibilidade de traduzir o potencial que este País tem na geração de riqueza, muito menos para todos.

É também por isso que defende uma avaliação dos planos anteriores?

Já fizemos muita coisa ao longo dos séculos, o que a gente aprendeu com isso? Qual parece ser a melhor forma de organizar a nossa vida administrativa? Uma boa parte das pessoas que tomam decisões ou participam nesse processo, que está cada vez mais centralizado em torno do poder unipessoal da Presidência, será que conhecem realmente o País?

Se estiverem interessados nesse exercício já podem fazer alguma diferença.

E preciso conhecer a forma de organização das sociedades. Temos de tentar colocar Angola de facto como prioridade, toda ela. Tentar conhecer essa Angola e nesse processo vamos conhecendo também as práticas, ambições, os desejos.

Este projecto não permite recolher essas informações?

Não, porque a proposta caiu de paraquedas e foi anunciada em dois ambientes que, provavelmente, não são os mais indicados. E sem a tal avaliação do que já tem sido feito.

## 1.6 Queda do kwanza e aumento da inflação mensal pressionam decisão do BNA sobre a taxa de juro

*Jornal Expansão*

*19 De Maio de 2023*

*Texto: Henrique Kaniaki*

O Comité de Política Monetária (CPM) do Banco Nacional de Angola (BNA) vai reunir sexta-feira, 19 de Maio, naquela que será a segunda reunião ordinária este ano, depois de na sessão de Março ter reduzido a Taxa Básica de Juro em 1 ponto percentual (pp). Na reunião desta sexta-feira pesam nas costas do regulador a trajectória mensal da inflação e a depreciação do kwanza.

A taxa de inflação mensal a nível nacional, que está a crescer há três meses consecutivos, acelerou 0,20 pontos para 0,92% em Abril deste ano, de acordo com o Instituto Nacional de Estatística (INE). Com esta taxa, o País regista a taxa de inflação mensal mais alta dos últimos 11 meses.

Em sentido inverso está a taxa de inflação homóloga, que cai há 15 meses. Em Abril a taxa caiu para 10,52%.

Já a moeda nacional, no entanto, tem depreciado nos últimos trimestres devido à queda global dos preços do petróleo e pouca intervenção do Tesouro Nacional. Segundo o mais recente relatório da consultora Oxford Economics África, a moeda vai continuar a depreciar-se para 568,5 kwanzas por dólar no final de 2023.

Após as eleições gerais, o kwanza inverteu a tendência de apreciação, depois de ter recuperado 29% face ao dólar e 47% face ao euro desde o início de 2022 até 24 de Agosto. Em Outubro e Novembro, o kwanza depreciou, mas desde Dezembro do ano passado que a taxa de câmbio tem estado a negociar em torno dos 504 e 507. Nesta semana uma nota de um dólar passou a custar cerca de 536Kz.

De acordo com a Bloomberg, numa visita às principais economias de África, a maioria dos bancos centrais africanos que decidirá sobre as taxas de juros nas próximas duas semanas deve mantê-las inalteradas, medida que a inflação, que esteve alta em décadas, diminui apoios mais de um ano de aperto apreciação do dólar e os desafios domésticos estarão no topo de suas agendas, de acordo com a agência norte-americana.

Na última reunião, o banco central cortou taxa básica de juros de 18% para 17%, em respo ao abrandamento da taxa de inflação homóloga, Além do cota taxa básica, que influencia outras taxas do mercado, o banco central decidiu reduzir a taxa juro da facilidade permanente I cedência de liquidez de 18% para 17% e a taxa de juro da facilidade permanente de absorção de liquidez de 14% para 13,5%.

O "board" liderado por José de Lima Massano, governador o BNA, justificou a decisão com "andamento da economia, particularmente, o comportamento da variação de preços".

## 1.7 Preços sobem em até 86% no comércio do Menongue

*Jornal de Angola*  
23 De Maio de 2023

Populares pedem acção da Autoridade Nacional de Inspeção Económica e Segurança Alimentar (ANIESA), que promete impedir comportamentos especulativos

Os preços dos principais produtos de consumo subiram de 17 a pouco mais de 86 por cento, no Cuando Cubango, em coincidência com o aumento do preço da gasolina, a 1 de Junho último, levando

populares entrevistados pela nossa reportagem, a defenderem intervenção da ANIESA para travar a escalada.

Os aumentos incidem, principalmente, sobre os preços dos alimentos, incluindo os da cesta básica, e os materiais de construção, como apurou a nossa reportagem num percurso pelas principais superfícies comerciais do Menongue, com representantes do público a pedirem uma acção da Autoridade Nacional de Inspeção Económica e Segurança Alimentar (ANIESA) que impeça a exorbitância em volta dos preços.

No percurso pelo comércio de Menongue, a nossa reportagem apurou que o preço do saco de 25 quilos de arroz, que custava 7.500 e 8.500 kwanzas, antes do aumento do preço da gasolina, subiu para 14 ou 16 mil kwanzas, um aumento de 86,6 a 88,2 por cento em cerca de 20 dias.

O preço da caixa de 12 litros de óleo alimentar passou de 12 mil para a 17 mil kwanzas, mais 41 por cento, o do saco de açúcar 50 quilos de 23 para 30 mil (30 por cento), o da caixa de massa esparguete de 3.500 para seis mil (71,4 por cento) e o da caixa de frango de 12 para 15 mil (25 por cento).

Com os aumentos, o preço do saco de 50 quilos de farinha de trigo está a custar 22.950 kwanzas, contra os 17 mil praticados até ao final do mês de Maio (mais 35 por cento) e o saco de 25 quilos de fuba de milho subiu de 8.500 para 10 mil kwanzas (mais 17,6 por cento).

O professor Ildo Raúl considerou que os preços dos principais produtos da cesta básica estão mais elevados porque os comerciantes atribuem os aumentos à evolução do preço da gasolina, que subiu de 160 para 300 kwanzas por litro, assim como à depreciação de cerca de 27 por cento do Kwanza diante do Dólar, só entre meados de Maio e a mesma época de Junho.

Josefina Rufino, outra moradora do Menongue contactada para esta matéria, pediu que o Executivo mande combater a especulação que regista na venda dos principais produtos da cesta básica, porque muitas famílias perderam quase que na totalidade o poder de compras e estão a passar por muitas dificuldades.

O director do Gabinete Provincial da Autoridade Nacional de Inspeção Económica e Segurança Alimentar, Afonso Dala, admitiu que os serviços que dirige têm constatado, com preocupação, o aumento dos preços dos principais produtos da cesta básica e prometeu que os técnicos da ANIESA vão tomar as

medidas disciplinares aos que continuarem a especular.

"Estamos a trabalhar para que não haja aproveitamento da subida do preço da gasolina, uma vez que os preços do combustível para o frete mantêm-se. Assim, consideramos que não há motivos para os comerciantes subirem os preços dos principais produtos da cesta básica, porque, até os camiões que carregam as mercadorias consomem o gasóleo, que não registou nenhum aumento", disse.



## 2. MICROFINANÇA

### 2.1 Prejuízos do BPC disparam e lucros da banca caem 11% para 373 mil milhões Kz em 2022

*Jornal Expansão*

*26 De Maio de 2023*

*Texto: Henrique Kanlaki*

Os lucros dos 20 bancos que apresentaram relatórios e contas de 2022 até esta terça-feira caíram 11%, passando de 416,4 mil milhões Kz em 2021 para 372,9 mil milhões Kz no ano passado, segundo cálculos do Expansão com base nas contas divulgadas pelas instituições bancárias.

Os números foram fortemente influenciados pelos prejuízos do Banco de Poupança e Crédito (BPC) que viu os seus resultados líquidos afundarem para mais de 120 mil milhões Kz em 2022, depois de em 2021 ter reduzido os prejuízos para 83, 2 mil milhões Kz. O gigante público tem apresentado os maiores prejuízos, levando para baixo os resultados da banca nacional.

Assim, sem contabilizar as contas do BPC, o conjunto de bancos registou lucros de 493,3 mil milhões Kz, menos 6,4 mil milhões que em 2021. Ao todo, 18 bancos registaram lucros e dois contabilizaram prejuízos (BPC e BCI). Dos 23 bancos autorizados a operar no mercado nacional, três estão de fora destas contas, nomeadamente, o Económico, VTBAfrica e o BNI, que até esta terça-feira, ainda não tinham publicado os relatórios e contas nem as demonstrações financeiras do exercício económico de 2022 nas suas páginas da internet, contrariando assim a regulamentação do Banco Nacional de Angola (BNA).

Ajustamento das imparidades e queda das margens financeiras Entretanto, esta queda dos lucros deve-se, segundo especialistas, ao facto de 2021 ter sido um ano atípico na banca, já que a maior parte dos bancos procedeu a operações de reversão de imparidades inscritas em 2020, quando as maiores agências de notação financeira desceram o rating da República, no auge da Covid-19. Uma vez que a banca angolana tem uma elevada exposição à dívida pública e o facto de as agências terem baixado o rating de Angola em 2020 traduziu-se automaticamente num aumento da probabilidade de perdas nestes activos, o que obrigou os bancos a registarem imparidades, baixando resultados.

Com a melhoria do rating em 2021 e consequente, reversão de perdas por imparidade, associada a outras questões como a valorização do Kwanza face ao dólar, e a melhoria dos resultados do BPC que, embora tenham sido negativos, apresentaram uma evolução positiva, os lucros da banca voltaram a crescer naquele ano. Assim sendo, como 2021 é considerado um ano atípico que potenciou lucros elevados à banca, era já expectável que os resultados líquidos encolhessem em 2022, ainda que ligeiramente.

"O resultado obtido pela banca em 2022 deve-se, por um lado, aos ajustamentos das imparidades e da queda das margens financeiras induzidas pela redução da rentabilidade dos títulos, quer pela apreciação cambial e pela redução das taxas de juro dos títulos públicos", afirmou o economista Wilson Chimoco ao Expansão.

Entretanto, para Wilson Chimoco, com o actual quadro regulamentar e estágio de desenvolvimento da economia, não se pode exigir mais dos bancos; mas é importante que os mesmos se preparem para uma conjuntura económica de menos rentabilidade do seu balanço (maior estabilidade dos preços e câmbio). E aí, os bancos serão obrigados a expor-se mais à economia real e a propor soluções mais arrojadas para manter o actual nível de rentabilidade.

Destaque também para o Keve, que passou de prejuízos de 20,4 mil milhões Kz em 2021 para lucros de 26,5 mil milhões Kz em 2022.

BAI, BFA e BIC mantêm liderança

Em 2022 o ranking dos maiores da banca não mudou. O BFA reforçou a liderança dos bancos com mais lucros, embora tenha registado uma queda de 10% para 140,6 mil milhões Kz. O BAI mantém -se na segunda posição seguido pelo Standard Bank que ocupa a terceira posição, já que ambos viram os seus lucros caírem 29% e 13%, respectivamente.

A nível do crédito, os 20 bancos fecharam as contas com um total de 3,4 biliões Kz de crédito concedido a clientes, um crescimento de 17% face ao total registado em 2021. O stock de crédito do BIC era de 603,3 mil milhões Kz, registando um aumento de 3% face ao período homólogo, cimentando assim o título de maior credor a nível da banca nacional. Segue-se o ATLANTICO e o BFA, na segunda e terceira posições, respetivamente (ver página 4).

Por outro lado, os depósitos totais dos 20 bancos cresceram 8% para 12,3 biliões Kz, sendo o BAI o líder em depósitos com 2,6 biliões Kz contabilizados. Além da liderança em depósitos, o BAI também

cimentou a liderança em activos, o banco liderado por Luís Lélis viu os seus activos crescerem 5% para 3,2 biliões Kz. Assim, o grupo de 20 bancos registou um activo total avaliado em 16,7 biliões Kz, o que representa um aumento de 6% face a 2021. Contas feitas, o rácio de transformação de depósitos em crédito da banca angolana fixou-se em apenas 25%.

Para Wilson Chimoco, o rácio de transformação médio do sector bancário continua muito baixo para as necessidades de investimento do País.

"O País não tem nem terá capacidade de atrair Investimento Directo Estrangeiro suficiente para financiar o seu desenvolvimento, logo será o sector bancário a ser chamado a desempenhar essa função, que entendo ser relativamente fácil se os maiores bancos do sistema, que hoje têm os rácios de transformação muito abaixo da média, começarem a elevar os seus rácios de transformação", disse.

Em relação ao aumento do crédito, o economista entende que os bancos têm vindo a tirar proveito dos benefícios dos Avisos do BNA, o que os obriga a se expor mais ao crédito, e este facto justifica, parcialmente, a expansão do crédito.

Por outro lado, segundo explica o economista, a conjuntura económica do País tem vindo a melhorar, uma vez que a inflação tem estado a cair, a economia está a recuperar, os salários têm vindo a estabilizar e a taxa de desemprego está a cair. Entretanto, a conjugação destes factores contribuem para a redução do risco de incumprimento e da disposição dos bancos comerciais em conceder crédito à economia.

## 2.2 Banco Keve disponibiliza “Balcão Agronegócio” aos clientes

*Jornal de Angola*  
2 De Maio de 2023

O Banco Keve colocou, recentemente, à disposição dos clientes uma nova opção de financiamento para o fomento do agronegócio, com o lançamento na província de Benguela do balcão “Keve Agronegócio”.

Este novo segmento de agência vem reforçar os vários modelos de apoio à economia nacional que a instituição tem disponível, de acordo com o director do Agronegócio, Hélio Ferreira Silva.

É o primeiro balcão do género no país e sediado fora de Luanda, a capital do país, um sinal do interesse de diversificar a economia e cada vez mais levar serviços em outras zonas.

A justificar a iniciativa está a disponibilização de mais opções de financiamento que o banco quer colocar no mercado, sobretudo os focados ao desenvolvimento da actividade produtiva.

Entre as mais-valias do projecto, o banco que tem na gestão executiva o economista Bruno Grilo garante a disponibilização de "uma gama de produtos e serviços a toda a comunidade do Agronegócio, facilitando deste modo o apoio directo às necessidades de investimento e não só".

"Com o surgimento deste segmento, o Keve traz mais ganhos à sociedade e um contributo para o crescimento e desenvolvimento do sistema bancário nacional", atesta Hélio Ferreira Silva, que garante que o banco deve continuar a dar oportunidades de negócios e continuidade no apoio à produção nacional. Para já, o primeiro balcão está sediado na província de Benguela, precisamente no município do Lobito. E o banco justifica esta opção com o facto de a província ser um ponto económico estratégico do país, que mistura um importante porto e o Corredor do Lobito. Assim, e para fazer cumprir esse desiderato, o Keve antevê fornecer aos agentes económicos, precisamente os do sector do agronegócio, pacotes financeiros específicos e à medida dos demais clientes, conforme garantia da sua gestão. Ainda assim, e face às tendências do mercado, o banco garante manter a modernização dos sistemas tecnológicos. "O Keve está firme e acompanha a tendência do mercado, como banco moderno que prima pela inovação tecnológica", enfatizou.

## 2.3 Cooperativas de pescas do Tômbwa recebem apoios em microcréditos

*Jornal de Angola*  
4 De Maio de 2023  
Texto: Maria Cavela

Dez cooperativas associadas de pescas, do município do Tômbwa, na província do Namibe, beneficiaram de microcréditos com valores estimados de quatro a sete milhões de kwanzas, numa iniciativa promovida pelo Ministério da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social.

O acto de entrega dos microcréditos foi feito pela ministra Teresa Rodrigues Dias, em companhia do governador provincial do Namibe, Archer Mangureira, uma acção que serve para promover o auto-emprego.

As cooperativas beneficiadas desenvolvem actividades do sector pesqueiro, viradas às acções de

captura, transformação e venda do peixe em todo o território nacional.

As cooperativas são constituídas por jovens com idade compreendidas entre 25 a 35 anos, que foram habilitados e capacitados para aquisição do microcrédito, no âmbito do Plano de Acção para a Promoção da Empregabilidade (PAPE).

Teresa Dias Rodrigues disse que a concepção dos créditos em valores diferenciados constituem a prova das acções de combate ao desemprego, pobreza e miséria nas comunidades, por envolver maior número de pessoas que possam beneficiar dos rendimentos através da sua produção.

Referiu que para este ano, o Ministério tem traçado um plano replicado para o PAPE, que está em fase de ser aprovado a curto prazo para sua implementação, tendo como novidade, algumas correcções das acções já efectuadas, principalmente, com o melhoramento dos kits profissionais, acompanhamento regular aos beneficiários, de modo a garantir o retorno realista das concepções, em todo o país, de acordo a realidade de cada localidade.

"A proposta compõe a componente de formação adequada ao mercado de trabalho para que cada localidade possa assegurar maior eficácia na aplicabilidade dos beneficiários, tendo em conta as reclamações e sugestões dos últimos processos", explicou.

Deste modo, referiu, o Executivo continua a ter os cidadãos como seus parceiros de comunicação, no sentido de corrigir e aprimorar as questões que inviabilizam o sucesso dos projectos direccionados aos jovens e famílias vulneráveis.

Ainda durante a entrega dos microcréditos, o director nacional do Instituto Nacional de Emprego e Formação Profissional (INEFOP), Manuel Mbangui, esclareceu que o acto faz parte de esforços conjugados aos serviços provinciais, Gabinete das Pescas e do Desenvolvimento Económico Integrado, cujo primeiro momento serviu para qualificar as cooperativas através de um processo de formalização dos negócios, que possibilitou a entrega formal dos valores monetários, com apoio de uma instituição financeira, que estabelece o prazo máximo de pagamento para até 24 meses (dois anos), com uma taxa de juro de 1,67 por cento.

"Todos devem olhar o cumprimento das responsabilidades como uma oportunidade de voltar a conceder o crédito, com um valor igual ou superior ao que recebeu nesta ocasião", aconselhou aos beneficiários.

Na ocasião, João Cuyunga, representante da cooperativa Tchalulua, manifestou satisfação pela recepção do certificado com o comprovativo de transferência monetária de 7 milhões de kwanzas e contou que o seu grupo pensa cabimentar o investimento na compra e revenda do peixe seco ou fresco, no Norte e Leste do país.

O jovem acredita que as políticas públicas de inserção da juventude nos projectos de crescimento económico e combate ao desemprego, no município do Tômbwa, vai trazer novo dinamismo de vida e criar um impacto positivo nas famílias.

## 2.4 Os relatórios e contos de 20 instituições bancárias ao Raio X

*Jornal Expansão*

*26 De Maio de 2023*

Os resultados da banca em geral têm sido influenciados pelos sucessivos prejuízos do BPC que viu os seus resultados líquidos afundarem para mais de 120 mil milhões Kz em 2022. O BAI continua a ser o maior banco em activos do sistema financeiro, enquanto o BFA se mantém como o campeão dos lucros. Contas do Expansão não contam com o BNI que só publicou resultados no site ao final de quarta-feira.



## 3. MERCADO INFORMAL

### 3.1 Serviço de moto-táxi por aplicativo móvel já funciona em Luanda

*Jornal Expansão*  
5 De Março de 2023

O Bob Eco é um serviço de moto-táxi com motocicletas eléctricas. É uma espécie de 'Uber das motos', um conceito, que já existe noutros países africanos, de que é exemplo o Senegal. Chegou agora a Angola com as primeiras 150 unidades a funcionar em Luanda, tendo como objectivo aumentar as opções de mobilidade e fomentar o autoemprego.

A operação vai ser igual a um serviço de táxi, ou seja, através do aplicativo o cliente vai chamar a moto. As tarifas das corridas vão ser calculadas pelo aplicativo a que estiver associado. Inicialmente, as motos eléctricas vão começar a operar com o suporte do aplicativo da empresa Kubinga, que já tem um serviço similar, mas para veículos a combustão. Este acordo não é exclusivo, o que vai permitir que os motoristas se cadastrem noutros aplicativos que estão a operar no nosso mercado.

A expectativa é que este ano cheguem mais 850, completando 1.000 motocicletas com níveis de poluição zero nesta primeira fase, de acordo com Paulo Narciso, presidente do Fórum Angolano dos Jovens Empreendedores (FAJE), que é a responsável pelo processo de 'distribuição' destas unidades. O investimento é da empresa dos Países Baixos, W.G.C Versteeg Holding B.v. do empresário Wilbert Versteeg e o Bob Eco Group, do holandês Bob Ultee. "Os jovens foram escolhidos a dedo. São pessoas que já fizeram o trabalho de moto-táxi e receberam formação adicional. Para as próximas unidades, um dos critérios para receber o veículo é estar associado ao FAJE", explica Paulo Narciso ao *Expansão*.

Os motoristas da Bob Eco vão pagar à empresa 4.500 Kz/dia, 135 mil Kz em cada mês para terem a posse do motociclo e serem autónomos na sua gestão. O contrato prevê que estes são responsáveis por escolher os serviços e as zonas onde vão actuar.

A amortização das motorizadas eléctricas vai ser feita durante dois a três anos, dependendo do cumprimento do pagamento das prestações por parte do motorista. Em termos práticos, o valor da moto

chega aos 3,2 milhões Kz, se se cumprir à risca as obrigações de pagamento. Feito o pagamento completo, as motos serão dos motoristas, pelo que a partir desta data podem manter a actividade sem ter de pagar qualquer prestação à empresa.

A manutenção dos veículos será feita por uma equipa de mecânicos da Beb Eco, nas instalações da empresa, sendo que esta vai pagar igualmente o seguro da motorizada durante o período de reembolso do valor.

O projecto é para que existam 4.000 motorizadas eléctricas a trabalhar em Angola, projectando a empresa a implementação de uma fábrica de montagem de motorizadas eléctricas nos próximos dois anos, dependendo da aceitação deste conceito no País.

Os motociclos que estão a trabalhar em Luanda foram projectados na Holanda e construídos na China. A Bob Eco tem vários modelos; mas os que estão em Angola para o serviço de moto-táxi são os Bob Model X Gen2, que chegam a percorrer 150 Km com a bateria completa. A velocidade máxima é de 85 Km/h. As baterias são removíveis e podem ser carregadas em duas horas através de um carregador portátil.

José Gongá

### 3.2 Taxistas aderem em massa aos vários postos de licenciamento

*Jornal de Angola*  
8 De Maio de 2023  
Texto: Alfredo Ferreira

A campanha de licenciamento de veículos, motorizadas e embarcações de pequeno porte, que teve início no passado dia 27 de Abril, na província do Bengo, tem tido uma adesão significativa nos postos de registo com vista à legalização dos seus serviços, anunciou o representante do Departamento de Trânsito e Segurança Rodoviária na província.

Onésimo Manuel, em declarações ao *Jornal de Angola*, enalteceu a forma exemplar como centenas de cidadãos aderem ao processo, tendo, igualmente, reprovado o facto de os "kaleluyas" (motorizadas de três rodas) andarem pelas ruas de Caxito e arredores com passageiros, quando os mesmos foram concebidos apenas para o transporte de mercadorias.

"Os motociclos de três rodas, vulgo Kaleluyas estão vocacionados para o transporte de mercadoria e não de passageiros, por isso, serão licenciados como

transporte de mercadorias e quem insistir em fazer o contrário vai incorrer em transgressão”, avisou Onésimo Manuel.

A outra irregularidade apontada pelo representante do Departamento de Trânsito e Segurança Rodoviária tem a ver com a situação de os motoqueiros insistirem em conduzir veículos com uma cilindragem superior a 50 cc sem a Carta de Condução, sublinhando que para este facto as escolas de condução foram orientadas no sentido de facilitar os motoqueiros no processo de aprendizagem do Código de Estrada.

Quanto às motos abaixo da cilindrada de 50 cc, Onésimo Manuel disse que apenas devem circular com a licença passada pela Administração Municipal e desta forma ficam habilitadas para o exercício de moto-táxis.

#### Viaturas antigas

Onésimo Manuel esclareceu, também, que foi proibido o uso de carros antigos para fazer serviços de táxi por não reunirem condições técnicas para o exercício desta actividade, enquanto às outras viaturas como popularmente designadas como "gira-bairro" (Toyota de marca Starlet) e "acaba de me matar" (modelo de Toyota Hiace) estão sob moratória, por parte da Polícia Nacional, no sentido de, pelo menos, ter a viatura em bom estado técnico para voltar a exercer o serviço de táxi.

Onésimo Manuel adiantou que o licenciamento permitirá aos órgãos policiais ter o controlo dos meios e facilitar no processo de identificação do veículo pelo número do chassi e do motor em caso de roubo.

#### Papel da ANATA

A presidente da Associação de Mototaxistas do Bengo, Aida José António, disse, por seu turno, que a parceria estabelecida com o Governo está a facilitar o processo de licenciamento.

Aida José António defendeu que a campanha massiva de registo e licenciamento de viaturas e motos veio para ajudar a reduzir o índice de ilegalidade no exercício de moto-táxi.

O processo decorre em todos os municípios da província do Bengo e todos os motoqueiros estão sensibilizados no sentido de se fazerem presentes num dos locais indicados para o licenciamento.

A Associação Nacional dos Taxistas de Angola (ANATA), na província do Bengo, controla um total de cinco mil moto-taxistas.

Para o chefe do Conselho de Fiscalização da ANATA, Marcelo Miguel, a campanha massiva de registo e licenciamento veio responder às várias dificuldades que os taxistas passavam, ao tratar dos documentos de licença na província. Marcelo Miguel reconhece que a licença é o único documento que permite ao taxista exercer o serviço de táxi, sem a qual está proibido por lei de estar na via para transportar passageiros.

#### Registo de embarcações

A campanha massiva de licenciamento de veículos que fazem serviço de táxi inclui, também, embarcações de transporte de passageiros e mercadorias, bem como de pesca artesanal.

Em declarações prestadas à imprensa, a directora do Gabinete Provincial dos Transportes, Tráfego e Mobilidade Urbana, Maria Eugénia lembrou que na província do Bengo estão controladas um total de 300 viaturas que exercem serviço de táxi, mas apenas 20 estão licenciadas.

A campanha de licenciamento vai decorrer gratuitamente até ao dia 15 de Maio. Para se inscrever, os taxistas e moto-taxistas devem apresentar, apenas, a documentação pessoal e da viatura.

Maria Eugénia disse, também, que a campanha em curso vai permitir um melhor controlo destes serviços e saber o número exacto de taxistas, moto-taxistas e embarcações que exercem a actividade na província.

No município do Dande, foram criados postos no largo da Ingamba, Mercado do Panguila e do Desvio da Barra do Dande, que funcionam de segunda-feira a sábado.

A directora provincial revelou que as licenças terão cores específicas para cada município, de forma a diferenciar e disciplinar a actividade destes operadores. O Gabinete Provincial continua a realizar acções pedagógicas com o objectivo de sensibilizar, disciplinar e organizar a actividade dos taxistas na província.

"Apelo aos automobilistas para licenciarem e submeterem à inspecção os seus veículos e motorizadas, de modo a evitar a circular ilegalmente acidentes", enfatizou o responsável.

### 3.3 Administrações municipais ganham experiência

*Jornal de Angola*

16 De Maio de 2023

Ontem, dia que estava previsto para o encerramento da campanha de licenciamento, iniciada a 27 de Abril, o município de Luanda registou uma grande afluência de moto-taxistas e taxistas para adquirir a licença.

Cientes de que se tratava da última oportunidade para, de forma grátis, tratar a licença dos veículos, muitos acorreram cedo aos postos de licenciamento.

No município do Cazenga, o cenário não foi diferente. Registou-se um elevado número de cidadãos, com maior realce para moto-taxistas, que acorreram ao Centro de Formação do Cazenga, com vista a tratar a licença de moto-táxi e da actividade de táxi.

No município do Kilamba Kiaxi, a equipa da administração municipal deu a conhecer que, em mil pedidos, os especialistas conseguiram atender metade dos casos.

Nos últimos dias, houve uma grande afluência de taxistas e moto-taxistas à campanha, sendo que, diariamente, a equipa do município do Kilamba passou a emitir pelo menos 600 licenças.

No município de Belas, o balanço é positivo, de acordo com o número de taxistas e moto-taxistas.

### 3.4 Fórum sobre economia solidária hoje e amanhã

*Jornal Economia e Finanças*

19 De Maio de 2023

O ministro da Economia e Planeamento, Mário Caetano João, preside, hoje à tarde, no Belas Business Park, em Talatona - Luanda, a abertura da 1ª edição do Fórum sobre Economia Solidária.

O evento é uma iniciativa da Média Claque, a ATO Internacional e a Kixicrédito. Segundo a nota enviada ao Jornal de Angola, o PCA do Instituto Nacional de Apoio às Pequenas e Médias Empresas, João Nkosi, a directora nacional para as Políticas Familiares,

Santa Ernesto, a especialista e pedagoga brasileira Shirlei Silva, o director do Serviço do IVA da AGT, João Love, e os economistas Eliseu Vunge, Carlos Rosado de Carvalho e Daniel Sapateiro vão interagir nos diferentes painéis, hoje e amanhã. O programa prevê ainda uma mesa-redonda, também para

amanhã (sábado), com a participação dos professores Leandro Leal e Genauto Filho, cujo tema é "Potencialidades e Desafios da Encubação da Economia Solidária: Um Olhar a partir da Relação Brasil e Angola".

A economia solidária é o conjunto de actividades económicas, consumo, poupança e crédito organizadas sob a forma de autogestão. Compreende uma variedade de práticas económicas e sociais organizada sob a forma de cooperativas, associações, clubes de troca, empresas autogestionárias, rede de cooperação, entre outras, que realizam actividades de produção de bens, prestação de serviços, finanças solidárias, trocas, comércio justo e consumo solidário.

É ainda uma forma de organização da produção, consumo e distribuição de riqueza centrada na valorização do ser humano e não do capit, caracterizada pela igualdade. A economia solidária é uma alternativa inovadora na geração de trabalho e na inclusão socie na forma de uma corrente do bem que integra quem produz quem vende, quem troca e quem compra.

### 3.5 Legalização de táxis por aplicativo

*Jornal de Angola*

16 De Maio de 2023

Quanto aos táxis por aplicativo, o secretário de Estado explicou que ainda é um fenómeno muito recente no país, mas avançou que a actividade ainda não foi formalizada.

"O Ministério dos Transportes tem uma proposta de regulamento, com vista a formalizar essa actividade e acreditamos que, neste ano, teremos a actividade legalizada", anunciou.

Jorge Bengue lamentou o facto de, diariamente, as autoridades receberem reclamações de crimes praticados por alguns servidores desta actividade. Por isso, há a necessidade de se regularizar, no sentido da redução de manobras que levem ao cometimento de crimes.

### 3.6 Processo de licenciamento de táxis e moto-táxis prorrogado por mais 15 dias

*Jornal de Angola*

16 De Maio de 2023

O processo de licenciamento e cadastramento de táxis, moto-táxis e embarcações de pesca artesanal, que decorre em todo o país, foi prorrogado até ao dia

30 deste mês, anunciou, segunda-feira, o secretário de Estado para os Transportes Terrestres.

Jorge Bengue, que falava durante uma conferência de imprensa, em Luanda, explicou que o Executivo estendeu o prazo de licenciamento para atender a um pedido de associações de taxistas, moto-taxistas e de embarcadores de pesca artesanal, no sentido de registar-se um número maior de meios.

Desde o dia 27 de Abril até ontem, dia que estava previsto para o encerramento da campanha, o secretário de Estado referiu que foram emitidas 21.358 licenças para a actividade de moto-táxi, 1.449 para táxis colectivos (vulgo "Azuis e Branco" e "Gira Bairro") e 679 embarcações de pesca artesanal.

Jorge Bengue realçou que a província de Luanda foi a que mais registou adesão de operadores, com um registo de 4.939 licenças emitidas, sendo 4.055 para moto-táxis, 367 embarcações de pesca artesanal, 362 táxis colectivos e 155 Gira Bairro.

Com a prorrogação do prezo, o secretário de Estado acredita que os cerca de 90 a 100 mil moto-táxis, 32 mil táxis colectivos e três mil embarcações de pesca artesanal, até agora a exercerem a actividade sem documentos, possa reduzir consideravelmente.

#### Descentralização de serviços

No fim desta campanha, explicou Jorge Bengue, o processo de licenciamento vai decorrer de forma normal, mas os serviços vão ser descentralizados.

"Já não se terá num único ponto todas as entidades que concorreram para a emissão do licenciamento durante a campanha", disse, acrescentando que já não se vai verificar um acto simplificado.

Jorge Bengue garantiu que os meios em mau estado técnico poderão ser vistos a reduzir em todo o país. Aliás, referiu que este vai ser um dos requisitos do acto de licenciamento da actividade, para se aferir se o meio está ou não em condições técnicas exigidas para transportar passageiros ou mercadorias.

"Todo o veículo que circular em mau estado técnico poderá ser apreendido pelas entidades fiscalizadoras do trânsito", avançou, para realçar o papel fundamental da fiscalização permanente, embora tenha deixado claro que esses actos não devem ser vistos como perseguição ou excessos da parte da Polícia Nacional.

#### Proximidade aos cidadãos

A secretária de Estado para a Administração do Território, Teresa Quivienguele, considerou que a

campanha de licenciamento abre uma grande oportunidade para as administrações municipais exercerem essa competência, que já foi descentralizada.

Além disso, a responsável ministerial garante que "a experiência vai permitir fazer chegar os serviços mais próximos do cidadão".

Teresa Quivienguele referiu que o processo vai permitir a redução do grau de informalidade nessas actividades económicas.

"Grande parte dos taxistas e moto-taxistas não está licenciada para o efeito, mas tem estado a realizar a actividade", lembrou a secretária de Estado.

#### Sensibilização na imprensa

O secretário de Estado para a Comunicação Social, Nuno Caldas Albino, apelou aos órgãos de imprensa públicos e privados para continuarem a reiterar os apelos, sensibilizar e divulgar as informações inerentes ao processo de licenciamento.

"À semelhança dos 15 dias passados, vamos continuar engajados na sensibilização dos operadores, através dos órgãos de Comunicação Social do país, de forma a aderirem, em grande escala, ao processo", recomendou.

### 3.7 Informalidade na economia "trava" inscrição de cidadãos na Segurança Social: Ministro fala em 75 por cento da população

*Jornal O PAÍS*

*19 De Maio de 2023*

*Texto: Constantino Eduardo, em  
Benguela*

O governante teceu essas considerações, quando intervinha, Quinta-feira, 18, na XV Reunião dos Ministros do Trabalho e Segurança Social da CPLP, em que aproveitou a ocasião para desafiar os países da comunidade a criarem empregos de qualidade para os seus cidadãos.

Adão de Almeida lembrou que está em fase de discussão final, na Assembleia Nacional, por iniciativa do Presidente da República, na sua qualidade de Titular do Poder Executivo, a Lei Geral do Trabalho.

Espera-se que, com este diploma legal, se consiga uma relação mais equilibrada entre o trabalhador e a entidade empregadora capaz de promover o

emprego, na perspectiva de assegurar os direitos dos trabalhadores.

O Chefe da Casa Civil do Presidente da República ressaltou aos ministros da CPLP que, no domínio da segurança social, o sistema, no que respeita à protecção social obrigatória, está estruturado para proteger os trabalhadores e os seus dependentes em situação de vulnerabilidade, designadamente a falta de diminuição da capacidade de trabalho, maternidade, acidente se doenças profissionais, desemprego, velhice e morte.

Deste modo, salienta o governante, pouco demais de 2 milhões e 500 mil trabalhadores efectuaram os seus descontos para a Segurança Social, estando inscritas, por esta altura, cerca de 225 mil empresas e, por conta disso, são assistidos como pensionistas 184 mil cidadãos, entre por velhice e sobrevivência.

De acordo com Adão de Almeida, os números globais do sistema angolano de Segurança Social impõem uma reflexão profunda sobre a sua sustentabilidade e o potencial para cumprir - em médio e longo prazos - o papel social que lhe está reservado.

Informalidade: Um peso que deixa cidadãos de fora da segurança social

O ministro de Estado sustenta, pois, que a economia informal continua a ter um peso considerável, sendo que a estrutura da pirâmide etária da população se situa entre os 16 e 60 anos.

Se, por um lado, disse, a referida estrutura oferece a vantagem de ter mais cidadãos a contribuir do que a beneficiar, por outro, impõe, de resto, o desafio da empregabilidade de uma tão elevada população economicamente activa.

"Estão a ser preparadas as condições para que, em 2024, se realize o censo populacional, mas as projecções do Instituto Nacional de Estatística apontam para cerca de 34 milhões de habitantes, em 2023, esperando-se que duplique até 2050, altura para a qual se projecta um total de quase 68 milhões de habitantes", assinala.

O desafio que se coloca, face aos números ora apresentados, passa, necessariamente, pela empregabilidade, daí que Adão de Almeida tenha considerado imperioso que se continue a trajectória do crescimento do PIE (Produto Interno Bruto).

"São, por isso, bastante animadores os números dos dois últimos da anos que colocam a economia angolana a crescer, depois de um período de recessão, tendo em 2022 crescido cerca de 3 por cento. Só uma

economia que cresce é capaz de gerar emprego", pontualiza, acentuando que a taxa de informalidade na população economicamente activa, segundo dados do INE, está ligeiramente acima dos 75 por cento, o que, naturalmente, oferece desafios para a segurança social, na medida em que, em regra, quem está no sector informal da economia não desconta para a Segurança Social.

Nesta perspectiva, o governante desafia os nove países membros

Cooperação impulsiona desenvolvimento da CPLP

Por seu lado, a ministra da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social, Teresa Dias, disse que a cooperação entre os Estados contribui para o desenvolvimento inclusivo e sustentável da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), na perspectiva da consolidação económica e política para o fortalecimento da organização, enquanto organismo internacional.

Entretanto, dentro desta cooperação, a ministra lembrou que, no decorrer da XX reunião ordinária do Conselho de Ministros da CPLP, realizada em Timor Leste, em 2015, as Repúblicas do Brasil, Cabo Verde, Moçambique, Portugal e São- Tomé e Príncipe estabeleceram normas para regular as relações entre os Estados membros em matéria de Segurança Social, assinando uma convenção multilateral.

A convenção, referiu, teve como objectivo garantir as prestações referentes a eventualidades de invalidez, velhice e morte, previstas na legislação dos Estados membros, e o designado no acordo administrativo ampliando a protecção social aos trabalhadores que emigram entre os países da comunidade.

Com esse acordo, explicou, o Conselho de Ministros da CPLP reconhece a importância da protecção social no combate à pobreza, visando proteger o trabalhador nesta era de crescente mobilidade laboral.

Neste sentido, Teresa Dias lembrou que ficou em aberto a assinatura da referida convenção por parte de Angola, Guiné Bissau, Guiné Equatorial e Timor Leste.

"A convenção multilateral da segurança social da CPLP é uma norma de carácter internacional, acordada por vários Estados, para a coordenação das suas legislações nacionais em matéria de benefícios para a garantia da segurança económica na velhice, incapacidade ou morte", esclareceu



### 3.8 Compradores arriscam-se a multas de mais de um milhão de kwanzas

*Novo Jornal*  
26 De Maio de 2023

Os 'municípios que venderem ou comprarem produtos em mercados ou praças ilegais arriscam-se a pagar uma multa que vai até um milhão e 600 mil kwanzas. A medida, a ser aplicada pelo Governo da Província de Luanda (GPL), no âmbito do reordenamento do comércio, consta da Lei das Transgressões Administrativas, aprovada em 2011, mas só agora regulamentada.

Ao Novo Jornal, o director do Gabinete de Comunicação Institucional e Imprensa do GPL divulgou um amplo programa de comunicação, com anúncios a desaconselharem a compra de artigos nas ruas. Wilson dos Santos informa que as multas serão aplicadas pelos fiscais das administrações municipais.

Consultado por este semanário, a Lei 12/11, de 16 de Fevereiro, sobre as Transgressões Administrativas, prevê multas entre 1/4 do salário mínimo como valor inferior e 50 salários mínimos como valor mais alto.

Cálculos do NJ, com base no salário mínimo nacional, fixado em 32 mil Kz, determinam um milhão e 600 mil Kz como valor máximo a ser aplicado a qualquer habitante que for flagrado a transgredir as medidas sobre o do reordenamento do comércio.

Segundo a lei, a multa deve ser paga voluntariamente no prazo de 30 dias, contados a partir da data da notificação ao infractor. O documento permite também o pagamento da multa em até seis prestações, mediante solicitação por requerimento.

De acordo com a norma, as pessoas que não liquidarem a multa arriscam-se a ver os seus bens apreendidos pelas autoridades, que os devem guardar por um período de 30 dias. Findo o prazo, o assunto é remetido ao Ministério público para os procedimentos subsequentes.

Mais mercados à vista

Sem avançar números, o director do GCII do GPL, Wilson dos Santos, anunciou, para os próximos cinco anos, a construção de novos mercados, que se vão juntar aos 127 já existentes. "No âmbito do Programa de Reconversão da Economia Informal (PREI), estão a ser identificados espaços em todos os municípios, para a construção de novos mercados, sendo que o financiamento já está identificado e está, inclusive,

aberto espaço para parcerias público-privadas", assegurou.

A estratégia sobre o reordenamento do comércio, que começou a ser desenvolvida em Dezembro de 2022, prevê várias acções, sendo executada por um grupo de trabalho multidisciplinar.

Em Janeiro, o GPL anunciou, por via do NJ, a existência de 85 mil bancadas, das quais, até Maio, 25 mil já estavam preenchidas por vendedoras. Trata-se de um plano do Governo local de GPL, de reordenar o comércio, que já se está a desdobrar em acções, para que as restantes 60 mil sejam ocupadas coercivamente.

EUCLIDES SEIA

### 3.9 O resgate de um sonho

*Jornal de Angola*  
21 De Maio de 2023

No princípio da década de 90, sobretudo depois da assinatura dos memoráveis acordos de Bicesse, que trouxeram a paz que o povo queria, em 31 de Maio de 1991, ninguém do interior de Angola vinha a Luanda sem visitar o Roque Santeiro.

O Roque, segundo o cantor do Sambizanga Bell do Samba, era a maior empresa de Angola. Tinha tudo o que se podia imaginar e era dividido em várias secções assim feitas: da comida, da bebida, câmbio da moeda, das kinguilas, do comércio interno, dos roboteiros, dos gatunos. Os gatunos, às vezes, eram apanhados e queimados.

Numa das férias escolares que coincidiram com o casamento da Engrácia, dei uma volta à capital, depois de dois anos sem a visitar. Luanda, como acontece sempre em Dezembro, estava um turbilhão de emoções. Havia passado uma semana do Natal, mas tudo permanecia agitadoíssimo.

A mana Bete, a mana Bela, a mana Té, a Ngaxi (a própria noiva) e eu decidimos ir ao Roque fazer compras para o casamento apazado para a primeira semana de Janeiro. Mas antes passamos pela Samirana Comercial, onde trocámos os poucos dólares das contribuições familiares.

Era uma enchente indescritível. Transeuntes circulando por todos os lados e sentidos possíveis. Pessoas paradas no meio do caminho. Zungueiras a vender desordenadamente. Roboteiros empurrando os seus kangulos carregados de kibutos variados. Eu, no meio daquela azáfama, meio inocente, levava a tiracolo a pasta contendo todo o dinheiro para as

compras. Eram cinco volumes de 500 kwanzas, ainda nos plásticos, tal como vinham do banco, correspondentes a 1000 dólares. Todo o casamento estava aí. Perdê-lo implicaria o adiamento de um desejo, que, talvez, nunca poderia voltar a acontecer.

Andávamos cadenciadamente numa conversa amena. Comentava acerca do tropel das pessoas procurando o famigerado pão que o diabo amassou, quando uma senhora gorda com alguns fios de barba no queixo, que vendia pão com chouriço, de pé, atrás de um grande fogareiro em brasas, piscou-me o olho esquerdo acompanhando com o movimento da cabeça, indicando-me que algo não ia bem. Aquilo chamou a minha atenção. Acompanhei o seu olhar e, para minha desgraça, descobri que os gregos estavam a puxar o dinheiro degavarinho...

Habilmente, o meliante fez um corte cirúrgico na pasta com apenas um golpe certo, atingindo exactamente o canto onde se encontrava o dinheiro, que, entretanto, estava embrulhado numa bolsa feminina.

Seria um grande trauma. O fim de um sonho concebido há anos. Sem dinheiro, não haveria compras. Sem compras, não haveria casamento. Tudo estava perdido.

Num transe, como acontece nos filmes de Bruce Lee, o tempo parou. As emoções ficaram suspensas no ar. Deixei de respirar. Meti em prática o que aprendera durante anos a fio no Inter Clube e nos diversos ginásios por onde havia passado. Tinha fama de ser bom pugilista e culturista muito forte. Era a altura de demonstrá-lo na prática. Envolvi-me numa batalha campal mão a mão contra 9 bandidos. Só valiam socos, pontapés, quedase kabocos. Nada de defesa externa.

Estabeleci um perímetro de acção. Todos que estivessem ali, naquela circunferência imaginária, eram basaltos e, portanto, alvos a abater.

As senhoras que estavam comigo, assustadas, procuraram abrigo. A mana Té, trungueira desde a infância, tentou envolver-se na luta. Baixinha e de pernas como a mentira, desferiu um pontapé curto que não atingiu o seu alvo. Frustrada, decidiu sentar-se numa barraca para apreciar a briga de homens de barba rija.

Os oportunistas que tentaram apanhar o dinheiro, quando um marginal, em desespero, depois de duramente golpeado com rectos de direita e de esquerda, ganchos e swingues, jogou o dinheiro no ar, também foram neutralizados com golpes de controlo.

No final da pancadaria, um senhor bem vestido, que ia ao serviço, veio reclamar comigo, dizendo que levou dois socos na cara sem saber o porquê. Respondi-lhe que não me lembrava, pois o espírito do Jerry Kwanha via se apossado de mim.

Na verdade, lembrava-me dele sim. Depois dos golpes, e pela sua reacção passiva, verifiquei que estava apenas de passagem. Que não fazia parte da chusma de larápios. Não merecia aquela sova gratuita, mas, como diz o velho ditado, quem está na chuva é para se molhar. Então, tive que o molhar.

Mais tarde, já tudo sob controlo, a situação já calma, dinheiro totalmente recuperado, casamento salvo, na secção dos enfermeiros, quando tratava de um ferimento contraído aí mesmo durante a luta, em decorrência de um golpe mal aplicado, o bandido mais forte fisicamente, o último a ser no cauteado, aquele que, por força da pancadaria, jogou o último volume de dinheiro no ar, aproximou-se de mim e disse:

- Velho, você é forte, yah! Só assustei já boing, boing da cara. Aqui, isso nunca aconteceu. As pessoas aqui saem dispersas. Enjoadas. Até militares e polícias fardados fogem. Muitos deixaram as armas. Desde que essa praça abriu, você é o único que conseguiu resgatar o dinheiro que foi roubado.

As minhas companheiras olhavam para ele com ódio e pavor. A mana Bela disparou:

- Bandido de merda!

O bandido, desavergonhado, enfiado até ao pescoço numa ti Milagre verde alface, retorquiu:

- Não estou a falar contigo. A conversa é com o velho.

Virou-se para mim e, fixando-me seriamente como se estivesse a reviver a cena em retroversão, fez uma cara de pecado para causar comoção e pediu:

- Kota, paga lá um saco de água fresca.

### 3.10 Província de Luanda tem disponíveis mais de 60 mil bancadas em mercados

*Jornal de Angola*  
13 De Maio de 2023

A província de Luanda tem mais de 60 mil bancadas disponíveis para o enquadramento de vendedores, informou, segunda-feira, a porta-voz do Programa de Reordenamento do Comércio.

Nádia Neto, que falava durante uma conferência de imprensa, disse que boa parte dos espaços disponíveis não é ocupada, segundo uma constatação feita por uma equipa do Governo nos 114 mercados da província de Luanda.

Deu a conhecer que decorre uma campanha de cadastramento de vendedores e para aderir a (o) interessada (o) deve apresentar cópia do Bilhete de Identidade e duas fotografias tipo passe. Nádia Neto informou que quem não tiver a documentação pode dirigir-se às administrações dos distritos do Sambizanga e do Rangel.

"Esse processo começou no princípio do ano em curso, com a parte da comunicação, sensibilização e cadastramento das vendedoras", disse, para realçar que se vai estender em toda a província de Luanda e que os gestores dos mercados foram orientados a receber todas as vendedoras.

A porta-voz do Programa de Reordenamento do Comércio explicou que o processo visa, também, o reordenamento dos armazéns que se encontram na zona do Mercado de São Paulo e do processo de recolha de resíduos.

A também arquitecta de Construção Civil apelou às vendedoras no sentido de aderirem ao processo de cadastramento de forma organizada.

"Nos nove municípios há lugares suficientes para acolher as vendedoras", garantiu, explicando de seguida que o processo de sensibilização decorre nas avenidas Ngola Kiluange e nas rua da Gajageira e Cónego Manuel das Neves, depois de ter sido realizado nos municípios de Belas, Viana, Cacucaco e na Avenida Fidel de Castro. "Pretendemos estender em todos os municípios de Luanda".

Vendedoras cadastradas

A porta-voz do Programa de Reordenamento do Comércio deu a conhecer que, até ontem, mais de 400 vendedoras foram cadastradas, na Praça de São Paulo, e posteriormente vão ser distribuídas em

vários mercados da província de Luanda, de acordo com a escolha e mobilidade das mesmas.

Acrescentou que o processo de cadastramento é feito gratuitamente, todos os dias, das 8 às 18 horas.

De referir que, ontem, após uma manifestação, um grupo considerável de vendedoras dirigiu-se ao Mercado de São Paulo para se cadastrar.

Durante a manifestação, as vendedoras reclamavam por falta de lugares nos mercados, o que, diziam, faz com que vendam em várias artérias da cidade de Luanda, prática combatida pelas autoridades municipais.

### 3.11 Taxistas continuam a ser sensibilizados a aderir à campanha de licenciamento

*Jornal de Angola*  
23 De Maio de 2023

A Agência Nacional de Transportes Terrestres emitiu, desde o dia 27 de Abril, 2.088 licenças para táxis colectivos, em todo o país, e continua a aconselhar os taxistas, mototaxistas e embarcadores a aderirem à campanha de licenciamento, que está a ocorrer em todas as administrações municipais.

Os dados foram tornados públicos, segunda-feira, em Luanda, pelo presidente do Conselho de Administração da Agência Nacional de Transportes Terrestres, Énio Costa, que acrescentou que os operadores têm mais sete dias para tratar as suas licenças e exercerem a profissão de acordo com a Lei.

Énio Costa explicou que todos os postos a nível do país continuam engajados para dar resposta à procura. "Os locais continuam os mesmos e a equipa em prontidão para atender todos os que até ao momento não têm licença".

Desde a última actualização dos dados, feita pelo secretário de Estado dos Transportes, Jorge Bengue, altura em que foi anunciada a prorrogação da campanha até ao próximo dia 30, o número de licenças de transportes colectivos subiu para 2.088, mais 639 em relação à primeira fase.

Segundo Énio Costa, desde o dia 27 de Abril, início da campanha, já foram emitidas 36.546 licenças, sendo 33.736 de moto-táxis, 2.088 de táxis colectivos e 722 de embarcações de pesca artesanal.

A província do Huambo lidera com a emissão de 8.061 licenças, das quais 7.992 para moto-táxis e 69 para táxis colectivos. A seguir está a província de

Benguela, com 6.179, sendo 6.106 para motorizadas e 73 para táxis, e em terceiro lugar Luanda, com 4.733 licenças de mototáxis, 2.088 de táxis colectivos e 367 de embarcações.

#### Satisfação dos beneficiários

Francisco Domingos, já com a licença para a actividade de moto-táxi, disse que está satisfeito com o trabalho prestado e aconselhou os colegas a aderir à campanha. "Nesta campanha está tudo facilitado, vamos aderir", exortou.

O motoqueiro Bernardo Kituxi, que também já tratou a licença, disse estar grato com a iniciativa do Governo, que vem beneficiar todos os operadores de táxi e não só. "Este documento dá-nos a possibilidade de exercer a profissão de acordo com a Lei, o que é benéfico para nós".

O taxista João Quiala, que disse que não é a primeira vez que trata a licença do veículo, manifestou-se satisfeito com a campanha devido aos benefícios que traz. "Com a campanha é tudo mais célere e simplificado e gastamos menos", sublinhou, para de seguida apelar aos colegas a aderir ao processo.

### 3.12 Zaire quer mercado no Luvo para contribuir mais na arrecadação de receitas

*Jornal de Angola*

*23 De Maio de 2023*

*Texto: Jaquelino Figueiredo e Victor*

*Mayala*

O Governo Provincial do Zaire defende a construção urgente do mercado fronteiriço do Luvo, no sentido de aumentar a arrecadação de receitas fiscais para o Orçamento Geral do Estado (OGE), bem como conferir dignidade aos comerciantes nacionais e estrangeiros.

Esta posição foi avançada pelo governador Adriano Mendes de Carvalho.

"A construção do mercado fronteiriço do Luvo é mais que uma necessidade, não só para o aumento da arrecadação de receitas fiscais para os cofres do Estado, mas também para conferir dignidade aos comerciantes nacionais e estrangeiros que escalam aquele mercado", pontualizou.

Disse que no outro lado da fronteira, a República Democrática do Congo (RDC) fez grandes investimentos na modernização do seu mercado. Durante a caracterização da vida sócio económico do

Zaire, o governador Adriano Mendes de Carvalho avançou que a província enfrenta uma série de dificuldades nos domínios de infra-estruturas escolares, rodoviárias, fornecimento de água potável e expansão da rede eléctrica ao interior dos seis municípios.

"No domínio do ensino superior, defendemos a necessidade da construção de dois institutos superiores politécnicos, sendo um em Mbanza Kongo e outro no município do Soyo", disse o governador.

No que toca à energia eléctrica e água, disse que, com excepção de Mbanza Kongo, todos os municípios carecem de sistemas de abastecimento e distribuição de água potável, situação que já tem vindo a tratar com o Ministério da Energia e Águas, a fim de se colmatar esta problemática.

Segundo o responsável, a região precisa de investimentos para a expansão da rede eléctrica no interior dos municípios, sobretudo nas comunas e aldeias, uma vez que as sedes têm a situação resolvida.

"A província precisa de mais investimentos para a expansão da rede eléctrica, porque, neste momento, apenas as sedes municipais estão servidas, faltando fazer a cobertura das comunas e aldeias, assim como a iluminação pública de todas as sedes municipais e comunais", acrescentou.

No que se refere às vias de circulação, Adriano Mendes de Carvalho manifestou-se preocupado com a degradação acentuada da Estrada Nacional 210, concretamente o troço que liga o município do Nzeto a Mbanza Kongo, bem como espera o arranque das obras de construção da via Mbanza Kongo/Kuimba, esta com uma extensão de 60 quilómetros.

"A preocupação recai para o troço Nzeto/Mbanza Kongo, que se encontra em estado avançado de degradação, assim como as obras da estrada Mbanza Kongo/Kuimba e outras não menos importantes para o processo de desenvolvimento da nossa província", fez saber o governante.

Adriano Mendes de Carvalho fez estas declarações à margem da recente I Sessão Ordinária da Comissão Nacional Multisectorial para a Salvaguarda do Património Cultural Mundial, orientada pela Vice-Presidente da República, Esperança da Costa. A construção de um mercado para além de constituir mais do que uma necessidade para a província, vai também concorrer para o processo de desenvolvimento da região.

### 3.13 Luanda cadastra em 24 horas mais de duas mil vendedoras

*Jornal de Angola*

24 De Maio de 2023

Texto: Carla Bumba

A província de Luanda conseguiu cadastrar, em 24 horas, 2.624 vendedoras, no quadro do Programa de Reordenamento do Comércio, informou, ontem, a porta-voz da organização.

Nádia Neto disse que das 2.624 vendedoras, 405 foram inseridas, na última segunda-feira, no Mercado de São Paulo. "Hoje, elas já estão a comercializar ali os produtos", adiantou, além de explicar que as demais foram encaminhadas para os mercados da Chapada, no bairro Marçal, e outros do município de Luanda.

O recadastramento, informou, vai continuar. A iniciativa, acrescentou, está a permitir que as empresas de limpeza possam trabalhar à vontade, sem os habituais contratempos causados pela venda informal. "Temos agora melhores condições para reorganizar o trânsito e fazer a recolha atempada dos resíduos sólidos", disse.

O município de Luanda, destacou, tem mais de quatro mil vendedoras. "A meta é registar até seis mil vendedoras. Temos um número suficiente de bancadas a nível de todos os mercados de Luanda".

Todas as vendedoras, esclareceu, vão ser acomodadas nos vários mercados da capital, desde que façam o devido cadastramento. "A estratégia é lotarmos as bancadas de um determinado mercado e depois passarmos para outros, até colocar todas as vendedoras nestes espaços".

Nádia Neto lamentou, também, o acto de vandalismo ocorrido, na última segunda-feira, dia 22, com um dos agentes de fiscalização. "O agressor já se encontra detido e nos próximos dias vai ser encaminhado ao tribunal para julgamento sumário".

Mercados prontos para receber vendedoras

A porta-voz do Programa de Reordenamento do Comércio adiantou ainda que as condições estão criadas para colocar todas as vendedoras inscritas nos mercados de Luanda. "Temos espaço para acomodar o grosso das cadastradas, inclusive as que ainda não estão inseridas no processo de cadastramento".

A estratégia, explicou, é esgotar as bancadas de um determinado mercado e seguir para outro. "O mercado seguinte é o do Cazenga, município mais

próximo do de Luanda, que tem mais de 30 mil lugares. Só depois de lotado esse espaço é que vamos encaminhar as vendedoras para os mercados dos sete municípios da província", destacou.

A maioria das vendedoras que ocorre aos mercados do município de Luanda, explicou, são provenientes de outros pontos da capital, como Belas, Cacuaco, Cazenga, Viana. "A maioria tem as próprias preferências das zonas onde vender. Vamos respeitar isso e pedir para decidirem onde é que querem ficar. A ideia é interagir com as vendedoras e dar mais oportunidades de escolha", disse.

Comerciantes já exercem a actividade

Albertina Narciso, vendedora há mais de dez anos, afirmou que o processo de cadastramento foi rápido. Depois da inscrição, contou, foi chamada e posteriormente inserida no mercado. "Não foi preciso desembolsar nenhum valor monetário. Além disso, vender dentro do mercado é mais seguro, a pessoa fica protegida do sol. Por isso, aconselho a maioria das pessoas a participar na acção e inscrever-se no programa".

Outra vendedora, Esperança José, que vendia na rua, fez o cadastro ontem e em menos de 24 horas foi chamada para exercer a actividade. "Estou muito feliz. Vender dentro do mercado é bem melhor", frisou.

### 3.14 Comerciantes reintegradas já estão a exercer a actividade

*Jornal de Angola*

25 De Maio de 2023

Após 48 horas, algumas vendedoras inscritas já exercem a actividade dentro do mercado de São Paulo. No local, a equipa de reportagem do Jornal de Angola constatou um número considerável de vendedoras instaladas nas respectivas bancadas.

Elisa Albino, vendedora há nove anos, sente-se melhor dentro do mercado e garante que o processo de cadastramento foi rápido e eficaz em menos de 48 horas. "Recebi um espaço. Peço às demais para aderirem, de forma que possamos, todas, vender dentro dos mercados".

Outra vendedora, Maria Miguel, defende a ideia de todas trabalharem dentro do mercado. "É vantajoso, especialmente para quem compra produtos comercializados. É igualmente uma forma de evitar alguns constrangimentos que outrora prejudicavam os cidadãos de Luanda", disse, além de dar nota

positiva à iniciativa do GPL por ajudar a retirar os vendedores das ruas.

### 3.15 Governo Provincial já cadastrou perto de três mil vendedoras

*Jornal de Angola*

*25 De Maio de 2023*

Um total de 2.968 vendedoras foram cadastradas, até ontem, em Luanda, através do Programa de Reordenamento do Comércio, levado a cabo pelo Governo Provincial de Luanda (GPL), visando a organização da actividade comercial e garantir uma melhor imagem da cidade capital do país.

O anúncio foi feito, ontem, pela porta-voz do Programa de Reordenamento do Comércio, Nádía Neto, durante a conferência de imprensa, realizada no mercado de São Paulo, nesta cidade, referindo que as ruas Ngola Kiluanji, Cónego Manuel das Neves, Rei Mandume e Gajajeira são os pontos mais críticos da venda ambulante.

Até ontem, terceiro dia de trabalho, disse, foram encaminhadas um total de 988 comerciantes, distribuídas entre os mercados de São Paulo e Chapada, que já se encontram a vender. Porém, adiantou, que já não há vagas na "praça" de São Paulo. "Os restantes vendedores vão ser encaminhados para os restantes mercados a nível de Luanda".

Ao município do Cazenga, avança Nádía Neto, vão ser encaminhados 2.000 vendedores, que vão ficar no mercado dos Combustíveis, onde existem 20 mil lugares.

Os comerciantes que saem das ruas e entram agora para os mercados, destacou, vão ficar 90 dias sem pagar quaisquer emolumentos à administração. No prazo de 48 horas, a contar do dia de ontem, apelou, os comerciantes devem retirar os negócios da via pública e das "casas de processo", sob pena, caso não cumpram, de serem punidas pela lei e correm o risco de não reaverem os produtos.

O Governo da Província de Luanda vai, disse, doravante, inspeccionar os estabelecimentos comerciais de venda a grosso e retalho, de modo a banir as vendas na entrada do espaço. "Vamos fiscalizar permanentemente as zonas consideradas pontos críticos e não permitir as vendas nesses locais", disse.

À medida que decorre o processo, explicou, o Governo da Província de Luanda está a realizar, em paralelo, limpezas nas estradas, reposição dos

passaios danificados pela atitude das comerciantes, pinturas de lancis e a colocação de lâmpadas para iluminação pública.

Mercados em Luanda

A porta-voz do Programa de Reordenamento Comercial adiantou que o município de Cacuo, tem 21 mercados, com 9.480 lugares disponíveis para vendas. O município de Belas, disse, tem 22 mercados, com 7.267 vagas. O Kilamba Kiaxi possui 16 mercados, que têm no total 3.397 bancadas. "Viana congrega 23 espaços comerciais e tem 6.473 lugares para venda, enquanto o Cazenga possui 13 mercados e 3.479 vagas. No município de Talatona existem 16 mercados, 3.837 lugares para actividade comercial.

Nádía Neto reiterou que o Governo Provincial de Luanda não pretende acabar com a venda ambulante, porque, assegurou, é uma actividade permitida pela Lei, com base no artigo nº 1/07, de 14 Maio, referente ao Comércio Ambulatório

### 3.16 Proprietários de estabelecimentos comerciais aplaudem a iniciativa

*Jornal de Angola*

*25 De Maio de 2023*

Os responsáveis dos vários estabelecimentos comerciais nos arredores do mercado de São Paulo aplaudiram a iniciativa do GPL de realojar as vendedoras dentro do recinto. Há já alguns meses, recordam, havia um número considerável de vendedoras em frente dos estabelecimentos de São Paulo, dificultando o acesso dos clientes aos espaços.

Esperança Ferreira, funcionária de um desses estabelecimentos comerciais, afirma que o programa é bem-vindo e vai favorecer o comércio nesses espaços. "É de louvar, porque agora os compradores já conseguem ver os produtos, algo impossibilitado antes devido às acções das vendedoras. Além disso, elas sujavam e não limpavam", recordou.

Para Eduardo Paulo, a atitude é boa, mas teme a redução dos clientes no estabelecimento. "A maioria das clientes era mesmo dessas vendedoras. Agora temos de repensar as políticas de marketing, de forma a atrair mais clientes", avançou. Porém, reconhece que a venda dentro do mercado é melhor, por reduzir os riscos de vida a que muitas estavam sujeitas.

## Mobilidade facilitada

O Programa de Reordenamento do Comércio tem ajudado a devolver a fluidez da Cónego Manuel das Neves até à Ngola Kiluanje, ruas onde antes era comum ter um número considerável de vendedoras, que causavam congestionamento e dificultavam a movimentação de automóveis e pedestres.

O automobilista Jaime Muela acredita que com a retirada dos vendedores das ruas para o mercado, o trânsito no perímetro melhorou. "Agora as pessoas já podem movimentar-se com segurança nas zonas do São Paulo e Valódia, algo que era difícil, devido à comercialização de produtos na via pública", disse.

O moto-taxista Sandro António adiantou que já se pode circular à vontade. "Anteriormente as vendedoras condicionavam a circulação de automóveis e pedestres. É um trabalho bonito, por facilitar a mobilidade, especialmente na circulação do São Paulo ao município do Cazenga".

A pedestre Samba Jorge informou que já consegue circular a pé, de forma tranquila. "Esse tipo de ideias são muito boas e louváveis. Antes a mobilidade urbana era feita com dificuldade, devido à venda ambulante", frisou.

### 3.17 Intermediação ilegal de casas: o negócio que está a “furar bolsos” de inquilinos e enriquecer “mixeiros”

*Novo Jornal*

*26 De Maio de 2023*

*Texto: Jorge Batalha*

Lá se foi o tempo em que arrendar uma residência era um fenómeno acessível ou 'sol de pouca dura'. Hoje, conseguir 'um doce lar' para a família constitui uma 'dor de cabeça' para os cidadãos que queiram viver na capital do país, Luanda, constatou a equipa de reportagem do Novo Jornal, numa ronda efectuada há dias.

Os intermediários, tratados por 'mixeiros' por alguns, que, à partida, embora ilegais, entraram para o negócio como facilitadores na compra, venda ou arrendamento de imóveis (casa, escritório, terrenos, quintas, armazéns e outros), a troco de uma comissão por parte do senhorio, que varia entre 10% a 20% do preço total do imóvel.

Entretanto, actualmente, intermediários há que mudaram de estratégia, passando a 'obrigar' os

inquilinos a pagar pelo serviço prestado, numa escala igual ao preço da moradia em questão.

Dito de outro modo, o cliente que quiser arrendar um imóvel avaliado em 80 mil kwanzas/mês, que em seis meses perfaz 480 mil Kz, deve, obrigatoriamente, desembolsar mais 80 mil kwanzas como comissão ao 'mixeiro' que indicara a residência, totalizando 560 mil Kz para não perder a casa.

O negócio, de intermediação de residências, até então uma actividade exclusiva dos grandes centros urbanos, agora ganha notoriedade, verificando-se, assim, uma 'invasão silenciosa' dos 'mixeiros' nas zonas periféricas de Luanda.

Nessa migração, o modelo tradicional de publicitar as casas em arrendamento na periferia com anúncios afixados em paredes com dizeres "Arrendá-se uma casa" já não existe, dando lugar às famosas placas' ou 'gabinetes' a céu aberto (de concentração de intermediários), tendo sob o seu domínio a localização das moradias.

No prenda, por exemplo, o repórter do NJ, ao fazer-se passar por interessado numa residência T2, no bairro Azul, avaliada em 60 mil kwanzas, a mensalidade, foi solicitar o serviço dos intermediários da placa do Zamba 2. Nesse local, foi informado de que apenas para visualizar a casa devia desembolsar uma taxa de deslocação ao 'mixeiro'. "Kota, estás a andar com os meus 2 mil?", questionou o intermediário em tom de Ironia ..

De seguida, o 'mixeiro' lançou o repto: "não quero que me compliques. Se não tiveres o dinheiro da deslocação e da comissão para ficar com a casa, é melhor não dar trabalho". Após inteirar-se destas cláusulas, o repórter desistiu da busca.

Ao deixar o local, a equipa do NJ deparou-se com Esmeralda Joaquim, moradora do bairro Morro Bento. Visivelmente desesperada, cansada e saturada. A cidadã de 29 anos narra o processo de procura de casa como uma a 'miragem', sendo que lhe foram mostradas muitas moradias que não espelhavam a descrição que dava aos 'mixeiros'. Porém, como sustentou, os intermediários alegavam dispor de residências para não perderem a 'mixa sagrada' da deslocação. "Já gastei 20 mil kwanzas só pagando deslocações. Agora, tenho mesmo que pagar essa última casa que vi e tal dita comissão de um mês", desabafou a cidadã, mãe de três filhos.

Relatos desta mulher dizem que os anúncios de arrendamento aos poucos vão desaparecendo pelo facto de os intermediários os arrancarem,

substituindo-os por cartazes improvisados; o que obriga o pagamento de tais comissões.

À semelhança de Esmeralda, Adilson da Silva detalhou também ter sentido o 'calvário' de arrendar uma moradia. A residir na Camama; o cidadão de 33 anos contou os meandros por que passou para achar a casa. Foi uma luta quase interminável,' mencionou. "Tive de' procurar por mais de um mês para conseguir arrendar uma. Não escapei às co- missões", lamentou, defendendo que estas deveriam ser pagas pelo dono da residência.

Em jeito de defesa, o intermediário Pedra Libolo, nome fictício, de 45 anos, 15 dos quais dedicados à intermediação de imóveis, disse que começou a 'taxar' comissões aos clientes para fugir à ausência dos senhorios dispostos a pagar pelo trabalho efectuado.

Questionado sobre a ilegalidade ou não desta prática, Libolo avança o argumento da escassez de empregos. "Se eu não conseguir casa para arrendar, não levo sustento para a minha família. Este é o meu emprego fixo", retorquiu o pai de quatro filhos.

Sobre o assunto, um agente imobiliário certificado, que preferiu anonimato, explicou ao NJ que em parte nenhuma um inquilino deve pagar comissão ao mediador, afirmando ser uma actividade do proprietário da casa. No que toca à taxa a aplicar, o mediador diz que a lei não define um valor específico, mas esclarece que, de forma convencional, os profissionais do sector aplicam a tarifa de 10%.

Jurista ressalta a ilegalidade da actividade

O jurista Salvador Freire defende maior fiscalização dos que efectuam essa prática.

Por outro lado, o homem de leis diz que se deve ter mãos pesadas sobre os autores, com aplicação de multas aos prevaricadores.

"Essas pessoas devem ser severamente sancionadas, porque retiram o exercício legal das imobiliárias, que têm essa tarefa", advogou Salvador Freire.

jorqe.batalhasnovojournal.co.ao

### 3.18 Emitidas mais de quatro mil licenças em dois meses

*Jornal Luanda*

*29 De Maio de 2023*

Em dois meses, desde a abertura da campanha de licenciamento e cadastramento de táxis, moto-táxis e embarcações de pesca artesanal, mais de quatro

licenças foram emitidas na província de Luanda para exercício dessas actividades. A dilatação do prazo de licenciamento, a pedido da das associações de taxistas, moto-taxistas e de embarcadores de pesca artesanal, vai facilitar que, até 30 de Maio, data prevista para o encerramento da campanha, o registo de maior número de meios. De acordo com dados apresentados, até a última semana, pelo secretário de Estado para os Transportes Terrestres, a província de Luanda foi a que mais registou adesão de operadores, com o registo de 4.055 para moto-táxis, 367 embarcações de pesca artesanal, 362 táxis colectivos e 155 gira-bairro. Fonseca Bengue disse que prorrogação do prazo permitirá a redução considerável dos cerca de 90 a 100 mil moto-táxis, 32 mil táxis colectivos e três mil embarcações de pesca artesanal, que, até agora, exercem a actividade sem documentos.

#### Descentralização de serviços

No fim desta campanha, explicou o secretário de Estado para os Transportes Terrestres, o processo de licenciamento decorrerá normalmente, mas os serviços serão descentralizados. "Já não se terá num único ponto para todas as entidades que concorreram para a emissão do licenciamento durante a campanha", garantiu. As condições dos meios em mau estado técnico, com o processo de cadastramento, poderão reduzir consideravelmente em todo o país. Fonseca Bengue frisou que a avaliação das condições técnicas será um dos requisitos no acto de licenciamento da actividade, para se aferir se o meio está ou não nas normas exigidas para transportar passageiros ou mercadorias. "Todo o veículo que circular em mau estado técnico poderá ser apreendido pelas entidades fiscalizadoras de trânsito", alertou, tendo acrescentado ser fundamental a fiscalização permanente, um acto que, reforçou, não deve ser interpretado como perseguição ou excessos por parte da Polícia Nacional.

### 3.19 Reacções da ANATA e da OTCA

*Jornal Luanda*

*29 De Maio de 2023*

O PRESIDENTE xO presidente da Associação Nova Aliança dos Taxistas de Angola (ANATA) salientou que, nos primeiros 15 dias, do início da campanha, registou-se uma fraca adesão por falta de maior esclarecimento do processo de licenciamento. Francisco Paciente avançou que "as informações claras" do secretário de Estado para os Transportes Terrestres contribuíram para dissipar algumas dúvidas e inquietações, o que permitiram o reforço da



mobilização dos associados para aderirem ao processo. "As dúvidas tinham a ver com a questão da territorialidade da circulação. O receio de alguns taxistas era estarem limitados a circular numa determinada zona, enquanto, actualmente, circulam por toda a parte de Luanda", clarificou o presidente da ANATA, exemplificando que "se pensava que quem tratar o licenciamento em Viana só poderia circular em Viana."

Francisco Paciente informou que foram transmitidos que os veículos podem circular noutros municípios, porque o licenciamento é uma estratégia do Governo para aproximar os serviços aos cidadãos no âmbito da desconcentração administrativa. A partir desse esclarecimento, acrescentou, "co- meçamos a mobilizar massivamente" a participação dos taxistas no processo de licenciamento.

"Os taxistas do azul-e-branco são os que mais dúvidas tinham. Hoje estão presentes em todos os postos de licenciamento, porque ganharam a cultura de andar legalizado".

José Gomes apontou que este acto é uma orientação do Governo que deve ser cumprida por todos que fazem o serviço de táxi na província de Luanda e em todo o país. Depois deste período, será a fase em que os agentes da Polícia passarão a agir, rigorosamente, no ponto de vista da fiscalização.

"O conselho que deixamos a todos os colegas, principalmente os da Associação dos Taxistas de Carrinhas Adaptadas (OTCA) é que devem realizar o licenciamento para não haver constrangimentos", apelou José Gomes.

### 3.20 São Paulo “cara nova” com o fim da venda desordenada

*Jornal Luanda*

*29 De Maio de 2023*

*Texto: Miguel Ângelo*

O 22 de Maio entra na vida dos moradores do bairro São Paulo como o dia em que se resgatou a nústica e nobreza dessa zona do Distrito Urbano do Sambizanga. Noémia, moradora do prédio 413, escolhe as palavras "sossego e alívio" para caracterizar a nova realidade, com a proibição da venda desordenada. "Acho que, desta vez, o sofrimento acabou", afirma.

Ela, de calção e blusa meio-caída, diz ser a primeira vez que, passados longos anos de ocupação dos passeios, está à frente do prédio que vive há mais de 30 anos. "Nem estou a acreditar. Há muito que não

sei o que é estar aqui, de pé, a apreciar a rua, nem mesmo a partir da janela. Era muita confusão. Sei que muitas famílias dependiam dessas vendas. Mas como era feita, sinceramente, não dava para continuar assim", relata. Se Noémia se manifesta "aliviada e sossegada", com o cenário registado ao longo das avenidas Cónego Manuel das Neves e Ngola Kiluanji, a mesma opinião já não têm algumas vendedoras que, logo que se aproxima alguém, procuram vender os seus produtos às escondidas dos fiscais e agentes da Polícia Nacional.

"Amigo, pergunta, temos boas calças e camisas", aliciam, em voz baixa, desconfiadas. É que muitas lojas, por actividade irregular, em virtude de falta de determinados documentos, foram encerradas. E, para 'fugir ao cerco' dos fiscais e dos agentes da Polícia, seguindo confidenciou um morador do prédio 43, alguns proprietários dessas lojas transferiram muitos produtos para os apartamentos e anexos dos quintais.

"A venda não pode ser feita abertamente", reforça este morador, que disse estar a ter, desde segunda-feira última, "noites de sono tranquilo".

As pessoas aqui não dormiam à-vontade. O barulho começava de manhã até altas horas. Há muitos que até já não regressavam a casa. Dormiam debaixo dos prédios ou nos carros que estão nos quintais". O trânsito automóvel está fluído. O troço Cine São Paulo até à ENDE, que levava largos minutos a ser percorridos, deixou de ser um tormento para os motoristas que aplaudem a nova realidade. "Parece um milagre. Nem estou a acreditar no que estou a ver", disse o jovem, quando estacionava para ir ao ATM do prédio onde funciona uma agência bancária, próximo à Rádio Ecc1ésia.

"Alguém que nunca passou aqui antes, ao constatar o que se vê agora, não acredita que aqui era uma desordem de mercado", avançou.

Os fiéis da Igreja Mundial, que realizam os cultos no Cine São Paulo, mostraram-se "satisfeitos e mais tranquilos", com o fim da venda desordenada na extensão dessa rua, até ao Prédio do Livro, visto que não tinham lugares para estacionar as viaturas.

"A medida, apesar de afectar muitas famílias, que dependiam das vendas, é assertiva", apontou um jovem, de lenço azul ao pescoço, quando saía do culto.

Com a proibição da venda ambulante e a maior parte das lojas encerradas, o ambiente de negócios dos vendedores de telemóvel, nas barracas na parte traseira do cine, ficou mais tranquilo. "A nossa actividade não suja e nem provoca confusão",

defende-se um deles, perante o olhar de um cobrador que lotava uma viatura.

"Os passageiros reduziram muito. A situação está dura", diz, quando abordado pela nossa reportagem sobre a nova realidade no São Paulo. "Sei que isso prejudica a nossa actividade. Mas tenho que aceitar. Está melhor assim, sem muita confusão e agitação", enfatizou.

### 3.21 Suspensa actividade comercial

*Jornal Luanda*

*29 De Maio de 2023*

O GOVERNO Provincial de Luanda suspendeu toda a actividade comercial nas avenidas Cónego Manuel das Neves e Ngola Kiluanji, nos municípios de Luanda e Cazenga, a partir do dia 26 de Maio, dos estabelecimentos e superfícies comerciais localizados em toda a sua extensão. Em nota que, o Jornal Metropolitano de Luanda teve acesso, a suspensão provisória tem o prazo de 7 dias úteis, enquanto de correm os trabalhos do reordenamento do comércio. O GPL informa que, a venda ambulante não está proibida, porque é legal. O que está proibido é o exercício da venda em locais impróprios, como passeios, bermas e estradas.

### 3.22 Vendedoras transferidas para mais de 100 mercados

*Jornal Luanda*

*29 De Maio de 2023*

O PROGRAMA de Reordenamento do Comércio, na província de Luanda, uma iniciativa do Governo Provincial e de parceiros sociais, permitiu o cadastramento de mais de cem mil vendedeiras ambulantes, que exerciam a venda em locais impróprios, que serão distribuídas pelos 114 mercado disponíveis.

Nádia Neto, a porta-voz do Plano de Reordenamento do Comércio, disse que, cumprido o prazo de sensibilização, está proibida a venda desordenada nas avenidas Cónego Manuel das eves e gola Kiluanje, nos municípios de Luanda e Cazenga.

No passado dia 25 de Maio, na sequência da proibição da venda, nestas avenidas, de mais de 2 mil vendedeiras foram transferidas para o mercado dos Combustíveis, no Distrito Urbano do 11 de Novembro, localizado no município do Cazenga.

Nádia eto avançou que o mercado dos Combustíveis conta com mais de 20 mil lugares disponíveis para

receber as vendedeiras, revelando, ainda, que, relativamente ao mercado do São Paulo, foram cadastradas mais de dois mil e 624 vendedeiras.

Um total de 405, transferidas do mercado do São Paulo, foram enquadradas e já iniciaram a exercer as vendas. Os mercados localizados no Distrito Urbano do Rangel são os que registam pouca adesão d s vendedeiras.

"O mercado da Chapada tem uma administração que está de prontidão para receber as senhoras. Elas têm de fazer o cadastramento, que é gratuito. Para além do mercado da Chapada, temos, também, o mercado do Rangel, na rua da Vaidade, que está com cerca de 100 lugares disponíveis".

No Distrito Urbano do Rangel estão disponíveis dois quintalões, localizados na rua das Pedrinhas, com cerca de 60 lugares, e no largo do Cine Ngola, defronte ao mercado dos Congolezes, com cerca de 100 bancadas livres, respectivamente.

O processo de cadastramento e encaminhamento das vendedeiras acontece em todos os mercados espalhados pelos nove municípios. A província de Luanda possui 114 merca- dos, sendo que 13 estão localizados no município de Luanda.

### 3.23 Cenário melhorado no bairro São Paulo

*Jornal de Angola*

*31 De Maio de 2023*

Consideradas no início, pela porta-voz do Reordenamento do Comércio, Nádia Neto, como os pontos mais críticos da venda ambulante, as ruas Ngola Kiluanje, Rei Mandume, Cónego Manuel das Neves e Gajajeiras, apresentam, hoje, um cenário bem diferente, como constatou o Jornal de Angola, o quadro está invertido.

A circulação nesses pontos melhorou e a zona ganhou uma melhor imagem, com a mobilidade facilitada dos pedestres, que andam sem correrem o risco de pisar um produto ou qualquer objecto pertencente a um comerciante.

Gefferson Salvador, de 57 anos, morador há mais de 30 anos da zona, dá votos positivos ao actual governador de Luanda, Manuel Homem, pelo trabalho que tem empreendido para prestar atenção na melhoria do "rosto" da cidade capital.

"Antigamente o São Paulo era um lugar invulgar na cidade de Luanda. Desde que o espaço virou mercado havia muita desorganização. Agora, o

Governo veio devolver aquilo que era na verdade o São Paulo de Luanda”, lembrou.

Apesar de um número reduzido de pessoas ainda insistirem em desacatar os apelos das entidades, Rosa Feliciano, de 63 anos, também moradora da zona, entende que vai levar tempo até todas compreenderem o verdadeiro objectivo do Executivo.

"Aos poucos, com determinação, sensibilização constante, actos de pedagogia, o Governo vai conseguir colocar todas as senhoras nos mercados e acabar com a venda desordenada, um problema que se arrastou por longos anos”, disse.

### 3.24 Dificuldades permanecem na Vila de Viana

*Jornal de Angola*  
31 De Maio de 2023

Na Vila de Viana, a situação é bem mais complexa, apesar do trabalho que o GPL tem feito junto da Administração daquele município, algumas vendedoras continuam a fazer resistência, permanecendo na calçada e criando "dor-de-cabeça" às autoridades policiais.

Do Comando Municipal da Polícia até ao Supermercado AnjoMart, ainda se nota, constantemente, os comerciantes a correrem de um lado para outro com o negócio na mão, mesmo sob a pressão da Polícia, sem estarem preocupadas com o risco de atravessarem a estrada naquelas condições.

O lixo que se produz, os casos flagrantes de necessidades fisiológicas feitas a céu aberto por alguns, são, dentre outros, factores que não dignificam a imagem do centro administrativo do município satélite de Luanda.

O Reordenamento do Comércio é um projecto do Governo da Província de Luanda que visa garantir uma imagem limpa e hospitaleira à cidade capital para o bem de todos.

De acordo com a porta-voz do Reordenamento do Comércio, Nádía Neto, existem, nos 9 municípios da província de Luanda, perto de 200 mercados e mais de 57 mil bancadas.

### 3.25 Redução do lixo na 5ª Avenida do Cazenga

*Jornal de Angola*  
31 De Maio de 2023

Para Wilson Diogo, moto-taxistas, no município do Cazenga, a retirada dos vendedores ambulantes da rua para o mercado do Asa Branca, está a ajudar a reduzir os focos de lixo na rua, assim como os transtornos a que os transeuntes eram sujeitos por essas venderem os negócios na via pública. "Agora as ruas estão mais largas. Antes, os vendedores estreitavam as ruas com os seus negócios e sujavam muito. O Governo está a fazer um bom trabalho”.

Para o taxista Domingos Tchihayo, as autoridades fiscais devem ser mais rígidas com quem insistir em continuar a fazer o comércio na rua. "Os fiscais devem criar mecanismos de disciplina no sentido de forma a desincentivar os infractores. É preciso medidas mais pesadas, inclusive muito altas”, aconselhou, além de acrescentar que a sensibilização deve ser constante.

### 3.26 Reordenamento do comércio melhora imagem de Luanda

*Jornal de Angola*  
31 De Maio de 2023

Boa parte da zona do Benfica, da 5ª Avenida do município do Cazenga, da Vila do Gamek, do Palanca, São Paulo, rua Ngola Kiluanje, Cónego Manuel das Neves, Rei Mandume e Gajajeiras, apresentam, nos últimos sete dias, uma nova imagem quanto à venda ambulante nos espaços públicos da cidade capital.

A equipa de reportagem do Jornal de Angola falou, terça-feira, com vários munícipes, automobilistas e pedestres, que dão nota positiva ao trabalho levado a cabo pelo Governo da Província de Luanda (GPL), de acabar com o comércio desordenado na via pública, atribuindo lugares aos vendedores nos demais mercados existentes nessa cidade.

Automobilistas

Alberto Caiala, automobilista, que fazia o percurso Benfica-Multiperfil, disse que é um ganho para todos, em especial para quem conduz, a organização do comércio informal feita pelo GPL. "Agora a mobilidade e principalmente o estacionamento nas paragens melhorou bastante. Antes, os vendedores criavam vários constrangimentos, quando vendiam muito próximo da faixa de rodagem”.

O trabalho em curso, realçou, deve continuar a incluir também a sensibilização, uma vez que se trata de uma situação que virou hábito e praticamente a venda na rua, era visto como normal.

Às zungueiras, o automobilista apelou a compreensão, pois trata-se de um trabalho de organização para a melhoria da imagem da cidade. "É preciso que os vendedores compreendam que é um trabalho de organização".

Francisco Manuel, taxista, que fazia a rota Benfica-Rocha Pinto, disse que o trabalho do GPL é positivo e alerta para todos abraçarem a causa, inclusive os comerciantes, uma vez que a venda na rua acaba sendo um perigo para as próprias. "Muitas correm o risco de serem atropeladas, caso uma viatura perca os travões ou apresente uma avaria que impossibilita controlar o veículo. Já vimos casos semelhantes", alertou.

Como exemplo, lembrou um acidente ocorrido no desvio do Zango, no ano passado, quando um Toyota Hyace despistou e atropelou as vendedoras que estavam próximo da estrada. "Na Vila de Viana, no mesmo ano, uma zungueira foi atropelada ao fugir de um fiscal. Por isso, devemos todos ajudar o Governo a organizar a cidade e as senhoras que vendem nas ruas devem abraçar o trabalho do mesmo. É para o bem de todos", disse.

## 4. OGE, INVESTIMENTOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA

### 4.1 Executivo financia-se com 6.622 mil milhões

*Jornal Economia e Finança*

*Texto: Isaque Lourenço*

O Executivo angolano aprovou, para este ano, um endividamento de 6.622 mil milhões de kwanzas, equivalentes a 12,97 mil milhões de dólares para financiar a realização de várias iniciativas previstas no Orçamento Geral do Estado-zozg.

De acordo com o Plano Anual de Endividamento divulgado esta quarta-feira pelo Ministério das Finanças, do referido valor 3.096 mil milhões de kwanzas (6,06 mil milhões de dólares) são dívida interna e outros 3.525 mil milhões de kwanzas (6,90 mil milhões de dólares) vão ser captados no mercado externo.

O documento da Unidade de Gestão da Dívida do Ministério das Finanças explica que, com isso, o serviço de dívida (juros pagos mais capital reembolsado) do Governo projectada para este ano é de 9.064 mil milhões de kwanzas (17,75 mil milhões de dólares), da qual 3.994 mil milhões de kwanzas (7,82 mil milhões de dólares) é interna e 5.069 mil milhões de kwanzas (9,93 mil milhões de dólares) é externa.

Em relação ao stock da dívida (valor da dívida por pagar) governamental, a previsão deste ano é de 34 biliões de kwanzas, da qual 10.245 mil milhões é interna e 23.754 mil milhões externa. Em termos de endividamento líquido observa-se uma redução global de 0,77 por cento.

Por outro lado, se a dívida interna reforça o peso em 248 mil milhões de kwanzas, a externa em sentido inverso apresenta uma variação negativa de 248,77 mil milhões de kwanzas.

O peso da dívida do país no PIB (indicador que mede a geração de riqueza) para este ano é de 56 por cento, bem abaixo dos 63 por cento de 2022.

### Estratégia 2021-2024

As perspectivas económica de médio prazo são animadoras, na medida que projecta-se que a economia nacional continue com a trajectória de recuperação iniciada em 2021, prevendo-se, para o triénio 2022 - 2024 um crescimento médio de 3,0 por cento. O crescimento económico do triénio em referência deverá ser impulsionado pelo sector não petrolífero, cujo crescimento médio previsto é de 3,7 por cento. O sector não petrolífero, contrariamente ao ciclo recessivo que observou de 2016 - 2021, deverá registar um crescimento médio de 1,8 por cento, durante o triénio em referência.

No tocante aos indicadores fiscais, as projecções apontam para uma redução consistente do défice saldo primário não petrolífero em percentagem do PIB, passando de 7,1 por cento em 2022 para 3,8 em 2024, sendo a referida queda explicada pelo crescimento consistente do sector não petrolífero. O saldo primário, variável importante na análise da dinâmica da dívida pública, prevê-se que se situe em torno de 9,7 por cento do PIB em 2022, de acordo com as projecções mais recentes, e se estabilize em torno de 5,2 por cento do PIB nos anos subsequentes, mantendo-se assim positivo e num nível considerável.

Em termos de estratégia de endividamento, tem se trabalhado na diversificação das fontes de financiamento e na diminuição da proporção da dívida comercial, dando primazia a financiamento concessionais, dentro das disponibilidades de financiamento existentes, no sentido de reduzir os riscos e custos da dívida atrelados às variáveis de mercado.

## 4.2 Governador de Benguela mostra um programar integrado de patas para o ar, só com fundos de empresas nacionais

*Novo Jornal*

*26 De Maio de 2023*

*Texto: João Marcos*

Quinze meses depois do arranque do Programa Integrado de Obras Emergenciais de Benguela, avaliado em 415 milhões de euros, o governador provincial, Luís 'Manuel da Fonseca Nunes, revela que, afinal, o empréstimo da ASGC "ainda não está activo", apesar de uma execução física a rondar os 30%, num pronunciamento que confirma suspeições relativas à proveniência do dinheiro aplicado em rodovias, edifícios, água e outros sectores, levantadas em diferentes círculos da sociedade civil.

Reacções a este excerto de um discurso de hora e meia, feito terça-feira, 23, num diálogo com jornalistas e vários analistas, da política à economia, indicam que tal pronunciamento é tão surpreendente como o facto de Luís Nunes ter afirmado que há uma execução física muito acima do grau de execução financeira.

Assim, prevalece a dúvida em relação ao valor aplicado até ao momento, um assunto que deu azo a abordagens no Novo Jornal, mesmo que se saiba que a execução física andarà entre 25 e 30%, o que corresponderia, em termos de orçamento, a não mais de 125 milhões e 500 mil euros.

. Mas, estando a execução física "muito acima", prevalecem dúvidas que, segundo o governador, terão de ser dissipadas pelos ministros das Obras Públicas, Urbanismo e Habitação e das Finanças, uma vez que são obras de subordinação central.

"Fazemos o acompanhamento, através do nosso vice-governador, mas não temos estes números exactos", respondeu Luís Nunes,

Ao NJ, o economista e consultor empresarial Janísio Salo mão, docente universitário, ressalta que está clara a existência de um exercício financeiro de empresas que avançam com fundos próprios.

"Quando houver dinheiro [do empréstimo], até porque o Ministério das Finanças trabalha no fecho da linha de financiamento, estas, empresas vão ser compensadas", indicou o analista, lembrando, ao manifestar surpresa pelo "empréstimo ainda não activo", que a execução física supera a financeira.

Já depois das perguntas e respostas, em ambiente informal seguido por vários observadores presentes no palácio da Praia Morena, Janísio receberia do governador a confirmação do seu comentário.

Ele teceu estas considerações após ter ouvido, ao lado de outros analistas, Luís Nunes anunciar 600 projectos para até 2017, no âmbito do Programa Integrado de Intervenção Municipal (PIIM), que terá uma segunda fase, e de financiamentos externos.

"vamos, no bom sentido, 'virar Benguela de patas para o ar', com muitas obras em todos os municípios", disse o governador, que destacou, na educação e saúde, a construção de três mil salas de aula e 136 unidades sanitárias.

Casas sociais, visando assistir famílias em zonas de Fisco, mercados, numa perspectiva de acabar com a venda desorganizada dentro de dois anos, iluminação pública e saneamento básico, com duas lixeiras controladas em perspectiva, são sectores em destaque neste quinquénio.

Muitos milhões em obras para todos, os gostos e feitos

Os seiscentos projectos ora anunciados vão movimentar 220 mil milhões de kwanzas, equivalentes a USD 404.538.200, quase o valor do Programa Integrado de Obras Emergenciais, executado, apenas do ponto de vista físico, em cerca de 30%.

Se se tiver em conta que, como salientou Luís Nunes, estes projectos "não são apenas para hoje", convém salientar que, para além dos 415 milhões de euros, o Presidente João Lourenço aprovou outro financiamento, no valor de 482 milhões de dólares, que será assegurado por uma linha do banco britânico Standard Chartered Bank e "outras instituições financeiras mais bem identificadas no acordo de financiamento".

Depois do anúncio, o governador reafirmou que o sector das Águas, que terá os USD 191,3 milhões recentemente aprovados pelo Chefe de Estado, atravessa um momento crítico.

"Queremos sair de uma produção de 1,5 metros cúbicos por segundo para 3,5, mais do dobro", ressalta, acrescentando que, uma vez reforçado o sistema integrado, será construída na Ganda a barragem que deverá regularizar o leito do rio Catumbela, o manancial que sustenta as quatro cidades do litoral.

"Vai produzir ainda 20 megawatts de electricidade e apoiar 400 mil famílias ao longo do perímetro, sobretudo na irrigação de áreas agrícolas", vinca.

Sobre esta questão, o arquitecto Felisberto Amado, professor universitário, tem de fendido barragens ou diques no rio Catumbela, capazes de garantir o aproveitamento das águas que acabam perdidas no Atlântico.

"É um rio permanente, por isso poderíamos aproveitar melhor, principalmente para reter as águas e fazer face às épocas de estiagem", indica o especialista. '

Outro "grande" projecto anunciado pelo governador para o quinquénio é a circular de Benguela, a partir dos Cabrais (Catumbela) até à Baía Farta, numa extensão superior a 100 quilómetros.

"Queremos, como se sabe, separar o trânsito pesado", resumiu Luís Nunes.

Os poderosos com fundos próprios

Sendo ponto assente que o empréstimo "ainda não está activo", é questionável a proveniência do dinheiro que permitiu avanços na execução física, havendo mesmo vários projectos concluídos.

Logo à primeira, como vimos, o economista Janísio Salomão indicou fundos próprios das empresas envolvidas, algo que viria a ser confirmado pelo governador.

Destas empresas, apurou o NJ, duas avançam com capital próprio, a Omatapalo, fundamentalmente, e a Casais Angola, que actua sobretudo nos edifícios.

As empresas com domicílio fiscal nas Repartições de Benguela e Lobito, a Afritectos e a Ságernar, respectivamente, enfrentam limitações financeiras, tendo optado por uma paralisação temporária.

São, aliás, alimentadas pelas duas primeiras, ambas afectas à Repartição Fiscal dos Grandes Contribuintes, que têm contacto directo com a ASGC, entidade financiadora e também empreiteira.

Quanto às razões que forçaram este adiantamento de empresas com fundos próprios, observadores atentos apontam o ano de eleições (2022), lembrando que o próprio governador provincial, no calor do pleito, apontava o pacote de obras como trunfo para uma vitória do seu partido.

«Os ajustes directos têm agilizado programas em Angola» No seu 'tempo de antena', o NJ começou por fazer uma correcção, esclarecendo que o contrato

por ajuste directo para a intervenção urgente no sistema de distribuição de água, contrariamente ao que frisou Luís Nunes, já tem empreiteiros.

Uma empresa espanhola e a Wedo, ligada ao Grupo Omatapalo, vão 'mexer' nos 191,3 milhões de dólares.

Feito o reparo, que não mereceu qualquer rejeição, o NJ procurou conhecer a opinião do governador face à necessidade de limitações na contratação simplificada, conforme sugere a recém-aprovada Estratégia Nacional de Prevenção e Repressão da corrupção (ENAPREC).

"A lei dá essa prerrogativa ao Presidente da República, e esses ajustes agilizam os programas. A maior parte deles surge quando as pessoas trazem os financiamentos", respondeu, sem ter tocado na 'sua Omatapalo, até porque fez questão de sublinhar que "agora sou político".

Luís Nunes acrescenta que, quando alguém traz o seu dinheiro a Angola, tem o direito de escolher os empreiteiros.

"Ser chegado ao Presidente? Sou sim como todos os angolanos, somos iguais, ele olha para todos", referiu o governador, relativamente à muito badalada, e criticada, ligação a João Lourenço.

## 5. GOVERNAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA

### 5.1 Actualização cartográfica chega a mais seis províncias

*Jornal de Angola*  
19 De Maio de 2023  
Texto: César Esteves

O processo de actualização cartográfica, por via do qual se criam as secções censitárias, vai estender-se, nos próximos dias, a mais seis províncias do país, depois de Luanda, anunciou, ontem, o porta-voz da Comissão Multisectorial de Apoio à Realização do Censo 2024.

Hernany Pena Luís, que falava à imprensa, no final de mais uma reunião de trabalho daquela comissão, presidida pelo ministro de Estado e chefe da Casa Militar do Presidente da República, Francisco Furtado, fez saber que este é o passo que antecede a realização do Censo Piloto, previsto para 19 de Julho.

"Estas províncias serão objecto de actualização cartográfica para, posteriormente, seguirmos, então, às restantes partes do país com o processo de actualização cartográfica, que poderá estender-se ao longo do ano todo", referiu o porta-voz, avançando estarem, entre estas províncias, o Cunene, Bié, Uíge e Lunda-Norte. "Estas serão as províncias onde o Censo Piloto poderá decorrer", salientou.

Hernany Pena Luís anunciou que esta empreitada vai contar com a participação de mais de 500 cartógrafos a nível de todo o território nacional, além de motoristas.

Em relação à reunião de ontem, Hernany Pena Luís adiantou que serviu para passar em revista o trabalho até aqui realizado pelo grupo técnico, tendo ficado determinado que o grau de execução das tarefas é satisfatório. "De forma geral, podemos considerar que chega a 98 por cento", avaliou. O país vai realizar o segundo Censo Geral da População no próximo ano, dez anos depois da realização do primeiro, em 2014, que apurou um total de 25.789.024 habitantes, dos quais 6.945.386 encontravam-se a residir na província de Luanda.

Estima-se que o Censo Geral da População de 2024 apresente um resultado a rondar os 35 milhões de

habitantes, tendo em conta a taxa de crescimento populacional angolana actual, à volta de 3 por cento ao ano, segundo dados avançados este ano pelo director-geral do Instituto Nacional de Estatística (INE), José Calengue.

### 5.2 Governo apresenta em Luanda “Estratégia de Longo Prazo 2050”

*Jornal de Angola*  
19 De Maio de 2023

O Executivo angolano lança, hoje, em Luanda, a “Estratégia de Longo Prazo 2050”, seguindo-se até ao dia 23 sessões de consulta pública com Organizações Não-Governamentais, parceiros internacionais, sector privado e a comunicação social.

Trata-se da ferramenta base para a elaboração do Plano de Desenvolvimento Nacional.

O mesmo apresenta as opções estratégicas de desenvolvimento a longo prazo elaborada com base em análise de cenários, para os níveis nacional, sectorial e territorial. A apresentação e início formal das sessões de consulta pública vão ser dirigidos pelo ministro de Estado para a Coordenação Económica, Manuel Nunes Júnior.

De acordo com uma nota do Ministério da Economia e Planeamento (MEP), o documento traz uma visão global para Angola e o seu papel a nível internacional nos próximos 30 anos. Apresenta cinco (5) eixos prioritários de desenvolvimento.

São premissas do Governo assegurar (I) uma economia diversificada e próspera; (II) uma infraestrutura moderna e competitiva; (III) uma sociedade que valoriza e potencia o capital humano; (IV) um ecossistema resiliente e sustentável e (V) uma nação justa e com igualdade de oportunidades. O MEP realiza sessões de auscultação pública, para a finalização do processo de Revisão e Extensão da Estratégia de Longo Prazo (ELP) 2025 para 2050 (ELP - Angola 2050).

Para a entidade do Governo de Angola responsável pela coordenação do programa, pretende-se, com esta acção, obter contributos dos grandes actores públicos e privados – colectivos e individuais – de relevada experiência e conhecimento nos diferentes sectores de actuação.

Depois de hoje, na segunda-feira, a "ELP Angola – 2050" é abordada com Organizações Internacionais, Agências de Desenvolvimento e Missões Diplomáticas, numa sessão a acontecer no Ministério das Relações Exteriores; ainda na manhã de segunda-



feira é também a vez do sector privado, na Escola Nacional de Administração e Políticas Públicas (ENAPP), e na terça-feira (23), a sociedade civil e a comunicação social abordam o documento em sessão a decorrer já de tarde no anfiteatro do Instituto Nacional de Estatística (INE).

### 5.3 Auscultação sobre o projecto da nova Divisão Político-Administrativa deve concluir este ano

*Jornal de Angola*

*24 De Maio de 2023*

*Texto: António Capitão*

A República de Angola poderá ter 20 províncias e 552 municípios caso seja aprovado o projecto da nova Divisão Político-Administrativa (DPA) pelo Conselho de Ministros e Assembleia Nacional, informou, ontem, no Uíge, o ministro da Administração do Território, Dionísio da Fonseca.

De acordo com o governante, findo o processo técnico, que consistiu na elaboração do projecto da proposta da nova Divisão Político-Administrativa do território angolano, assim como a primeira fase de auscultação pública para a elaboração do diploma para a alteração da configuração cartográfica do país, instituída em 1945, na célebre Conferência de Berlim, tudo pode acontecer.

Dionísio da Fonseca disse que o processo de alteração da Divisão Político-Administrativa (DPA) do território nacional, estabelecida na Conferência de Berlim em 1945, tem o trabalho técnico, faltando alguns passos dos Governos provinciais e administrações municipais na continuidade da auscultação pública para que o Executivo conclua, ainda este ano, o dossier.

"Essas acções devem ser concluídas neste ano para garantir que no Orçamento Geral do Estado (OGE) para 2024 sejam incluídos os novos órgãos da Administração Local do Estado (ALE) que vão ser criados na base da alteração da Divisão Político-Administrativa do nosso país", disse.

Dionísio da Fonseca lembrou que o discurso do Presidente da República sobre o Estado da Nação em 2022 ficou como prioridade a divisão da província do Cuando Cubango e a do Moxico, com o surgimento de mais duas províncias. O Executivo pretende, também, elevar as comunas e distritos urbanos às categorias de municípios.

"Inicialmente, o Executivo tinha projectado o surgimento de um total de 581 municípios. Mas fruto do trabalho que foi feito junto dos Governos provinciais, das administrações municipais, estamos, actualmente com um total de 552 municípios. O desafio, agora, é perceber se vamos elevar todas as comunas e distritos urbanos para municípios ou se vai ser um processo faseado e menos acelerado que nos permita avaliar os ganhos que esta medida nos vai proporcionar", disse.

O ministro da Administração do Território referiu que a cautela para uma nova análise sobre a criação e aumento de mais municípios visa averiguar as vantagens e desvantagens, enquanto acredita que esta última fase vai permitir que se conclua o processo para assegurar a aproximação dos serviços públicos às populações, resolver os problemas dos conflitos dos territórios intermunicipais e a devida delimitação das fronteiras entre municípios e o reforço da desconcentração administrativa.

Execução do PIIM é satisfatória

Depois de cinco horas de intenso trabalho, orientado pelo Presidente da República, João Lourenço, para análise e projecção de acções futuras para a governação local no país, o ministro da Administração do Território, Dionísio da Fonseca, disse que o evento, realizado na estação experimental do Instituto Nacional do Café (INCA), na cidade do Uíge, analisou a implementação do Plano Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM) e notou-se haver um nível de intervenção satisfatório.

Dionísio da Fonseca reforçou que o PIIM, em todo o país, num total de mais de 2.600 projectos em curso, dos quais 1.069 (mais de 41,12 por cento) já concluídos, 570 (mais de 21,92 por cento) dos mesmos com uma execução física superior a 70 por cento, garante para que no final deste ano hajam mais projectos concluídos e entregues à população.

Outras abordagens

Dionísio da Fonseca disse que, pela natureza do encontro, a sua dimensão e o nível de engajamento e participação dos governadores provinciais foram tratados, também, temas, como as ravinas que invadem as regiões do país, totalizando mais de 700 crateras diagnosticadas, ao mesmo tempo que está a ser desenvolvido um intenso trabalho pelo sector da Construção e que envolve os Governos provinciais e as administrações municipais.

"São acções que se reclama mais envolvimento da população, da academia e organizações não-governamentais (ONG) que devem, também, prestar o seu saber no combate a este fenómeno natural. Ainda ressalto que, em relação às obras do PIIM, há uma enorme preocupação, tendo em conta o grande esforço do Estado para colocar à disposição da população vários equipamentos sociais e económicos, mas notámos, inquietantes, o nível de vandalismo de vários projectos", lamentou.

O ministro da Administração do Território apelou aos Governos provinciais e administrações municipais no sentido de serem desencadeadas acções para mobilizar a população a proteger estes equipamentos e denunciar todos os que venham a perpetuar actos de vandalismo contra os bens públicos.

Dionísio da Fonseca ressaltou que, em sede do Ministério da Administração do Território, foi, igualmente, analisada a possibilidade da criação do Prémio de Melhor Cidade e Melhor Município, uma iniciativa do Titular do Poder Executivo, tendo sido apreciadas as diferentes categorias que devem obedecer e os critérios para a sua atribuição.

Para os sectores Social e Infra-Estruturas, o ministro disse que foram, igualmente, analisados, nesta primeira reunião do Conselho de Governação Local do ano, o Programa de Fortalecimento da Protecção Social "Kwenda", que tem gerado valor acrescentado às famílias das comunidades rurais, das aldeias, comunas e municípios, e está a ser devidamente conduzido pelo Fundo de Apoio Social (FAS).

"Este programa já teve uma boa nota de apreciação pelo Banco Mundial (BM), seu principal financiador, como um dos que esta instituição financeira internacional tem financiado com aceitável nível de desembolso", referiu.

Acrescentou que para o sector das Infra-Estruturas foi avaliada a situação da electrificação da zona rural, onde o ministro da Energia e Águas, João Baptista Borges, apresentou as directrizes que vão permitir a elaboração de um plano para a efectivação.

"Este plano visa assegurar a disponibilização efectiva para as comunidades rurais do país. Olhamos, também, para a questão do programa de autoconstrução dirigida, que é uma nova estratégia de abordagem para a situação da habitação no país em que o Estado vai continuar a construir as centralidades programadas, assim como dinamizar a construção das moradias pelos cidadãos, com vista a reduzir o défice habitacional. Apelamos à

participação dos investidores privados, cooperativas e grupos sociais organizados", referiu.

Dionísio da Fonseca sublinhou que a primeira reunião do Conselho de Governação Local abordou, igualmente, o Programa de Fomento à Agricultura, PLANAGRÃO, PLANAPECUÁRIA, PLAPESCA, em que, para o cultivo de cereais, os Governos provinciais têm a missão de identificar os terrenos que, posteriormente, devem ser entregues aos potenciais investidores.

"Tudo isso conduz para que possamos ter a produção em massa de grãos, como o milho, soja, arroz que são bens essenciais para a alimentação da nossa população", rematou o ministro da Administração do Território.

## 5.4 A Estratégia de Longa Prazo é um instrumento central

*Jornal Economia e Finanças*  
26 De Maio de 2023

A Estratégia de Longa Prazo 2025 ("Angola 2025") foi um plano criado e gerido em condições históricas em nada similares as que se viviam hoje, ao fim de mais de 40 anos de guerra, com reduzida informação estatística e com uma forte aspiração a posicionar Angola de forma diferente em África e no mundo.

A estratégia de longo prazo 2050, é um documento bastante desafiador que vai exigir mais inteligência e prudência na sua aplicação.

Os poucos resultados alcançados pela anterior estratégia decorrente de factores internos e externos, com alteração do contexto/pressupostos (ex., níveis de preço e produção de petróleo, guerra na Ucrânia/Rússia) e manifesto optimismo no plano anterior 2025 e este 2050;

Angola detém um conjunto notável e diversificado de forças: potencial humano muito jovem (maioria da população); localização geoestratégica; abundantes jazidas em petróleo, gás natural, diamantes e outros metais raros; recursos hídricos de grande dimensão; recursos piscatórios; biodiversidade difícil de igualar; tradição industrial; enorme potencial turístico e possibilidade de auto-suficiência alimentar.

Angola terá de superar as suas principais fraquezas: desconhecimento rigoroso dos seus próprios recursos; escassos recursos humanos qualificados; débil infraestrutura científica e tecnológica; fraca capacidade de gestão; baixa produtividade e qualidade; insuficiente capacidade empresarial e quase inexistência de fortes grupos e empresas nacionais;

baixíssimos níveis de escolaridade; precário estado sanitário da população; fortes assimetrias na repartição do rendimento e reduzidos hábitos de poupança.

Para garantir que o Angola 2050 cumpre este objectivo tal como foi definido para 2025, alguns princípios-chave devem ser seguidos.

Em primeiro lugar, desenvolver um plano realista, com aspirações e decisões que constam baseadas em factos reais, reconhecendo-se à partida que projectar o futuro até 2050 não é uma tarefa fácil.

É bastante tentador projectar cenários ideais de crescimento económico e social que nunca seriam materializados e que inevitavelmente originariam uma rápida divergência entre a estratégia e a realidade, conduzindo a uma perda de confiança pública.

Em vez disso, devemos procurar agir de forma corajosa, tomando decisões difíceis num contexto de recursos limitados. Para garantir a consistência da estratégia de longo prazo, adoptando uma abordagem simultaneamente do topo para a base, definindo metas globais e sectoriais, e da base para o topo, avaliando o realismo e implicações das metas traçadas. Esta abordagem assegura que a trajectória de progresso proposto estará em linha.

Com casos comparáveis, tendo em conta o ponto de partida do País 2023-2027 e os recursos de que o mesmo dispõe.

Devemos olhar com os olhos de ver para a agricultura familiar.

É uma das principais actividades capazes de impulsionar o desenvolvimento sustentável, incluindo o objectivo de eliminar a fome e todas as formas de desnutrição.

Os agricultores familiares são importantes impulsionadores do desenvolvimento sustentável.

Embora os agricultores familiares produzam a maior parte dos alimentos que consumimos, paradoxalmente, estes enfrentam a pobreza, especialmente nos países em desenvolvimento no caso em particular de Angola.

Para 2050 a estratégia para a agricultura tem como principal valor a produtividade do sector com quatro objectivos. Um objectivo será melhorar a competitividade do sector no contexto nacional e internacional. Outro objectivo é garantir a subsistência económica das mais de 4,7 milhões de famílias que se ocupam dessa actividade.

O terceiro objectivo é garantir a utilização de técnicas e produção agrícola que minimize o impacto ambiental e garanta a sustentabilidade de longo prazo das terras. Por fim, assegurar a disponibilidade, acessibilidade e qualidade dos produtos agrícolas no País para assim melhorar a segurança alimentar e a saúde de todos os cidadãos.

Atingir estes quatro objectivos implica aumentar a produção agrícola, o que faremos incrementando, em paralelo, a quantidade de área cultivada e a sua produtividade.

Angola utiliza hoje apenas cerca de 10% da sua terra total com potencial agrícola.

Não é possível, nem seria desejável, transformar o sector agropecuário sem a participação dos agricultores familiares, não só pelo referido peso que o sector tem no emprego, mas sobretudo porque são estes que cultivam mais de 90% da terra e que asseguram mais de 80% da nossa produção nacional. As soluções apontadas assentam, por isso, na criação de condições que ajudam os agricultores familiares a aumentar a produtividade e visam a sua transição da agricultura de subsistência para a agricultura comercial.

Os agricultores enfrentam desafios uma vez que não têm acesso a recursos e serviços para apoiar a sua produção e comercialização de alimentos; porque a sua infraestrutura é pobre; porque as suas vozes não são ouvidas nos processos políticos; e porque as condições ambientais e climáticas nas quais dependem estão ameaçadas.

O emprego de jovens na agricultura, além de combater o desemprego, pode trazer novas energias para um sector que está a provar ser de importância estratégica para os interesses nacionais de muitos países.

Em geral, as mulheres agricultoras enfrentam maiores restrições. A juventude rural também é altamente vulnerável devido à falta de incentivos para oportunidades de emprego dentro e fora da propriedade.

Alguns desafios estratégicos que devem continuar até 2050

Erradicar a fome, a pobreza, a doença e o analfabetismo, são contrárias a dignidade humana e conduzem as ações a falência.

Valorizar as pessoas, o conhecimento e a inovação porque são a perene "Riqueza das Nações".

Valorizar o trabalho, a capacidade empreendedora e a poupança porque são os alicerces do desenvolvimento sustentável.

Promover a ética e a transparência nas relações empresariais, económicas, institucionais e sociais, porque a corrupção e a fraude delapidam a riqueza nacional e intensificam, as assimetrias sociais.

Eliminar todas as formas de discriminação, designadamente as de género, porque são injustas e minam a coesão social.

Controlar os desequilíbrios macroeconómicos e das contas públicas porque geram inflação, retardam o desenvolvimento económico e provocam desigualdades sociais e económicas.

Promover a desconcentração e descentralização do Estado e da Administração Pública, porque são condição para inverter a tendência centralizadora do Estado e melhorar a eficácia e a eficiência da Administração Pública.

Corrigir a concentração do desenvolvimento no litoral porque o desenvolvimento equilibrado do território é um imperativo da unidade nacional e da integração económica interna.

Entre os objectivos específicos, podem-se destacar os seguintes:

Promover o emprego dos jovens e a sua transição adequada do sistema de ensino para a vida activa;

Combater o desemprego de longa duração de adultos, em particular dos activos mais vulneráveis e em situação de desvantagem, promovendo a sua qualificação e reinserção sócio-profissional; Apoiar a aprendizagem e a formação ao longo da vida, actuando na aprendizagem, formação inicial, formação qualificante e na educação-formação; Desenvolver o capital humano com formação avançada adequada às necessidades do País;

Apoiar a formação tecnológica, seja a nível médio seja superior, em consonância com as necessidades de desenvolvimento de Angola, a médio e longo prazo; Promover a igualdade de género no acesso ao emprego e à formação profissional; Incentivar a criação de adequadas condições de emprego, em particular ao nível da segurança no trabalho; Promover a modernização da organização do trabalho nas empresas e no sector público; Estimular a cooperação e parcerias na área do emprego-formação; Capacitar a base institucional das políticas de emprego e de recursos humanos.

## 5.5 “Angola 2025” dá prioridade a inclusão da visão de país

*Jornal Economia e Finanças*

*26 De Maio de 2023*

*Texto: Vânia Inácio, Hélder Jeremias e Lsaque Lourenço*

A Estratégia de Longo Prazo Angola 2050 é uma iniciativa que pode permitir a reestruturação do Estado e a modernização do sector económico do país na visão do deputado da UNITA, Francisco Viana. No acto de apresentação pública da proposta do Governo, realizada no Intercontinental Miramar Hotel, em Luanda, Francisco Viana fez saber que "a busca pela auto-suficiência reflecte-se, muitas vezes, nos países onde comercializam bens entre si, privilegiando o que se sabe fazer melhor em vez de tentar produzir tudo".

Para o empresário, agora com vestes políticas, a sua organização partidária, de certeza, dará também o seu contributo relativamente à "Estratégia de Longo Prazo (ELP) - Angola 2050", a fim de haver mais desenvolvimento sustentável no plano económico do país, tendo em consideração o crescimento demográfico e as gerações futuras.

Referiu ainda que a apresentação da ELP pretende continuar a viabilizar a concretização dos objectivos macroeconómicos e de política de desenvolvimento nacional, numa visão ampla de crescimento e desenvolvimento de uma economia diversificada.

Por sua vez, o presidente do Partido de Renovação Social (PRS), Benedito Daniel, disse que a estratégia ora proposta pelo Governo é importante, porque poderá aclarar o rumo do desenvolvimento económico do país num espaço de 27 anos.

O político fez saber que com essa estratégia vai-se evitar a descontinuidade do desenvolvimento. Neste sentido, continuou, qualquer que for o partido a governar o país, nos próximos tempos, teria o mesmo plano como base e continuaria com os objectivos que o país pretende atingir.

"África algumas vezes falha por falta de planos estratégicos de desenvolvimento contínuo. Cada partido que assume a governação elabora a sua estratégia e muitas vezes isso cria atrasos", disse.

De acordo com Benedito Daniel, o PRS vai trabalhar para que em breve possa contribuir com ideias essenciais de formas a tornar-se o mercado nacional auto-suficiente na produção e oferta de bens diversos.

E, a finalidade do auxílio do PRS vai servir para evitar-se a descontinuidade no plano de desenvolvimento económico e do país em geral.

Na sua opinião, tendo em conta as incertezas internacionais, não se podia encontrar outra ocasião para o lançamento da apresentação e auscultação da Estratégia de Longo Prazo. O responsável lembrou que a estratégia já havia sido elaborada em 2017, mas não atingiu as metas desejadas por falta de consenso entre os actores políticos.

"Quando se busca no consenso e ela for aprovada por unanimidade irá trazer os objectivos desejados por todos e quanto as incertezas, elas devem ser ajustadas consoante ao tempo que em que se apresenta", afirmou.

#### Diplomatas no país

Sugestões como facilitação na emissão de vistos e hospedagem, utilização do cartão de crédito e a aposta em línguas estrangeiras, para atrair mais investidores, foram algumas das contribuições apresentadas pelas Organizações Internacionais, Agências de Desenvolvimento e Missões Diplomáticas para Estratégia de Longo Prazo (ELP - Angola 2050).

À imprensa a embaixadora e chefe da delegação da União Europeia (UE) em Angola, Jeannette Seppen sublinhou que, para a economia de Angola ter maior visibilidade, é fundamental que o Governo invista em línguas estrangeiras como Inglês e Francês para atrair mais investidores.

Sugeriu que além do investimento em línguas é importante apostar também na área do ambiente, para aumentar a economia circular, que também contribui no crescimento económico e comercial.

Frisou que a estratégia está alinhada com o programa da UE que apoia a diversificação económica, bem como as questões de governação e do desenvolvimento do capital humano.

Já a representante da Organização das Nações Unidas para Infância (UNICEF), Louise Moreira, disse estar satisfeita com a ELP e está engajada a continuar a dar auxílio para reduzir a pobreza a nível nacional.

Entretanto, o embaixador Sueco, Lennart Larsson, comprometeu-se a promover Angola no exterior, no

âmbito das relações e "convidar os empresários suecos a investirem no país, principalmente na parte Sul".

#### Outras visões

Para o presidente da Associação Industrial de Angola, José Severino, o desenvolvimento de Angola tem que estar relacionado com o desenvolvimento dos países vizinhos.

Relativamente ao PIB referido pelo ministro de Estado para a Coordenação Económica, Manuel Nunes Júnior, sob a perspectiva de o país, em 2050, estar com quatro mil e quinhentos dólares "percapita", José Severino reforçou que se houver uma interacção melhor com os países vizinhos e a criação de uma infra-estrutura de serviços aos países encravados no âmbito daquilo que são as resoluções das Nações Unidas, particularmente o caso da RDC e da Zâmbia, este "per capita", poderá chegar a um aumento de 25 por cento. Isto é, cinco mil e seiscentos dólares de PIB "per capita". Com isto, acredita que o país será muito mais rico. No entanto, reforçou sobre a necessidade do investimento em infra-estruturas, numa competição com a Namíbia e a África do Sul.

O empresário Isaac Cangundo, responsável pela empresa de distribuição alimentar "FOOD LIFE", considerou importante o facto de sector público deixar de ser principal motor do investimento em Angola. Realçou que as estratégias apresentadas criam muitas oportunidades para o sector privado, uma vez que o sector petrolífero deixará de ser a principal fonte de receita.

Isaac Cangundo mostrou-se optimista com a estratégia de longo prazo, pois conforme acredita, vai reorientar a dinâmica das empresas para que tenham uma participação muito mais activa na economia nacional e assim gerar empregos, sendo a redução da taxa de desemprego um dos principais objectivos.

Já o economista Job de Sousa acredita que com o plano apresentado deve-se trabalhar muito na questão do ambiente de negócios e na reforma da justiça, para que os empresários tenham uma garantia e segurança nos seus investimentos.

Segundo o economista, o nível de potenciais investimentos que vêm para Angola e os que são retidos estão na ordem dos 15 por cento; isso significa que 85 por cento do investimento previsto para Angola volta para o exterior, essencialmente, por via da burocracia, por via da infra-estrutura e um ambiente de negócio menos propício.

"Devemos mudar este cenário e fazer com que o inverso aconteça e, se assim for, teremos essa estratégia 2050 de certa forma concretizada", referiu.

O cidadão, Osvaldo Castelo Grande, defende, na discussão da ELP corria a sociedade civil, realizada no anfiteatro do Instituto Nacional de Estatística (INE), que o Estado deve ter em conta os militares quando se fala de estratégias macroeconómicas, "porque parece que fica esquecida a questão da estabilidade constitucional" que a seu ver é primordial.

Osvaldo Castelo Grande também fez recordar o conjunto de leis que se produzem no país e que depois não são cumpridas, e alertou sobre a necessidade da transparência transversal, e de se traçarem bases sólidas de cultura de gestão de pensar, gerir e governar se o que se pretende é efectivamente tornar Angola num país de rendimento médio.

O representante da Universidade Lusíadas, Heitor de Carvalho referiu sobre a necessidade de tornar o ELP um documento de consenso, sobretudo com todos os actores políticos do país.

Considerou demasiado o número de páginas da ELP, para um plano exequível, pois devia ser mais sucinto para servir de base.

Entre outros questionamentos como maior discussão das questões macro do país, e com que base é que o Governo pretende, até 2027, passar de uma economia dominada pelo petróleo, para o sector não petrolífero, defendeu a necessidade de se discutir mais o assunto, para que efectivamente os planos possam ser concretizados.

O director técnico do centro de pesquisa do Instituto Técnico Metropolitano Angolano, Francisco Ngongo, recomendou que o ELP também tivesse em consideração os riscos internos que podem fazer com que o ELP não seja concretizado, em detrimento dos externos.

Sublinhou a importância da luta contra a corrupção, tendo avançado que o plano apresentado devia explicar como a corrupção pode impedir o plano de ser implementado, tendo, na ocasião procurado saber, como e com quem é que o Executivo angolano está a contar para avançar com o ELP, tendo questionado se se vai continuar a contar com mão-de-obra estrangeira.

Francisco Ngongo apontou também para a questão da governança, sendo este, segundo o director, um factor importante para a realização do plano, salientando que, o Estado pode ter dinheiro, mas, se não agir correctamente o plano não vai ser concretizado.

Já o representante da Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA) Carlos Cambuta apontou, igualmente, os falhanços até aqui observados na implementação dos planos estratégicos macroeconómicos anteriores do país, que até, "sempre foram muito lindos no papel".

Questionou sobre os critérios assentes para o alcance dessa equação, para atingir a taxa de 95 por cento de alfabetização, até 2050.

Ilídio Daio e António Gameiro, os dois arquitectos e professores universitários, centraram as suas intervenções à volta da necessidade de o país materializar o "quadro jurídico do Ordenamento do território, face o défice de casas próprias que o país enfrenta.

O presidente da Associação Nacional do Ensino Particular (ANEP), António Pacavira, aproveitou o encontro para reforçar sobre algumas necessidades em torno do sector da educação. O mesmo questionou o facto de não haver até ao momento um valor "percapita" para cada aluno, lembrando da necessidade da merenda escolar, transporte escolar, uniformes entre outros benefícios para os estudantes.

António Pacavira reforçou ainda sobre a qualidade de ensino, tendo sugerido que em 2030 todos os professores devem ter licenciatura, em 2040 pós-graduação, sendo que, em 2050, todos devem ter o mestrado, pois, são pressupostos que determinam a qualidade de ensino. Outro ponto apresentado pelo representante, cingiu-se sobre a necessidade do Estado olhar para o perfil neurológico do indivíduo que nasceu em 2010 e para os que vão nascer, esses, segundo o responsável, são muito vocacionados para questões tecnológicas.

"Que tipo de escola vamos oferecer para esses indivíduos, se não for uma escola muito virada para a vertente tecnológica não vamos garantir a empregabilidade em 2050," conclui.

O auditor José Luís Magro considera fundamental maior aposta na formação empresarial e celeridade na alienação de empresas estatais para o sector privado, os quais vê como os pilares para se alcançarem as metas do plano estratégico.

"É necessário que os empresários tenham formação de gestão, quer empresarial propriamente dita, formação em temas fiscais, para que percebam melhor dos impostos, entre outros elementos impotentes na economia", avançou

Para o assessor empresarial Paulo Baptista, o Executivo está de parabéns pela concepção do projecto, pois um projecto de longo prazo permite

ante- ver a situação com mais cautelas e segurança para que os objectivos sejam concretizados. Defende uma particular atenção no fomento da avicultura, a avaliar pela facto de Angola ser dos países com taxa de natalidade em aceleração, o que implicará a crescente necessidade de aves para o consumo doméstico

Noé Kavemba, da Associação de Brigadas de Mecanização de Angola, disse que "estamos satisfeitos com esse plano estratégico, mas há algumas inquietações relativas aos motivos que levaram o primeiro plano 2025 a falhar, não obstante alguns motivos avançadas pelo secretário de Estado, tais como a inflação, a baixa do preço do petróleo e o Covid-19.

Marcela Inglês Marcelo, por sua vez, aconselha a uma atenção ao sector da energia, por se tratar de uma área transversal a todos os sectores. Notamos que a percentagem dedicada ao sector da energia é muito baixa. Se quisermos criar uma agricultura sustentável, pesca, avicultura, não podemos esquecer que necessitamos consumir energia.

## 5.6 Governador de Benguela mostra um programar integrado de patas para o ar, só com fundos de empresas nacionais

*Novo Jornal*

*26 De Maio de 2023*

*Texto: João Marcos*

Quinze meses depois do arranque do Programa Integrado de Obras Emergenciais de Benguela, avaliado em 415 milhões de euros, o governador provincial, Luís 'Manuel da Fonseca Nunes, revela que, afinal, o empréstimo da ASGC "ainda não está activo", apesar de uma execução física a rondar os 30%, num pronunciamento que confirma suspeições relativas à proveniência do dinheiro aplicado em rodovias, edifícios, água e outros sectores, levantadas em diferentes círculos da sociedade civil.

Reacções a este excerto de um discurso de hora e meia, feito terça-feira, 23, num diálogo com jornalistas e vários analistas, da política à economia, indicam que tal pronunciamento é tão surpreendente como o facto de Luís Nunes ter afirmado que há uma execução física muito acima do grau de execução financeira.

Assim, prevalece a dúvida em relação ao valor aplicado até ao momento, um assunto que deu azo a abordagens no Novo Jornal, mesmo que se saiba que

a execução física andarà entre 25 e 30%, o que corresponderia, em termos de orçamento, a não mais de 125 milhões e 500 mil euros.

. Mas, estando a execução física "muito acima", prevalecem dúvidas que, segundo o governador, terão de ser dissipadas pelos ministros das Obras Públicas, Urbanismo e Habitação e das Finanças, uma vez que são obras de subordinação central.

"Fazemos o acompanhamento, através do nosso vice-governador, mas não temos estes números exactos", respondeu Luís Nunes,

Ao NJ, o economista e consultor empresarial Janísio Salo mão, docente universitário, ressalta que está clara a existência de um exercício financeiro de empresas que avançam com fundos próprios.

"Quando houver dinheiro [do empréstimo], até porque o Ministério das Finanças trabalha no fecho da linha de financiamento, estas, empresas vão ser compensadas", indicou o analista, lembrando, ao manifestar surpresa pelo "empréstimo ainda não activo", que a execução física supera a financeira.

Já depois das perguntas e respostas, em ambiente informal seguido por vários observadores presentes no palácio da Praia Morena, Janísio receberia do governador a confirmação do seu comentário.

Ele teceu estas considerações após ter ouvido, ao lado de outros analistas, Luís Nunes anunciar 600 projectos para até 2017, no âmbito do Programa Integrado de Intervenção Municipal (PIIM), que terá uma segunda fase, e de financiamentos externos.

"vamos, no bom sentido, 'virar Benguela de patas para o ar', com muitas obras em todos os municípios", disse o governador, que destacou, na educação e saúde, a construção de três mil salas de aula e 136 unidades sanitárias.

Casas sociais, visando assistir famílias em zonas de Fisco, mercados, numa perspectiva de acabar com a venda desorganizada dentro de dois anos, iluminação pública e saneamento básico, com duas lixeiras controladas em perspectiva, são sectores em destaque neste quinquénio.

Muitos milhões em obras para todos, os gostos e feitos

Os seiscentos projectos ora anunciados vão movimentar 220 mil milhões de kwanzas, equivalentes a USD 404.538.200, quase o valor do Programa Integrado de Obras Emergenciais, executado, apenas do ponto de vista físico, em cerca de 30%.

Se se tiver em conta que, como salientou Luís Nunes, estes projectos "não são apenas para hoje", convém salientar que, para além dos 415 milhões de euros, o Presidente João Lourenço aprovou outro financiamento, no valor de 482 milhões de dólares, que será assegurado por uma linha do banco britânico Standard Chartered Bank e "outras instituições financeiras mais bem identificadas no acordo de financiamento".

Depois do anúncio, o governador reafirmou que o sector das Águas, que terá os USD 191,3 milhões recentemente aprovados pelo Chefe de Estado, atravessa um momento crítico.

"Queremos sair de uma produção de 1,5 metros cúbicos por segundo para 3,5, mais do dobro", ressalta, acrescentando que, uma vez reforçado o sistema integrado, será construída na Ganda a barragem que deverá regularizar o leito do rio Catumbela, o manancial que sustenta as quatro cidades do litoral.

"Vai produzir ainda 20 megawatts de electricidade e apoiar 400 mil famílias ao longo do perímetro, sobretudo na irrigação de áreas agrícolas", vinca.

Sobre esta questão, o arquitecto Felisberto Amado, professor universitário, tem de fendido barragens ou diques no rio catumbela, capazes de garantir o aproveitamento das águas que acabam perdidas no Atlântico.

"É um rio permanente, por isso poderíamos aproveitar melhor, principalmente para reter as águas e fazer face às épocas de estiagem", indica o especialista. '

Outro "grande" projecto anunciado pelo governador para o quinquénio é a circular de Benguela, a partir dos Cabrais (Catumbela) até à Baía Farta, numa extensão superior a 100 quilómetros.

"Queremos, como se sabe, separar o trânsito pesado", resumiu Luís Nunes.

Os poderosos com fundos próprios

Sendo ponto assente que o empréstimo "ainda não está activo", é questionável a proveniência do dinheiro que permitiu avanços na execução física, havendo mesmo vários projectos concluídos.

Logo à primeira, como vimos, o economista Janísio Salomão indicou fundos próprios das empresas envolvidas, algo que viria a ser confirmado pelo governador.

Destas empresas, apurou o NJ, duas avançam com capital próprio, a Omatapalo, fundamentalmente, e a Casais Angola, que actua sobretudo nos edifícios.

As empresas com domicílio fiscal nas Repartições de Benguela e Lobito, a Afriectos e a Ságernar, respectivamente, enfrentam limitações financeiras, tendo optado por uma paralisação temporária.

São, aliás, alimentadas pelas duas primeiras, ambas afectas à Repartição Fiscal dos Grandes Contribuintes, que têm contacto directo com a ASGC, entidade financiadora e também empreiteira.

Quanto às razões que forçaram este adiantamento de empresas com fundos próprios, observadores atentos apontam o ano de eleições (2022), lembrando que o próprio governador provincial, no calor do pleito, apontava o pacote de obras como trunfo para uma vitória do seu partido.

«Os ajustes directos têm agilizado programas em Angola» No seu 'tempo de antena', o NJ começou por fazer uma correcção, esclarecendo que o contrato por ajuste directo para a intervenção urgente no sistema de distribuição de água, contrariamente ao que frisou Luís Nunes, já tem empreiteiros.

Uma empresa espanhola e a Wedo, ligada ao Grupo Omatapalo, vão 'mexer' nos 191,3 milhões de dólares.

Feito o reparo, que não mereceu qualquer rejeição, o NJ procurou conhecer a opinião do governador face à necessidade de limitações na contratação simplificada, conforme sugere a recém-aprovada Estratégia Nacional de Prevenção e Repressão da corrupção (ENAPREC).

"A lei dá essa prerrogativa ao Presidente da República, e esses ajustes agilizam os programas. A maior parte deles surge quando as pessoas trazem os financiamentos", respondeu, sem ter tocado na 'sua Omatapalo, até porque fez questão de sublinhar que "agora sou político".

Luís Nunes acrescenta que, quando alguém traz o seu dinheiro a Angola, tem o direito de escolher os empreiteiros.

"Ser chegado ao Presidente? Sou sim como todos os angolanos, somos iguais, ele olha para todos", referiu o governador, relativamente à muito badalada, e criticada, ligação a João Lourenço.



## 5.7 Governo e Sociedade Civil partilham perspectivas do país nos próximos 27 anos

*Jornal de Angola*

*26 De Maio de 2023*

*Texto: Vânia Inácio*

Representantes do Ministério da Economia e Planeamento e da sociedade civil abordaram, na terça-feira, no auditório do Instituto Nacional de Estatística (INE), em Luanda, os caminhos para a concretização plena das perspectivas lançadas na “Estratégia de Longo Prazo - Angola 2050”.

O Executivo, representado pelo secretário de Estado para o Planeamento, Milton Reis, apresentou, aos presentes, entre economistas, arquitectos, professores e outros profissionais liberais, a “ELP Angola 2050”, com a qual pretende, nos próximos 27 anos, mudar o paradigma económico do país, saindo da dependência do petróleo e atingir a prosperidade plena.

Conforme reiterado, o objectivo para os próximos 27 anos é investir, fortemente, na educação, especificamente no reforço do ensino pré-escolar, para garantir o desenvolvimento humano proporcional ao crescimento económico pretendido pelas autoridades.

A preocupação do Executivo com o fomento do capital humano é estratégico e está montada de tal forma que a aposta na educação é o principal canal para minimizar o défice de inclusão ainda existente na sociedade, “porque por mais que se ofereça emprego, precisa-se ter profissionais que desempenhem a sua actividade na dimensão que a economia precisa”.

Dentre as sugestões apresentadas, constam a opinião do cidadão Osvaldo Castelo Grande, que defende a inclusão, pelo Estado, dos militares, quando se fala de estratégias macroeconómicas, “porque parece que fica esquecida a questão da estabilidade constitucional”, que, a seu ver, é primordial.

Osvaldo Castelo Grande também fez recordar o conjunto de leis que se produzem no país e depois não são cumpridas, e alertou para a necessidade da transparência, de se traçarem as bases sólidas de cultura de gestão de pensar, gerir e governar, uma vez pretender-se, efectivamente, tornar Angola num país de rendimento médio.

O representante da Universidade Lusíada, Heitor de Carvalho, referiu sobre a necessidade de tornar a “ELP” um documento de consenso, sobretudo com todos os actores políticos do país. Considerou demasiado o número de páginas, para um plano

exequível, pois devia ser mais sucinto para servir de base.

Entre outros questionamentos como uma maior discussão das questões macro do país, e com que bases é que o Governo pretende, até 2027, passar de uma economia dominada pelo petróleo, para o sector não-petrolífero, defendeu a necessidade de se discutir mais o assunto, para que efectivamente os planos possam ser concretizados.

O director técnico do Centro de Pesquisa do Instituto Técnico Metropolitano Angolano, Francisco Ngongo, recomendou que a “ELP” também tivesse em consideração os riscos internos que podem fazer com que a mesma não seja concretizada, em detrimento dos externos.

Sublinhou a importância da luta contra a corrupção, tendo avançado que o plano apresentado devia explicar como a corrupção pode impedir o plano de ser implementado. Na ocasião, procurou ainda saber como e com quem é que o Executivo angolano está a contar para avançar com a “ELP”.

Francisco Ngongo apontou também para a questão da governança, sendo este, segundo o director, um factor importante para a realização do plano. Salientou que o Estado pode ter dinheiro, mas se não agir correctamente, o plano não vai ser concretizado.

Já o representante da Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA), Carlos Cambuta, falou sobre falhanços na implementação dos planos e estratégias macroeconómicas do país noutrora, que “sempre foram muito lindos no papel”. Em razão disso, questionou sobre os critérios assentes para o alcance da equação que permite atingir-se 95 por cento na taxa de alfabetização, até 2050.

Ilídio Daio e António Gameiro, os dois arquitectos e professores universitários, debateram à volta da necessidade de o país materializar o quadro jurídico do ordenamento do território, face ao défice de casas próprias que o país enfrenta.

O presidente da Associação Nacional do Ensino Particular, António Pacavira, aproveitou o encontro para reforçar sobre algumas necessidades em torno do sector da educação. O mesmo questionou o facto de não haver, até ao momento, um valor “per capita” para cada aluno, lembrando da necessidade da merenda escolar, transporte escolar, uniformes, entre outros benefícios para os estudantes.

António Pacavira reforçou ainda sobre a qualidade do ensino, tendo sugerido que, em 2030, todos os professores devem ter licenciatura; em 2040 pós-graduação, sendo que em 2050 todos devem ter o

mestrado, pois são pressupostos que determinam a qualidade de ensino.

Outro ponto apresentado pelo representante do Ensino Particular cingiu-se sobre a necessidade de o Estado olhar para o perfil neurológico do indivíduo que nasceu em 2010 e para os que vão nascer. Esses, segundo o responsável, são muito vocacionados para questões tecnológicas.

"Que tipo de escola vamos oferecer para esses indivíduos. Se não for uma escola muito virada para a vertente tecnológica, não vamos garantir a empregabilidade em 2050", conclui António Pacavira, que lidera a ANEP em Angola.

## 5.8 ONG promove educação cívica sobre eleições locais

*Jornal de Angola*

*26 De Maio de 2023*

*Texto: Marcelino Wambo e Tatiana Marta*

O director da Organização Não-Governamental (ONG) Democracy Works Foundation (DWF), Augusto Santana, considerou, na cidade do Huambo, a educação social sobre as autarquias locais a base fundamental para o fortalecimento do processo de governação.

Augusto Santana, que falava, ontem, num work-shop de apresentação do projecto de educação cívica para a capacitação de actores nacionais para eleições locais, realizado no Hotel Ekwikwi II, disse que a ONG DWF tem como principal missão criar um entendimento comum sobre as autarquias.

Destacou, ainda, que um estudo prévio sobre eleições autárquicas, o mapeamento e saber do quadro legal ou do pacote legislativo constitui outro propósito da apresentação do projecto, para esclarecer as eventuais questões sobre todo o processo.

Apontou que a DWF se propõe, na sua missão, facilitar o diálogo democrático entre os intervenientes do processo de maneira eficiente e eficaz junto das comunidades para melhor institucionalização das autarquias.

O prelector Augusto Santana sublinhou que, além das organizações da sociedade civil, instituições religiosas, académicas, meios de comunicação social, os partidos políticos constituem os verdadeiros actores de governação.

O assessor para a Área Social disse, em representação da governadora do Huambo, Lotti Nolika, que o projecto vai contemplar diversas organizações civis, tendo em conta o seu papel na transmissão dos anseios do Governo angolano nas comunidades.

António Isaac defendeu a disseminação da informação para o reforço das estratégias de consolidação da inclusão, democracia e abertura, visando a garantia da liberdade plena em Angola.

Realçou que o processo deve ser conduzido com base nas acções formativas concebidas na experiência acumulada noutros países da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) com o uso das tecnologias digitais para maior inclusão.

Angelina Cassinda Tulumba, em representação da UNITA, considerou positiva a iniciativa da formação, porque permite que qualquer cidadão saiba, verdadeiramente, o seu papel e posicionamento para contribuir na democratização do país.

Por seu turno, João Kalupeteka, representante do MPLA, acredita que o estudo sobre as eleições locais vai permitir a elaboração de um boletim que será utilizado nas acções formativas do programa de educação cívica, a ser depois implementado por todas as organizações da sociedade civil. Disse ainda que tudo isso contribui para o fortalecimento da cultura política interna dos partidos e da sociedade.

"Por via disso, torna-se exequível a participação significativa de mulheres, jovens e grupos das estruturas de base, intermédias e nas lideranças", acrescentou.

Já o secretário do PRS no Huambo, Solia Selende, defendeu a realização de campanhas de educação moral e cívica em todos os bairros, aldeias e comunas, para que os jovens deixem de ter comportamentos negativos no momento da implementação dos programas.

"Muita coisa só irá mudar, em termos de comportamento, se a educação cívica partir dos partidos políticos", sublinhou Solia Selende.

Por fim, o director da DWF lembrou que o projecto, financiado pelo Departamento de Estado norte-americano, vai ser implementado durante dois anos.

A organização conta com 60 funcionários, maioritariamente mulheres, e está representada em Angola, África Sul, Botswana, Lesotho, Malawi e Zâmbia.

## 6. URBANISMO E HABITAÇÃO

### 6.1 Fábrica de vigotas no Benfica gera empregos

*Jornal Economia e Finanças*

*1 De Maio de 2023*

*Texto: João Pedro*

O reclame publicitário chamou-nos atenção, pois calhava para a nossa temática sobre o "empreendedorismo" em Luanda. Carlos Alexandre teve a ideia de abrir uma fábrica para produzir vários materiais utilizados em obras de construção civil. A força, para montar este negócio, surgiu após trabalhar, durante vários anos, como gerente de uma empresa chinesa do mesmo segmento de mercado.

O Jovem empreendedor, apesar das dificuldades iniciais, conseguiu, com a ajuda da mãe e de algumas economias, feitas ao longo dos anos, dar os primeiros passos no negócio, aliado ao facto da "boa referência" dos clientes, que conquistou na anterior oficina, pela "qualidade e exigência" que impunha no trabalho.

"Hoje somos conhecidos no mercado pelo bom trabalho que desenvolvemos e, fruto disso, estamos a ter a oportunidade de aumentar serviços no ramo da construção", expressou.

Reconhecido, não só no município do Talatona e Belas, ele garante que dificilmente os clientes fazem reclamações.

Mas, ao fazer um contrato, nas facturas há uma observação: "se houver um problema com o produto final, a empresa assume". Os clientes, argumentou, têm de se sentir satisfeitos e também procuram fidelizar os consumidores. A observação nas facturas, justificou, é uma forma de dar "confiança ao cliente do trabalho que executamos. Até hoje, temos tido bons resultados". Carlos Alexandre, meio a brincar, atirou: "no dia em que for feita uma reclamação, de que o material não tem qualidade, deixarei de trabalhar, por falhar em prestar um serviço com qualidade", gozou.

Na fábrica, localizada no Benfica, é comum, no primeiro contacto que se tem com alguém, perguntar se "é o dono da obra ou o pedreiro", porque entende ser sempre "melhor acertar com quem vai executar o trabalho ..."

EMPREGABILIDADE

A pequena fábrica, especializada no fabrico de vigotas, abobadilhas, pilares de vedação, tampas para fossas, balaústres para varandas e escadas, entre outros serviços, emprega 25 trabalhadores, divididos entre a produção e a construção civil. A relação laboral entre os operários, frisou, é salutar, relembrando que, como em todas as organizações, existem momentos em que o líder tem de ter uma postura firme para conseguir dar orientações assertivas.

"Mas existem aqueles que dão dor de-cabeça que não querem mesmo aprender, nestes casos, sou directo para o trabalho poder andar porque não devemos nos esquecer de que estamos a prestar um serviço, no qual os clientes sempre são exigentes", destacou.

### 6.2 Jovens aplaudem iniciativa de João Lourenço de construir três mil residências na província

*Jornal de Angola*

*1 De Maio de 2023*

*Texto: Nicolau Vasco*

Os jovens na província do Cuando Cubango aplaudem a iniciativa do Presidente da República, João Lourenço, ligada à autorização para a construção de uma nova centralidade em Menongue, com três mil residências, através de financiamento de mais de 467 milhões de dólares, soube o Jornal de Angola.

A reacção ao Decreto Presidencial de 14 de Abril número 68/23 de 14 de Abril que aprova a construção das três mil residências, no âmbito do Programa Nacional de Urbanismo e habitação, foi manifestada durante o acto de encerramento da Jornada Abril Jovem, presidida pelo governador provincial, José Martins, no sábado, na cidade de Menongue.

José Martins afirmou durante a sua intervenção que a cidade de Menongue que actualmente conta com uma população estimada em mais de 300 mil habitantes, e que os 212 apartamentos, que estão a ser construídos na centralidade do Tucuve, não correspondem ainda à procura e necessidade da população. O governador assegurou que é por este facto que o Presidente da República, João Lourenço, respondeu à inquietação dos sucessivos apelos não só do Governo local, mas também das populações que diariamente clamavam por melhores condições de habitabilidade.

O número um da província realçou que outra solução passa pela implementação do processo de loteamento para construção dirigida para facilitar os que preferem

ou pretendem fazer uma residência social ao seu alcance financeiro.

Para tal, o governador foi categórico a reafirmar que as três mil casas vão ser distribuídas em todos os nove municípios e comunas de forma equilibrada, pois que, actualmente, muitas localidades estão sem as mínimas condições de alojamento para os quadros que são colocados no interior da província, principalmente as de difícil acesso.

José Martins recomendou às administrações municipais para se absterem da burocracia na atribuição de lotes para facilitar a auto-construção dirigida por parte dos interessados.

Sublinhou que um outro quesito tem a ver com a questão do ensino público e face a esta realidade o Governo local e o Ministério do Ensino Superior já estão a traçar mecanismos administrativos e técnicos para que obras do Pólo Universitário de Menongue, que estão paralisadas há mais de sete anos, sejam retomadas em breve.

José Martins apelou aos jovens a serem mais comprometidos com os valores da pátria, respeito pelas instituições, pelas leis, fraternidade e solidariedade, numa altura em que se registam alguns actos de vandalismo de bens públicos, sobretudo a destruição de postos de iluminação pública, roubo de portas e janelas dos postos de saúde e escolas, cabos de fibra óptica.

Estes actos, disse o governador, têm condicionado o pleno funcionamento destes serviços para o benefício das populações, particularmente na periferia e aldeias onde não há fornecimento de energia eléctrica.

"Todos os angolanos têm a necessidade de salvaguardar os bens públicos que são financiados com enormes recursos financeiros adquiridos com muito sacrifício", exortou o responsável.

### 6.3 Bancos apenas desembolsaram 42 créditos a habitação em 2022

*Jornal Expansão*

*5 De Maio de 2023*

*Texto: Teima Van-Dúnem*

O sonho de casa própria continua a ser adiado pela banca comercial, que apenas desembolsou 42 créditos à habitação em 2022, no valor total de 2,7 mil milhões Kz, no âmbito do Aviso 9 do Banco Nacional de Angola (BNA), diploma que consagra o regime especial criado pelo banco central para

umentar os financiamentos à compra de habitação e à construção em ano eleitoral.

Esta informação consta no relatório e contas de 2022 do BNA, no balanço que o supervisor bancário faz, sobre o Aviso 9, o instrumento criado no ano passado para dinamizar o mercado imobiliário, que está longe de satisfazer as necessidades da população.

Ao todo, os bancos receberam 193 pedidos de crédito no âmbito deste instrumento que garante o pagamento de uma taxa de juro de até 7% nos primeiros 10 anos, tendo sido recusados 70. Até Dezembro de 2022, 48 estavam ainda em análise, enquanto 33 tinham sido aprovados, sem que as verbas tenham sido desbloqueadas.

Números muito baixos para aquilo que o instrumento do BNA prometia aquando do seu lançamento em ano eleitoral, com o banco central a ser alvo de críticas por ter criado um 'trunfo' eleitoral que pouco viria a acrescentar ao difícil sector imobiliário do País.

As dificuldades em apresentar garantias à banca continua a ser o principal entrave ao crédito à habitação, o que aliado aos fracos rendimentos da maioria da população faz com que este tipo de crédito tenha pouco peso na carteira de financiamentos dos bancos que preferem apostar noutros produtos mais seguros e rentáveis. Há duas semanas, o director do Gabinete de Acompanhamento de Crédito do BNA, Veloso Pedro, revelou que o stock de crédito à habitação em toda a banca valia em Março cerca de 170 mil milhões Kz, equivalente a 340 milhões USD, um valor muito baixo para um país com quase 34 milhões de habitantes. Ainda assim, a maioria destes financiamentos só foram concedidos, porque foram facilitados por empresas privadas aos seus trabalhadores, principalmente bancos, segundo apurou o Expansão.

O Aviso 9 determina que os clientes bancários que pretendam adquirir casa própria até um valor máximo de 100 milhões Kz para casais e um máximo de 50 milhões Kz, se for a título individual, devem pagar no máximo uma taxa de juro de 7% ao ano durante um período máximo de 25 anos. Por outro lado, a taxa de juro nominal máxima aplicável ao 'crédito à construção é de 10%, passando a variável a partir de 1 de Junho de 2027 tendo como indexante a taxa de referência do mercado interbancário para o prazo de 30 dias, acrescida de uma margem que não deve exceder os 1%. É obrigatório aos denominados bancos sistémicos (BAI, BFA, BIC, BPC, Económico, Atlântico, Standard Bank, Sol e mais recentemente Keve e BNI).

Ainda assim, face aos baixos rendimentos médios das famílias, estes 7% são ainda considerados demasiado elevados, o que ajuntar à fraca disponibilidade de imóveis que estão em condições de ser alvo de hipotecas (que servem como garantias) pelos bancos faz com que o Aviso 9 não tenha conseguido aquecer mercado imobiliário do País.

Por entender que o Aviso 9 pouco trouxe ao sector imobiliário, em Março o governador do BNA, José Massano, admitiu falhas neste instrumento e adiantou que o banco central está a preparar alterações ao documento. "Nós queremos que a vontade que encontramos no sistema financeiro para apoiar e a necessidade dos cidadãos não seja condicionada pela limitação de obtenção de um título de propriedade. Vamos continuar a fazer o nosso trabalho", admitiu.

Face aos inúmeros problemas que afectam o sector imobiliário e que impossibilitam o seu crescimento, os economistas Mateus Maquiadi e Wilson Chimoco são unânimes e defendem que é preciso abrir portas ao financiamento à auto-construção, o que na-prática permitiria baixar os custos dos imóveis a financiar.

"Com o mercado imobiliário do jeito que está, praticando preços excessivamente altos, a auto-construção é o melhor caminho, desde que guiada por uma entidade competente, do tipo construções dirigidas. Uma boa opção poderia ser projectos habitacionais promovidos pelo Estado, em que se poderia pagar menos, contudo, dado o factor ineficiência, corrupção, já não se recomenda", disse Maquiadi ao Expansão.

Já Chimoco admite que os bancos não têm a cultura de inscrever nos seus balanços riscos com prazos muito dilatados como são os do crédito à habitação. E com alguma razão, os riscos são elevados, fundamentalmente, para uma realidade como a de Angola, onde a estabilidade do emprego - a principal garantia para o crédito à habitação - é um desafio permanente". Por isso defende que é "importante reestruturar o crédito e, por arrasto, o modelo de negócio" dos bancos. "Temos de ajustar os créditos à realidade angolana, à capacidade financeira das famílias. Os bancos têm de estudar e mitigar os riscos que o crédito à habitação apresenta e apresentar soluções para os mitigar que não seja a não concessão do crédito. Mas também temos de concordar que pelo nível de rendimento médio e pelos preços das habitações a solução do crédito à habitação para resolver o tema do acesso a casa própria é uma miragem. Logo, a solução tem de ser a auto-construção".

Maquiadi entende, ainda, que a banca precisa de mudar de mentalidade e focar-se mais na iniciativa

privada. "Temos aqui uma grande herança herdada do socialismo que nos persegue até hoje. De maneira tal que, mesmo com declaração de economia de mercado, o Estado tem excessiva presença na economia, competindo com os agentes privados, de maneira que a maior parte do sector privado prefere fazer negócio com este Estado, que é o que detém o dinheiro. Em Angola, os empresários ricos fizeram todos negócios com o Estado. Se lucrar com o Estado é mais fácil, abanca enquanto empresa privada: não pensa diferente".

## 6.4 Estado recupera cerca de 30 imóveis em posse de Manuel Rabelais

*Jornal O PAÍS*

*5 De Maio de 2023*

*Texto: Paulo Sérgio*

Além dos bens devolvidos pelo ex-ministro da Comunicação Social, procedeu do mesmo modo o seu antigo assistente, Hilário dos Santos, o que elevou para 30 a quantidade de imóveis que o Estado recuperou, no âmbito do processo n.º 68/2018, em que ambos foram julgados pelos crimes de peculato sob forma continuada e branqueamento de capitais.

Os imóveis foram entregues à luz de um acordo que o antigo governante celebrou com a PGR, representada pela magistrada Eduarda Rodrigues, na qualidade de directora Nacional de Recuperação de Activos, a 16 de Abril de 2020, e autenticado pela Direcção Nacional dos Serviços do Notariado, de acordo com uma fonte de OPAÍS.

Depois de terem sido condenados a penas de 14 anos e seis meses e 10 anos e seis meses, respectivamente, pelos crimes acima mencionados, em 2021, a direcção do Serviço Nacional de Recuperação de Activos (SENRA), órgão afecto à Procuradoria-Geral da República, remeteu o dossier ao Ministério das Finanças para que se desse início ao processo de legalização a favor do Estado. Um processo que teve início no II trimestre do ano acima mencionado, com a obtenção das matrizes prediais e a actualização das certidões prediais a favor do Estado, de 19 dos 30 imóveis, segundo apurou este jornal.

No entanto, as acções das autoridades governamentais com vista a passar para a esfera do Estado todos os imóveis, independentemente do recurso interposto pela defesa de Manuel Rabelais contra a sentença proferida por uma equipa de juizes da Câmara Criminal do Tribunal Supremo, liderada por Daniel Modesto.

"Dos 30 imóveis entregues no processo do senhor Manuel Rabelais, 24 já estão registados a favor do Estado e do remanescente, quatro estão pendentes na Conservatória de Registo Predial de Benguela e dois em Luanda. Estando igualmente em falta, para o de Luanda, a propriedade horizontal", afirma a fonte.

A defesa de Manuel Rabelais está a "lutar" para reaver alguns dos referidos bens, desde a fase de julgamento, por considerar que entre os bens apreendidos estão alguns que não foram adquiridos com fundos públicos.

Advogado de Rabelais fala em ilegalidade

João Gourgel, advogado do ex-secretário para a Comunicação do então Presidente da República, disse ao jornal OPAÍS que a legalização de tais imóveis constitui uma violação as leis em vigor, porque o acórdão proferido pelo Tribunal Supremo, em respeito a esse processo, anulou todos os acordos e as entregas voluntárias que haviam sido negociadas entre os seus constituintes e a Direcção Nacional de Recuperação de Activos.

Por outro lado, afirmou que tais acordos haviam sido homologados por um juiz do Tribunal Provincial de Luanda mas, com base no princípio da hierarquia dos tribunais, o Tribunal Supremo tinha competência para anular tais acordos e assim o fez.

"O Tribunal Supremo anulou todos aqueles acordos e contratos levadas a cabo entre o doutor Manuel Rabelais e a Direcção Nacional de Recuperação de Activos. Portanto, legalmente, os imóveis continuam a pertencer ao doutor Manuel Rabelais, apesar de poderem estar apreendidos", frisou.

Para João Gourgel, não há nenhum fundamento legal para que o Estado possa legalizar a seu favor aqueles imóveis, sendo assim, ao fazê-lo está a cometer uma ilegalidade.

No seu ponto de vista, os técnicos que estão a desencadear o processo de legalizar os bens apreendidos a favor do Estado podem recorrer ao referido acórdão para sanar as eventuais dúvidas a respeito desta matéria.

Explicou que alertaram, em tempo oportuno, o Procurador Geral da República, o Ministério das Finanças' através da Direcção Nacional do Património do Estado, e a Provedoria de Justiça sobre a ilegalidade que estava a ocorrer, no que concerne à titularidade, registo ou legalização dos imóveis do seu constituinte, tendo em conta a decisão do Tribunal Supremo.

"Portanto, se o Estado está a legalizar esses imóveis está a fazê-lo ilegalmente, ilegitimamente. Basta que eles leiam o acórdão que foi proferido", desabafou. Por outro lado, o causídico meteu em causa as competências técnicas dos profissionais que estão a tratar desta matéria, alegando que devia ser executado por pessoas com formação em direito para se evitar que o Estado in- corra no erro.

"Qualquer jurista que se preze sabe que tendo havido um acordo, e o próprio acórdão anula isso, qualquer tentativa de legalização acaba por incorrer numa ilegalidade ou numa ilegitimidade", frisou. Acrescentou de seguida "eles que leiam o acórdão. Faço essa chamada de atenção: a defesa do doutor Manuel Rabelais recomenda às autoridades que se acham com o direito de fazer essa legalização que leiam o acórdão que foi proferido pelo Tribunal Supremo".

## 6.5 Jovens recebem lotes para a construção dirigida

*Jornal de Angola*

*13 De Maio 2023*

O administrador municipal de Malanje garantiu que, à semelhança do que aconteceu em 2022, na Catepa, este ano serão distribuídos lotes de terreno a jovens para a autoconstrução dirigida na Carreira de Tiro e em Cangambo.

Segundo João de Assunção, para se pôr fim aos espaços baldios, está em curso um programa de verificação dos títulos de concessão de terrenos, para serem ou não revogados, tendo em conta o anúncio do Presidente da República sobre a construção de 2.500 apartamentos no município. Destacou a aquisição de dez postos de transformação de energia, apesar de estar a faltar algum material de suporte para o reforço da linha de baixa tensão, para beneficiar mais de mil famílias, no âmbito do PIIM, na Catepa, Cangambo e Kulamuxito.

Em Malanje, referiu, o projecto vai beneficiar mais de quatro mil famílias, nos bairros da Vila Matilde, Catepa, Carreira de Tiro, Campo de Viação e Cangambo.

No município sede da província, segundo o administrador, está a ser construído mais um sistema de captação, tratamento e distribuição de água, no sector do Quissol, que está já em fase de ensaios, prevendo-se beneficiar 12 mil famílias.

João de Assunção fez saber que estão na forja três projectos ligados ao ordenamento do trânsito, com

realce para a reposição da sinalização horizontal e vertical no casco urbano e a requalificação dos semáforos, cujas obras vão terminar em breve, de acordo com garantias da empresa executora.

“A reabilitação e ampliação do Cemitério Municipal de Malanje, que apresentava uma imagem que não se enquadrava à nova realidade, também mereceu atenção especial no ano transacto”, sublinhou o administrador, acrescentando que “em breve teremos um cemitério com melhores condições”.

Destacou a realização de ações em diferentes sectores, com realce para o das infra-estruturas, onde sobressai a reconstrução e a inauguração de escolas do ensino primário, nomeadamente a 87, Kilamba Kiaxi, no bairro do Cafucofuco, a do bairro Cabuabuata, na Vila Matilde, a da Kizanga e a do bairro da Maxinde, estando a ser concluída uma na comuna de Ngola Luije.

## 6.6 Mercado imobiliários residencial e a relação com os bancos (I)

*Jornal Economia e Finanças*  
5 De Maio de 2023

O financiamento a compra de habitações em África desempenha um papel vital na cadeia de valor de entrega de moradias, construtores civis, promotores, bancos, mas, especialmente, para as populações do continente, pois a crescente taxa demográfica ou de nascimentos eleva a população de 1.3 mil milhões de cidadãos para acima de dois mil milhões até 030, o que faz do continente com o maior crescimento populacional do mundo, pelo que daí advêm várias necessidades, como a da habitação, e ao mesmo tempo várias oportunidades. Isso deve-se ao facto de que o financiamento é necessário tanto para a demanda quanto para a oferta de moradias.

Do lado da demanda, disponibilidade e o acesso ao financiamento habitacional é um determinante significativo na decisão de uma família de adquirir, construir ou arrendar uma casa. Da mesma forma, do lado da oferta, os construtores e promotores precisam de financiamento para construir os seus projectos de habitação em massa que são necessários para resolver o défice habitacional do continente.

O crédito à habitação familiar, sendo uma parte essencial dos sistemas financeiros, contribui para o desenvolvimento e aprofundamento dos mercados financeiros e tem algum impacto potencial na estabilidade financeira e económica de um país. Portanto, contribui para aprofundar e ampliar o

sector financeiro, aumentar o acesso financeiro e promover a inclusão financeira..

No entanto, o desenvolvimento do financiamento habitacional no continente não acompanhou o atraso na procura de habitação. A rápida urbanização e o crescimento económico da África levaram a uma demanda crescente por este tipo de crédito de longo prazo: crédito habitacional. A escassez de financiamento de longo prazo, mercados de crédito fracos, um ambiente macroeconómico instável e sistemas de financiamento habitacional limitados ou inexistentes são os principais obstáculos ao desenvolvimento do mercado imobiliário do continente.

Além disso, o défice habitacional e a falta de instrumentos adequados de financiamento habitacional são ainda mais agudos para os grupos de baixa renda, que por definição são a maioria excluída dos sistemas financeiros formais. Portanto, é importante não apenas focar em como desenvolver sistemas de financiamento habitacional, mas também em como alavancar sistemas financeiros para "baixar o mercado" a fim de garantir que grupos de baixa renda tenham acesso a moradia digna. Há uma crença geral de que apenas esquemas de financiamento relacionados aos Governos poderiam contribuir para atender famílias de baixa renda. Isso explica os inúmeros esquemas de habitação social patrocinados pelos Governos que têm sido difundidos em todo o continente. No entanto, dada a magnitude do défice habitacional, as iniciativas que envolvem as partes interessadas do sector privado são vitais para lidar com a escassez de moradias na África.

Os mercados de financiamento imobiliário em toda a África cresceram nos últimos anos, pois o número de instituições financeiras que fornecem produtos de financiamento habitacional aumentou do modelo de banco estatal na década de 1980 para agora incluir bancos comerciais privados. No entanto, a profundidade dos mercados de financiamento hipotecário em todo o continente é baixa, com excepção de alguns países como Marrocos, Namíbia e África do Sul. Esta secção fornece uma visão geral do mercado de financiamento habitacional do continente, detalha as características dos produtos financeiros habitacionais e apresenta perspectivas para o desenvolvimento de mercados financeiros habitacionais que atendem às necessidades de famílias de baixa e média renda, como Angola.

A paisagem do sistema financeiro habitacional africano é bastante diversificada. Envolve entidades públicas e privadas que oferecem diferentes tipos de produtos vocacionados para responder às necessidades não satisfeitas de financiamento

habitacional. No caso de Angola há um Instrutivo de 2022, o Instrutivo 9/22, de 10 de Agosto, que o próprio diploma tenta «despertar» o mercado imobiliário angolano, impondo taxas de juro mais baixas do que as praticadas pelo mercado bancário sem este Instrutivo.

As instituições estatais de financiamento habitacional têm dominado o financiamento habitacional em muitos países africanos. o modelo de banco habitacional estatal é difundido em todo o continente, de Camarões ao Gabão na África Central. Etiópia a Ruanda na África Oriental. Argélia à 'funísia no Norte da África. Lesoto à Namíbia na África Austral e Burtina Faso ao Senegal na África Ocidental. Durante a década de 1980, a maioria desses bancos que em grande parte dependia de orçamentos públicos para apoio financeiro, entrou em colapso na crise econômica de 2008 e da pandemia de 2020. Além disso, o facto de que a maioria desses bancos imobiliários estatais não eram instituições financeiras que aceitavam depósitos criava um grave «descasamento- entre activos e passivos, Uma política negligente de risco de crédito, má ou débil sistemas de governação bancária corporativa e equipas operacionais fracas também precipitaram a falência de muitos bancos imobiliários estatais, resultando em «salvamentos» dos vários Governos.

Embora esses bancos tenham sido criados com o objectivo de expandir o mercado de financiamento imobiliário, eles tiveram a consequência não intencional de distorcer o mercado em alguns casos. Tectos de taxas de juros, quotas de crédito e um longo processo de execução hipotecária tiveram o efeito de restringir ainda mais os empréstimos para famílias de baixa e média renda. Consequentemente, o mercado de financiamento habitacional do continente é pequeno e atende principalmente às necessidades das famílias de renda média alta fl alta, em detrimento das fanúliasderendabaixa e média.

Com excepção da África do Sul, Namíbia, Marrocos e 'funísia, os mercados de financiamento imobiliário no continente são pequenos e subdesenvolvidos em comparação com os de outras economias emergentes, conforme reflectido pelos empréstimos hipotecários em relação ao PIB.

Na Nigéria, Camarões, Egipto, Costa do Marfim, Ghana, Tanzânia e Burtina Faso, o financia- mento habitacional representa menos de 1,0 por cento do PIB, o que é insignificante em comparação com Chile, Costa Rica, Malásia e Tailândia, onde as hipotecas pendentes empréstimos ao PIB varia entre 15 e 36 por cento, como se pode ver na figura abaixo teoria do capital humano defende que, quanto mais

uma pessoa investe em conhecimento, maiores e melhores são as possibilidades de alcançar melhores posições no mercado de trabalho e também aumentar a sua renda.

## 6.7 Identificados no país 139 edifícios em estado de degradação crítica

*Jornal de Angola*

*7 De Maio de 2023*

*Texto: Carla Bumba*

Moradores do Lote 9 do bairro Prenda, Distrito Urbano da Maianga, em Luanda, solicitam intervenção urgente das autoridades para definir se devem ou não permanecer edifícios, depois da queda de uma parte da laje num dos andares.

Ouvido, ontem, pelo Jornal de Angola, Nelson Mário, morador dos Lote 9 do Prenda, há mais de dez anos, contou que, desde o dia em que caiu a laje os residentes estão em estado de alerta máximo, mas precisam de um parecer das autoridades sobre o que devem fazer.

Nelson Mário explicou que, depois da queda da placa, na última segunda-feira, à noite, receberam uma equipa do Laboratório de Engenharia de Angola (LEA), que fez o levantamento técnico do edifício para apurar a situação real.

Mas, segundo o morador, até ao momento, ainda não receberam qualquer informação se devem ou não permanecer no edifício.

Outro residente no Lote 9 é Domingos Manuel "Kota Leleco". Este criticou os próprios moradores pelas construções anárquicas no interior do edifício e no rés-do-chão, que apontou como principais causas para a degradação do prédio.

O morador recordou que, noutros anos, circoMais de 500 edifícios em todo o país encontram-se em mau estado de conservação e, deste número, um total de 139 apresentam um quadro crítico, pelo que deverão ser demolidos para darem lugar a novas edificações, afirmou, ontem, em Saurimo, o ministro das Obras Públicas, Urbanismo e Habitação.

Carlos Alberto dos Santos, que falava no final de uma visita de constatação aos edifícios da cidade, informou que o Ministério das Obras Públicas, Urbanismo e Habitação tem o registo de 509 edifícios em todo o país que apresentam condições inapropriadas para a habitabilidade.

"Do levantamento técnico feito, que é dinâmico, o programa apresenta 509 edifícios, mas é subdividido



em três níveis. Os edifícios preocupantes são aqueles que apresentam riscos estruturais e estão em estado de ruína, que são 139 ao nível de todo o país”, disse o ministro.

O governante anunciou, para os próximos dias, a entrada em acção do Laboratório de Engenharia de Angola para a validação dessa informação técnica.

Carlos dos Santos lembrou que o programa estratégico aprovado pelo Conselho de Ministros prevê, numa primeira fase, o realojamento das famílias que poderão sair dos edifícios críticos e, posteriormente, partir-se para a demolição.

"O programa prevê, numa primeira fase, o realojamento dos moradores que vão sair desses prédios em risco. E se eles estão nessa condição, a única decisão que se pode ter é demoli-los. A ideia é que sejam construídos novos edifícios nos espaços onde estão a ser demolidos os antigos, com as mesmas características”, revelou.

## 6.8 Moradores à espera de parecer sobre permanência no prédio

*Jornal de Angola*

*7 De Maio de 2023*

*Texto: Carla Bumba*

Moradores do Lote 9 do bairro Prenda, Distrito Urbano da Maianga, em Luanda, solicitam intervenção urgente das autoridades para definir se devem ou não permanecer no edifício, depois da queda de uma parte da laje num dos andares.

Ouvido, ontem, pelo Jornal de Angola, Nelson Mário, morador do Lote 9 do Prenda, há mais de dez anos, contou que desde o dia em que caiu a laje os residentes estão em estado de alerta máximo, mas precisam de um parecer das autoridades sobre o que devem fazer.

Nelson Mário explicou que, depois da queda da placa, na última segunda-feira, à noite, receberam uma equipa do Laboratório de Engenharia de Angola (LEA), que fez o levantamento técnico do edifício para apurar a situação real.

Mas, segundo o morador, até ao momento ainda não receberam qualquer informação se devem ou não permanecer no edifício.

Outro residente no Lote 9 é Domingos Manuel "Kota Leleco". Este criticou os próprios moradores pelas construções anárquicas no interior do edifício e no rés-do-chão, que apontou como principais causas para a degradação do prédio.

O morador recordou que, noutros anos, se circulava à vontade nos apartamentos e no rés-do-chão, uma realidade que não se vive actualmente.

Kota Leleco, de 60 anos, morador nos Lotes do Prenda desde 1978, onde nasceram os nove filhos, avançou que os residentes no edifício estão a sofrer por falta de saneamento básico.

Durante a ronda realizada pelo Jornal de Angola foi possível constatar que boa parte dos moradores ainda não abandonou o edifício. E, segundo informam, não o fazem por ausência de alternativas.

Para quem circula de-baixo do edifício, as águas paradas, lixo e cheiro nauseabundo desencorajam a permanência num edifício onde ratos e moscas lutam dia e noite, para controlar os restos de alimentos.

Uma moradora, que não se quis identificar, explicou que há quatro meses deixaram de usar as casas de banho no interior do apartamento, devido à tubagem que entupiu, assim como a água corrente não sobe nos andares.

Durante a nossa visita, foi possível aferir que, ontem, houve uma reunião entre moradores para analisar o futuro do Lote 9, mas não chegaram a qualquer conclusão sobre o abandono ou não do edifício, uma vez estarem à espera do parecer técnico das autoridades.

## 6.9 A necessidade do micro financiamento habitacional

*Jornal Economia e Finanças*

*12 De Maio de 2023*

Os governos de muitos países estão a começar a adaptar políticas que Incentivam os empréstimos privados, mantendo condições equitativas para todos os credores. Nos últimos anos, intervenções estatais foram abertas a credores privados na África do Sul, Costa do Marfim, Marrocos, Egipto e Argélia, entre outros. Na África do Sul, o Programa de Subsídios Individuais Vinculados a Finanças (FLISP), uma parceria do Governo com o sector privado para tornar o financiamento habitacional acessível e acessível para famílias de baixa renda, é acessível a todos os credores hipotecários. Em Marrocos, credores hipotecários públicos e privados também têm acesso ao "Fonds de Garantie pour Populations à Revenus Irréguliers Modestes" (FOGARIM), um programa de melhoria de crédito que facilita empréstimos a trabalhadores de baixa renda e do sector informal.

A liberalização financeira da assistência governamental em muitos países contribuiu parcialmente para o crescimento do mercado de financiamento habitacional nos últimos anos. Na África do Sul, o mercado de hipotecas cresceu 10,3%, de R 124,38 bilhões (US\$ 8,2 bilhões) em 2013 para R 137,19 bilhões (US\$ 9,1 bilhões) em 2014. No entanto, o número de empréstimos hipotecários aprovados no segmento de habitação popular cresceu apenas 4,5% no mesmo período. No Quênia, o valor dos activos de empréstimos hipotecários pendentes aumentou constantemente desde 2012, quando o banco central começou a colectar dados sobre hipotecas residenciais. O valor dos empréstimos hipotecários pendentes no Quênia aumentou de K Sh 119,6 bilhões (US\$1,2 bilhão) em Dezembro de 2012 para K Sh 164 bilhões (US\$ 1,6 bilhão) em 2014, representando um crescimento de K Sh 44,4 bilhões (US\$ 438,7 milhões) ou 37 por cento.

Nos países da União Económica e Monetária da África Ocidental (UEMOA) - Benin, Burkina Faso, Costa do Marfim, Guiné-Bissau, Mali, Níger, Senegal e Togo - o tamanho do mercado de financiamento imobiliário também cresceu consideravelmente nos últimos décadas. O volume anual de empréstimos na UEMOA aumentou de uma média de CFAF 80 bilhões (US\$ 160 milhões) entre 2005 e 2011 para CFAF 203,7 bilhões (US\$ 407,4 milhões) em 2013, o que é um reflexo das melhores condições de crédito e da melhoria da dinâmica do mercado imobiliário na região. E Marrocos, o valor total dos empréstimos hipotecários pendentes aumentou de US\$15,99 bilhões para US\$19,64 bilhões entre 2011 e 2013. Na Nigéria, o tamanho do mercado hipotecário cresceu de NS4 bilhões (US\$ 342 milhões) em 2006 para estimados N224 bilhões (US\$1,42 bilhão) em 2011.

Apesar do crescimento apreciável do financiamento habitacional, o crédito bancário ao sector tem sido ainda bastante conservador. Na maioria dos casos, os beneficiários de empréstimos habitacionais na África são indivíduos ricos.

Na África do Sul, por exemplo, o número de empréstimos hipotecários aprovados no segmento de habitação popular entre 2013 e 2014 caiu significativamente, em 20,4 por cento, com cerca de 9 em cada 10 pedidos de empréstimos hipotecários negados. Da mesma forma, em Angola, o sector bancário formal responde por menos de 2 por cento dos empréstimos à habitação, com os bancos rejeitando cerca de 82 por cento dos pedidos de empréstimos à habitação. Em Outubro de 2014, existiam apenas 8.960 contas hipotecárias no país. Nos Camarões, a principal instituição hipotecária, que está a passar por uma reestruturação, aprovou uns míseros 262 empréstimos habitacionais em 2014 para

atender a uma população urbana de 12 milhões. No Quênia, um país de 48 milhões de pessoas, apenas 60.479 empréstimos hipotecários estavam pendentes entre Dezembro de 2012 e Dezembro de 2014.

Da mesma forma, menos de 2% das populações em Botswana, Malawi, Tanzânia e Zâmbia usam hipotecas para adquirir suas casas. Na Nigéria, o mercado de financiamento imobiliário não se saiu melhor. Os empréstimos hipotecários representam menos de 1% da carteira de empréstimos dos bancos comerciais. Apenas cerca de 5 por cento, ou 685.000 dos 13,7 milhões de unidades habitacionais na Nigéria, são financiados com hipotecas, devido ao facto de que o Federal Mortgage Bank da Nigéria (FMBN) não atendeu às expectativas: em Agosto de 2012, apenas cerca de 13.000 hipotecas foram fornecidas para um total de 3,8 milhões de contribuintes elegíveis para o Fundo Nacional de Habitação -J gerido pelo FMBN. Hoje, o déficit hipotecário da Nigéria é estimado em N20-30 trilhões (US\$ 100-150 bilhões), de acordo com a Associação de Bancueiros Hipotecários da Nigéria.

Os números na sub-região da UEMOA também foram decepcionantes. Em 2013, os bancos da UEMOA aprovaram escassos 15.328 empréstimos habitacionais para atender a uma população total de 105 milhões, dos quais 36,3 milhões vivem em áreas urbanas. A percentagem de empréstimos à habitação aprovados na região da UEMOA varia de um mínimo de 0,7 por cento na Guiné-Bissau a um máxima de 50,1 por cento no Senegal (Tabela 1).

Se essa tendência sombria de financiamento imobiliário continuar, é óbvio que a crise imobiliária do continente explodirá nos próximos anos. A partir da discussão anterior, fica claro que o financiamento hipotecário por si só não fornecerá moradia para a grande maioria das famílias africanas. Com uma renda anual média de US\$ 470 para cada pessoa, muitos lares africanos não podem arcar com o custo de uma hipoteca. Reconhecendo o alto nível de emprego informal na África urbana, o micro-financiamento habitacional (HMF) promete ser uma alternativa viável ao financiamento hipotecário.

## 6.10 Easy Casas volta quase ao ponto zero após 10 casas ecológicas no Namibe

*Jornal Expansão*

*12 De Maio de 2023*

*Texto: José Gongga*

Depois das 10 casas ecológicas de barro construídas no Namibe, no bairro Makala Tchipaty, para resolver uma situação de emergência do governo local em Julho de 2022, a startup EasyCasas voltou ao ponto de partida por falta de encomendas, mas mantém a esperança em dias melhores.

O projecto "solo e cimento", que surgiu de um grupo de colegas do curso de Engenharia da Universidade Agostinho Neto (UAN), nasceu em 2020 com a ideia de facilitar o acesso a casas sociais, tendo em conta as dificuldades das famílias angolanas, e daí o nome EasyCasas. No entanto o percurso tem sido difícil.

Apesar de os custos de construção serem três vezes mais baixos do que a habitação convencional e o processo de construção durar apenas cinco dias, "a construção convencional continua a ter a preferência dos donos das obras, por ser mais comercial e habitual", explica Paulo Narciso, um dos três responsáveis da startup.

Foi em Junho de 2022, na véspera das eleições gerais de Agosto, que foram contactados pelo Governo Provincial do Namibe, para fazer cinco casas germinadas de duas habitações, para atender 10 famílias que precisavam de ser realojadas. Fizeram a obra em apenas um mês e com um preço de 4 milhões Kz cada habitação, refere Paulo Narciso.

As 10 habitações do tipo T2 custaram 20 milhões Kz ao governo do Namibe, naquela que foi a primeira experiência de tornar a ideia 'solo e cimento' uma realidade.

"O Governo Provincial do Namibe arriscou na Easy Casas, até porque a obra já tinha sido adjudicada a uma empresa de construção convencional que 'não chegou a cumprir o contrato de construção. No entanto, as nossas casas ecológicas construídas continuam no Namibe seguras e funcionais. Temos a certeza que se vão lembrar de nós", assegura Paulo.

A empreitada que socorreu as famílias que viviam em casas de chapas de zinco numa zona desértica obrigou a startup a recorrer a um empréstimo de 10 milhões Kz, através de pessoas que acreditam no projecto, para arrancar com as construções, sendo que o governo provincial apoiou em toda a parte logística.

"Pensámos que íamos dar o salto depois de sair ao Namibe. Era o nosso primeiro desafio de validar o projecto, depois de um ano e meio a testar a matéria-prima e a aprimorar a técnica de construção e produção de blocos", revelou.

No essencial, o modelo de negócio das casas ecológicas foi desenhado para auxiliar os governos provinciais na construção de casas sociais e atender às famílias de baixa renda, com custos mais baixos e com preocupações ecológicas.

Nesta altura, a empresa apresentou projectos aos governos do Bengo e Zaire, para fazer face à falta de residências apropriadas para a população. Um projecto de 300 casas do tipo T1, T2 e T3.

A empresa vive de fundos próprios. Os créditos bancários, além de serem muitos caros, dificilmente são aprovados para projectos desta natureza, o que inviabiliza a possibilidade de avançar com a construção de casas para posterior venda, sendo que a empresa constrói de acordo com as encomendas,

Por isso teve de procurar outras formas de rendimento, estando nesta altura a participar em empreitadas de construção civil convencional com outros promotores imobiliários, o que lhe permite manter a actividade e ir criando poupança para poder avançar mais tarde para a implantação deste conceito.

Outro segmento que garante alguma fonte de rendimento são as paredes rústicas em casas de alto padrão e a construção de churrasqueiras e fornos, ainda em fase embrionária. A empresa conta com 5 empregados fixos para manter a produção de blocos, um número que sobe facilmente para duas dezenas quando há obras.

Casas fundamentalmente de barro

As casas são montadas numa estrutura de fundação igual às da construção convencional, geralmente em betão e aço, sendo que a alvenaria é montada através de blocos de barro, que são como peças de lego e, simultaneamente, reforçadas com uma pequena malha de arames e aço para 'lhes conferir resistência.

A malha de betão e aço é colocada em cada um metro de montagem através de uma canaleta produzida pela empresa, quer na vertical como na horizontal.

O acabamento da casa ecológica é feito com uma mistura de barro e cimento, a que chamam de rejunto, para cobrir as eventuais folgas, depois é envernizada, deixando um ar mais natural. De acordo com Paulo Narciso, estas casas são capazes de absorver calor e manter o interior fresco, por causa

da composição dos blocos e da engenharia de produção,

"Uma pequena fábrica

A solução da Easy Casas é similar à forma como se constrói nas localidades em Angola com recurso ao barro local, que é parte importante na construção, o que ajuda a reduzir os custos. Embora a Easy Casas utilize uma técnica cientificamente mais desenvolvida, certificada pelo Laboratório de Engenharia de Angola (LEA), através de uma parceira A certificação é feita para cada lote de blocos produzidos.

A EasyCasas produz blocos feitos de barro e apenas 10% de cimento para lhe conferir resistência, ou seja, para cada meia tonelada de apenas um saco de cimento de 50 Kg. Os blocos são feitos numa pequena fábrica localizada no Zango, que tem essencialmente dois equipamentos, uma peneira e um equipamento mecânico simples de prensar os blocos, o que torna fácil as questões logísticas, já que a matéria-prima para os blocos é o barro do local da empreitada

"No barro do local analisamos a quantidade de argila e de matéria orgânica. Depois é peneirada e humedecida com uma quantidade muito pequena de água. Logo a seguir, começa-se o processo de produção", explica Paulo Narciso.

A prensa de blocos foi concebida localmente, no entanto é inspirada em equipamentos já existentes e é capaz de fazer três blocos de cada vez. Os blocos depois de prensados passam por um processo de cura durante sete dias e estão prontos para serem montados.

## 6.11 Moradores 'pendurados' pelo relatório do LEA

*Jornal Expansão*  
12 De Maio de 2023

Os moradores do lote 1 do Prenda, que no mês passado tremeu e foi desalojado, continuam a aguardar a conclusão da inspeção que o Laboratório de Engenharia de Angola (LEA) está a realizar no edifício e nos arredores, e que vai determinar a viabilidade ou não do prédio.

Passadas três semanas, ainda não há qualquer sinal de quando o LEA irá terminar o seu trabalho, para o desagrado dos moradores. "O que sabemos foi o que nos foi dito na reunião que tivemos com os responsáveis do município de Luanda, dias depois de abandonarmos o prédio. De lá para cá, não tivemos qualquer outra informação", disse um dos moradores

que está com a sua família a morar num quarto cedido por uma irmã.

Na primeira avaliação feita ao prédio, o LEA concluiu que a situação era grave devido à falência de pelo menos 4 dos 12 pilares que sustentam o edifício.

Na altura, o Laboratório de Engenharia de Angola avançou que precisava de mais estudos ara uma conclusão definitiva e que estes estudos não teriam horizonte temporal definido.

Esta semana, o porta-voz provincial do Serviço de Protecção Civil disse ao Expansão que a situação não se alterou. "A situação é a mesma. O laboratório continua a trabalhar", clarificou Faustino Minguês. Questionado sobre a situação dos moradores, a resposta não foi diferente.

"Continua válido o que foi comunicado na reunião que a comissão de moradores teve com a administração", disse.

Nesta reunião, um dos pontos-chave foi o realojamento das 41 famílias que residiam no lote, e que devido à situação tiveram de sair sem qualquer apoio.

"Os moradores continuam ainda nas suas famílias ou nos benfeitores que os receberam, porque as autoridades condicionam um eventual realojamento ao relatório final da avaliação que está a ser feita pelo laboratório de engenharia", explicou um dos moradores.

A administração defende-se com a complexidade existente nos processos de realojamento.

"Não se trata apenas de realojar. Caso haja necessidade de realojamento temos de ver quem deve ser contemplado. Porque neste edifício nem todos são proprietários. Tem de haver um trabalho conjunto com a comissão de moradores, para se evitar complicações no processo", disse fonte da administração.

Numa situação menos desesperante estão os moradores do lote 9, que perdeu uma trave há uma semana. O Governo Provincial de Luanda garante que a queda da viga "não compromete a estabilidade e segurança estruturais do edifício". Devido a isso, edifício continua habitado.

Entre receios e incerteza, alguns moradores preferiram abandonar já o edifício, mas a maioria continua a residir no prédio.

F.D.

## 6.12 Pelo menos 36 prédios estão em risco de desabar em Luanda

*Jornal Expansão*

12 De Maio de 2023

Texto: Faustino Diogo

Pelo menos 36 prédios estão em risco de ruir em Luanda, apurou o Expansão junto do Ministério das Obras Públicas, Urbanismo e Habitação (MINOPUH). A nível nacional, o número aumenta para 139.

"Em relação aos edifícios em risco de ruína, temos cadastrados cerca de 139 em todo o país. Em Luanda, até ao momento, identificámos cerca de 36 edifícios em risco de ruína", respondeu o MINOPUH, em resposta a questões colocadas pelo Expansão.

Na catalogação feita em Luanda constam os prédios n.51/55, situado na rua Engrácia Frágoso, o n.º45 situado na rua dos Marecos e o n.º05 situado na avenida Comandante Valódia.

Juntam-se a estes, o prédio Kikombo, o prédio do livro no Sambizanga, o edifício inacabado no Kilamba-Kiayi, o edifício do Baleizão (Treme-treme), e também o lote 1 do Prenda, que aguarda a avaliação final que, está a ser feita pelo Laboratório de Engenharia de Angola (LEA).

Devido à degradação avançada deste e de outros edifícios, alguns moradores já começaram a ser contactados, sem que lhe seja levantamento de todos os edifícios em estado de degradação e que precisam de intervenção, tendo já sido cadastrados pelo menos 500 edifícios.

"Neste processo, temos cadastrados mais de 500 edifícios a nível nacional. No entanto, considerando a dinâmica da degradação dos edifícios, o processo de avaliação e catalogação será contínuo com objectivo de monitorizar o cumprimento das medidas", lê-se nas respostas às questões feitas pelo Expansão.

Em Março, após a queda do prédio 41, na Avenida Comandante Valódia, o director do avançado qualquer horizonte temporal para o seu realojamento.

"Apenas nos identificaram e informaram que era por causa da situação do prédio. Não nos disseram nada sobre um possível realojamento, nem durante quanto tempo vamos continuar aqui", disse o morador de um dos prédios identificados.

Apesar do estado avançado de degradação destes edifícios, alguns poderão ainda ser recuperados, em função das condições que apresentarem.

"Alguns destes prédios poderão ser recuperados, mediante o seu estado estrutural, o seu valor patrimonial e cultural", esclarece o ministério, entidade que coordena o trabalho de avaliação dos edifícios que está a ser realizado pelo Laboratório de Engenharia de Angola.

De acordo com o ministério, está em curso um programa de Laboratório de Engenharia de Angola, disse que mais de metade dos 500 edifícios que a instituição detectou em avançada degradação concentra-se em Luanda.

"O levantamento que foi feito até agora permite aferir que neste momento temos na orem de 500 edifícios cuja situação de degradação é preocupante. Estes 500 edifícios estão espalhados por todo o território nacional. A maior parte está localizada em Luanda", disse Fernando Bonitó.

GPL desconhece a realidade Apesar da garantia dada pelo responsável máximo do Laboratório de Engenharia de Angola, de que a maioria dos prédios em avançado estado de degradação identificados até agora estão em Luanda, o governo provincial desconhece esta realidade.

"Em 2020, todos os governos provinciais foram orientados a fazer um cadastramento dos edifícios que se encontrassem em mau estado de conservação, de acordo com o Despacho Presidencial n.º no/ /19, de 2 de Julho. E o GPL (Governo Provincial de Luanda) fez o devido levantamento e submeteu ao ministério de tutela. Três anos depois, este levantamento precisa de ser actualizado e seria imprudente da nossa parte avançar qualquer dado agora sob o risco de não sermos precisos", respondeu o director do gabinete provincial dos serviços técnicos e infraestruturas, Calunga Quissanga, questionado pelo Expansão sobre o número exacto de prédios em risco de desabar em Luanda. o GPL garante que, na altura do levantamento feito em 2020, "os proprietários dos edifícios foram notificados sobre a situação das edificações e aconselhados a procederem em conformidade".

O documento de João Lourenço, citado pelo GPL, orienta também que o ministro das Obras Públicas, Urbanismo e Habitação deve inventariar e catalogar os edifícios que se encontram em mau estado de conservação ou que constituam perigo de desabamento.

Este ministério deve ainda informar anualmente o Presidente da República sobre a situação dos edifícios que se encontram em perigo de ruína ou 'desabamento, assim como um relatório sobre o estado dos contratos, lê-se no Despacho Presidencial.

## Avaliação por baixo

Apesar de o ministro das Obras Públicas, Urbanismo e Habitação apontar que, neste momento, existem no País 500 edifícios em estado de degradação avançada, a maior parte dos quais em Luanda, técnicos do ramo consideram que este número será superior. "Basta olharmos para Luanda e vemos logo que este número não é real. Temos de serrealistas e ser mais responsáveis, porque não adianta lançarmos números. E só vemos o número de edifícios da era colonial que estão em mau estado no centro da cidade. Juntamos a estes os prédios do Prenda, Cazenga, Rangel (cubanos) e outros. Só aqui já estaremos próximos dos 500", disse o arquitecto Sílvio Luís. Para este profissional, o LEA deveria ser mais proactivo na avaliação dos prédios em risco e obrigar quem de direito a fazer as manutenções necessárias para evitar a ruína de mais prédios. "Temos é de ser sérios nas abordagens. Juntar várias forças e fazer com que as recomendações sejam de facto aplicadas. Não adianta enviar números ao Presidente da República se não fizermos nada com estes números. E depois quando desaba um prédio aparecermos com estatísticas que não conseguem evitar estes desabamentos", concluiu.

### 6.13 Projecto de auto-construção dirigida será implementada na jurisdição

*Jornal Luanda*

*15 De Maio de 2023*

Como tem sido a actuação dos Serviços de fiscalização?

A posição da Administração nestas situações é firme. Em primeiro lugar retiramos estes invasores porque até são ocupantes ilegais e em alguns casos, os entregamos à Polícia Nacional. Não trabalhamos apenas com o Serviço de Fiscalização, envolvemos os nossos agentes da Ordem Pública. As senhoras das lavras são em alguns casos, as surpreendidas e ameaçadas por estes invasores de terras.

o que tem sido feito para se acautelar estes casos?

Nós, como Estado, temos que estar na linha da frente. Neste momento, a administração do Distrito Urbano está a planear um projecto de auto-construção dirigida em que as pessoas vão construir a tipologia de casas de acordo com as regras estabelecidas. Vamos propor este projecto ao administrador municipal de Belas. Se for aprovado a auto-construção dirigida será um sucesso na nossa área de jurisdição. Isso porque temos muitos jovens e

antigos combatentes que não têm habitação. Há pessoas que construíram em locais de risco e podem aderir a este projecto. Esta é a forma que se pode fazer para evitar as ocupações ilegais de terrenos.

A circulação de pessoas e bens tem sido um problema sério para os Ramiros

Sim. A circulação na Estrada Nacional (EN) 100 melhorou muito. No passado, havia acidentes todos os dias, N30 tínhamos um final de semana sem registar mortes. As coisas minimizaram e podemos ficar um mês sem acidentes de viação. Isso porque a Polícia de Transito tem trabalhado muito em campanhas de sensibilização aos automobilistas. Mas ainda assim muitos automobilistas insistem em conduzir sob o efeito de álcool e Isso é prejudicial, principalmente aos fins-de-semana em que os munícipes gostam de ir ~ praias e saem de lá sob efeito de bebidas alcoólicas. Por outro lado no passado, houve uma reabilitação da estrada mas infelizmente, neste momento está danificada com muitos buracos e ravinhas.

Há ameaça de cortar a via. Neste momento, já endereçamos várias notificações ao Instituto de Estradas de Angola (CINEA), para uma intervenção.

Os populares queixam-se da alta criminalidade, principalmente na zona do Mundial e Tanque Serra?

Em termos de criminalidade não estamos muito mal. Temos duas esquadras da Polícia Nacional, nos Ramiros e Tanque 2 que respondem por todos os bairros do distrito. O nosso maior problema consiste no roubo de motorizadas. Notamos que os delinquentes saem de outros bairros e vêm fazer os seus assaltos aqui os casos de homicídios a Policia tem conseguido esclarecer e dar uma resposta à altura, tendo em conta que alguns não são cometidos nesta área. Mas apenas são depositados nos Ramiros. Mas há uma tendência de a população querer fazer justiça com as próprias mãos. t: um grande problema que os Ramiros enfrenta, principalmente no bairro do Mundial, em que já houve três situações deste género.

No domínio da Saúde, como está os Ramiros?

O nosso distrito tem uma extensão muito grande, com uma população acima de 200 mil habitantes e com o crescimento demográfico a cada dia que passa surgem novas pessoas. Podemos dizer que é um distrito em crescimento. E só temos um centro materno infantil na sede Tem ajudado muito. mas pelo número da população que temos não consegue atender a demanda. Os nossos munícipes têm de procurar os serviços médicos em outras localidades. Mas também, o centro médico recebe pacientes de

outros distritos e inclusive de outros municípios. Há um bom atendimento aos pacientes. Por isso precisamos de ter mais centros de saúde para poder satisfazer as necessidades dos nossos habitantes.

#### Localização geográfica

O Distrito Urbano dos Ramiros, localizado no município de Belas, província de Luanda, tem uma extensão territorial de 24 Km<sup>2</sup> e uma população estimada em 200 mil habitantes, sendo composta por 6 bairros (Zona A. Zona BI. Zona C. Cateba, Buraco. Tanque 11). A prestação de serviços, a pesca e a agricultura de subsistência são as principais actividades desenvolvidas nesta comuna. Cada uma das sete comunas do município de Belas é constituída por vários bairros, possuindo características próprias, não só pela localização, como também pelas actividades desenvolvidas e pelo respectivo crescimento populacional.

### 6.14 Mais de 60 lotes entregues para a construção dirigida

*Jornal de Angola*

*17 De Maio de 2023*

*Texto: Roque Silva*

A Empresa Gestora de Terrenos Infra-Estruturados (EGTI) procedeu, esta terça-feira, em Luanda, à entrega de lotes de terreno para auto-construção dirigida às primeiras 64 das 150 vendedeiras e empregadas domésticas seleccionadas, que exercem a sua actividade no município de Cacuaco.

As contempladas receberam, de maneira formal, toda a documentação com informação técnica do projecto que as torna proprietárias dos lotes, como contratos assinados, títulos dos terrenos, projecto e os croquis de localização, numa cerimónia presidida pelo secretário de Estado do Urbanismo e Habitação, Adérito Carlos Mohamed.

A iniciativa prevê beneficiar 300 vendedeiras ambulantes, de bancadas e empregadas domésticas, com parcelas de terreno de 150 metros quadrados (10 metros de largura e 15 de comprimento), onde devem ser erguidas moradias no modelo T3.

A zona loteada tem mais de 11 hectares, está localizada entre a Centralidade do Sequele e o bairro Mayé-Mayé, em Cacuaco, a um quilómetro das referidas urbanizações.

O espaço preparado já conta com os sistemas de abastecimento de água, energia eléctrica, escoamento

de águas pluviais e residuais funcionais, assim como os arruamentos.

Enquanto presidia ao acto de entrega de lotes, em representação do ministro das Obras Públicas, Urbanismo e Habitação, Adérito Carlos Mohamed felicitou as contempladas, tendo-as encorajado a construir as suas moradias dentro das suas possibilidades.

O secretário de Estado do Urbanismo e Habitação aconselhou as senhoras a se absterem de vender os espaços, e a encararem o processo de construção das suas moradias como uma oportunidade de viverem de forma condigna.

Adérito Mohamed sugeriu às contempladas que venham a enfrentar dificuldades para erguer as suas residências a procurarem por soluções bancárias, por via do crédito, para pagarem as obras de construção

O governante exortou as vendedeiras ambulantes e de bancadas, assim como as empregadas domésticas que ainda não cumpriram com o que está estipulado no contrato, a seguirem os padrões de construção das moradias definidos pelo projecto, para evitar contendas com as autoridades.

"Devem ser persistentes, dignificar o esforço empreendido diariamente nas suas actividades laborais com o suor da construção neste terreno, para o bem das vossas famílias".

#### Projecto abrangente

O administrador para a Área Técnica da EGTI, Kilson Gouveia, disse que o projecto é contínuo e comporta um conjunto de vantagens, que visam garantir qualidade de vida aos futuros moradores, contemplando locais para a instalação de espaços verdes e serviços.

"O projecto tem à sua volta investimentos públicos e privados, como o futuro Hospital Municipal de Cacuaco, instituições de ensino, o que será uma mais-valia", disse.

Kilson Gouveia afirmou que a Empresa Gestora de Terrenos Infra-estruturados assumiu a responsabilidade de prestar auxílio técnico às obras de construção, para que o projecto seja respeitado, com a disponibilização de técnicos.

Segundo o arquitecto, para a efectivação do projecto foram cumpridas algumas recomendadas pela Organização das Nações Unidas.

A directora de Marketing e Vendas da EGTI disse que cada lote teve um custo de 90 mil kwanzas, que deve ser pago em três fases, em até 24 meses.

Jakeline Coelho explicou que o processo teve maior solicitação por parte das vendedeiras de bancada, seguidas das zungueiras e, por último, das empregadas domésticas, que antes passaram por um processo de inscrição e selecção, através dos requisitos exigidos e sorteio aleatório.

Aquela responsável informou que o processo de assinatura continua, uma vez que, do grupo das 150 seleccionadas, constam pessoas que se tornaram incomunicáveis. "Estamos abertos e a aguardar pelos seleccionados, pois queremos terminar a primeira fase para depois seguir com a segunda selecção de mais 150", disse.

Denominado "Kizwa Kyobe" (que em língua nacional Kimbundu significa "Um novo dia começa aqui"), o projecto habitacional de inclusão social é uma iniciativa da EGTI, que prevê a comercialização, a preço simbólico, de lotes infra-estruturados para mulheres com poucos recursos para a construção de moradias.

## 6.15 Condomínios são contribuintes: quais as obrigações e quem se responsabiliza

*Jornal Expansão*  
19 De Maio de 2023

Quando em 2011 a reforma da tributação em Angola dava os primeiros passos com a introdução de alterações à tributação do património havia um certo ceticismo (dir-se-á) generalizado. Décadas de um sistema fiscal desadequado à realidade em que o incumprimento era a regra, prometiam um terreno difícil para uma mudança tão significativa como a que resultava da introdução de obrigações de retenção na fonte nos pagamentos de rendas e de novas regras em matéria de avaliação de imóveis. Porém, mais de uma década volvida, a reforma da tributação do património revela-se um verdadeiro exemplo de boas práticas e de mudança radical de paradigma

De acordo com os valores apurados pelo Fundo Monetário Internacional as receitas resultantes do Imposto Predial Urbano passaram de 5.044 (milhões Kz) em 2011 para 15.159 (milhões Kz) em 2012, atingindo 25.283 (milhões Kz) em 2014. Os números falam por si. Durante a última década, abandonou-se um cenário em que o pagamento generalizado de imposto pelos proprietários de imóveis era quase uma miragem, em prol de um cenário em que a retenção

na fonte aquando do pagamento de rendas é a regra, sendo muitos os inquilinos que exigem aos senhorios facturas-recibo em modelos certificados pela AGT.

Mais recentemente, em 2020, no culminar desta reforma legislativa, surge o novo Código de Imposto Predial, o qual, não trazendo grandes mudanças para o contribuinte, moderniza e simplifica a linguagem e concentra num único diploma as regras da tributação imobiliária.

Alterada a lei e concluída a reforma, cumpre agora continuar o caminho, aperfeiçoando aquilo a que os ingleses chamam de enforcement. É agora a vez dos condomínios.

No início do corrente ano, a Administração Geral Tributária (AGT) anunciou que, durante um prazo de 45 dias, todos os condomínios não constituídos em forma de associação seriam notificados para regularizar a sua situação e obter um Número de Identificação Fiscal (NIF). Recebida a notificação sem que a situação tenha sido regularizada, o condomínio terá o seu NIF suspenso e, posteriormente - após um prazo de 180 dias - definitivamente cancelado. Ora, na ausência de uma Associação de Condóminos (com NIF válido), serão os administradores os responsáveis pelas respectivas obrigações tributárias. Será assim do interesse de todos os proprietários, condóminos e, em especial, administradores, verificar qual a situação do seu condomínio e conhecer quais são as obrigações tributárias aplicáveis.

Em primeiro lugar, os condomínios devem constituir-se em forma de associação privada e obter um NIF. Tendo em conta o número de condomínios existentes que não estão constituídos em forma de associação e a (expectável) burocracia inerente ao processo de constituição de uma associação privada, o prazo (45 dias) estabelecido para a regularização poderá revelar-se desafiante ou mesmo insuficiente. Este será o primeiro desafio. Será que a AGT irá flexibilizar os procedimentos nesta primeira fase de regularização e, por exemplo, permitir o registo de condomínios cujo processo de constituição de associação esteja ainda a decorrer?

A AGT vem ainda esclarecer, através do Instrutivo nº 01/DSF/GJ/AGT/2023, de 19 de Janeiro, que as Associações de Condomínios devem cumprir as obrigações tributárias que lhe sejam aplicáveis relativas ao Imposto Industrial, Imposto sobre o Rendimento do Trabalho, e Imposto sobre o Valor Acrescentado. Estas obrigações incluem, designadamente: i) a emissão de facturas nos termos do Regime Jurídico das Facturas e Documentos Equivalentes; ii) a entrega da declaração Modelo 1 de



Imposto Industrial, iii) a retenção na fonte e entrega de Imposto sobre os Rendimentos do Trabalho (IRT), caso existam trabalhadores; iv) a entrega do Modelo 2 de IRT, e v) a retenção na fonte em sede de Imposto Industrial. Estes exemplos poderão, contudo, variar atendendo ao caso em concreto e as actividades que sejam efectivamente exercidas.

A título de exemplo, no caso de uma associação de condomínio que apenas cobre aos condóminos taxas e de Lais contribuições exclusivamente destinadas à manutenção e conservação das partes comuns, deverá ser emitida uma factura que cumpra os requisitos legais, mas não terá de ser efetuada qualquer retenção na fonte nem liquidado IV A. O mesmo não será o caso de uma associação de condomínio que, para além de cobrar as taxas e demais contribuições, tenha funcionários, desenvolva actividades conexas e cobre pela realização de eventos, utilização de espaços, serviços de catering ou bar, entre outros. Neste caso, trata-se de uma associação de condomínio que exerce uma actividade comercial e que gera receitas sujeitas a Imposto Industrial, devendo ainda ser tido em conta o regime de IVA que seja aplicável tendo em conta o montante de facturação anual. Tendo funcionários ou administradores remunerados, a associação de condomínio deverá ainda proceder à retenção na fonte e entrega do IRT calculado sobre as respectivas remunerações.

O cumprimento de todas obrigações acima descritas irá certamente implicar um esforço de reorganização administrativa e financeira dos condóminos, num cenário em que ainda é comum alguma informalidade. Este será o segundo e mais importante desafio, no caso, partilhado pela AGT e pelos próprios condomínios. Veremos se a capacidade de implementação de mudanças dos vários intervenientes continua (ou não) a surpreender.

1 Relatório do FMI n° 15/302. 14 De outubro de 2015

## 6.16 Ex-moradores do lote-1 do Prenda em vigília contra realojamento

*Novo Jornal*

*19 De Maio de 2023*

*Texto: Hortênsio Sebastião*

As 41 famílias desalojadas do prédio lote-1 do bairro Prenda, em Luanda, realizam desde a manhã desta quarta-feira uma vigília para protestar contra a proposta do seu realojamento provisório no projecto habitacional Mayé-Mayé, localizado nas imediações

da centralidade do Sequele, por alegada falta de condições de habitabilidade.

Segundo o porta-voz dos moradores, Licínio Fortes, em declarações ao Novo Jornal, o bairro Mayé-Mayé não é viável, tendo sido edificado para pessoas que vivem em zonas periféricas e de risco, citando uma fonte do Ministério das Obras públicas, Urbanismo e Habitação.

A 21 de Abril do mês em curso, os habitantes de um edifício de quatro andares no bairro Prenda, no Distrito Urbano da Maianga, no município de Luanda, foram desalojados dos apartamentos onde viviam, devido ao risco de desabamento, após os moradores terem sentido um tremor e informado às autoridades.

Na sequência desta ocorrência, estas famílias foram alojadas em casas de parentes, até que as autoridades as realojassem em lugar seguro.

Acto contínuo, após negociações com a Administração Municipal de Luanda, esta última propôs o realojamento provisório dos moradores no projecto habitacional Mayé-Mayé, ao que os habitantes por unanimidade rejeitaram, alegando não haver condições de habitabilidade.

O nosso interlocutor considerou o projecto habitacional Mayé-Mayé "precário, completamente desprovido de condições sociais, de segurança, de acesso e as casas não respeitam um padrão de habitabilidade em que se possa viver em condições".

A título alternativo, Licínio Fortes disse ao NJ que a Comissão de Moradores sugeriu o realojamento na centralidade Vida Pacífica, no Zango Zero, onde existem prédios com apartamentos fechados, ao que não obteve resposta.

"o Conselho Nacional da Juventude distribuiu lá casas, havendo ainda prédios completamente desabitados e as 41 famílias do Prenda caberiam ali", opinou.

Assegurou que a vigília em curso apenas terminará quando as autoridades derem solução mais viável, que não seja o projecto habitacional Mayé-Mayé.

## 6.17 Mercado emergente de Micro-finanças imobilizares – SMFI (3)

*Jornal Economia e Finanças*

*19 De Maio de 2023*

As instituições de microfinanciamento (SMFI) continuam a desempenhar um papel vital na

paisagem financeira de África. A demanda por Sociedades de Micro-finanças Imobiliárias é forte. Estima-se que entre 15 e 40 por cento dos empréstimos de micro finanças são desviados para fins habitacionais.

Nos países em que já vivi, desde Moçambique, África do Sul, Zimbabué e Namíbia, há um forte interesse no desenvolvimento de produtos específicos de financiamento da habitação. Nos Camarões, já dados de pesquisas feitas, por exemplo, cerca de 600 SMFI operam na economia com depósitos anuais médios de 500 mil milhões de CFAF (848.76 milhões de Dólares).

No Quênia, as SMFI também desempenham um papel importante no sector financeiro. Entre 2012 e 2013, o sector de micro-finanças do Quênia registou um forte crescimento de 27,8 por cento, com os activos totais dos bancos de micro-finanças aumentando de K Sh 32.4 biliões (333,85 milhões de dólares) para K Sh 41,4 biliões (426,58 milhões de dólares).

Em 2013, a carteira bruta de empréstimos das SMFI africanas reportadas ao Intercâmbio de Informações de Micro-finanças (MIX) situou-se em mais de 7 mil milhões de Dólares, com um saldo médio de empréstimos por mutuário de 478 Dólares. Esses pequenos valores de empréstimos podem ser cruciais para financiar atividades de geração de renda para famílias de baixa renda. Esse forte crescimento do mercado está sendo impulsionado por melhorias nas infraestruturas do mercado, governação mais forte e um ambiente regulatório melhor no continente.

À medida que o sector de micro-finanças amadurece, a diversificação de produtos torna-se cada vez mais importante para satisfazer as diversas necessidades dos clientes.

O microcrédito para fins habitacionais (MH) é um desses produtos que precisa ser expandido para Angola. O MCH é bem adequado à abordagem de desenvolvimento habitacional incremental que é característica do mercado imobiliário da África.

Relata-se que a grande maioria das casas no continente são auto-construídas. Eles respondem por mais de 70 por cento da oferta de novas moradias na maioria dos países. O MCH consiste em serviços financeiros e empréstimos a famílias de baixa renda/rendic. Uma característica dos empréstimos MCH é a sua curta maturidade, geralmente variando de três meses a três anos.

No entanto, as taxas de juros são altas, às vezes acima de 30 por cento sobre o capital emprestado. Em

alguns países, as taxas de juros são limitadas por leis de usura. Com base em evidências da América Latina e de outras regiões, as SMFI que adicionam MCH ao seu conjunto de produtos poderiam: (1) aumentar sua escala de operações e rentabilidade, (2) reduzir as taxas de abandono de clientes e diminuir a carteira de risco geral, já que os empréstimos imobiliários tendem a superar outros empréstimos, (3) fornecer incentivos e recursos adicionais de reembolso a clientes comprovados, e (4) ter acesso a recursos governamentais acessíveis destinados à habitação.

Apesar da crescente demanda e promessa da MCH, este produto financeiro é relativamente novo na África em comparação com a evolução do mercado no Sudeste Asiático e na América Latina.

Embora ainda em escala limitada, o MCH é oferecido esporadicamente em Angola, Camarões, Costa do Marfim, Gana, Quênia, Nigéria, Tanzânia e Uganda, entre outros.

As principais restrições ao desenvolvimento de produtos identificadas pelas partes interessadas incluem (1) capacidade interna limitada para desenvolver produtos e gerir riscos, (2) falta de um conjunto dedicado de capital para financiar empréstimos à habitação e (3) falta de dados quantificáveis sobre a procura do mercado.

As cooperativas de poupança e crédito (SACCOs) também desempenham um papel activo no mercado financeiro da África e têm dois pontos fortes distintos.

Em primeiro lugar, trata-se de entidades de base comunitária com profundo alcance entre as famílias do setor informal, em particular, e os grupos de baixa renda em geral. Em segundo lugar, essas instituições são grandes coletores de poupança, tipicamente organizados como redes de instituições locais, com bases de recursos internos estáveis, geralmente consistindo de milhares de depositantes. Tais redes são particularmente fortes no Mali (redes de cooperativas de crédito Nyesigiso e Kafo Iginew), Burkina Faso (Caisses Populaires), Ruanda (Banques Populaires), Quênia (Kenya Union of Savings and Credit Cooperatives - KUSCCO) e Camarões (Carneroon Cooperative Credit Union League - CamCCUL).

A título de exemplo, apresenta-se aqui um caso de sucesso a partir do Quênia. A KUSCCO Ltd., a «organização-mãe» de todas as cooperativas de poupança e crédito no Quênia, foi fundada em 1973. Hoje, a KUSCCO conta com mais de 5 000 SACCOs como membros, com depósitos totais de K Sh 10,2 biliões (US\$120,63 milhões USD) a junho de 2019.

Em 1996, o Fundo de Habitação KUSCCO foi criado com o mandato de mobilizar fundos das cooperativas associadas para financiar hipotecas, liberação de capital, construção e empréstimos para compra de terras. O fundo oferece empréstimos habitacionais que variam de 5.000 a 77.778 dólares para membros da SACCO de baixa e média renda, com prazos de pagamento de empréstimos de até 15 anos. Isso compara-se às cooperativas associadas, que concedem crédito habitacional apenas por até US\$ 10 mil, com um prazo de pagamento de cinco anos.

Para se qualificar para um empréstimo, os candidatos precisam atender a um conjunto de critérios: (1) pagar uma taxa de associação de 17 dólares ao entrar no fundo; (2) poupar continuamente por pelo menos seis meses antes de obter um empréstimo, com uma economia mensal mínima de 56 dólares; e (3) ter escritura de propriedade de um imóvel. Embora os empréstimos à habitação da KUSCCO sejam financiados exclusivamente através de depósitos de poupança de curto prazo, as suas taxas de juro são fixadas em 14 por cento, sobre um saldo de empréstimo em declínio, durante todo o período de reembolso. A maioria dos mutuários, a maioria empregada no sector informal, como em Angola, paga os seus empréstimos em dia. t;

Até Dezembro de 2018, mais de 15 000 empréstimos habitacionais haviam sido concedidos pela KUSCCO, com um desempenho bastante bom - a taxa de inadimplência está abaixo de 5,0 por cento, o que é comparável como de outros produtos oferecidos pela instituição.

Esta é a terceira semana consecutiva em que exponho um longo relatório sobre a questão habitacional associada ao papel da Banca Comercial, mas também a outros instrumentos financeiros ao serviço do alargamento da: oferta de casas em África, de norte ao sul e de mar ao leste. Nas próximas semanas vou continuar a discutir sobre este tema que é impactante para 1.4 mil milhões de africanos.

## 6.18 Moradores insatisfeitos com as casas do bairro Mayé-Mayé

*Jornal Luanda*

*29 De Maio de 2023*

*Texto: Fátima Quifca*

Sentados desde o período da manhã ao redor do prédio Lote 1, à espera que o sol desse lugar à lua, para poderem realizar uma vigília, vários moradores do edifício que apresenta fissuras mostravam-se agastados, uns com fome e sede, alguns sentados e outros de pé.

Contamos, ao todo, 30 moradores. Estavam decepcionados com a proposta apresentada pela Administração Municipal de Luanda, de uma mudança de residência para a urbanização Mayé Mayé.

Ao redor do prédio, sente-se um vazio, nos rostos das pessoas, olhares tristes. E silêncio! Sendo um prédio de 41 apartamentos, antes de apresentar fissuras, o edifício, todo ocupado, registava muita movimentação tanto de dia quanto de noite.

De acordo com os moradores, que se mostraram decepcionados e resignados com a situação em que se encontram, as famílias estão dispersas, a viverem em casas de parentes e de amigos. Eles clamam por uma solução rápida, para que as suas vidas possam voltar ao normal.

O coordenador da Comissão de Moradores do Edifício do Lote 1 do bairro Prenda, Yuri Pinto, em nome dos moradores, mostrou insatisfação e recusou a proposta provisória da Administração Municipal de Luanda, de irem viver no bairro Mayé-Mayé, em Cacuaco. De acordo com o coordenador, o bairro não oferece condições

Yuri Pinto fez saber que as famílias foram afastadas das suas residências há um mês, por precaução, após o abanão ocorrido no prédio, em Abril. O Coordenador contou que o edifício tem moradores que lá vivem desde o ano 1970. Lá formaram famílias e ainda viviam nas suas casas, até o edifício apresentar fissuras. "São pessoas idosas, que vivem a base de medicação. Algumas são hipertensas", disse.

Completamente desapontado, revelou que ainda não receberam as casas e reuniram com a Administração Municipal de Luanda no dia oito do mês corrente. Nesse encontro, foi-lhes proposta a solução de ir viver no bairro do Mayé-Mayé.

Fizemos a proposta de nos darem casas no Zango O, Kilamba, Zango Oito mil e nos prédios da Cidadela, porque ainda há casas vazias.

Até ao momento, ainda não nos responderam", referiu.

No dia 17 de Maio, os moradores do Lote 1 no Prenda fizeram uma vigília de protesto, para mostrar o sentimento de resignação e insatisfação diante da proposta do governo.

"O estado ouviu o nosso pronunciamento, estamos a aguardar o que ele, enquanto pessoa de bem, pode fazer por nós. Ninguém está ao relento, o povo angolano é solidário. Nos primeiros dias tivemos uma experiência difícil, deixamos as nossas casas par ir

viver nas casas dos familiares e amigos e dormimos nos carros para ver se as nossas coisas estavam seguras", disse o coordenador do edifício e porta-voz dos moradores.

No dia oito do mês corrente, fez saber, os moradores tiveram uma reunião com a Administração Municipal de Luanda, na qual foi-lhes proposta a mudança para o bairro do Mayé-Mayé, em Cacuaco. Contactada, a Administração de Luanda negou-se a prestar declarações ao Jornal Metropolitano de Luanda.

"Após a reunião, no dia seguinte fomos ver as casas que nos foram propostas e não gostamos das casas. Não há condições! São casas muito pequenas, o saneamento básico não apresenta boas condições, as paredes apresentam fissuras, os postuletos muitos baixos merecemos casas com maior dignidade. No Prenda temos todos os serviços sociais como escolas, hospitais, os bancos, os nossos filhos estudam na escola do Canino e no Juventude em Luta. Estão a nos colocar num local aonde não tem nenhum serviço social. Estamos numa zona urbana, não queremos ir para uma área periférica e não funcional. Tem que ser funcional", reclamou.

O Porta-voz da Comissão de Moradores explicou que, de acordo com a administradora municipal de Luanda, Milca Caquesse, disse aos moradores tratem-se de casas provisórias, até que o Estado encontre outras alternativas. "O governo angolano quando diz que é provisório, é definitivo. Amanhã erguem um novo edifício e nós ficamos atirados lá". "Se formos ao Mayé-Mayé seremos esquecidos", disse.

Dona Etelevina Fernandes, de 64 anos, estava entre os moradores que participaram na vigília. O seu semblante era de tristeza. conta que vivia no Lote 1 desde Outubro de 1978. Lá formou a sua família e vivia, até aos dia em que teve de abandonar a sua residência, com a filha e os netos. "Sabemos que o governo é pessoa de bem. Pessoas que não têm casas construídas, ele ajuda a construir, quando há uma calamidade natural, as pessoas são acolhidas. Esperamos o mesmo em relação a nós. Infelizmente estou a viver na casa da minha mãe, uma senhora de idade, que esta com 86 anos", disse.

Primogénita, lamenta o facto de ter sido acolhida pela mãe com a filha e todos os netos. Tem a minha vida toda na cidade, onde os netos estudam na escola 2015, no Prenda, e trabalha na mesma escola. "Estou desalojada da casa e da escola", lamentou.

Marcia Pinto contou à nossa reportagem que apesar do descontentamento, os moradores aceitaram ir ao Mayé .Mayé ver as moradias. "A medida em que

Íamos entrar para o bairro, o acesso tornava-se difícil, péssimo. Estávamos a nos perguntar se Íamos para onde. Prosseguimos e eles, que estavam a ir nos mostrar as casas, estavam perdidos. Não sabiam para onde nos levar", disse. Já no local, lembrou, analisaram as casas e viram defeitos na instalação de energia, facto que a moradora considerou um perigo autêntico. "Se cair, é um Deus que nos acuda. À volta das casas, nota-se o formato de ravinas, é uma zona de risco e com o passar do tempo vamos ter muitos problemas. Além disso, não existem escolas e é uma área sem serviços sociais".

Marcia Pinto, outra moradora, mostrou-se preocupada com a ituação dos filhos, que estão a pedir para voltar a casa. "Temos filhos que estudam. Como é que vamos explicar aos nossos filhos que já não vão treinar no clube e que o ano lectivo deles está adiado?"

Os adultos são fortes, mas crianças são sensíveis. Somos estudantes universitários, a que horas vamos regressar às nossas casas?

O bairro não tem nenhum meio de transporte público, não vimos nenhuma paragem de táxi ou de autocarro. Não gostei, senti uma energia negativa".

## 6.19 «Estamos a viver tipo cães!» O desabafo de quem aguarda há anos por realojamento

*Novo Jornal*

*26 De Maio de 2023*

*Texto: Onélio Santiago e Carlos*

*Müyenga*

Era Ana Cristina ainda uma pré-adolescente quando integrou o grupo de milhares de pessoas provisoriamente colocadas em tendas com a promessa de receberem casas nos meses seguintes. No bairro em que nasceu, Ilha de Luanda, num dia como hoje, sábado, haveria vizinhos a mandar recados: "Filho, diz na tia fulana que hoje saiu muito peixe!". Outros aliviariam o corre-corre da semana laboral numa sentada de amigos, com música alta, num ambiente em que o frescor do mar estaria a rivalizar com o inconfundível perfume de uma lambula grelhada.

Mas estas memórias podem estar desactualizadas, porque Ana deixou a Ilha há quase 15 anos. O bairro de que Ana pode agora falar com propriedade é um amontoado de casas de chapa, afixadas no zango 1, a poucas centenas de metros de um dos mais cobiçados projectos habitacionais do Estado: a Centralidade do

Zango O. Nesta urbanização, os apartamentos são arrefecidos por gigantescos aparelhos de ar condicionado.

Ana admite ter "muita inveja" disso. Mas tem de seguir com a vida. Até porque já não é nenhuma menina. É uma viúva de 23 anos. Mãe de dois filhos. E desempregada, como é a maioria das milhares de famílias transferidas da Ilha de Luanda para o Zango, em Abril de 2009.

. Na zona, não há água corrente. A energia eléctrica, que aqui chega de forma clandestina, é uma faca de dois gumes: faz funcionar televisores e geleiras, mas, devido à proliferação de chapas e outros metais com que se ergueram as casas, também está na origem de electrocuções que levam à morte.

Foi por volta das 11h00 do passado sábado, 19, que o Novo Jornal 'aterrou' no bairro.

Em frenesim, as crianças, todas elas descalças e de tronco nu, quiseram logo saber ao que vinham aqueles homens com máquinas fotográficas e blocos de anotações. Os adultos, por sua vez, mais envergonhados do que desconfiados, apressaram-se a avisar que nada queriam com fotos. "Vocês vêm sempre aqui nos fazer perguntas, mas casas que é bom nunca vemos", diz um jovem, com o dedo recriminado e apontado aos jornalistas, num gesto que não precisou de qualquer reforço para que os vizinhos, a espreitar por entre as portas de chapa, decidissem todos não dar entrevistas.

É preciso, pois, caminhar um pouquinho mais, para tentar surpreender algum morador que não tivesse ouvido a 'ordem' de não falar para jornalistas.

O trajecto faz-se a pé, por entre becos com cheiro a cerveja diversa de fabrico artesanal, da capuca ao quimbombo. Pequenos negócios à porta de casa, como o whisky em pacotinhos ou pedaços de carne de porco frita, completam a decoração do bairro.

As crianças ainda acompanham a equipa de reportagem, que já perdeu de vista o grupo de adultos que se recusara a dar entrevistas e está agora diante de duas mulheres, sendo a mais nova a nossa já 'conhecida' Ana Cristina. A mais velha diz chamar-se Rosa Maria. Tem 59 anos. É natural da Ilha de Luanda e viveu na primeira pessoa o conturbado processo de desalojamento, mas diz-se "farta de falar todos os dias a mesma coisa".

Contudo, não há dúvidas. O leve sorriso com que Rosa Maria rejeita a entrevista é denunciante: está a retirar-se para dar espaço a Ana Cristina.

O grupo de crianças é agora maior e vai emitindo sons que dificultam uma boa gravação. Não há condições para que a conversa com a jovem viúva se faça na rua.

Com pouco mais de 12 metros de largura e seis de comprimento, o quintal de chapas para onde viríamos a entrar tem três cubatas, dispostas em forma de um 'L' trocado. Um velho televisor de 14 polegadas constitui a mobília mais vistosa do todo em que vive Ana.

Além de ser a mais pequena, a residência de Ana Cristina é também a que oferece piores condições, porque está colada à casa de banho, partilhada pelas três famílias do quintal. O local exala forte odor de urina misturada com fezes. Ana, entretanto, não parece embaraçada. Pelo contrário, trata de explicar as razões por que, em vez do tampo de uma pia, o canal para onde são depositados os dejectos está coberto por uma enorme pedra.

"Os gatunos arrancaram a pia. Aqui roubam tudo, até panela no fogo com comida."

Mas as explicações de Ana não se ficam por aqui. Diz, por exemplo, que chegou ao bairro ainda miúda, sob tutela dos pais, que viriam a falecer anos depois.

"Os meus pais morreram mesmo por causa deste desgosto. O que nós passamos aqui é desumano. Estamos a viver tipo cães", desabafa viúva e mãe de dois filhos, que frequentam as aulas numa escola do bairro improvisada por alguns vizinhos, Ana Cristina sobrevive à base de um pequeno negócio de venda de cerveja a retalho. Como forma de 'esticar' os lucros, arrendou, por dois mil kwanzas mensais, a cubata t2 deixada pelos pais e passou, com os seus dois filhos, a viver no T0 onde recebeu o NJ, pagando ao senhorio mil kwanzas/mês.

"São valores que nem servem para nada. É só para a pessoa pensar que a vida não parou", diz, cabisbaixa.

## 6.20 Atirados para matas da Quiçama, na companhia de cobras gigantes'

*Novo Jornal*

*26 De Maio de 2023*

Até princípio de 2014, Patrícia de Sousa ganhava a vida com o emprego de ajudante de cozinha no Clube Náutico. com a transferência para a Quiçama, perto do Bengo, a solteira de 42 anos passou a acumular faltas e atrasos no trabalho, até que deixou de ter condições para continuar.

Hoje no desemprego, com cinco filhos para sustentar, Patrícia de Sousa vai sobrevivendo de biscates diversos. O NJ, por exemplo, na tarde do passado sábado, 19, encontrou a antiga ajudante de cozinha empenhada numa aposta de não-te-irrites, um jogo em que os participantes manejam, sobre um pano ou tabuleiro, pequenas peças que se movem de acordo com os números que vão saindo aos dados lançados pelos jogadores. Havia moedas e algumas notas de kwanzas, mas Patrícia, provavelmente por vergonha, recusou-se a revelar a quantia monetária que estava em jogo.

A antiga funcionária do Clube Náutico preferiu, antes, partilhar o susto de ter encontrado, no dia anterior à visita do NJ, uma cabra em plena sala da sua cubata da chapa.

"Eu e as meus filhos metemo-nos a correr. Então, os vizinhos, principalmente os natos daqui [Quiçama], com paus e pedras, mataram a cobra", recorda.

O incidente deu-se por volta das 10h00.

O animal, segundo fotos mostradas ao NJ pelos moradores, media mais de três metros e tinha no seu interior várias ratazanas.

Mas esta não é a primeira vez que estes antigos moradores da Ilha de Luanda, aqui transferidos desde 2014, se cruzam com serpentes. Há histórias de crianças que perderam mobilidade nos membros inferiores, em consequência de mordeduras de cobras.

"Nós só víamos cobras pela 1V, aqui diariamente vemos a olho nu. A pessoa já nem dorme à vontade", lamenta Patrícia de Sousa.

Partindo do Centro de Luanda, para chegar ao ponto onde estão 'acantonados' estes antigos ilhéus, é preciso percorrer, pela Estrada Nacional n.º 230, cerca 70 quilómetros. As primeiras cubatas de chapa estão erguidas mesmo à beira da estrada. Como nos restantes pontos de realojamento, água e energia eléctrica são também uma raridade.

Tendo já o Estado atribuído casas a alguns moradores deste ponto, à boca pequena, circulam informações de que "muitos cidadãos recebem moradias e regressam ao local como forma de serem duplamente beneficiados". Patrícia de Sousa e vizinhos consideram isso um "insulto" e rebatem com uma pergunta: "Faz sentido deixarmos as tais supostas casas que nos deram para virmos morar aqui, nestas condições desumanas, sendo que nem temos nenhuma garantia de que voltarão a dar as tais casas?"

ONÉLIO SANTIAGO

## 6.21 Economias contratuais para esquemas habitacionais em África

*Jornal economia e Finanças*  
26 De Maio de 2023

Um plano de poupança contratual para habitação (PCH) é um acordo contratual entre uma instituição financeira e um cliente que concede ao cliente o direito de obter uma hipoteca preferencial após um período mínimo de poupança. O PCH tem sido usado com sucesso na Europa, com o sistema francês "aberto" "Compte ÉpargneLogement", ou "PlanÉpargneLogement" e o sistema Bauspar alemão "fechado" sendo o mais proeminente. Num sistema fechado, os empréstimos habitacionais são financiados exclusivamente com poupanças acumuladas pela instituição no esquema PCH, enquanto num sistema aberto, um credor pode acessar outras fontes de financiamento (como mercado de capitais) se o ingresso de poupança não for suficiente para atender às demandas de empréstimos. Os empréstimos de poupança para habitação são frequentemente restritos a investimentos em habitação. Dependendo do acordo contratual, esses empréstimos podem ser usados para aquisição de terreno, construção de moradia, reforma ou compra de uma nova casa. Tem havido um crescente interesse e uso de contratos de poupança habitacional em países asiáticos, como Índia, Indonésia e China.

A mobilização da poupança privada para fins habitacionais traz vários benefícios para credores, clientes e governo. Do ponto de vista do credor, isso ajuda a mitigar os riscos de crédito num ambiente caracterizado por assimetrias de informação. Em grande medida, o PCH minimiza o risco de crédito, pois os assinantes demonstram a sua capacidade de fazer pagamentos em dia, economizando uma parte da sua renda por um longo período de tempo. Como resultado, emprestar para um assinante do PCH costuma ser menos arriscado do que emprestar para outros tomadores. Estudos têm demonstrado que as taxas de inadimplência em esquemas de poupança contratuais são geralmente baixas. Em Adis Abeba, na Etiópia, por exemplo, houve zero empréstimos inadimplentes (NPLs, versão em língua inglesa) sob o plano PCH, em Novembro de 2018, de acordo com funcionários do Banco Comercial da Etiópia (CBE, em versão inglesa). Dados os adiantamentos substanciais feitos pelos assinantes por meio de suas economias contratadas, a relação empréstimo-valor (LTV, versão inglesa) costuma ser significativamente menor, o que reduz a probabilidade de inadimplência

e inadimplência. As famílias também consideram os produtos PCH atraentes, especialmente em um ambiente de taxas de juros baixas, onde os prêmios concedidos para induzir a poupança não são corroídos por altas taxas de inflação. Além disso, o acúmulo de poupança e as perspectivas de uma taxa de juros comparativamente mais baixa nos empréstimos habitacionais são atraentes para as famílias, especialmente as famílias de baixa e média renda.

Os programas de poupança contratual também podem ajudar os governos a mobilizar financiamento de longo prazo dedicado à construção de moradias e aumentar o acesso a serviços financeiros para jovens e indivíduos de baixa renda.

Na África, os países que adotaram variantes de esquemas de PCH incluem Camarões, Costa do Marfim, Etiópia, Nigéria, Tunísia e Marrocos. Para fins ilustrativos, a discussão a seguir investigará alguns dos esquemas desenvolvidos em alguns desses países.

Na Nigéria, os potenciais mutuários são obrigados a poupar por um período mínimo de seis meses antes de poderem ter acesso a um empréstimo do Fundo Nacional de Habitação. No Marrocos, o governo introduziu disposições para incentivar a poupança de longo prazo na sua Lei de Finanças de 2011, que prevê isenções fiscais para planos de poupança para habitação. Em Marrocos, os bancos estão autorizados a administrar planos de poupança contratuais, enquanto noutros países, como a Tunísia, apenas instituições financeiras especializadas são responsáveis pela gestão do esquema. No Marrocos, os assinantes são obrigados a fazer um depósito inicial de pelo menos DH 500 (US\$ 50) ao abrir uma conta de poupança habitacional. Durante a fase de poupança, os assinantes são obrigados a contribuir com um mínimo de DH 3.000 (US\$ 300) anualmente, enquanto o valor cumulativo que pode ser contribuído de acordo com o esquema por lei não pode exceder DH 4°0.000 (US\$ 4°000). No final do período de poupança exigido, o assinante pode obter um empréstimo de pelo menos três vezes o valor acumulado da poupança regular. A taxa de juro praticada nestes empréstimos é inferior em 50 pontos base à taxa de juro praticada nos empréstimos à habitação com as mesmas características. Para beneficiar das isenções fiscais previstas na lei, o subscritor deve ainda apresentar uma certidão emitida pelas autoridades fiscais atestando que não possui casa própria.

A vizinha Tunísia opera um sistema semiaberto de PCH que a maioria dos países da África subsaariana reproduziu com vários graus de sucesso. Na Tunísia, o sistema PCH é dominado pelo Banque de l'Habitat

(BH), uma instituição habitacional especializada, que opera dois esquemas habitacionais: um plano de poupança habitacional convencional, ou PlanEpargneLogement (PEL) e o plano de poupança habitacional EI Iedid, ou PEL EI Iedid (EI Iedid). Os assinantes do plano PEL de BH- aberto apenas para compradores de primeira casa - têm a opção de economizar no mínimo TD 54 (US\$ 28) e no máximo TD 500 (US\$ 258) por mês, remunerado a 3,5% ao ano líquido de impostos. Dependendo das suas necessidades e recursos, os assinantes podem escolher entre um plano de poupança de quatro, cinco ou seis anos, após o qual têm direito a um empréstimo habitacional para (1) comprar uma nova casa de um incorporador imobiliário aprovado, (2) construir uma nova casa, ou (3) ampliar a primeira habitação em pelo menos um terço do espaço existente. Os empréstimos PEL têm um prazo de pagamento de até 25 anos e a taxa de juros é equivalente à taxa média do mercado monetário mais 2,5%. Se o valor do empréstimo for insuficiente para cobrir o custo da casa, os clientes podem obter crédito adicional entre US\$ 4-463 e US\$ 42.250 (correspondente ao seu plano de poupança) com prazo de reembolso de até 25 anos e taxa de juros fixa mais 0,75%, que atualmente é de 5,75 por cento. O plano de poupança EI Iedid dá direito aos assinantes a um empréstimo habitacional, que pode ser usado para (1) comprar uma nova casa de um incorporador aprovado, (2) comprar um terreno para uso residencial, (3) comprar uma casa de revenda, (4) construir uma nova casa e (5) reformar ou ampliar uma casa existente. Nesse plano, os assinantes devem economizar no mínimo US\$ 54 e no máximo US\$ 1.298 por mês.

Na Etiópia, o governo lançou um plano de poupança habitacional com dois objectivos principais: fornecer moradia para famílias de baixa e média renda e promover uma cultura de poupança entre os etíopes. Ao contrário do plano de poupança habitacional da Tunísia, os assinantes do esquema PCH da Etiópia só podem comprar uma casa construída sob o Programa de Desenvolvimento Integrado de Habitação Urbana (IUHDP, versão inglesa) do governo. Os assinantes que deixarem de economizar por seis meses se tornarão inelegíveis para participar deste programa. A fim de aumentar a acessibilidade dos preços das casas para os grupos-alvo, o governo fornece gratuitamente o terreno e a infraestrutura necessários, bem como a assistência técnica necessária (projectos de casas, supervisão de construção e gestão de projectos). O produto da venda de títulos do governo e os depósitos mobilizados no âmbito do esquema PCH são as principais fontes de financiamento para o projecto habitacional. O IUHDP consiste em três esquemas principais de poupança habitacional-

10/90, 20/80 e 40/60 - todos administrados pelo PCH estatal.

## 6.22 Governador «foge» à polémica sobre desvios de casas, mas diz bater-se pelos desalojados

*Novo Jornal*

*26 De Maio de 2023*

*Texto: Sebastião António*

Em recente entrevista ao Novo Jornal, questionado sobre a possibilidade de as casas para os desalojados estarem a ser desviadas, uma vez que já se ergueram várias habitações, mas continua a haver milhares de famílias sem moradias, o governador de Luanda, Manuel Homem, respondeu: "Nós estamos focados na solução e não queremos olhar para os constrangimentos que levaram a que esses cidadãos não fossem realojados."

Ante a insistência do jornalista, que considerou não ter recebido uma resposta directa, porquanto pretendia saber quem são, então, as famílias que têm vindo a ficar com as casas para que o Presidente da República sinta agora necessidade de mandar erguer novas 1.500 habitações [ver caixa], o governante voltou a não tocar directamente no assunto.

"É, também, importante perceber que Luanda teve vários projectos de realojamento e todos eles permitiriam realojar várias zonas de Luanda", começou por dizer Manuel Homem, reforçando que, no seu entender, "a solução é encontrarmos, rapidamente, residências para estas famílias que foram cadastradas".

Por fim, com o jornalista a insistir na eventualidade de as casas terem sido "ocupadas por alguém que não elas", ou seja, por famílias que não as desalojadas, o governador de Luanda preferiu, como nas respostas anteriores, focar na solução.

"Repito: nós não conhecemos o histórico da ocupação das residências e estamos focados em continuar a criar condições para estas famílias em concreto que não têm habitação."

Moradores queixam-se da existência de impostores

Os membros da Comissão de Moradores do Zango 1 - B tenda, onde se encontram afixadas as cubas das chapa habitadas por antigos moradores da Ilha, ao Novo Jornal, queixam-se da existência de um alegado esquema em que cidadãos, supostamente apoiados por autoridades municipais e distritais, desviam as

casas disponibilizadas pelo Governo para o abrigo das populações desalojadas nas zonas de risco.

A denúncia é, aliás, assumida por dois, altos responsáveis da referida comissão de moradores, designada mente Bernarda Gonçalves, coordenadora-geral da comissão, e António Sanda, coordenador adjunto.

De acordo com os dois queixosos, a pretensão do Governo em ceder residências para os ex-moradores da Ilha, Chicala e Boavista tem sido adiada por um grupo de cidadãos que usam do poder de autoridade para comercializarem tais residências.

Bernarda Gonçalves e António Sanda mostram-se, inclusive, disponíveis para, junto das autoridades competentes, como, por exemplo, o Serviço de Investigação Criminal (SIC), darem nomes e o endereço dos supostos promotores de desvios, os quais alegadamente estão ligados a administrações de municípios e distritos urbanos.

Segundo denúncias, os envolvidos no esquema actuam, sobretudo, à noite, sendo que muitos deles, embora tenham cessado funções, supostamente, continuam com algum poder de decisão sobre as questões do famoso bairro das tendas.

É, por isso, com "muitos receios" que a maioria dos populares olha para a concretização do plano presidencial de construção de 1.500 casas sociais para o realojamento de famílias que vivem entre o Zango 3 e o zango 5.

Para melhor supervisão da iniciativa, os moradores sugerem que João Lourenço estabeleça "medidas duras", como a colocação de elementos afectos às forças de Defesa e Segurança para haver garantias de que o processo decorrerá com lisura e transparência.

Até ao momento, um mês depois do decreto do PR, ainda não são conhecidos publicamente, através do Ministério das Obras Públicas, Urbanismo e Habitação, no quadro das competências delegadas pelo PR, nem os prazos nem o local em que serão erguidas as habitações.

## 6.23 Panguila ainda tem famílias a partilhar casas com estranhos

*Novo Jornal*

*26 De Maio de 2023*

António Muzanga, de 37 anos, é pai de três filhos. Agostinho Dinis, de 42 anos, é pai de quatro. Estes dois senhores, junto com as suas respectivas famílias, partilham uma única residência com a família de um



terceiro elemento, o senhor Vasco, que tem oito filhos. E entre todos estes três agregados, não há qualquer laço de consanguinidade. São 'estranhos' que o Estado, alegadamente face à exiguidade de casas, decidiu juntar numa única residência, a casa n.º 513 do Sector 9, também conhecido como zona das "Chapas vermelhas", em alusão à cor dos tectos das moradias, que são pré-fabricadas, de paredes metalizadas e revestidas de esferovite no seu interior.

Para compreender esta realidade, é preciso recuar 13 anos, quando as requalificações no perímetro da Areia Branca, na chamada 'Favela', nas imediações do Memorial António Agostinho Neto, obrigaram à retirada das milhares de famílias aí residentes.

Então território de Luanda, hoje pertencente ao Bengo, Panguila foi a localidade escolhida pelas autoridades. Com critérios de distribuição até hoje nunca explicados publicamente, algumas famílias ficaram com moradias próprias, outras tiveram de se sujeitar a partilhas.

E este cenário, como já relatou o Novo Jornal em 2021, na edição n.º 691, de 25 de Junho, dá origem a lutas e discussões, quando os casos não evoluem para violações sexuais e ameaças de morte.

As famílias de António Muzanga e Agostinho Dinis não chegam até aí, mas têm histórias "complicadas" para contar. A comida, por exemplo, é uma fonte de conflito.

"A pessoa deixa a sua comida e o outro quando chega come", relata António Muzanga, que entende que "este nem é o grande problema". Para este desempregado de 37 anos, a "grande maka mesmo" surge quando o homem "não tem estatuto", ou seja, quando se partilha a casa com um indivíduo com capacidade financeira superior.

"Se você não tem estatuto, o outro te rouba a mulher", diz Muzanga, arrancando da esposa do compadre com que partilha a casa uma sonora gargalhada.

A sobreviver de biscates no ramo da pedreira, Agostinho Dinis, o 'compadre' de António Muzanga, lamenta que a transferência para o Panguila lhe tenha retirado a possibilidade de ganhar a vida no mar. O antigo pescador apela, por isso, a que o Estado seja "mais rigoroso" no processo de distribuição de casas aos desalojados.

"É mesmo burla deles [o Estado]. Tiraram-nos da Favela, puseram os nossos nomes na lista e, agora, no momento de dividirem as casas, os nomes de alguns aparecem e de outros não?", questiona.

ONÉLIO SANTIAGO

## 6.24 PR manda construir 1.500 casas sociais para famílias entre os Zangos 3 e 5

*Novo Jornal*

*26 De Maio de 2023*

O Presidente da República autorizou, a 19 de Abril último, através de um procedimento de contratação emergencial, no valor de 80 milhões de dólares, a construção de 1.500 habitações sociais destinadas ao realojamento de famílias que vivem em tendas e casas de chapa entre o Zango 3 e o Zango 5.

A contratação emergencial é justificada pela necessidade de se realojar as famílias que vivem em "condições muito precárias, risco eminente de surtos, endemias de toda a espécie, sujeitas às mais diversas intemperes, em tendas e casas de chapa entre o Zango 3 e o Zango 5". No documento, não são avançados os nomes das empresas que vão pôr em prática este projecto, nem o da empresa responsável pela fiscalização da obra, para a qual foram destinados 1,7 milhões de dólares.

O Chefe de Estado delega competência ao ministro das Obras Públicas, Urbanismo e Habitação para a aprovação das peças do procedimento, para a verificação da validade e legalidade de todos os actos praticados, bem como para a assinatura dos contratos. Às Finanças, cabe assegurar os recursos necessários para a implementação dos contratos, bem como a inscrição dos projectos no Programa de Investimento Público.

## 6.25 Aberta recolha de contribuições ao projecto de auto-construção

*Jornal de Angola*

*29 De Maio de 2023*

*Texto: Casimiro José*

O projecto de auto-construção dirigida está em debate, desde quinta-feira, na cidade da Quibala, sede do município com o mesmo nome, na província do Cuanza-Sul, para a recolha de contribuições de vários estratos sociais, visando adequá-lo à realidade da província e seus habitantes.

Promovido pelo Governo Provincial do Cuanza-Sul, o primeiro encontro de recolha de contribuições contou com a presença de membros do Governo, administradores municipais e seus adjuntos para a Área Técnica, representantes da sociedade civil,

de partidos políticos, igrejas, autoridades tradicionais e quadros de áreas especializadas do Governo e das administrações municipais.

Na apresentação sumária da proposta do projecto de auto-construção dirigida, o director do Gabinete Provincial de Infra-Estruturas e Serviços Técnicos, Jorge Caliaata, explicou que o objectivo é promover o fomento habitacional, devido ao aumento da população que necessita de habitações, em toda a extensão da província.

"O aumento da população deve ser acompanhado de políticas de fomento habitacional, foi com este espírito que o Executivo pretende executar um projecto que pode minimizar o défice habitacional, que se regista em toda a província e no país em geral", disse Jorge Caliaata.

Outro objectivo do projecto, acrescentou, é reduzir as construções anárquicas, que, de forma crescente, têm vindo a criar obstáculos ao ordenamento urbanístico e territorial das cidades e vilas.

O director do Gabinete Provincial das Infra-Estruturas e Serviços Técnicos anunciou que, durante o quinquénio 2023/2027, vão estar disponíveis 70.764 lotes em 5.298 hectares de terra, para a autoconstrução, em todos os municípios da província do Cuanza-Sul.

Jorge Caliaata explicou que o projecto contempla casas de tipologias T-2 e T-3 e que, além da infra-estruturação e loteamento, estarão garantidas as redes técnicas de águas residuais, energia eléctrica, água potável e terraplanagem das ruas.

Quanto aos preços dos lotes, deu a conhecer que dependerão da localização por municípios.

Segundo Jorge Caliaata, o custo elevado dos materiais de construção é apontado pela população como um dos maiores constrangimentos para a execução do projecto, tendo tranquilizado os presentes ao anunciar a cabimentação, pelo Executivo, de um montante de 200 milhões de kwanzas para cada município, que vão servir para o aproveitamento de materiais locais para o fabrico de blocos.

#### Benefícios do projecto

Jorge Caliaata apontou muitos benefícios para os que aderirem ao projecto, destacando a possibilidade de acesso ao crédito, ter a titularidade de um bem patrimonial, assessoria técnica para a construção segura e serviços sociais básicos.

Os participantes ao encontro de recolha de contribuições para o enriquecimento do projecto, na

sua maioria, apresentaram inquietações relacionadas com o custo dos processos para a solicitação de direitos de superfície.

Em resposta às inquietações, o governador da província do Cuanza-Sul, Job Capapinha, disse que é ao Estado a quem depende a concessão de direito de superfície, mas, para se inverter o quadro da morosidade, tem de se priorizar a formação de técnicos para se desburocratizar o referido processo.

"Temos de formar mais técnicos que reforcem a área de elaboração de projectos e croquis de localização, como saída para invertermos o actual quadro, caracterizado por altos preços aplicados, pesando aos bolsos dos cidadãos", disse Job Capapinha, acrescentando que a governação deve focar-se em acções que concorram para o desenvolvimento das comunidades.

## 6.26 Aberta recolha de contribuições ao projecto de autoconstrução

*Jornal de Angola*

*29 De Maio de 2023*

*Texto: Casimiro José*

O projecto de auto-construção dirigida está em debate, desde quinta-feira, na cidade da Quibala, sede do município com o mesmo nome, na província do Cuanza-Sul, para a recolha de contribuições de vários estratos sociais, visando adequá-lo à realidade da província e seus habitantes.

Promovido pelo Governo Provincial do Cuanza-Sul, o primeiro encontro de recolha de contribuições contou com a presença de membros do Governo, administradores municipais e seus adjuntos para a Área Técnica, representantes da sociedade civil, de partidos políticos, igrejas, autoridades tradicionais e quadros de áreas especializadas do Governo e das administrações municipais.

Na apresentação sumária da proposta do projecto de auto-construção dirigida, o director do Gabinete Provincial de Infra-Estruturas e Serviços Técnicos, Jorge Caliaata, explicou que o objectivo é promover o fomento habitacional, devido ao aumento da população que necessita de habitações, em toda a extensão da província.

"O aumento da população deve ser acompanhado de políticas de fomento habitacional, foi com este espírito que o Executivo pretende executar um projecto que pode minimizar o défice habitacional, que se regista em toda a província e no país em geral", disse Jorge Caliaata.

Outro objectivo do projecto, acrescentou, é reduzir as construções anárquicas, que, de forma crescente, têm vindo a criar obstáculos ao ordenamento urbanístico e territorial das cidades e vilas.

O director do Gabinete Provincial das Infra-Estruturas e Serviços Técnicos anunciou que, durante o quinquénio 2023/2027, vão estar disponíveis 70.764 lotes em 5.298 hectares de terra, para a autoconstrução, em todos os municípios da província do Cuanza-Sul.

Jorge Caliaata explicou que o projecto contempla casas de tipologias T-2 e T-3 e que, além da infra-estruturação e loteamento, estarão garantidas as redes técnicas de águas residuais, energia eléctrica, água potável e terraplanagem das ruas.

Quanto aos preços dos lotes, deu a conhecer que dependerão da localização por municípios.

Segundo Jorge Caliaata, o custo elevado dos materiais de construção é apontado pela população como um dos maiores constrangimentos para a execução do projecto, tendo tranquilizado os presentes ao anunciar a cabimentação, pelo Executivo, de um montante de 200 milhões de kwanzas para cada município, que vão servir para o aproveitamento de materiais locais para o fabrico de blocos.

Benefícios do projecto

Jorge Caliaata apontou muitos benefícios para os que aderirem ao projecto, destacando a possibilidade de acesso ao crédito, ter a titularidade de um bem patrimonial, assessoria técnica para a construção segura e serviços sociais básicos.

Os participantes ao encontro de recolha de contribuições para o enriquecimento do projecto, na sua maioria, apresentaram inquietações relacionadas com o custo dos processos para a solicitação de direitos de superfície.

Em resposta às inquietações, o governador da província do Cuanza-Sul, Job Capapinha, disse que é ao Estado a quem depende a concessão de direito de superfície, mas, para se inverter o quadro da morosidade, tem de se priorizar a formação de técnicos para se desburocratizar o referido processo.

"Temos de formar mais técnicos que reforcem a área de elaboração de projectos e croquis de localização, como saída para invertermos o actual quadro, caracterizado por altos preços aplicados, pesando aos bolsos dos cidadãos", disse Job Capapinha, acrescentando que a governação deve focar-se em acções que concorram para o desenvolvimento das comunidades.

## 6.27 Auto-construção dirigida em marcha no quinquénio 2023-2027

*Jornal de Angola*

*31 De Maio de 2023*

Membros da Comissão Económica do Conselho de Ministros também aprovaram, ontem, o Projecto para a Autoconstrução Dirigida, documento que apresenta as linhas de força das acções a realizar no quinquénio 2023-2027 e constitui um mecanismo para a execução das políticas públicas no domínio da gestão fundiária e da construção de habitação, enquanto alicerces estruturantes das políticas sectoriais relativamente ao direito à habitação condigna, qualidade de vida e dignidade humana.

Com a aprovação do referido projecto, o Executivo pretende promover a distribuição de quatro milhões de lotes de terreno até 2050, com o objectivo de mitigar o défice habitacional por meio da promoção dos instrumentos de planeamento territorial e da distribuição de várias tipologias de lotes de terrenos para as soluções habitacionais, com segurança jurídica da sua posse.

Criar condições que sirvam de orientação para a construção de um modelo habitacional de carácter social, de implementação e aplicação fácil, célere e com custos reduzidos; estancar a proliferação de assentamentos informais, bem como apelar à banca comercial, no sentido de considerar o uso dos títulos de posse legal dos terrenos para a obtenção de financiamentos, são outros motivos que levaram à aprovação do projecto.

Aos jornalistas, o ministro das Obras Públicas, Urbanismo e Habitação, Carlos dos Santos, disse que o projecto ontem lançado prevê no próximo quinquénio (2023-2027) a disponibilidade de 900 mil lotes de terreno em todo o território nacional.

Lembrou que o défice habitacional actual é de 2,2 milhões de lotes, para uma população estimada em 34 milhões de habitantes. Referiu que a meta é reduzir este défice em 49 por cento.

"Considerando a projecção da taxa de crescimento anual à ordem de 3 por cento, caso não sejam tomadas as necessárias medidas, em 2050 o défice habitacional pode chegar até 4 milhões de unidades habitacionais", afirmou.

Carlos dos Santos referiu que a prioridade do momento é transferir a população que vive actualmente em zonas de risco para as zonas infra-estruturadas.

Sublinhou que o presente ano vai ser apenas dedicado à fase piloto do projecto, tendo, para o efeito, sido eleitos municípios das províncias de Luanda, Bié e Lunda-Sul.

"A ideia é criar lotes de 300, 600 e 1000 metros quadrados para zonas urbanas e suburbanas e posteriormente agro-vilas e vilas piscatórias na base de 1 a 10 hectares", informou o governante, salientando que a experiência piloto vai permitir ainda definir melhor os preços dos terrenos infra-estruturados a praticar, acrescentando que os mesmos devem variar em função do nível de infra-estruturas a criar.

O ministro das Obras Públicas, Urbanismo e Habitação disse que os preços podem tornar-se mais baixos caso seja o Estado a proceder ao loteamento dos espaços, definir os acessos e os pontos de água e energia eléctrica.

O governante salientou ainda que o Projecto para a Auto-construção Dirigida será implementado de forma progressiva, priorizando a retirada das populações que habitam em áreas de risco, como as do Bairro Paraíso, como forma de garantir melhor segurança e qualidade de vida.

Como exemplos de loteamentos e auto-construção bem executados, em Luanda, o ministro da Habitação apontou os Bairros Quifica, Benfica e Zona-Verde 2.

Interrogado sobre como o sector privado vai entrar no projecto, Carlos dos Santos explicou que ao Estado caberá executar as infra-estruturas e depois disponibilizar os espaços para que os privados possam erguer casas sociais, condomínios, como todo tipo de infra-estruturas adicionais e posterior venda aos cidadãos.

Os 900 mil lotes programados para o próximo quinquénio serão executados pelos governos provinciais e administrações municipais, que vão assumir também responsabilidades na definição das áreas, constituição das reservas fundiárias e criação das infra-estruturas gerais nos espaços (estradas, água, energia, arborização e sinalização).

## 6.28 Centralidade da Quilemba é referência obrigatória

*Jornal de Angola*

*31 De Maio de 2023*

A Centralidade da Quilemba acolhe, há três anos, mais de quatro mil famílias de vários estratos sociais, que se manifestam satisfeitos com as condições existentes e aplaudem a iniciativa do Executivo de

construção de fogos habitacionais em várias localidades do país.

Os primeiros a serem contemplados foram antigos habitantes do bairro Kamazingo, localizado no centro da cidade do Lubango, que viviam em casebres desprovidos de condições de salubridade e segurança.

O bairro Kamazingo surgiu em consequência do conflito armado, tendo as populações deslocadas utilizado material precário para erguer a maioria das casas, com realce para blocos de adobe, madeira e chapas de zinco, que, devido ao tempo, permitiam a entrada da água das chuvas, criando vários transtornos às famílias.

O soba João Francisco, que viveu o drama do Kamazingo, explicou que, a dado passo, o bairro se transformou num "autêntico esconderijo de malfeitores, que, de dia ou de noite, assaltavam transeuntes em avenidas próximas e criavam pânico às populações".

"Eles controlavam as pessoas que saíam para o trabalho ou outros afazeres para arrombar portas ou janelas, usando macacos de automóveis, martelos e outras ferramentas, que facilitavam a escavação das paredes ou mesmo arrancar as portas e janelas", explicou, acrescentando que os meliantes levavam tudo que lhes interessava.

O soba João Francisco agradeceu a autorização, há três anos, do Presidente da República, João Lourenço, que permitiu que as famílias do ex-bairro Kamazingo ocupassem um dos blocos da Centralidade da Quilemba, que lhes conferiu mais dignidade.

O professor Paulo Gonçalves, residente num dos blocos da Centralidade da Quilemba, manifestou-se satisfeito com as novas condições que permitiram à sua família, esposa e duas filhas, viverem hoje com dignidade, acrescentando que não tinha recursos para suportar os custos da renda das moradias no centro da cidade do Lubango.

"As moradias da Centralidade da Quilemba chegaram no momento certo, por dar oportunidade aos jovens de materializar o sonho da casa própria e constituir família", disse reconhecido.

Outra munícipe, identificada, apenas, como Conceição, disse esperar com ansiedade pela conclusão das obras do sistema de captação e distribuição de água da Centralidade da Quilemba. "Vamos ter, também, alternativas de energia eléctrica, com o arranque das obras de construção da central fotovoltaica, cujo espaço já foi vedado".

Outra zona habitacional de referência está projectada na localidade da Eywa, que faz fronteira com o espaço do Aeroporto Internacional da Mukanka, acolhendo, actualmente, acima de 700 mil habitantes. No local, além de se erguerem dois edifícios que acomodam médicos expatriados, existem áreas residenciais dos ministérios das Finanças, das Obras Públicas, Urbanismo e Habitação e de empresas privadas.

Segundo dados fornecidos ao Jornal de Angola, nas novas urbanizações estão disponíveis mais de 15 mil lotes para o fomento da autoconstrução dirigida, projecto que vai beneficiar vários jovens.

Com o propósito de despertar o interesse dos jovens, foi construída, na zona do ordenamento da Eywa, uma escola com 20 salas e um Hospital Psiquiátrico, apetrechado com equipamento moderno.

A zona do ordenamento da Eywa faz fronteira com a comuna da Arimba, distrito urbano do município do Lubango, onde, além do ramal do Caminho-de-Ferro de Moçâmedes (CFM), que dá acesso ao interior da província da Huíla e litoral (cidade de Moçâmedes), está implantada uma central termoeléctrica, que permite reforçar o fornecimento de energia à urbe.

Na circunscrição em referência foram, também, erguidas infra-estruturas do Instituto Superior Politécnico da Huíla, adstrito à Universidade Mandume ya Ndemufayo (UMN), com diferentes cursos, entre os quais Ciências da Computação, Engenharia de Minas, Engenharia Agronómica, Agropecuária, Design e Geologia Minas.

## 6.29 Moradores da "Terra Vermelha" vislumbram dias melhores

*Jornal Luanda*

*1 De Maio de 2023*

*Texto: Fula Martins*

Nasceu durante o período da expansão desordenada do município do Cazenga. O Bairro Terra Vermelha, localizado no interior daquela municipalidade, é conhecido como uma das zonas, da circunscrição da cidade de Luanda, marcada pela inexistência de inúmeros serviços sociais públicos.

Baptizado com o nome de Terra Vermelha, a atribuição do seu nome está relacionada com o tipo de solo. Segundo depoimentos de alguns moradores, a ocupação de terras dos primeiros habitantes deu-se no ano de 1992, por altura do reacender do conflito armado em Angola, depois dos acordos de Bicesse - Portugal. Entre as origens que constituem a sua

estrutura de habitantes, a incidência recai para as províncias de Malanje, Cuanza Norte, Uíje e Zaire. Há, também, o registo de habitantes saídos de alguns bairros de Luanda, como Cazenga, Rangel, Sambizanga, Petrangol e Mabor.

O Bairro da Terra Vermelha, apesar do estrato social dos seus habitantes, é marcado por duas facetas em termos arquitectónico: construções feitas de blocos e tijolos, enquanto nas demais áreas é notável a existência de cabanas, casebres de madeira e de chapas de zinco.

### OS INÚMEROS PROBLEMAS

Faltam escolas públicas e locais de recreação, daí que um dos primeiros cenários, que desperta atenção do visitante, é o número de crianças a circularem pelas diversas artérias do bairro. Algumas delas, "instrumentalizadas" pelo ímpeto financeiro, procuram por material ferroso para a comercialização.

A ineficácia na recolha de lixo é outro cenário que se pode constatar nas ruas do Bairro Terra Vermelha, onde se verifique enormes quantidades de lixo. O acesso à água potável das preocupações dos habitantes.

"O acesso à água potável é um dos maiores problemas", disse à nossa reportagem uma moradora. O abastecido de água é garantido por camiões e motorizadas de três rodas. O preço da comercialização do líquido precioso varia consoante a dimensão do reservatório. A cisterna de água, com a capacidade para 10 mil litros, custa 12 mil kwanzas. Já um bidon de 30 litros ronda nos 100 kz. "Consumimos água dos tanques, o que nos tem causado sérios problemas de saúde, por falta de qualidade", disse a moradora Maria António Carneiro. o Bairro da Terra Vermelha, Kalawenda e Malueca, segundo dados estatísticos, lideram a lista em termos de criminalidade do município do Cazenga e da província de Luanda. A falta de policiamento apeado e de esquadras foram das questões referenciadas, durante a reportagem efectuada pelo Jornal

Metropolitano de Luanda, quinta-feira, depois de uma noite intensa de chuva. "Não ternos zonas de lazer, lojas, bancos, supermercados, campos polidesportivos", atirou um morador, realçando que as crianças, sem alternativas, brincam nas lixeiras recolher objectos ferrosos para venderem. "Os jovens dedicam-se apenas a apostas de jogos da sorte e azar ou em brigas de grupos rivais, que é o pão nosso do dia-a-dia no bairro".

Isabel Pinto conta que, apesar de o Bairro da Terra Vermelha registar a falta de alguns serviços básicos, em algumas áreas já há água potável e luz eléctrica. Entre o clamor e a satisfação da necessidade, a moradora acrescenta que precisam de mercados, reabilitação das vias terciárias e de um centro de formação profissional. A circulação interna é dominada pelos moto-taxistas. A movimentação de carros pelas ruas da Terra Vermelha é feita raramente por a estrada principal estar a ser reabilitada. Mas avizinha-se, para os próximos dias, um cenário diferente com a execução de alguns projectos sociais.

### 6.30 “Não podemos defender que todas as cidades devem ser deitadas abaixo”

*Jornal Expansão*  
12 De Maio de 2023

Há alguns anos publicou nas redes sociais, um artigo técnico sobre o Prenda, com uma abordagem que também inclui os aspectos históricos. Tendo em conta o que tem acontecido nas últimas semanas, o bairro tem condições para ser recuperado?

Nem todos os edifícios deverão ser demolidos, temos cidades com edifícios com mais de 50 anos. Temos cidades no mundo que são milenares. No nosso caso, não temos um histórico de reabilitações e manutenções urbanas. Também é preciso entender que os materiais e as várias componentes têm prazos de vida útil. Esses elementos vão-se degradando naturalmente. Do ponto de vista das redes de abastecimento de água e dos próprios esgotos, muitas dessas redes ainda são antigas, têm rupturas e as águas contaminadas podem prejudicar a estrutura das edificações.

As zonas históricas das principais cidades do País apresentam cenários similares.

Vão apresentando sinais de degradação. E, em função do tratamento que esses edifícios tiveram, alguns estão mais degradados, outros menos. O mais importante é perceber o que vamos fazer então.

O que deve ser feito no caso do Prenda, por exemplo?

Não tive acesso aos estudos técnicos que estão a ser realizados, mas quando há sinais evidentes de colapso da estrutura, temos um indicativo de que o edifício não está habilitado e não oferece segurança. É um indicativo muito forte. Uma coisa é a ruptura de uma canalização, outra coisa é ter os elementos estruturais, que suportam os edifícios, a mostrar sinais claros de

colapso. É preciso analisar o estado real de todos os elementos.

E de quem é essa responsabilidade?

Essa é uma das questões que tem merecido a minha reflexão e ainda não cheguei a uma conclusão: de quem é a titularidade daquele imóvel que está em risco de desabar? Onde começa a responsabilidade do Estado e a do cidadão, que é arrendatário ou proprietário?

Quem vive numa fracção também tem responsabilidades na conservação do imóvel?

E essa reflexão que acho importante começarmos a construir. O Estado tem a sua responsabilidade, claro, até porque o direito à habitação condigna está consagrado na Constituição, sobretudo para as populações vulneráveis, aquelas que não têm capacidade de produzir uma habitação. É obrigação do Estado olhar para essas pessoas. Agora, se eu trabalho, tenho um emprego e o prédio está naquelas condições, onde começa a responsabilidade do proprietário? O Estado não pode alhear-se das suas responsabilidades, mas é preciso reflectirmos de forma conjunta, até para construirmos uma sociedade funcional. Em que o Estado tem o seu papel e o cidadão também exerce o seu papel. Naquele caso, em particular, não sei se já se chegou a alguma conclusão. Mas não podemos construir a ideia que todas as cidades devem ser deitadas abaixo.

São ideias que vão ganhando alguma força popular.

" São ideias insustentáveis e, mais grave do que isso, é alimentar essas propostas. Temos cidades no mundo com edifícios muito antigos, que são vigiados, controlados e reabilitados quando é necessário. Há situações em que vamos ter de demolir. Em alguns casos vai ser viável reabilitar, noutros casos' os imóveis degradados podem ser convertidos até em monumento. Olho para o Prenda com este potencial, de preservação do movimento moderno em Angola.

Também sente que, por vezes, os argumentos a favor da demolição nascem de um sentimento de rejeição ou de falta de apropriação do património construído no período colonial? Essas construções são uma espécie deferida na cidade?

Poderá até haver sentimentos desse género, mas não vou muito por aí. Olho mesmo para o desconhecimento, a desinformação, a qualidade da informação que nos chega sobre esses aspectos. Nós temos a história que temos, não podemos mudar isso. O que podemos mudar realmente é o futuro, mesmo com as memórias negativas ou positivas.

Mas o que foi construído no período colonial nem sempre se conecta com as pessoas e a sociedade actual.

Essa situação também é fruto de um processo abrupto de êxodo rural. É mais fácil desenvolvermos sentimentos de pertença, mesmo do ponto de vista da arquitectura, do planeamento e reabilitação urbana, quando estamos envolvidos no processo de criação desse espaço. Quando reabilitam a minha zona, se fiz parte desse processo, vou cuidar melhor desse espaço do que quando vou apenas ocupar um apartamento e não tenho qualquer relação com a sua construção.

Será possível dar uma nova cara à zona do Prenda, mantendo o que é viável e renovando o que é impossível de melhorar?

No fundo, é um bocadinho isto. Também devemos olhar para o sector privado, que pode ter um papel importante na reabilitação urbana. O que nós precisamos, no fundo, é de ter a humildade para debater os assuntos, colher diversas perspectivas e construir aqui um fato à nossa medida. É preciso entender o processo de transição para o meio urbano numa sociedade saída de um conflito. Temos de compreender estes fenómenos. Acho que também é importante não nos esquecermos de fazer essa construção entre a cultura local e a realidade da globalização. Daquilo que tenho visto, em Angola a tipologia de habitação varia muito de região para região.

No que diz respeito às técnicas de construção ou aos materiais utilizados?

Ao nível da materialidade, há áreas onde encontramos muita construção em barro, outras em palha ou fibras vegetais. Ainda estou a tentar entender melhor esta realidade do ponto de vista científico, mas há alguns sinais importantes. Por exemplo, as construções em fibras vegetais são utilizadas em habitações temporárias. Hoje vivo aqui ao pé da lavra ou de outra coisa e a uma dada altura mudo-me para outra localidade. Ali volto a construir outra habitação temporária. São populações nómadas.

Elementos importantes para a academia e a investigação científica.

Muitas vezes, olha-se de forma superficial para estes fenómenos. Mas o nosso contexto é este. Faltam centros de investigação que invistam no estudo destas questões. Precisamos de perceber o tipo de habitação nas áreas rurais e que contribuição podemos retirar para as áreas urbanas. É mais um aspecto da relação entre a cidade e o campo, Precisamos de entender

como vamos construir cidades que respondam às necessidades dos angolanos. Será que eu me sinto feliz nas novas centralidades? As cidades que mais me tocam são aquelas em que me sinto bem.

Quais são as suas cidades preferidas em Angola?

Gosto do Huambo, embora tenhamos de olhar para a reabilitação e para o desenvolvimento das áreas periurbanas. Ali gosto muito do equilíbrio entre os espaços verdes e áreas construídas, embora estejam muito concentradas na cidade planificada inicial. O Lubango também é uma cidade muito interessante. E se olharmos para as cidades que já visitei, Barcelona é muito interessante.

É uma cidade famosa pelo seu planeamento urbano.

Uma das questões que me marca em Barcelona é a mobilidade, a facilidade com que alguém se pode deslocar, não só a pé. Mas até que ponto as nossas cidades são percorriáveis a pé? Os primeiros indicadores que me deixam feliz numa cidade estão ligados à mobilidade. Qual é o conforto dos passeios dessa cidade? Que espaços tenho para respirar? Imaginemos que percorro cinco quilómetros e, de vez em quando, encontro um espaço público para respirar e descansar um pouco.

Nesse caso, tendo em conta a forma como os poderes públicos têm gerido o sector da construção civil e enquanto cidadã e arquitecta angolana, qual é a sua opinião sobre o edifício da Assembleia Nacional (AN), outro projecto chave-na-mão e sem assinatura conhecida? Aprendi algo na universidade que carrego para a vida: é difícil construir um pensamento crítico se não tivermos acesso aos vários factores. A minha opinião sobre a AN é mais estética. Acredito que existam outros elementos para analisar, desde o modelo de contrato, como foi feito, se foi com recursos do Estado ou com linhas de financiamento. Não tenho acesso a essas informações, que me ajudariam a construir uma opinião melhor consolidada. Do ponto de vista arquitectónico, podíamos ter feito melhor, podíamos ter construído um edifício contextualizado.

Em que sentido?

Aquela arquitectura é de estilo neo-clássico, está fora do seu tempo e contexto. Parece um revivalismo de estilos já passados e descontinuados. Foi uma oportunidade fantástica de envolver arquitectos nacionais, como é óbvio, mesmo que pudessem trabalhar em parceria com outras pessoas. A questão do sentimento de pertença tem mesmo a ver com isto, com a sensação de envolvimento no processo de construção das nossas cidades e do nosso País.

Também não tive acesso à planta para analisar a funcionalidade do edifício. Acredito que devemos analisar, não apenas de forma negativa, mas como oportunidade para aprendermos com estas questões. Somos um País muito jovem nós temos arquitectos com muita qualidade. Mas também temos responsabilidades na divulgação das nossas capacidades, de comunicarmos os nossos trabalhos e dar visibilidade a estas questões. E de abordar e criticar, no sentido positivo, aquilo que se faz. Só assim é que a sociedade vai ter noção da nossa capacidade. O objectivo é construir outra forma de pensar. Esperamos que nos próximos anos as coisas possam mudar.

Foi mais uma oportunidade' perdida para criar capacidade interna e desenvolver as competências dos angolanos?

Do que tenho visto, tecnicamente nós temos arquitectos com muita qualidade. Mas também temos responsabilidades na divulgação das nossas capacidades, de comunicarmos os nossos trabalhos e dar visibilidade a estas questões. E de abordar e criticar, no sentido positivo, aquilo que se faz. Só assim é que a sociedade vai ter noção da nossa capacidade. O objectivo é construir outra forma de pensar. Esperamos que nos próximos anos as coisas possam mudar.

### 6.31 “Se continuarmos assim, as cidades vão degradar-se. E cidades dentes produzem cidadãos doentes”

*Jornal Expansão*

*12 De Maio de 2023*

*Texto: Miguel Gomes e Carlos Muiyenga*

A arquitectura e QS arquitectos angolanos parecem um pouco desvalorizados e isto verifica-se até na dificuldade de aceder ao mercado de trabalho e desenvolver projectos que sejam reconhecidos pela sociedade. Qual é a sua visão sobre este contexto?

É importante começar por dizer o que é a arquitectura. Uma disciplina que trata dos espaços, do ordenamento dos espaços, sejam eles públicos, privados, no território nacional, província ou o território de um município e por aí em diante, A nossa profissão é recente no País e interliga-se com um contexto: as guerras, o colonialismo, todos esses aspectos marcaram, e de que maneira, o nosso território. Herdamos também duas realidades: a realidade urbana e a rural. Temos hoje uma realidade rural, que carece de coisas fundamentais, de

elementos fundamentais, para que a vida se desenvolva de forma natural e com alguma qualidade.

A que se refere, concretamente?

Falamos de infraestruturas, saneamento básico, serviços básicos, qualidade da própria habitação. Podemos entrar pela questão económica também. E herdamos áreas urbanas que, na sua maioria, fazem parte da memória colonial, foram produzidas na época colonial. Fruto do nosso processo de colonização e dos conflitos que tivemos, as nossas cidades não foram planeadas, ordenadas e algumas foram crescendo de forma exponencial.

A chamada ligação cidade-campo é um tema fundamental em qualquer sociedade. Essa conexão inclui vários factores: económicos, ambientais, sociais, culturais e técnicos, sobretudo de infra-estruturas que possam suportar as questões de mobilidade. Neste domínio, falamos das vias de acesso, centrais de logística, meios de transporte (comboio, transporte rodoviário) e toda a interacção humana. Estamos sempre a falar de pessoas. Por isso, quando falamos de arquitectura, mais do que da criação de espaços, falamos de criar espaços para as pessoas. O arquitecto é este profissional que, do ponto de vista da sua formação, é muito abrangente. A arquitectura é uma disciplina que junta a arte com a técnica. Infelizmente, conotam-nos mais com as questões estéticas.

O que está a faltar para que a profissão ganhe maior relevância, mesmo ao nível das políticas públicas?

Não olho apenas para aquilo que está a falhar, nós estamos incluídos no contexto que descrevi. Quando refiro que é uma profissão nova, relembro que os arquitectos nacionais não têm mais de 100 anos de existência.

É pouco tempo, há pouca massa crítica?

Desenvolver a produção científica muitos anos. Do ponto de vista nacional, temos apenas licenciaturas em arquitectura, não temos mestrados, doutoramento não temos centros de investigação dedicados ao urbanismo. É necessário um processo, um pensamento crítico, identificar as necessidades e ter pessoas que entenda essa importância. O debate vai para além do estar certo ou errado e o que está a funcionar mal. O debate é muito mais profundo.

Porquê?

O meu posicionamento como arquitecta é mais: o que faço para melhorar a minha condição profissional? Como eu me apresenta um público ou cliente que, do ponto de vista histórico, domina pouco sobre



arquitectura? Às vezes, gosto de falar em literacia para arquitectura. Será que o público tem domínio da gramática básica de arquitectura? Será que comunicamos da melhor forma possível sobre a necessidade de trabalhar com um arquitecto? Em Luanda quase 60% da cidade é informal.

Quando se refere à informalidade urbanística está a olhar para as zonas sem ordenamento?

A informalidade tem várias questões, está relacionada com o acesso à terra, ausência de licenciamentos (se formalmente não tem terra também não pode licenciar a construção). Prefiro usar o termo informal, porque vai além da questão anárquica, da ideia de musseque.

É todo um sistema?

Sim, onde não se observam as características que são formais: a titularidade dos imóveis, utilização dos instrumentos de gestão e ordenamento do território, entre outras. São estas ferramentas que definem os índices de construção e a análise é muito mais profunda do que dizer que são áreas degradadas. Este é o nosso contexto.

A solução para ordenar o território nacional não vai aparecer de hoje para amanhã. É preciso iniciar um trajecto. Qual é o caminho possível para a resolução destas importantes questões?

Eu gosto de olhar para a autorresponsabilidade. Isto é um processo de todos, em que todos devem estar envolvidos. Mas o Estado, enquanto detentor da terra, tem de ser o primeiro a dar o passo. Enquanto Estado temos regulamentos, temos os planos de ordenamento do território, que devem ser elaborados para ordenar e planificar. Isto é de extrema importância. A alma dói-me quando vou ouvindo informações soltas sobre projectos: que o Estado vai construir habitações ali, outras acolá. Então e o resto, o planeamento da cidade, do nosso território, do nosso solo (que tem muito valor)? Que visão existe para o território nacional?

O primeiro passo é definir os objectivos e onde o país quer posicionar-se?

Temos de perceber que tipo de Angola queremos construir. Essa Angola idealizada tem vários domínios, um deles é o território. Que cidades nós queremos ter? E depois como vão estas coisas se coser entre elas, de forma estratégica e orientada. Este deve ser o primeiro passo e não é o cidadão que desenvolve estas ideias.

Mas pode contribuir, envolver-se no processo e nos debates.

Por isso disse que temos autorresponsabilidade, é um trabalho de todos. O Estado tem de definir os planos e ordenar, mas não faz por si só, precisa de um conjunto de profissionais capacitados. E não falo apenas de arquitectos. Precisamos de engenheiros, topógrafos, sociólogos, psicólogos, antropólogos. Já passou da hora de começarmos a tomar essa decisão. Estamos com 70 a 80% do País sem esses elementos fundamentais. Não se produzem cidades de forma isolada. E, por vezes, dói-me também o silêncio dos arquitectos.

Os casos recentes podem criar uma oportunidade interessante ao nível da visibilidade dos arquitectos. Não tem sido devidamente aproveitada?

Não sei dizer o porquê desse silêncio, cada um deve ter as suas motivações. Mas acho que é importante, enquanto técnicos, termos a coragem para falar daquilo que conhecemos. Não estou aqui a falar de política, que tem fóruns próprios. Enquanto técnicos, é nosso dever deontológico emitir pareceres técnicos, caso contrário fica um vazio muito grande na comunicação. E depois qualquer teoria serve, qualquer solução serve.

Sente falta da opinião e da presença dos arquitectos no espaço público?

Para mim, isso é fundamental e faz parte do processo de literacia arquitectónica, faz parte da educação que devemos oferecer à população. Temos essas questões das nossas cidades, que estão completamente obsoletas, temos os realojamentos, outro tema onde os arquitectos têm contribuições a dar. Nós estudamos técnicas para realojar as pessoas, não só na componente funcional (mudar de um sítio para outro), mas também nas outras componentes que envolvem esses processos: a componente social, ambiental, nós temos essas ferramentas. Fala-se muito de requalificação urbana, mas diria que já estamos ao nível da degradação, já não vamos só reabilitar.

Qual é a diferença entre requalificação e renovação urbana?

Requalificar é quando se intervém em algumas parcelas da cidade, mas o uso permanece o mesmo. A renovação é feita naqueles tecidos em que o nível de degradação é tal, que há mesmo necessidade de demolir e reordenar todo o espaço sob intervenção.

Temos áreas a necessitar de renovação urbana, ou seja, de demolir para reordenar?

Em algumas zonas do País, o tecido está de tal forma degradado, com infraestruturas não funcionais, que

não temos como reabilitar coisa alguma. É tecnicamente inviável.

E também pode ser financeiramente difícil de executar. Em tempos estive no Bairro Mundial, que está a ser densamente construído e de forma desordenada. Quando se fala de criar ali vias de acesso, significa que vai ser inevitável fazer alguma demolição. Não conheço realidades de tecidos autoproduzidos em que, sobretudo para a instalação de infraestruturas viárias, iluminação pública, saneamento básico, não tenha de se fazer alguma demolição. São zonas de tal forma compactas que até o acesso de uma viatura de bombeiros, da polícia, é complicado.

Devido à forma como o território está ocupado.

Temos zonas da cidade que estão assim. Temos bairros em Luanda onde é impossível entrar uma viatura para retirar um caixão para um funeral. São estes constrangimentos que temos de solucionar. Neste contexto, até mesmo a baixa percentagem de áreas urbanas que temos vindo a produzir vai degradar-se. Se eu tenho a centralidade do Kilamba e à volta vai crescendo uma dinâmica informal, naturalmente que as infraestruturas vão degradar-se.

Também é visível nas imediações do Nova Vida e outros locais. O que significam estes fenómenos?

Uma das palavras que faz parte do ser e estar no mundo é a palavra planeamento. Até mesmo as nossas vidas privadas devem ser planificadas e o território não foge a essa realidade. Mas é preciso entender o que significa planear o território: no fundo, é definir que espaços são destinados para que fins. Se continuarmos assim, as nossas cidades vão continuar a degradar-se. E cidades doentes produzem cidadãos doentes.

## 6.32 As casas redondas e a Jota

*Jornal de Angola*

*14 De Maio de 2023*

Depois de mais de uma hora de conversa, Sueca, como também é chamado João Damba, apelido adquirido na juventude, realça que há muita coisa ainda por dizer.

"Quanto a alguns símbolos do bairro, gostaria de destacar aqui, em termos de residências, a primeira Casa Redonda, de quem vem dos blocos F's para o mercado. Antes não havia a Empresa de Transportes Intermunicipais - ETIM (hoje TURA). No largo só havia um depósito de pão e os jovens e adolescentes da área, inspirados pelas conversas dos Irmãos

Cambutas (guerrilheiros nacionalistas), já faziam treinamentos militares ali na actual TURA, correndo, rastejando e saltando".

Destes, havia nomes como o Sabalo e o Dinis Kanhanga, o André e o Horácio Pinto, o Isaú Damba, o Zé Viegas, o Nelito Mafuane, o Rodrigues dos Santos (Digue), o Novito, o nosso professor Orlando Bonifácio (Gira), para além de outros mais velhos, dentre os quais se viriam a destacar o General Sousa, o Zezinho, o Luís Viegas "Lulu", o Coronel Toy, os manos Paulo e Leque, o Garcia (Ngala) e outros anónimos caídos durante a Revolução".

João Damba conta também que na tal primeira casa das Redondas, antes de lá viver o senhor Manuel Kanhanga, pai do Dinis Manuel Kanhanga, o conhecido pioneiro que ajudou Imperial Santana a içar a Bandeira Nacional no largo 1º de Maio, no dia da proclamação da Independência nacional em Novembro de 1975, "e não Daniel Kanhanga, como o camarada Lamartine, muitas vezes, o apresenta erradamente, companheiro de base, pessoa com quem vivi e convivi. Também lá viveu a conhecida Dona Ilda, mãe do economista São Vicente, ideólogo e dono da extinta companhia de seguros AAA, genro do Presidente Agostinho Neto, que depois foi viver com a família na B-7".

"Das seis casas redondas, a mais próxima ao Bloco 15, de onde se saltava para entrar na Jota, local que considero o laboratório da formação política dos jovens da minha época, havia a tal Base das Casas Redondas dos pioneiros desta circunscrição, acoplados ao grupo de guerrilheiros e políticos aí instalados, sob a liderança do Comandante Manuel Van-Dúnem que faleceu antes da independência, na 5ª Avenida, no Cazenga".

Segundo conta João Damba, "o kota Manuel Van-Dúnem, que conduzia um Suzuki Mini amarelo, tinha o hábito de sair com alguns pioneiros e o guarda, mas naquele dia não levou nenhum puto, pois a situação político-militar estava a piorar com a invasão mercenária em Kifangondo. Na zona havia ainda a Base do Kopé Gordo, Gil e outros, entre a esquina do quintal dos padres e os blocos 2 e 3. Outra Base era a da Cê 10, a do Ringo e outros. A FNLA não tinha espaço político expressivo entre os pioneiros. Apenas tinha uma pequena base na esquina do Bloco 8, próximo ao 9, liderada por Ti Lala, um mestiço do Uíge, comerciante de produtos diversos do campo".

A Jota, actual escola do II Ciclo Nimy ya Lukeny, um espaço que acolheu a sede da antiga Mocidade Portuguesa, refugiados cabo-verdianos da época do fim do colonialismo, guerrilheiros e as estruturas da

JMPLA que relançaram a política e diversas figuras dos desportos em Angola, defende João Damba, é um imóvel cujo simbolismo deve ser pensado pelas estruturas do Governo e outras entidades de direito, "a fim de que seja conhecido o significado que jogou no amadurecimento político e patriótico de certa franja da juventude angolana, para que as próximas gerações saibam o que se passou ali".

Damba lembra que se trata de um acervo físico que deveria ser património museológico da juventude angolana. "Infelizmente, toda a história não pode ser contada aqui. Não falamos do primeiro grupo de jovens cavaleiros, Ramos, Nando Galinha, Dinho, Sabalo, Caetano Maria, João Patete, Dinis Kanhanga, Jornaleiro e tantos outros".

Durante a conversa, Damba convidou outros moradores antigos para darem os seus subsídios sobre os feitos e figuras que mobilizaram a vida desta parte de Luanda. "O meu apelo vai para a própria Igreja Tocoista e demais entidades, para que valorizem o museu a céu aberto que é este espaço onde está a Cadeia de São Paulo, a casa do Profeta Simão Toco, a própria JMPLA como espaço de integração e mobilização juvenil na época. Tudo isso leva-nos a repensar o valor histórico de uma zona em degradação".

Em termos de lazer, os jovens do bairro, e não só, tinham como diversão assistir filmes no cinema volante que era instalado no largo adjacente ao actual Centro Cultural e Recreativo Kilamba e no mítico Cine Ngola, símbolo e espaço incontornável de diversão de jovens e adultos, na altura. Filmes como "Alain Delon – Zorro", "Eles combateram pela pátria", "As Partizans", "Sandokan, o Tigre da Malásia", "Mulheres e Recruta", "Sokolov", "A Sétima Bala", "Trinitá Cow Boy Insolente", "Meu Nome é Ninguém", "O Homem do Senegal", só para citar esses, foram vistos e revistos nos ecrãs deste cinema.

Na denominada zona dos Saiotes residiram figuras como o professor Manuel Maria, pai do general Dino, o comerciante Joaquim Coelho da Cruz, pai dos generais Faísca e Bazuca, os emblemáticos da Batalha de Kifangondo como Diamula (O Man Reis), Maerra, Man Bazuka, Adriano Mendes de Carvalho, e tantos outros. A referida denominação Saiotes tem várias prováveis origens.

Mas, no entanto, a versão mais conhecida entre o pessoal da época, é que também pertence aos Blocos. Mas por serem imóveis diferentes dos Blocos, situados na zona central dos Tocoistas, com apenas duas a três divisões, e dada a diferença das casas, as do outro lado têm quintais, levou a juventude da

altura a chamar àquelas casas "Saiotes". E assim ficou conhecido como bairro dos Saiotes. E o outro lado, que vai aos Correios, era chamado Bairro da Diamang, por haver ali propriedades da antiga Companhia de Diamantes de Angola.

### 6.33 Bairro Congolenses versus Bairro Indígena

*Jornal de Angola*

*14 De Maio de 2023*

João Baptista, como João Damba, era conhecido na infância, no seu bloco 15, recorda que "o Bairro dos Congolenses também se confunde com o Indígena e é também, mesmo, Bairro Indígena".

Explicando-se melhor, o nosso interlocutor acrescenta que, de facto, "o famoso Bairro Indígena da música do Santocas é um espaço que confinava com o antigo prédio da Investigação Criminal (DNIC, actual SIC) e ia até as casas situadas antes do início das Bês, na zona do meu colega Firmino, neto do velho Firmino do acordeão, família do Clementino Assís, Belita Cadete, Inácio Miguel e outros. Enquanto que, para muita gente que não era do bairro, por exemplo parentes nossos que viviam no Curtume, Cazenga, Petrangol, Bairro Cuba, Bairro Operário, Madeira, entre outros sítios, vir visitar um tio nos Blocos, Saiotes, Companhia Diamante ou nas Cês e Bês, também era vir no Bairro Indígena, isto se dizia cá nos anos 50, 60 e 70, embora aquele lado lá da PIDE (cadeia de São Paulo) fosse o mais conhecido".

João Damba conta que naquela época, entre a Estrada de Catete e a Avenida Brasil, o separador Leste até ao Triângulo era uma floresta de eucaliptos e pequenas residências no lado direito do Kaputo, passando pelo lar de São Vicente, no quintal da casa do explicador Menino Neco, até à Cervejaria Angolana, onde agora está a Tecomant, junto de uma das primeiras pedonais metálicas da Estrada de Catete.

O local designado hoje por Triângulo, de acordo com João Damba, sempre foi um espaço de convergência política e cultural, porque, segundo disse, "aquele lugar, no tempo colonial, no período da Revolução, era um ponto de encontro de nacionalistas que iam aos Kongos e aos CIR (Centro de Instrução Revolucionária), na altura em que floria a vaga dos nacionalistas e das independências em África".

Durante a conversa João Damba disse ainda que o seu pai, "pastor Manuel Damba, o senhor Pinto, um discotequeiro da época, e um vizinho de origem

moçambicana, senhor Zé Lobo, pai do Zeca Lobo que desapareceu no fraccionismo, e do Lito Lobo, o primeiro angolano a jogar no Brasil pelo Vasco da Gama, no tempo do grande Roberto Dinamite, começaram a transmitir-nos os primeiros ensinamentos sobre o que era a independência, ouvi falar de Ngungunhana, Aimé Césaire, Sekou Touré, Hailé Selassié, Kwame Nkrumah, entre outros revolucionários e humanistas africanos e mundiais”.

Naquela época, em casa o pai de João Damba acolheu o segundo tabernáculo oficial da Igreja Tocoísta, o que lhe valeu várias idas, com a família, à PIDE no São Paulo (actual cadeia), para justificar o porquê da concentração de muitas pessoas, no período pós-laboral, em sua casa. "Isso foi duro para a família, porque até custou o emprego do velho Manuel, durante um tempo, na Refinaria da FINA Petróleos de Angola, em Luanda, lugar que só retomou depois de proclamada a independência, porque além de coordenar o grupo dos irmãos, tinha correspondência com Simão Toco a partir da Ilha dos Açores, no Farol de Ponta Albina, em Cabo Delgado, onde estava desterrado o profeta”, recorda João Damba, antigo delegado da Angop no Uíge.

A nossa fonte mencionou, também, entre os ilustres moradores do Bloco 15, a Mamã Donana, idosa hoje a viver nos Estados Unidos da América, que se notabilizou pela venda de kitutes como bombó com ginguba, micate e kitaba. A propósito, João Baptista dá a conhecer que, certo dia, enquanto repórter no Aeroporto Internacional 4 de Fevereiro, conversando com a ex-ministra do Turismo e Hotelaria Ângela Bragança, recordaram fases vividas no tempo da então JMPLA, na época dos camaradas Manuel Van-Dúnem, Passy, Lamartine, Espírito Santo, Zé, Kufango, Kahenda, entre outros guerrilheiros. "Nós os pioneiros da Base das Casas Redondas éramos os compradores dos kitutes da Mamã Donana, o Dinis Kanhanga, o Mateus, o falecido Totó, os Jingongos (Toni e Isaac) e muitas coisas...", João Damba não conseguiu segurar a emoção e desabou em lágrimas.

De figuras de renome no bairro não é tudo: destaque para a dona Aida, mãe do Fernando Cego, famosa cabelereira do Bloco 15, a dona Madalena Augusto, o tio Lino, pai dos Ndisso, e Sebastião Matumona do Bloco 4, entre outros.

Ainda sobre o bloco 15, João Damba disse recordar-se de nomes do futebol como o Chico Afonso, "que estava mais na avô Ngongo do que na velha no oito; o António Maluco, ex-militar do exército colonial, energético, com uma caligrafia de assimilado de invejar, o Jingongo, que levantava um barril de fino de 50 litros num ápice, mas agora o Gogo está a cegar, o Pessoa, da parada do 15, da bola do pessoal

que saía das Cês para a Jota, o Caetano Maria, o Bê, o Walter, a Aidinha, o Nando Cangongo, o Salas, o Pato, o Adão, entre outros”.

### 6.34 Emblemática zona de Luanda fundada pela comunidade Tocoísta

*Jornal de Angola*

*14 De Maio de 2023*

*Texto: César André*

O Bairro Popular de São Paulo, que depois viria a chamar-se Congolenses, nasceu num lugar que antes era uma pequena clareira de terra vermelha situada num extenso matagal habitado por animais selvagens.

No tempo colonial a comunidade Tocoísta desempenhou um papel preponderante e uma certa influência na criação ou fundação do Bairro dos Congolenses, através dos seus fiéis provenientes do Congo Belga (hoje República Democrática do Congo) onde estiveram radicados por muito tempo.

Projectado pelo topógrafo e engenheiro Guilherme Guerra, a circunscrição foi durante muitos anos um dos musseques emblemáticos de Luanda, e tinha as seguintes designações: Bairro dos Tocoístas ou Bairro Indígena.

De acordo com a história oral dos Tocoístas, é no marco da rua do Bucu Zau onde estava posicionada a árvore Nkondo (Imbondeiro) onde, segundo os anciãos da Igreja, Simão Toco vinha todos os santos dias comer farinha musseque (ngonguenha) em 1936-1937 no intervalo (recreio), enquanto aluno da Missão Episcopal Metodista. Consta que Simão Mputu, que coadjuvou o português Guilherme Guerra na projecção e construção do bairro, recebeu de Simão Toco instruções, através de carta datada de 25 de Setembro de 1956, de como deveria ser o marco da rua Bucu Zau, e não só.

Considerada na altura uma zona histórica de Luanda, devido à sua posição geográfica, essa "abençoada" localidade foi fundada aos 16 de Fevereiro de 1950, pelos tocoístas "Ngunga Ngele" repatriados do ex-Congo Belga, de que faziam parte os "12 anciãos".

A tipologia da construção das casas (blocos) era comparada à de um bairro social e não tinha nada a ver com o musseque. Foi considerada uma das melhores circunscrições urbanizadas da cidade de Luanda no tempo colonial.

Naquele período a circunscrição ocupava uma área de aproximadamente 1,2 km<sup>2</sup>, e nela foram construídas

três fileiras de blocos, num total de 34, aproximadamente para 1.500 tocoistas na altura (1950-1957), antes e depois das deportações. De acordo com os dados do primeiro censo populacional realizado no país em 2014, o bairro contava com mais de 21.122 habitantes tocoistas e não tocoistas.

Reza a história que muitos dos seguidores de Simão Toco foram presos pelas autoridades belgas, sob a acusação de alterar a ordem pública e, em Janeiro de 1950, foram deportados do Congo Belga para Angola, e entregues no posto fronteiriço do Nóqui, província do Zaire, às autoridades portuguesas, que procuraram aniquilar esse movimento, então tido como uma "seita perigosa", dividindo-o em pequenos grupos que seriam dispersos por todo o território angolano.

Naquele período a Simão Toco tinha sido fixada residência no Vale do Loge. Após passagens por Luanda, Caconda e Jau, foi enviado para a Baía dos Tigres, ao passo que muitos dos seus seguidores foram concentrados em Luanda, nos blocos do Bairro Indígena.

Os blocos do Bairro Indígena, aqueles que se encontram defronte à parte Sul do mercado, eram também conhecidos como "Blocos dos Congolenses" e "Blocos dos Tocoistas". Ficaram assim conhecidos pela prática religiosa e cultural da comunidade tocoista, que aos Domingos ali, em todo o seu esplendor, realizava o Nkembo, ou seja, marchava com canções demonstrativas da sua fé. Com essa prática cristã a área ficou a ser conhecida popularmente como Bairro dos Congolenses, aludindo ao facto de ali estar concentrado o importante grupo dos "devolvidos" do Congo Belga, cujas práticas culturais e religiosas se impuseram e deram mesmo nome a determinados lugares.

Destes lugares comuns se destacam, por exemplo, a Escola do Micate, por referência ao micate vendido nas imediações da escola que ali ainda hoje existe; trata-se de uma espécie de bola de Berlim feita com farinha de trigo, farinha de milho, açúcar e banana, frita originalmente em óleo de palma; e a Escola da Ginguba, numa referência à prática que ali se cultivou e desenvolveu de comer bombó com ginguba.

É assim que fica o registo para a história nomes de lugares como Mamã Rosa e Mamã Donana, que corporizaram essa prática, vendendo o bombó com ginguba e o micate, recordações que muitos luandenses ainda têm guardadas na sua memória.

O Mercado dos Congolenses, administrativamente, à data da sua criação em 1965, teve o nome de Mercado do Caputo, e albergaria pouco mais de 100

vendedeiras. Dada a absoluta proximidade deste mercado com os blocos em que haviam sido concentrados os chamados "congolenses", como atrás referimos, com apenas uma rua a separá-los, por extensão, o Mercado do Caputo popularmente passou a ser designado como Mercado dos Congolenses, tal como o próprio bairro que, na verdade, teve o nome oficial de Bairro Popular de São Paulo.

#### Origem do nome

Na obra "A história do bairro 'Indígena' ou 'Congolenses' e a sua importância para o Tocoísmo 1950-1984", é indicado que "a expressão 'indígena' literalmente significa 'originário de determinado país, região ou localidade, nativo (...)'. Como substantivo é o nome pejorativo atribuído ao indivíduo de difícil colonização – neste caso, e ousadamente falando, podemos afirmar que os Tocoistas no geral e em particular os bacongo foram povos mais difíceis de colonizar e que não deixaram a sua doutrina, hábitos e costumes para seguir o que lhes era imposto pelo governo português. Ao passo que o topónimo 'congolense' provém do étimo 'makongolens'. O prefixo 'ma', primitivamente uma das formas do plural nas línguas bantu, é comum nos nomes da zona norte de Angola (Uíge, Zaire ou Mbanza Kongo e Cabinda) e da própria República Democrática do Congo, e, neste caso, 'congolenses' ou 'makongolenses' é uma expressão aportuguesada, pluralidade dos nativos do Kongo, é o nome atribuído ao bairro que albergou os Tocoistas oriundos na altura do Congo Ex-Belga".

Outra versão para a origem do nome refere que o mesmo deriva de A'kongo, nome dado pelos portugueses aos seguidores do profeta Simão Toco que foram repatriados do Congo ex-Belga, à semelhança do que houve em Léopoldville, quando lhes foram atribuídos nomes como Nzambi a Mapapu (Deus de Asas), Nzambi a Lubondo, Os profetas e Nzambi a Makulungulu (Deus Descalço), na altura caracterizados como nomes pejorativos, segundo o jornal "A Província de Angola", numa edição de Janeiro de 1951.

No entanto, a partir do acervo da Igreja Tocoista, dos depoimentos dos anciãos Ngunga-Nguele e dos trabalhos de campo efectuados – verifica-se que o discurso não difere quanto à denominação Bairro "Indígena" ou "Congolenses".

### 6.35 “Trouxemos a revolução no transporte urbana”

*Jornal Economia e Finanças*

*19 De Maio de 2023*

*Texto: Regina Handa*

4 De Maio de 2022, a Yango iniciou a sua actividade em Luanda com a sua aplicação e boleia partilhada que acelerou o mercado da mobilidade urbana. Ajudou pequenas empresas de transporte urbano a acessar a tecnologia e a adoptar um sistema de negócios inovador que lhes permite gerir melhor as suas frotas e expandir os seus negócios.

Um ano depois, o director da Yango em Angola, Ivan Mugimbo, diz que esta é já uma das aplicações mais utilizadas para se deslocar pela capital.

Quais são as características de viajar com Yango?

Em média, cada corrida leva quatro pessoas e dura cerca de 20 minutos. Neste primeiro ano, melhorámos muito o tempo médio de espera, para 5-6 minutos, contra 9 minutos no início da operação.

A Yango baseia a sua actividade em parcerias com empresas de transporte locais. Como essa relação evoluiu?

A Yango marcou um ponto de viragem para os pequenos operadores. Ajudamos a capacitar dezenas de empresas que não tinham capacidade de competir com aplicativos que tinham uma grande estrutura. Oferecemos-lhes a nossa tecnologia, a nossa plataforma e ferramentas onerosas para qualquer negócio, como o Call Center ou a área de marketing, ajudando essas empresas a reduzir custos. Por outro lado, muitas destas empresas não estavam legalizadas antes de chegarmos, faziam o serviço de táxi de forma aleatória, compravam carros e "metiam no processo", como se diz na gíria. A Yango conseguiu que essas empresas se constituíssem legalmente, se registassem ante as autoridades e começassem a pagar impostos. Tirámos muitas pessoas do mercado informal.

Ao longo deste ano, falou-se muito no rendimento dos motoristas e na possibilidade de ganhar até um milhão de kwanzas por mês. Essa projecção é real?

É, sim, possível um taxista rentabilizar a sua viatura e fazer um milhão mensal trabalhando com a Yango. Em média, já com bónus e tirando a taxa de 13 por cento que é repartida entre a Yango e a empresa parceira, um motorista pode ganhar até 250 mil kwanzas por semana. Este nível de rendimento permitiu até a vários motoristas comprarem unidades

e tornarem-se parceiros. Por exemplo, houve empresas que começaram com quatro táxis e hoje têm 50. Neste sentido, também apoiámos vários parceiros a obter táxis em regime de leasing.

Em quais áreas a Yango mais investiu?

Investimos muito na geração de milhares de empregos directos e indirectos, entre motoristas e colaboradores. Também demos a mais de 1.000 jovens estudantes a oportunidade de trabalhar connosco como recrutadores de motoristas no campo. Também fizemos um investimento substancial em marketing, que beneficia todos os nossos parceiros, e no desenvolvimento de soluções tecnológicas adicionais para a nossa plataforma. O que mudou no aplicativo?

O aplicativo da Yango evoluiu bastante. A Yango é uma empresa internacional, com uma tecnologia de base bastante sólida. No entanto, adequamo-nos sempre à realidade dos mercados e dos países onde operamos. Com base nos comentários dos clientes angolanos, por exemplo, adaptámos o serviço de atribuição de corridas. No início, a viagem era atribuída ao condutor mais próximo; agora, é atribuída ao motorista com melhor avaliação, disponível na zona do cliente. Com isso, reforçámos o nosso sistema de qualidade, com resultados bastante positivos, tanto a nível do feedback dos clientes, como do engajamento dos condutores para proporcionar um serviço com alta qualidade.

A avaliação dos motoristas é um assunto recorrente. A Yango pede insistentemente aos clientes que avaliem o serviço prestado. Qual tem sido a resposta?

Como sempre digo, os clientes são os grandes fiscais de qualidade da Yango. Nesse sentido, a avaliação dos motoristas é essencial. É bastante importante que os utentes usem o aplicativo para fazer algum comentário ou queixa. Se os clientes utilizarem o aplicativo para reportar uma situação, em vez de irem para as redes sociais, podemos actuar de forma imediata. Por exemplo, se a viatura que aparece à porta de casa de um cliente não é a mesma que foi atribuída na plataforma, quando o cliente o denuncia no aplicativo, automaticamente bloqueamos o automóvel e o motorista. Antes, os clientes não tinham a noção destas ferramentas, mas pouco a pouco começam a entender como funciona este sistema.

É também uma questão de segurança...

Sim, e esse é um ponto ao qual damos uma atenção permanente. Durante este ano, também fizemos algumas alterações para reforçar ainda mais a

segurança dos passageiros. Por exemplo, antes os parceiros estavam totalmente a cargo da gestão dos dados dos motoristas; mas agora, todos os condutores têm que enviar à Yango os dados pessoais, da carta de condução, entre outros. Desta forma, podemos corroborar de imediato a idoneidade do condutor e actuar directamente em qualquer eventualidade. Também implementámos o botão de emergência, que dá acesso directo ao Centro Integrado de Segurança Pública (CISP). Esta instituição conhece perfeitamente o nosso modelo de operação e está preparada para receber uma eventual queixa de um cliente. Por outro lado, o CISP também já nos alertou que circulam muitas notícias falsas sobre a Yango nas redes sociais, que eles também analisam. É uma relação muito próxima, que permite que o próprio Estado nos ajude a resolver determinadas situações.

Para quando a Yango noutras áreas do país?

Esperamos que as maiores cidades angolanas recebam a Yango no menor tempo possível. Queremos mudar o paradigma da mobilidade urbana em todo o país, tal como fizemos em Luanda. Antes da Yango, a mobilidade era um luxo reservado a uma classe específica; agora, tornou-se um direito de todo o cidadão.

### 6.36 Actualização cartográfica chega a mais seis províncias

*Jornal de Angola*

*19 De Maio de 2023*

*Texto: César Esteves*

O processo de actualização cartográfica, por via do qual se criam as secções censitárias, vai estender-se, nos próximos dias, a mais seis províncias do país, depois de Luanda, anunciou, ontem, o porta-voz da Comissão Multisectorial de Apoio à Realização do Censo 2024.

Hernany Pena Luís, que falava à imprensa, no final de mais uma reunião de trabalho daquela comissão, presidida pelo ministro de Estado e chefe da Casa Militar do Presidente da República, Francisco Furtado, fez saber que este é o passo que antecede a realização do Censo Piloto, previsto para 19 de Julho.

"Estas províncias serão objecto de actualização cartográfica para, posteriormente, seguirmos, então, às restantes partes do país com o processo de actualização cartográfica, que poderá estender-se ao longo do ano todo", referiu o porta-voz, avançando estarem, entre estas províncias, o Cunene, Bié, Uíge e

Lunda-Norte. "Estas serão as províncias onde o Censo Piloto poderá decorrer", salientou.

Hernany Pena Luís anunciou que esta empreitada vai contar com a participação de mais de 500 cartógrafos a nível de todo o território nacional, além de motoristas.

Em relação à reunião de ontem, Hernany Pena Luís adiantou que serviu para passar em revista o trabalho até aqui realizado pelo grupo técnico, tendo ficado determinado que o grau de execução das tarefas é satisfatório. "De forma geral, podemos considerar que chega a 98 por cento", avaliou. O país vai realizar o segundo Censo Geral da População no próximo ano, dez anos depois da realização do primeiro, em 2014, que apurou um total de 25.789.024 habitantes, dos quais 6.945.386 encontravam-se a residir na província de Luanda.

Estima-se que o Censo Geral da População de 2024 apresente um resultado a rondar os 35 milhões de habitantes, tendo em conta a taxa de crescimento populacional angolana actual, à volta de 3 por cento ao ano, segundo dados avançados este ano pelo director-geral do Instituto Nacional de Estatística (INE), José Calengue.

### 6.37 Cidade em reabilitação

*Jornal de Angola*

*21 De Maio de 2023*

Falou de uma cidade de Benguela que andou muito danificada. Acho que a sua recuperação, também, exige esforço e a participação de todos os filhos de Benguela. É isso que nota?

Em parte, sim. Porque um Governo só se pode considerar Estado se trabalhar com todos. Estado somos todos. Se eu for a uma aldeia, assim que puser os meus pés nessa aldeia, tenho que contactar os mais velhos da aldeia. Eles é que vão me dizer o caminho propício para ir ao rio tomar banho, por exemplo.

Vendo bem as coisas, o senhor governador já começou a fazer um trabalho de louvar, mas eu gostaria que ele não se esquecesse dos mais velhos da cidade de Benguela.

Por que faz esta afirmação?

Por exemplo, assisti à reconstrução do jardim em frente ao mercado municipal, que infelizmente, tem um nome triste, "Milionário", porque quem recebeu a verba para reparar o jardim, supostamente, a desviou. O jardim estava orçado em 1 milhão e 600 mil dólares, quando não terá, supostamente, custado mais

de 80 mil dólares. Isto na primeira reparação que aconteceu entre 10 a 15 anos. Agora, voltaram a reparar o jardim. Mas, na minha opinião, o jardim foi reparado à revelia de quem de direito. Houve um patrocinador. Eu fui lá, aconselhei o técnico que estava a reparar o jardim, que não ouviu os conselhos.

Conhece bem o jardim a que se refere?

São muitos anos cá. Eu conheço bem esse jardim. Benguela foi tratada no passado como Cidade Jardim de Angola. Eu conheci todos os jardins de Benguela. Este que cito, antes foi reparado e, outra vez, voltou à estaca zero. Não fizeram nada. Deviam ter feito melhor se tivessem pedido conselho às pessoas mais velhas. O governador não pode andar para ver o que está a ser feito em obras. Mas, tem os seus auxiliares que são os administradores. O muro do cemitério municipal, vulgo da Camunda, está quase a cair. Lá dentro há torneiras estragadas e água a jorrar e isso não compete ao senhor governador. Há quem tenha que ir ao encontro dessas questões todas. Não o governador.

Para além da recuperação dessas obras, há outras de referência?

Notamos e com muita alegria e satisfação, a reabilitação do Museu Nacional de Arqueologia, que praticamente recuperou a sua imagem. É bom que se diga que aquilo foi construído com outro propósito. Só passou a Museu depois da Independência. Foi uma obra construída em 1880, pelos comerciantes, as tais curibecas, os homens da maçonaria é que construíram aquilo. Aquilo é uma obra secular. Ainda assim, acho que modernizaram muito o interior. Foi muito modernizado, o que tira um pouco a história que o imóvel ostenta. Eu já visitei o Museu como turista. Está bonito. É uma maravilha. Mas, aqueles computadores deviam estar em mesas mais simples para não fugirmos muito da história. A sala é bem-vinda. É nobre. Podem reunir lá muita gente. Podia-se colocar lá material de madeira, mesas bonitas. Temos madeiras bonitas que todos cobiçam. Tirando isso, está uma maravilha.

Há quem diz que Benguela hoje é uma das cidades mais caras para se viver em Angola. Concorda?

Não concordo.

Por que?

Porque vivo cá e consigo levar para a minha casa 10 bananas por 500 kwanzas e seis sardinhas por 100 kwanzas. Melhor que isso, talvez só em Roma. Não é das mais caras. Devia estar melhor. Mas não é das mais caras. Perdemos muito na agricultura porque o

vale do Cavaco transformou-se e isto faz com que as coisas se encerrem. Temos poucas pescarias. Sou do tempo em que a sul de Benguela havia entre 5 e 6 pescarias. Benguela chegou a ter três fábricas de conservas, uma na Baía Farta, que era a fábrica de conservas Atlântico, que já foi considerada a melhor fábrica de conserva do império português. A conserva era exportada para os Estados Unidos da América.

Em 1963, o então presidente da República Portuguesa, Américo de Deus Rodrigues Tomás, veio de propósito visitar a fábrica de conservas Atlântico, inaugurou as pontes cais no Casseque Marítimo e o Aeroporto, hoje chamado 17 de Setembro. Benguela foi considerada a cidade jardim, tal como já disse. Foi uma das cidades mais arborizadas de África. Hoje está carente.

O que já fez para mudar o actual quadro?

Ofereci-me, na era do governador Dumilde Rangel, para arborizar a cidade a custo zero. Ele aceitou a proposta porque eu era amigo dele. Somos do mesmo bairro e ficou admirado quando lhe fizeram um orçamento insignificante. Eu queria apenas, não vou aqui dizer o segredo porque alguém pode copiar e fazer plágio, mas apresentei-lhe coisas insignificantes para arborizar a cidade. Infelizmente, ele foi exonerado e tentei com os outros governadores da era pós Dumilde Rangel, todos aceitaram, mas, ninguém colocou na prática e Benguela continua sem árvores.

O que falta?

Precisamos de mais acácias rubras. Infelizmente, Benguela tem menos acácias rubras em relação à cidade do Luena, província do Moxico. Isso tudo tínhamos que rever. Não de um dia para o outro, mas, nós, nascidos ou não, somos todos benguelenses, mesmo o senhor jornalista também já é benguelense. Temos todos que arregaçar as mangas e ajudar o senhor governador. Há coisinhas que ele não domina. Se ele não contactar a velha guarda, ele vai acabar um dia por ir embora e não vai descobrir coisas simples que podem dignificar a cidade. Estamos dispostos para isso. Benguela precisa de todos.

Sei que sou membro do conselho de auscultação às comunidades do Governo Provincial de Benguela, porém, neste órgão não posso apresentar tudo que me vem à alma. Há coisas confidenciais. Não posso estar aí a me armar em carapau de corrida. Ali é sítio para atacar as coisas omissas, mas de forma organizada e com regras. Fora, talvez, já posso falar mais à vontade com quem de direito.



## 6.38 Bairros tradicionais de Luanda: origem dos nomes

*Jornal Luanda*

*29 De Maio de 2023*

OS bairros de qualquer capital ou cidade têm a sua história, a sua cultura e a sua forma de estar dentro da grande urbe. O mesmo acontece com os bairros tradicionais de Luanda.

Os nomes dos nossos bairros surgiram, muitas vezes, do simples acaso; nome, talvez, do primeiro comerciante (Marçal), local de refúgio dos escravos (Ingombota), nome da empresa localizada no sítio (Precol, Cuca), estrato social dos moradores (Operário, Popular), configuração geográfica do local (Maianga) ou o sítio de muitas cruzeiras (cemitério), o Maculusso.

Enfim, os nomes dos bairros da nossa capital podem, por si só, ilustrar a origem de cada um e a sua resenha histórica pode levarnos ao encontro daquilo que mais tomou peculiar a cada um deles.

Mas isto de acordo com o tempo histórico que estamos a reportar. Pois Luanda está, constantemente, em mudança. Por exemplo, poucos sabem que o bairro dos Coqueiros pode trazer-nos a imagem dos tempos em que os candongues se juntavam aí para um encontro de futebol.

Havia, não só nos Coqueiros, como em todos os musseques, espaços livres onde os mais novos praticavam desporto. Por outro lado, para quem tem a ideia de Luanda, apenas através dos livros, o bairro da Ingombota aparece ligado à sedimentação das ideias nacionalistas, Maianga associada à literatura, pois é constantemente invocada pelos escritores e poetas, o Sambizanga associado ao Carnaval.

Mas esta ideia, hoje, já não traduz a realidade de Luanda. Pois surgiram bairros novos e as imagens dos bairros tradicionais mudaram. E outras estão em formação. Em momentos de crise social e política e no passado muito recente, por exemplo, alguns bairros organizaram-se como puderam e de uma forma ou de outra defenderam-se contra ideias e comportamentos que acharam estranhas à vida dos bairros. Certamente até agora existirá esta alma peculiar do bairro de Luanda.

No passado colonial, como sabemos, existiu um bairrismo salutar, entre moradores da capital, para as actividades que envolviam o musseque: a dança, os desportos, a música. Através da prática destas actividades, as ideias políticas circularam e Luanda

conseguiu agir, em tempo próprio, como uma capital com uma só cultura.

Neste tempo, surgiram vários grupos carnavalescos, vários grupos musicais, associações e clubes desportivos. E, no passado recente, surgiram outros grupos carnavalescos a transmitir, exactamente, aquele bairrismo salutar do passado. Mas as mudanças cíclicas da cidade, quer em termos físicos, quer em termos sociais, tornaram o processo normal difícil de ser continuado.

Hoje, rareiam os espaços de recreio, de encontro ou das associações e as dinâmicas bairristas há muito tempo não encontram espaço para acção. Criaram-se ou surgiram novos estratos sociais.

Hoje, diz-se que tudo depende do Estado. Verdade seja dita, nas condições actuais do nosso Estado e da sociedade em geral, os agentes locais, quer dos bairros, quer de outras localidades, não podem ficar à margem de qualquer processo de redimensionamento ou de requalificação dos seus lugares.

São os moradores do bairro ou do kimbo que, no dia-a-dia, tomam conta do parque, do chafariz, do cinema, da escola ou do campo de futebol. São eles, também e em última instância, que vigiam o bairro. Portanto, a administração pública deve encontrar formas de envolver os moradores dos bairros tradicionais de Luanda, para qualquer acção de reactivação da imagem da capital.

Afinal, a capital constitui o espelho do país e Luanda, como ficou dito, tem a sua história. Os estrangeiros leram as histórias do passado e do presente dos bairros de Luanda e criaram uma imagem

Existem moradores que ainda podem veicular esta herança do passado e do presente e pode envolver salutarmente as gerações mais novas em qualquer processo que lhes diga respeito,

Podem ajudar a indicar os locais de referência para se construir a nova rua, o fontanário, a escola, o campo de recreio, o clube, a sede da associação, etc., etc. Tal como em qualquer parte do nosso país, a administração pública moderna não deve fazer tábua rasa ao passado histórico de qualquer cidade ou localidade.

Os espaços de terreno, aparentemente sem ninguém e de ninguém, pertencem a um passado em que gerações inteiras se envolveram com eles. A fonte, a colina, o vale, a rua e tudo à volta, representa o símbolo criado pelo povo. O Estado, ao pretender reconstruir para melhorar a vida de todos, deve ter como primeiro interlocutor o morador, o agente que vigia e interpreta o meio ambiente em que vive.

Redimensionar tudo para a recuperação física dos lugares e da alma das gentes deverá ser o lema do Estado moderno. Agindo desta forma, terá o povo como principal colaborador da administração pública.

ARTIGO ESCRITO POR: CORNÉLIO CALEY

## 7. TERRA

### 7.1 Mais de 60 lotes entregues para a construção dirigida

*Jornal de Angola*

*17 De Maio de 2023*

*Texto: Roque Silva*

A Empresa Gestora de Terrenos Infra-Estruturados (EGTI) procedeu, esta terça-feira, em Luanda, à entrega de lotes de terreno para auto-construção dirigida às primeiras 64 das 150 vendedeiras e empregadas domésticas seleccionadas, que exercem a sua actividade no município de Cacuaco.

As contempladas receberam, de maneira formal, toda a documentação com informação técnica do projecto que as torna proprietárias dos lotes, como contratos assinados, títulos dos terrenos, projecto e os croquis de localização, numa cerimónia presidida pelo secretário de Estado do Urbanismo e Habitação, Adérito Carlos Mohamed.

A iniciativa prevê beneficiar 300 vendedeiras ambulantes, de bancadas e empregadas domésticas, com parcelas de terreno de 150 metros quadrados (10 metros de largura e 15 de comprimento), onde devem ser erguidas moradias no modelo T3.

A zona loteada tem mais de 11 hectares, está localizada entre a Centralidade do Sequele e o bairro Mayé-Mayé, em Cacuaco, a um quilómetro das referidas urbanizações.

O espaço preparado já conta com os sistemas de abastecimento de água, energia eléctrica, escoamento de águas pluviais e residuais funcionais, assim como os arruamentos.

Enquanto presidia ao acto de entrega de lotes, em representação do ministro das Obras Públicas, Urbanismo e Habitação, Adérito Carlos Mohamed felicitou as contempladas, tendo-as encorajado a construir as suas moradias dentro das suas possibilidades.

O secretário de Estado do Urbanismo e Habitação aconselhou as senhoras a se absterem de vender os espaços, e a encararem o processo de construção das suas moradias como uma oportunidade de viverem de forma condigna.

Adérito Mohamed sugeriu às contempladas que venham a enfrentar dificuldades para erguer as suas residências a procurarem por soluções bancárias, por via do crédito, para pagarem as obras de construção

O governante exortou as vendedeiras ambulantes e de bancadas, assim como as empregadas domésticas que ainda não cumpriram com o que está estipulado no contrato, a seguirem os padrões de construção das moradias definidos pelo projecto, para evitar contendas com as autoridades.

"Devem ser persistentes, dignificar o esforço empreendido diariamente nas suas actividades laborais com o suor da construção neste terreno, para o bem das vossas famílias".

Projecto abrangente

O administrador para a Área Técnica da EGTI, Kilson Gouveia, disse que o projecto é contínuo e comporta um conjunto de vantagens, que visam garantir qualidade de vida aos futuros moradores, contemplando locais para a instalação de espaços verdes e serviços.

"O projecto tem à sua volta investimentos públicos e privados, como o futuro Hospital Municipal de Cacuaco, instituições de ensino, o que será uma mais-valia", disse.

Kilson Gouveia afirmou que a Empresa Gestora de Terrenos Infra-estruturados assumiu a responsabilidade de prestar auxílio técnico às obras de construção, para que o projecto seja respeitado, com a disponibilização de técnicos.

Segundo o arquitecto, para a efectivação do projecto foram cumpridas algumas recomendadas pela Organização das Nações Unidas.

A directora de Marketing e Vendas da EGTI disse que cada lote teve um custo de 90 mil kwanzas, que deve ser pago em três fases, em até 24 meses.

Jakeline Coelho explicou que o processo teve maior solicitação por parte das vendedeiras de bancada, seguidas das zungueiras e, por último, das empregadas domésticas, que antes passaram por um processo de inscrição e selecção, através dos requisitos exigidos e sorteio aleatório.

Aquela responsável informou que o processo de assinatura continua, uma vez que, do grupo das 150 seleccionadas, constam pessoas que se tornaram incomunicáveis. "Estamos abertos e a aguardar pelos seleccionados, pois queremos terminar a primeira fase para depois seguir com a segunda selecção de mais 150", disse.

Denominado "Kizwa Kyobe" (que em língua nacional Kimbundu significa "Um novo dia começa aqui"), o projecto habitacional de inclusão social é uma iniciativa da EGTI, que prevê a comercialização,

a preço simbólico, de lotes infra-estruturados para mulheres com poucos recursos para a construção de moradias.

## 7.2 «Estamos a viver tipo cães!» O desabafo de quem aguarda há anos por realojamento

*Novo Jornal*

*26 De Maio de 2023*

*Texto: Onélio Santiago e Carlos*

*Müyenga*

Era Ana Cristina ainda uma pré-adolescente quando integrou o grupo de milhares de pessoas provisoriamente colocadas em tendas com a promessa de receberem casas nos meses seguintes. No bairro em que nasceu, Ilha de Luanda, num dia como hoje, sábado, haveria vizinhos a mandar recados: "Filho, diz na tia fulana que hoje saiu muito peixe!". Outros aliviariam o corre-corre da semana laboral numa sentada de amigos, com música alta, num ambiente em que o frescor do mar estaria a rivalizar com o inconfundível perfume de uma lambula grelhada.

Mas estas memórias podem estar desactualizadas, porque Ana deixou a Ilha há quase 15 anos. O bairro de que Ana pode agora falar com propriedade é um amontoado de casas de chapa, afixadas no zango 1, a poucas centenas de metros de um dos mais cobiçados projectos habitacionais do Estado: a Centralidade do Zango O. Nesta urbanização, os apartamentos são arrefecidos por gigantescos aparelhos de ar condicionado.

Ana admite ter "muita inveja" disso. Mas tem de seguir com a vida. Até porque já não é nenhuma menina. É uma viúva de 23 anos. Mãe de dois filhos. E desempregada, como é a maioria das milhares de famílias transferidas da Ilha de Luanda para o Zango, em Abril de 2009.

. Na zona, não há água corrente. A energia eléctrica, que aqui chega de forma clandestina, é uma faca de dois gumes: faz funcionar televisores e geleiras, mas, devido à proliferação de chapas e outros metais com que se ergueram a casas, também está na origem de electrocuções que levam à morte.

Foi por volta das 11h00 do passado sábado, 19, que o Novo Jornal 'atterrou' no bairro.

Em frenesim, as crianças, todas elas descalças e de tronco nu, quiseram logo saber ao que vinham aqueles homens com máquinas fotográficas e blocos de anotações. Os adultos, por sua vez, mais

envergonhados do que desconfiados, apressaram-se a avisar que nada queriam com fotos. "Vocês vêm sempre aqui nos fazer perguntas, mas casas que é bom nunca vemos", diz um jovem, com o dedo recriminado e apontado aos jornalistas, num gesto que não precisou de qualquer reforço para que os vizinhos, a espreitar por entre as portas de chapa, decidissem todos não dar entrevistas.

É preciso, pois, caminhar um pouquinho mais, para tentar surpreender algum morador que não tivesse ouvido a 'ordem' de não falar para jornalistas.

O trajecto faz-se a pé, por entre becos com cheiro a cerveja diversa de fabrico artesanal, da capuca ao quimbombo. Pequenos negócios à porta de casa, como o whisky em pacotinhos ou pedaços de carne de porco frita, completam a decoração do bairro.

As crianças ainda acompanham a equipa de reportagem, que já perdeu de vista o grupo de adultos que se recusara a dar entrevistas e está agora diante de duas mulheres, sendo a mais nova a nossa já 'conhecida' Ana Cristina. A mais velha diz chamar-se Rosa Maria. Tem 59 anos. É natural da Ilha de Luanda e viveu na primeira pessoa o conturbado processo de desalojamento, mas diz-se "farta de falar todos os dias a mesma coisa".

Contudo, não há dúvidas. O leve sorriso com que Rosa Maria rejeita a entrevista é denunciante: está a retirar-se para dar espaço a Ana Cristina.

O grupo de crianças é agora maior e vai emitindo sons que dificultam uma boa gravação. Não há condições para que a conversa com a jovem viúva se faça na rua.

Com pouco mais de 12 metros de largura e seis de comprimento, o quintal de chapas para onde viríamos a entrar tem três cubatas, dispostas em forma de um 'L' trocado. Um velho televisor de 14 polegadas constitui a mobília mais vistosa do todo em que vive Ana.

Além de ser a mais pequena, a residência de Ana Cristina é também a que oferece piores condições, porque está colada à casa de banho, partilhada pelas três famílias do quintal. O local exala forte odor de urina misturada com fezes. Ana, entretanto, não parece embaraçada. Pelo contrário, trata de explicar as razões por que, em vez do tampo de uma pia, o canal para onde são depositados os dejectos está coberto por uma enorme pedra.

"Os gatunos arrancaram a pia. Aqui roubam tudo, até panela no fogo com comida."

Mas as explicações de Ana não se ficam por aqui. Diz, por exemplo, que chegou ao bairro ainda miúda, sob tutela dos pais, que viriam a falecer anos depois.

"Os meus pais morreram mesmo por causa deste desgosto. O que nós passamos aqui é desumano. Estamos a viver tipo cães", desabafa viúva e mãe de dois filhos, que frequentam as aulas numa escola do bairro improvisada por alguns vizinhos, Ana Cristina sobrevive à base de um pequeno negócio de venda de cerveja a retalho. Como forma de 'esticar' os lucros, arrendou, por dois mil kwanzas mensais, a cubata t2 deixada pelos pais e passou, com os seus dois filhos, a viver no T0 onde recebeu o NJ, pagando ao senhorio mil kwanzas/mês.

"São valores que nem servem para nada. É só para a pessoa pensar que a vida não parou", diz, cabisbaixa.

### 7.3 Atirados para matas da Quiçama, na companhia de cobras gigantes'

*Novo Jornal*

*26 De Maio de 2023*

Até princípio de 2014, Patrícia de Sousa ganhava a vida com o emprego de ajudante de cozinha no Clube Náutico com a transferência para a Quiçama, perto do Bengo, a solteira de 42 anos passou a acumular faltas e atrasos no trabalho, até que deixou de ter condições para continuar.

Hoje no desemprego, com cinco filhos para sustentar, Patrícia de Sousa vai sobrevivendo de biscates diversos. O NJ, por exemplo, na tarde do passado sábado, 19, encontrou a antiga ajudante de cozinha empenhada numa aposta de não-te-irrites, um jogo em que os participantes manejam, sobre um pano ou tabuleiro, pequenas peças que se movem de acordo com os números que vão saindo aos dados lançados pelos jogadores. Havia moedas e algumas notas de kwanzas, mas Patrícia, provavelmente por vergonha, recusou-se a revelar a quantia monetária que estava em jogo.

A antiga funcionária do Clube Náutico preferiu, antes, partilhar o susto de ter encontrado, no dia anterior à visita do NJ, uma cabra em plena sala da sua cubata da chapa.

"Eu e as meus filhos metemo-nos a correr. Então, os vizinhos, principalmente os natos daqui [Quiçama], com paus e pedras, mataram a cobra", recorda.

O incidente deu-se por volta das 10h00.

O animal, segundo fotos mostradas ao NJ pelos moradores, media mais de três metros e tinha no seu interior várias ratazanas.

Mas esta não é a primeira vez que estes antigos moradores da Ilha de Luanda, aqui transferidos desde 2014, se cruzam com serpentes. Há histórias de crianças que perderam mobilidade nos membros inferiores, em consequência de mordeduras de cobras.

"Nós só víamos cobras pela 1V, aqui diariamente vemos a olho nu. A pessoa já nem dorme à vontade", lamenta Patrícia de Sousa.

Partindo do Centro de Luanda, para chegar ao ponto onde estão 'acantonados' estes antigos ilhéus, é preciso percorrer, pela Estrada Nacional n.º 230, cerca 70 quilómetros. As primeiras cubatas de chapa estão erguidas mesmo à beira da estrada. Como nos restantes pontos de realojamento, água e energia eléctrica são também uma raridade.

Tendo já o Estado atribuído casas a alguns moradores deste ponto, à boca pequena, circulam informações de que "muitos cidadãos recebem moradias e regressam ao local como forma de serem duplamente beneficiados". Patrícia de Sousa e vizinhos consideram isso um "insulto" e rebatem com uma pergunta: "Faz sentido deixarmos as tais supostas casas que nos deram para virmos morar aqui, nestas condições desumanas, sendo que nem temos nenhuma garantia de que voltarão a dar as tais casas?"

ONÉLIO SANTIAGO

### 7.4 Desalojados alimentam -se de mútua diluída em água imprópria

*Novo Jornal*

*26 De Maio de 2023*

*Texto: Onélio Santiago*

O nome oficial do bairro é Ngolombe. Os novos moradores, entretanto, chamam-lhe "Ucrânia", num rebuscamento fundamentado pelas dificuldades por que passam as milhares de famílias aqui transferidas, na sequência das demolições de que foram alvo, em Abril do ano passado, as casas dos bairros adjacentes ao Novo Aeroporto de Luanda, na comuna do Bom Jesus, município de Icolo e Bengo.

António Quissanga, 61 anos, oferece-se para a entrevista, mas é difícil ouvi-lo. Os vizinhos todos falam ao mesmo tempo, em voz alta. Parecem mais empenhados em livrar-se de qualquer coisa que têm entalada na garganta do que em explicar os problemas que os afligem. António Quissanga acalma-os e diz para o NJ: "Nós não tínhamos uma vida de grandes maravilhas, mas, pelo menos, tínhamos kizaka, mangueiras, dendéns e cajueiros para vender."

Hoje, lamenta Quissanga, ao terem sido colocados num ponto que classificam como "confins de Luanda", precisam de apanhar troncos secos e vendê-los como lenha. Outra fonte de renda é caçar ratos pelas matas.

Há também quem sobreviva capinando nas lavras dos camponeses que cultivam a zona, mediante o pagamento de até 500 kwanzas por cada 50 metros trabalhados.

Na zona, não há água corrente, nem energia eléctrica. Nem escolas. No único posto de saúde público aqui instalado, com apenas quatro camas e sem capacidade para internamentos, trabalham apenas quatro profissionais, incluindo o responsável do centro, senhor Angelino. O gestor diz não ter autorização para dar entrevistas, mas consente, resignado, as reclamações dos moradores, que se queixam da falta de medicamentos e reagentes.

A comida aqui é uma raridade. Por volta da 14h00, o NJ flagrou um grupo de meni- nos a almoçar múcua fruto do embondeiro desfeita numa água que os moradores dizem cheirar a fezes. "Se o senhor jornalista quer tirar dúvidas, bebe só um pouco dessa água. Bebe só e vai sentir ", diz António Quissanga, arrancando de alguns vizinhos uma sonora gargalhada, enquanto outros, provavelmente recordando-se dos males provocados pelo consumo da água, apenas desviam o olhar.

Há algumas semanas, relatam os moradores, supostos elementos ligados ao partido no poder vieram doar alimentos. Como se se tratasse de algum sacrilégio imperdoável, o assunto das doações inquieta António Quissanga, que abandona a entrevista e vai para a sua cubata de chapas.

Breves instantes depois, o ancião regressa, enfurecido, com a embalagem de um quilo de arroz, que mostra tremulamente aos jornalistas. Quem visse a cena ao longe poderia pensar que o ancião pretendia 'esfregar' o arroz na cara dos repórteres. "Nos disseram que ficaríamos aqui 15 dias e, agora, um ano depois, nos vêm dar quilinhos de arroz?"

António Quissanga, agora um pouco mais calmo, percebe ter exagerado nas reacções. Ou pelo menos, compreende estar a descarregar a ira na pessoa errada. Por isso, mais em tom de pedido do que de ordem, atira para a equipa de reportagem: "Vos peço mesmo um favor, pelo sofrimento que estamos a viver, tudo o que está a ser falado aqui tem que sair no jornal. Não guardem nada."

## 7.5 Governador «foge» à polémica sobre desvios de casas, mas diz bater-se pelos desalojados

*Novo Jornal*

*26 De Maio de 2023*

*Texto: Sebastião António*

Em recente entrevista ao Novo Jornal, questionado sobre a possibilidade de as casas para os desaloja aos estarem a ser desviadas, uma vez que já se ergueram várias habitações, mas continua a haver milhares de famílias sem moradias, o governador de Luanda, Manuel Homem, respondeu: "Nós estamos focados na solução e não queremos olhar para os constrangimentos que levaram a que esses cidadãos não fossem realojados."

Ante a insistência do jornalista, que considerou não ter recebido uma resposta directa, porquanto pretendia saber quem são, então, as famílias que têm vindo a ficar com as casas para que o Presidente da República sinta agora necessidade de mandar erguer novas 1.500 habitações [ver caixa], o governante voltou a não tocar directamente no assunto.

"É, também, importante perceber que Luanda teve vários projectos de realojamento e todos eles permitiriam realojar várias zonas de Luanda", começou por dizer Manuel Homem, reforçando que, no seu entender, "a solução é encontrarmos, rapidamente, residências para estas famílias que foram cadastradas".

Por fim, com o jornalista a insistir na eventualidade de as casas terem sido "ocupadas por alguém que não elas", ou seja, por famílias que não as desalojadas, o governador de Luanda preferiu, como nas respostas anteriores, focar na solução.

"Repito: nós não conhecemos o histórico da ocupação das residências e estamos focados em continuar a criar condições para estas famílias em concreto que não têm habitação."

Moradores queixam-se da existência de impostores

Os membros da Comissão de Moradores do Zango 1 - B tenda, onde se encontram afixadas as cuba tas de chapa habitadas por antigos moradores da Ilha, ao Novo Jornal, queixam-se da existência de um alegado esquema em que cidadãos, supostamente apoiados por autoridades municipais e distritais, desviam as casas disponibilizadas pelo Governo para o abrigo das populações desalojadas nas zonas de risco.

A denúncia é, aliás, assumida por dois, altos responsáveis da referida comissão de moradores, designada mente Bernarda Gonçalves, coordenadora-geral da comissão, e António Sanda, coordenador adjunto.

De acordo com os dois queixosos, a pretensão do Governo em ceder residências para os ex-moradores da Ilha, Chicala e Boavista tem sido adiada por um grupo de cidadãos que usam do poder de autoridade para comercializarem tais residências.

Bernarda Gonçalves e António Sanda mostram-se, inclusive, disponíveis para, junto das autoridades competentes, como, por exemplo, o Serviço de Investigação Criminal (SIC), darem nomes e o endereço dos supostos promotores de desvios, os quais alegadamente estão ligados a administrações de municípios e distritos urbanos.

Segundo denúncias, os envolvidos no esquema actuam, sobretudo, à noite, sendo que muitos deles, embora tenham cessado funções, supostamente, continuam com algum poder de decisão sobre as questões do famoso bairro das tendas.

É, por isso, com "muitos receios" que a maioria dos populares olha para a concretização do plano presidencial de construção de 1.500 casas sociais para o realojamento de famílias que vivem entre o Zango 3 e o zango 5.

Para melhor supervisão da iniciativa, os moradores sugerem que João Lourenço estabeleça "medidas duras", como a colocação de elementos afectos às forças de Defesa e Segurança para haver garantias de que o processo decorrerá com lisura e transparência.

Até ao momento, um mês depois do decreto do PR, ainda não são conhecidos publicamente, através do Ministério das Obras Públicas, Urbanismo e Habitação, no quadro das competências delegadas pelo PR, nem os prazos nem o local em que serão erguidas as habitações.

## 7.6 Panguila ainda tem famílias a partilhar casas com estranhos

*Novo Jornal*

*26 De Maio de 2023*

António Muzanga, de 37 anos, é pai de três filhos. Agostinho Dinis, de 42 anos, é pai de quatro. Estes dois senhores, junto com as suas respectivas famílias, partilham uma única residência com a família de um terceiro elemento, o senhor Vasco, que tem oito filhos. E entre todos estes três agregados, não há qualquer laço de consanguinidade. São 'estranhos' que o Estado, alegadamente face à exiguidade de casas, decidiu juntar numa única residência, a casa n.º 513 do Sector 9, também conhecido como zona das "Chapas vermelhas", em alusão à cor dos tectos das moradias, que são pré-fabricadas, de paredes metalizadas e revestidas de esferovite no seu interior.

Para compreender esta realidade, é preciso recuar 13 anos, quando as requalificações no perímetro da Areia Branca, na chamada 'Favela', nas imediações do Memorial António Agostinho Neto, obrigaram à retirada das milhares de famílias aí residentes.

Então território de Luanda, hoje pertencente ao Bengo, Panguila foi a localidade escolhida pelas autoridades. Com critérios de distribuição até hoje nunca explicados publicamente, algumas famílias ficaram com moradias próprias, outras tiveram de se sujeitar a partilhas.

E este cenário, como já relatou o Novo Jornal em 2021, na edição n.º 691, de 25 de Junho, dá origem a lutas e discussões, quando os casos não evoluem para violações sexuais e ameaças de morte.

As famílias de António Muzanga e Agostinho Dinis não chegam até aí, mas têm histórias "complicadas" para contar. A comida, por exemplo, é uma fonte de conflito.

"A pessoa deixa a sua comida e o outro quando chega come", relata António Muzanga, que entende que "este nem é o grande problema". Para este desempregado de 37 anos, a "grande maka mesmo" surge quando o homem "não tem estatuto", ou seja, quando se partilha a casa com um indivíduo com capacidade financeira superior.

"Se você não tem estatuto, o outro te rouba a mulher", diz Muzanga, arrancando da esposa do compadre com que partilha a casa uma sonora gargalhada.

A sobreviver de biscates no ramo da pedreira, Agostinho Dinis, o 'compadre' de António Muzanga, lamenta que a transferência para o Panguila lhe tenha retirado a possibilidade de ganhar a vida no mar. O antigo pescador apela, por isso, a que o Estado seja "mais rigoroso" no processo de distribuição de casas aos desalojados.

"É mesmo burla deles [o Estado]. Tiraram-nos da Favela, puseram os nossos nomes na lista e, agora, no momento de dividirem as casas, os nomes de alguns aparecem e de outros não?", questiona.

ONÉLIO SANTIAGO

### 7.7 PR manda construir 1.500 casas sociais para famílias entre os Zangos 3 e 5

*Novo Jornal*

*26 De Maio de 2023*

O Presidente da República autorizou, a 19 de Abril último, através de um procedimento de contratação emergencial, no valor de 80 milhões de dólares, a construção de 1.500 habitações sociais destinadas ao realojamento de famílias que vivem em tendas e casas de chapa entre o Zango 3 e o Zango 5.

A contratação emergencial é justificada pela necessidade de se realojar as famílias que vivem em "condições muito precárias, risco eminente de surtos, epidemias de toda a espécie, sujeitas às mais diversas intempéries, em tendas e casas de chapa entre o Zango 3 e o Zango 5. No documento, não são avançados os nomes das empresas que vão pôr em prática este projecto, nem o da empresa responsável pela fiscalização da obra, para a qual foram destinados 1,7 milhões USD.

O Chefe de Estado delega competência ao ministro das Obras Públicas, Urbanismo e Habitação para a aprovação das peças do procedimento, para a verificação da validade e legalidade de todos os actos praticados, bem como para a assinatura dos contratos. Às Finanças, cabe assegurar os recursos necessários implementação dos contratos, bem como a inscrição dos projectos no Programa de Investimento Público.

### 7.8 Angola confirma ter reservas comerciais de 36 minérios críticos

*Jornal de Angola*

*31 De Maio de 2023*

O consultor do ministro dos Recursos Minerais, Petróleo e Gás Mankenda Ambroise disse, terça-feira, em Luanda, que dos 51 minerais considerados os mais críticos a nível do mundo, 36 são conhecidos em Angola e prontos a entrarem em produção.

Mankenda Ambroise, que proferiu o discurso de abertura da 2ª Edição do Fórum "O Negócio Mineiro", realçou que, além dos mineiros críticos que entrarão futuramente em produção, o Executivo continua a trabalhar na investigação geológica mineira à escala local e regional, para o alargamento do conhecimento das áreas com potencial para mineração e criação de condições para o desenvolvimento de projectos com novos investimentos,

O trabalho em curso, reforçou Mankenda Ambroise, tem o envolvimento e iniciativa do sector privado e que o programa em causa é no sentido de desenvolver projectos mineiros existentes a nível das províncias do país, uma oportunidade de negócios para os próximos cinco anos.

Para o sector, segundo reconheceu Mankenda Ambroise, este avanço é uma mais valia, porque Angola é dotada de um considerável potencial mineiro para tecnologias de energias limpas, desde o crómio, cobalto, ao cobre e grafite, entre outros minerais estratégicos.

Outras grandes projecções do Executivo angolano é o sector energético, onde está a ser projectado o crescimento de "Transição Mineira", uma oportunidade trazida pelos minerais críticos na visão de sectores que interagem com a indústria extractiva angolana.



Para Mankenda Ambroise, apesar de existir ainda um longo caminho a percorrer, o Executivo pretende que a produção mineira seja diversificada, incluindo a de minerais críticos, de forma a assumir um papel fundamental no desenvolvimento socioeconómico, dos interesses públicos e sociais. Aqui, acrescentou, destacam-se como apostas o ferro, chumbo, lítio, manganês, neodímio, preseodímio, níquel, prata, titânio e zinco, todos eles em diferentes cadeias de valor do desenvolvimento mineiro.

"Com um ambiente de investimento estável, com a existência de forte modelo regulatório e de boa governação do sector mineiro, para atrair investidores credíveis, entre outras leis e benefícios, tudo tem sido feito para fazer com que eles, os investidores, confiem e apostem no mercado angolano", ressaltou, destacando que o Fórum sobre "o Negócio Mineiro" surge num momento em que o Executivo aposta fortemente no sector.

Iniciativas de produções

Em relação às novas explorações, Mankenda Ambroise anunciou o início para breve da produção de neodímio e preseodímio, minerais críticos de Angola.

Segundo o consultor, os esforços e atenções especiais estão neste momento virados ao desenvolvimento e diversificação de projectos no sector mineiro, visando atrair potenciais investidores para a exploração de minerais críticos em larga escala, em alinhamento com a "Visão Mineira Africana 2063".

"A África em geral e Angola em particular são potencialmente ricas em minerais críticos, podendo estar numa boa base para o desenvolvimento de projectos mineiros concretos, para aproveitar as oportunidades de negócios que emergem da transição energética", frisou Mankenda Ambroise, destacando que se afigura urgente e necessário envidar enormes esforços para assegurar uma transição energética justa e sustentável, porque o mundo inteiro está a mover-se rumo à descarbonização, visando zerar as emissões de gases do efeito estufa até 2050.

"Hoje, o mundo fala de minerais para a transição energética e Angola é um dos países onde existe o ambiente geológico propício para fomentar e desenvolver projectos deste tipo de minerais, que permitam atender às futuras demandas", defendeu Mankenda Ambroise, destacando que, no processo de descarbonização mundial, todas as atenções estão voltadas para o continente africano, onde a população está em rápido crescimento e existem

mineiros estratégicos para a realização com sucesso da transição energética.

## 7.9 Litígio de terras em Viana é das queixas mais frequentes na Provedoria de Justiça

*Jornal de Angola*

*31 De Maio de 2023*

*Texto: Helma Reis*

A provedora de Justiça, Florbela Araújo, afirmou, terça-feira, em Luanda, que o litígio de terras, no município de Viana, é uma das principais queixas que dão entrada na Provedoria de Justiça, por existirem pessoas oportunistas que por meio de documento falsos se sobrepõem aos que ocupam os terrenos há muito tempo.

A informação foi avançada no final de uma palestra sobre o "Papel do Provedor de Justiça como Defensor da Actividade Informal", que Florbela Araújo dirigiu às quitadeiras do Mercado do 30, onde elucidou as mulheres a fazer um aproveitamento útil dos terrenos que adquirem, legalizando-os, para terem o direito de superfície. "Os oportunistas só aparecem porque muitas dessas pessoas não apresentam tais documentos".

Durante a palestra, Florbela Araújo referiu que a Provedoria de Justiça é uma entidade pública que foi concebida para servir o cidadão na defesa dos seus direitos e garantias, bem como os legítimos interesses contra uma actuação incorrecta ou inadequada dos serviços públicos.

No final, a provedora de Justiça auscultou as quitadeiras, anotando as preocupações e garantiu tudo fazer para levar às autoridades competentes as questões relacionadas com a falta de escola, posto médico, melhorias das vias de acesso ao mercado, delinquência e transportes públicos. "O objectivo do encontro foi auscultar as preocupações das quitadeiras e divulgar o papel e a função da Provedoria de Justiça na defesa dos direitos do cidadãos".

A respeito das normas em vigor, Florbela Araújo realçou que é importante dizer que independentemente da informalidade, é necessário saber que todos temos direitos de ter a possibilidade de ganhar a vida mediante um trabalho livremente escolhido ou aceite e o Estado deve tomar medidas apropriadas para salvaguardar esse direito, seja enquanto quitadeira ou outra profissão qualquer.

Por outro lado, lembrou que o excesso de prisão preventiva em alguns estabelecimentos prisionais ainda é uma preocupação, porque as certidões de sentenças não são emitidas atempadamente. "Como muitos processos estão a nível do Tribunal Supremo, onde aguardam recurso, muitas vezes as pessoas acabam por ficar nas cadeias, mesmo tendo cumprido a pena".

A actuação da Provedoria, esclareceu, tem surtido efeito, uma vez que a instituição pertence à comissão criada para o controlo do excesso de prisão preventiva e que também tem estado a tratar de questões relacionadas com a morosidade dos processos em tribunal, como a falta de emissão da certidão sentença. "Só não conseguimos tratar a questão relacionada com as indemnizações, porque é algo que está estipulado na lei. Mas em algumas províncias, como Malanje, temos chamado à solidariedade alguns empresários, no sentido de pagarem a indemnização e o preso depois de sair trabalhar para esta entidade até devolver o dinheiro", sublinhou.

No ano passado, lembrou, a Provedoria de Justiça chegou a registar mais de 4 mil processos diversos. Este ano, adiantou, têm já registado uma média de mil processos, ligados a casos de morosidade processual nos tribunais.

## 8. SERVIÇOS BÁSICOS

### 8.1 Empresa gestora de resíduos pede maior colaboração dos munícipes

*Jornal de Angola*

*5 De Maio de 2023*

*Texto: Maria Cavela*

A empresa gestora dos pontos de transferência de resíduos sólidos em Moçâmedes, capital da província do Namibe, manifestou preocupação com a falta de colaboração das famílias, enquanto produtores primários no processo de tratamento que determina a eficácia dos “ecopontos”.

Em declarações ao Jornal de Angola, o responsável da firma “Ngassakidila Ambiente”, Daniel Martins, disse que é vital o envolvimento dos munícipes na selecção do lixo a partir de casa, no sentido de se efectivar a gestão inteligente dos resíduos sólidos nos pontos de transferência e aterros sanitários existentes.

Relativamente à razão da existência de amontoados de lixo nos ecopontos, esclareceu que os mesmos foram concebidos com a ideia de que todo o lixo que entraria nos pontos de transferência estaria devidamente distribuído por classes ou moldes de papel, plástico, vidro, metal e lixo orgânico. “Os munícipes já deviam entender essa dinâmica, da existência de infra-estrutura com células, o que não tem sido observado”, disse o gestor.

Avançou que a ausência de Educação Ambiental, no seio dos munícipes, e o número reduzido dos recursos humanos, nos locais de deposição, constitui uma das dificuldades para a concretização do objectivo da materialização real do funcionamento dos ecopontos a nível da província do Namibe, com maior realce em Moçâmedes, município experimental. Trata-se de uma situação, de acordo com Daniel Martins, que inviabiliza a remoção regular do lixo, mesmo com equipamentos técnicos de trabalho à disposição.

Realçou que, apesar dos embaraços, a empresa efectua um trabalho correspondente a 60% do previsto, que consiste em remover diariamente todo o resíduo que entra nos ecopontos através das empresas catalogadas à recolha porta a porta do lixo produzido pelos munícipes. “Nos pontos de transferência, o processo começa com a descarga do lixo vindo das residências, que permite aos catadores fazerem a separação de forma manual e com a ajuda dos camiões de recolha e outros equipamentos.

Transferimos, depois, para o aterro sanitário indicado pela administração municipal”, explicou.

Informou que, além de gerir os pontos de lixo, a empresa também está com a responsabilidade da limpeza e recolha de resíduos sólidos, assim como a cobertura de varredura em todas as artérias da cidade de Moçâmedes, o que permitiu mais de 100 postos de trabalho directos para os jovens locais.

Plano de gestão integrado

O coordenador do núcleo de preservação do Ambiente, Domingos dos Santos, grupo vocacionado à resolução dos problemas do ecossistema marinho e terrestre, disse que a tendência de implementação dos ecopontos é uma ferramenta de protecção e conservação que deve ser efectuada com base em princípios básicos de gestão dos resíduos sólidos, cuja missão deve estar em coordenação com o bem-estar das pessoas.

Domingos dos Santos considera “negativo” o actual sistema de gestão, desde o monitoramento à dinâmica final de remoção do lixo.

O ambientalista reconhece que a idealização dos ecopontos é uma “mais valia” na vida dos munícipes, mas caracteriza como um projecto “visivelmente fracassado”, pelo facto de atropelar as regras básicas de protecção do meio ambiente.

“Os ecopontos que temos aqui em Moçâmedes são actualmente os amontoados de lixo, locais de queimadas e ainda alguns sem espaço para a limpeza dos mesmos. Estamos diante de um cenário de locais acumulação de resíduos sólidos mais próximos das residências, o que pode derivar em várias patologias aos cidadãos”, alertou.

Reforçou que as fragilidades dos ecopontos apresentam um grande risco para o ecossistema terrestre e marinho, por estarem localizados em zonas arenosas e de acesso ao mar. Contudo, reconhece que a acção de proliferação de lixo nas zonas de referência está aos poucos a ser normalizado. Aconselha, todavia, as instituições afins a fazerem um novo plano de gestão e execução, quer no domínio de designer, funcionamento e manuseamento do material (lixo), para que se trave a cadeia de crescimento dos maus hábitos de deposição e tratamento do lixo nos ecopontos.

“É urgente a criação de um plano de gestão integrado, contando com a participação das famílias, comissões de moradores, ambientalistas, administração e a empresa gestora para em conjunto corrigirmos uma falha que coloca a saúde das pessoas em causa”, rematou.

## Saneamento básico razoável

De acordo com o director municipal do Ambiente e Saneamento Básico de Moçâmedes, Job da Silva Culo, a situação de saneamento básico no município é razoável, embora haja ainda muito trabalho por desenvolver, principalmente na zona periurbana, que enfrenta o desafio dos amontoados de lixo devido à falta de pontos de deposição mais próximos.

Apontou os bairros 5 de Abril, Valódia e a localidade do Saco-Mar, como sendo as zonas mais preocupantes, e informou que vão servir de experiência piloto dos projectos de recolha, campanha de sensibilização sobre a criação de tratamento adequado do lixo de modo regular, a fim de permitir a participação activa dos cidadãos no programa "Cidade limpa" levada a cabo pela Administração Municipal de Moçâmedes.

O director do Ambiente referiu que o gabinete municipal tem monitorado as acções desenvolvidas pela empresa gestora de ecopontos e recomendou, no último encontro com o seu responsável, o aprimoramento das técnicas de gestão nas células dos pontos de transferência. O município de Moçâmedes conta com cinco dos 36 ecopontos previstos, que atende mais de 300 mil habitantes, reforçado com mais de 60 catadores de lixo e oito camiões de recolha.

## 8.2 Deficiente distribuição e baixa qualidade enriquecem purificadoras e informalidade

*Novo Jornal*

*12 De Maio de 2023*

*Texto: Hortêncio Sebastião*

Lá se foi o tempo em que o acesso à água potável e o acesso à energia eléctrica eram irmãs gémeas em termos de debilidades quotidianas dos cidadãos. Porém, nos últimos tempos, o segundo bem distancia-se do primeiro pela positiva. Hoje por hoje, a electricidade afigura-se mais acessível ao imenso público consumidor, ao contrário do precioso líquido, que permanece longe de atender a comunidades inteiras.

Diante deste quadro sombrio, numerosos camiões-cisterna, maioritariamente pertencentes a cidadãos de origem cubana, detêm o negócio da distribuição do precioso líquido, sobretudo na periferia da cidade de Luanda e nos diferentes municípios, especialmente em Viana, concretamente na zona de Luanda-Sul, tal como os chineses lideram a indústria dos inertes e os oeste-africanos, o comércio de cantinas.

Outrossim, a questionável qualidade da água potável proporcionada pela Empresa provincial de Águas de Luanda (EPAL) há muito remete os cidadãos ao recurso a expedientes alternativos para disporem do precioso líquido de qualidade. Tal recurso é a compra de água junto de fornecedores privados que proliferam por algumas zonas da cidade capital, a exemplo da empresa PTA-Águas, detentora da marca Saudabel, e outras presentes no mercado.

Igualmente, nas imediações da oficina da Toyota, no bairro Rocha Pinto, prospera outra empresa distribuidora de água purificada da marca Puff, em bidões de 20 litros. Ali, a procura do bem pelos consumidores é enorme. Longas filas de automóveis de particulares ali acorrem diariamente, 24 sobre 24 horas, com o intuito de obter o precioso líquido.

O NJ tentou contactar o proprietário da fábrica, mas sem sucesso. No local, esse semanário constatou que só o garrafão de 20 litros vazio, retornável, custa quatro mil kwanzas e com o líquido já purificado acrescido é comprado a 350 Kz, periazenoe.ssü Kz;

Com a reabilitação de estradas em curso' nos diferentes municípios, no âmbito das empreitadas do plano Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM), várias circunscrições ficaram privadas do "abastecimento de água, como; por exemplo, acontece no bairro Neves Bendinha, ex-Popular.

Naquele distrito urbano do Kilamba Kixi, os camiões-cisterna também têm servido para atenuar o actual défice de abastecimento de água, a preços nada módicos, com a cisterna de cinco mll ltros a custarem entre 15 e 20 mil Kz, nos dias de maior carência, segundo Gaspar Reis, um antigo morador do Neves Bendinha.

A estas viaturas distribuidoras juntam-se as motorizadas de três rodas, vulgo 'kupapatas', que, munidas de tanques plásticos ou de bidões, disputam a clientela na prestação do serviço do precioso líquido, porta-a-porta, cuja qualidade resta aferir, mas a carestia' obriga a sua aquisição, sob pena de os consumidores incorrerem a eminentes riscos de contrair 'doenças.

"Não sei aonde os jovens que revendem esta água vão acarretá-la. Há quem diga mesmo que muitos deles compram em residências onde ainda esse líquido jorra e é acumulada em tanques, e outros ainda retiram o líquido de fontes duvidosas", conta Ndele José Santos, habitante do vizinho bairro Malanjino.

O nosso interlocutor afirma que, nos dias de maior oferta, o bidão de 20 litros de água é vendido a 100 Kz e, nos de carência acentuada, chega a atingir 150 Kz.

Morro Bento, no distrito da Samba, é um bairro da classe média, em Luanda. Desde os primórdios da sua existência, na década de 1980, desconhece até aos dias de hoje o jorrar da água potável nas torneiras de milhares de habitações. Ali, o recurso tem sido, igualmente, a distribuição por camiões-cisterna e kupapatas, reportou o Novo Jornal na sua edição n.º 746, de 29 de Julho de 2022.

Este semanário denunciava o facto de os camiões-cisterna fazerem a vez da EPAL na distribuição de água, remetendo para o 'eterno' esquecimento as populações que residem no Morro Bento.

Enfim, para elucidar a prosperidade do negócio das águas em Luanda, basta referir que proliferam nos arredores da cidade, especialmente no Norte, fronteira com a província do Bengo, dezenas de fábricas purificadoras, a julgar pelas numerosas marcas de água em circulação no mercado luandense.

### 8.3 Deficiente distribuição e baixa qualidade enriquecem purificadoras e informalidade

*Novo Jornal*

*12 De Maio de 2023*

*Texto: Hortêncio Sebastião*

Lá se foi o tempo em que o acesso à água potável e o acesso à energia eléctrica eram irmãs gémeas em termos de debilidades quotidianas dos cidadãos. Porém, nos últimos tempos, o segundo bem distancia-se do primeiro pela positiva. Hoje por hoje, a electricidade afigura-se mais acessível ao imenso público consumidor, ao contrário do precioso líquido, que permanece longe de atender a comunidades inteiras.

Diante deste quadro sombrio, numerosos camiões-cisterna, maioritariamente pertencentes a cidadãos de origem cubana, detêm o negócio da distribuição do precioso líquido, sobretudo na periferia da cidade de Luanda e nos diferentes municípios, especialmente em Viana, concretamente na zona de Luanda-Sul, tal como os chineses lideram a indústria dos inertes e os oeste-africanos, o comércio de cantinas.

Outrossim, a questionável qualidade da água potável proporcionada pela Empresa provincial de Águas de Luanda (EPAL) há muito remete os cidadãos ao recurso a expedientes alternativos para disporem do

precioso líquido de qualidade. Tal recurso é a compra de água junto de fornecedores privados que proliferam por algumas zonas da cidade capital, a exemplo da empresa PTA-Águas, detentora da marca Saudabel, e outras presentes no mercado.

Igualmente, nas imediações da oficina da Toyota, no bairro Rocha Pinto, prospera outra empresa distribuidora de água purificada da marca Puff, em bidões de 20 litros. Ali, a procura do bem pelos consumidores é enorme. Longas filas de automóveis de particulares ali acorrem diariamente, 24 sobre 24 horas, com o intuito de obter o precioso líquido.

O NJ tentou contactar o proprietário da fábrica, mas sem sucesso. No local, esse semanário constatou que só o garrafão de 20 litros vazio, retornável, custa quatro mil kwanzas e com o líquido já purificado acrescido é comprado a 350 Kz, periazenoessu Kz;

Com a reabilitação de estradas em curso' nos diferentes municípios, no âmbito das empreitadas do plano Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM), várias circunscrições ficaram privadas do 'abastecimento de água, como; por exemplo, acontece no bairro Neves Bendinha, ex-Popular.

Naquele distrito urbano do Kilamba Kiaxi, os camiões-cisterna também têm servido para atenuar o actual défice de abastecimento de água, a preços nada módicos, com a cisterna de cinco mil litros a custarem entre 15 e 20 mil Kz, nos dias de maior carência, segundo Gaspar Reis, um antigo morador do Neves Bendinha.

A estas viaturas distribuidoras juntam-se as motorizadas de três rodas, vulgo 'kupapatas', que, munidas de tanques plásticos ou de bidões, disputam a clientela na prestação do serviço do precioso líquido, porta-a-porta, cuja qualidade resta aferir, mas a carestia' obriga a sua aquisição, sob pena de os consumidores incorrerem a eminentes riscos de contrair 'doenças.

"Não sei aonde os jovens que revendem esta água vão acarretá-la. Há quem diga mesmo que muitos deles comprem em residências onde ainda esse líquido jorra e é acumulada em tanques, e outros ainda retiram o líquido de fontes duvidosas", conta Ndele José Santos, habitante do vizinho bairro Malanjino.

O nosso interlocutor afirma que, nos dias de maior oferta, o bidão de 20 litros de água é vendido a 100 Kz e, nos de carência acentuada, chega a atingir 150 Kz.

Morro Bento, no distrito da Samba, é um bairro da classe média, em Luanda. Desde os primórdios da sua existência, na década de 1980, desconhece até aos dias de hoje o jorrar da água potável nas torneiras de milhares de habitações. Ali, o recurso tem sido, igualmente, a distribuição por camiões-cisterna e kupapatas, reportou o Novo Jornal na sua edição n.º 746, de 29 de Julho de 2022.

Este semanário denunciava o facto de os camiões-cisterna fazerem a vez da EPAL na distribuição de água, remetendo para o 'eterno' esquecimento as populações que residem no Morro Bento.

Enfim, para elucidar a prosperidade do negócio das águas em Luanda, basta referir que proliferam nos arredores da cidade, especialmente no Norte, fronteira com a província do Bengo, dezenas de fábricas purificadoras, a julgar pelas numerosas marcas de água em circulação no mercado luandense.

#### 8.4 Abastecimento de água a Malanje ampliado com mais de 12 mil ligações domiciliares

*Jornal de Angola*

*13 De Maio de 2023*

*Texto: Francisco Curibingana*

O Presidente da República, João Lourenço, inaugurou, ontem, o novo sistema de abastecimento de Água de Malanje a partir do rio Cuije, que vai permitir 12 mil e 600 ligações domiciliares.

O sistema de distribuição já abastecia água a 10 mil e 900 residências. Na ocasião, a directora nacional das Águas, Elsa Ramos, disse que o mesmo "vem reforçar aquilo que era a capacidade existente em Malanje.

Até ao início da construção dessa infra-estrutura de reforço do sistema, Elsa Ramos referiu que Malanje tinha apenas acesso ao sistema a partir do rio Guiné, "portanto, eram furos a partir da Guiné, hoje, a partir do rio Cuije, estamos a reforçar não só a Guiné, como também prevemos estender aquilo que é a abrangência dos clientes".

De acordo ainda com a responsável, a partir de agora muitos bairros vão ser inseridos no sistema de abastecimento de água, até os da periferia. "Actualmente, temos uma percentagem mínima de pessoas com abastecimento de água, mas este projecto irá abranger muito mais habitantes da cidade", explicou.

O actual sistema, ao contrário do anterior, disse, vai ser ininterrupto, ou seja, vai funcionar 24 sobre 24 horas. O sistema ora inaugurado, que custou aos cofres do Estado 31 milhões 237 mil e 861 dólares, esteve a cargo da empresa CPP.

De acordo com o director técnico da Empresa de Águas e Saneamento de Malanje, António Cassua, com o sistema actual 390 mil habitantes vão beneficiar do abastecimento de água.

Acrescentou que o sistema tem uma capacidade de 8 mil 750 metros cúbicos de armazenamento e adicionados aos 11 mil e 50 metros cúbicos do sistema antigo, totaliza, agora, 19 mil e 800 metros cúbicos de capacidade de armazenamento.

As características das condutas de água, prosseguiu, variam desde PAD e ferro fundido, com diâmetros que vão de 200 e 500, perfazendo um total de 29 mil e 570 metros de extensão dos dois sistemas.

Relativamente à rede de distribuição, existem vários diâmetros com uma extensão de 191 quilómetros de extensão de rede. O sistema actual abastece 55.920 habitantes, com restrições na semana, o que já não vai acontecer com a entrada em funcionamento do novo sistema.

Entretanto, 10 jovens ganharam emprego directo com a entrada do novo sistema de abastecimento de água, sendo que a empresa de Águas conta agora com 78 trabalhadores.

#### 8.5 Bairros dos Rastas Mergulhado num mar de dificuldades

*Jornal Luanda*

*15 De Maio de 2023*

*Texto: Fátima Quifica*

Ao chegarmos ao bairro dos Rastas, fomos brindados com uma rixa entre grupos rivais de rapazes. "Fiquem calmos. A luta é só entre eles", tranquiliza-nos Delfina Figueira, moradora do bairro dos Rastas, localizado no Kilamba Kiáxi, e que enfrenta imensas dificuldades; falta de água, escolas, saneamento básico e delinquência uma problemática que está no centro da insatisfação dos habitantes.

Delfina Figueira, moradora no bairro há 22 anos, diz que a maior preocupação da zona é mesmo a falta de água. Quem não tem tanque, reafirma, é obrigado a percorrer longas distâncias para conseguir o líquido. A maioria dos tanques não é lavado com

regularidade, pois os proprietários só querem fazer dinheiro.

"Levamos, às vezes, água imprópria para o consumo para casa. Os proprietários não limpam os tanques com regularidade, ficamos vulneráveis às doenças. A distância, que percorremos com banheiras e bidons à cabeça, é outro sofrimento. Pedimos intervenção do governador de Luanda no sentido de colocar-nos água no bairro," apelou.

Adelina Narciso, deficiente da perna esquerda, relata que quando percorre longas distâncias, com bidon à cabeça, acaba por ficar doente, porque uma mão tem de apoiar a perna e outra o bidon, pelo que augura ver jorrar água no bairro.

"Tem sido difícil para mim, devido ao meu estado físico e o preço de cinquenta kwanzas por recipiente. Se encher o tambor grande tenho de gastar seiscentos kwanzas. Se pusessem água nas nossas residências, resolveriam uma parte do problema da minha vida", desabafou.

A nossa estadia no bairro, onde alguns jovens, encostados às paredes, olham com desconfiança qualquer pessoa desconhecida, foi aproveitada pelo soba Castro Kuhembe para apelar à colocação de água na localidade. O bairro dos Rastas é muito antigo e não se justifica a falta de água canalizada.

#### SOBA CASTRO PEDE AGUA

Na recente visita do governador da província de Luanda ao bairro dos Rastas, a autoridade tradicional do bairro, forma enérgica gritava: "Queremos água canalizada no bairro dos Rastas! Governador, por favor, olhe por nós! Sr. governador, queremos água aqui.... ! O povo está muito triste!". Desabafou.

É que o soba Castro Kuhembenão compreende como "o bairro novo, lá decima, tem água e aqui não temos?

Porquê, senhor governador? O povvo está contigo. Já temos luz. Queremos mesmo água canalizada. Cada casa tem que ter água!" apelou.

Para melhor expressar a preocupação da comunidade, o soba Castro recorreu a língua Kimbundu: "Twandala oh menha! Menha, governador! (queremos água! Agua, governador!). Twandala oh menha! Oh menha yá sawide, oh menha yá ngunzu!". resumindo, pediu água para todos no bairro.

Manuel Homem ouviu, atentamente, a reclamação do soba e da população. Em resposta, frisou que água é um bem precioso, pelo que serão envidados esforços para que o bairro tenha água. Anotou que que se já

há electricidade, centro médico materno-infantil e uma es-quadra, a água será, também, um facto.

"Está-se a dar um passo de cada vez. Sabemos da vossa grande preocupação: vias de comunicação e água. Já estamos a trabalhar com a EPAL para ver como podemos tirar a água do outro ponto para trazer até aqui. É um trabalho que já está em curso. Posso pedir paciência? Querem água e encontraremos as soluções", garantiu.

No diálogo com o soba, Manuel Homem reforçou que a falta de água naquela zona não é só preocupação dos moradores, é também do Executivo, pelo não haverá como se esconder dessa realidade.

"Não podemos nos esconder. Sabemos das nossas responsabilidades, do que temos e devemos fazer. Mas agora temos que combinar esforços com outros sectores para podermos concretizar isso. Reafirmo que, na próxima visita, trago a equipa da EPAL para constatar a informação que acabo de receber. Tudo faremos para pôr água no bairro," reafirmou.

#### UM NOVO BEM SOCIAL

Um novo centro materno-infantil entrou em funcionamento no dia oito do corrente mês. Na nossa visita ao bairro dos Rastas, constatamos a presença de enfermeiros e médicos naquela unidade sanitária. Os pacientes aguardavam na sala de espera pela chamada e atendimento.

A equipa de inspecção da Saúde, no momento em que fazíamos a reportagem, efectuava uma vistoria, confirmando que a estrutura está nos parâmetros normais exigidos pelo Ministério da Saúde.

Com três filhos doentes, Inácia Pascoal recorreu ao Centro de Saúde para tratá-los. Foram atendidos pelo médico de clínica-geral.

Já aguardava pelos resultados das análises para saber, de concreto, o que eles tinham.

"Os meninos queixam-se de dores no corpo e têm febres altas. Decidi procurar a ajuda médica. Agradeço a Deus por ter tocado no coração dos dirigentes, por fazerem essa infra-estrutura que tem grande importância para população," expressou.

## 8.6 Mais de 190 milhões de dólares para o abastecimento de água

*Jornal de Angola*

16 De Maio de 2023

Benguela vai ter mais água potável este ano, com a aprovação, pelo Presidente da República de um ajuste directo de 191 milhões de dólares norte-americanos para empreitadas de obras públicas de reabilitação e operação assistidas do sistema integrado de abastecimento de água aos municípios de Benguela, Catumbela, Lobito e Baía Farta.

Em Benguela, o PCA da Empresa de Águas e Saneamentos, Paulo Jorge, disse, numa entrevista à Rádio Nacional de Angola, que o investimento visa minimizar a carência de água com que se debatem os municípios dessas regiões.

"Numa primeira fase, a recuperação da capacidade instalada vai minimizar o fornecimento de água a essas populações. Para colmatar em definitivo o problema de abastecimento de água, temos que ter uma produção de 3.5 cúbicos, por segundo", revelou.

O académico Cuque Manuel acredita que o incremento financeiro vai ajudar a dar resposta a uma das maiores preocupações das populações desta urbe, devido ao actual crescimento populacional.

"O sistema ficou ultrapassado, não só do ponto de vista do uso, enquanto infra-estrutura, mas do ponto de vista de assistência às populações. A quantidade de casas aumentou bastante. Os bairros estão a expandir-se demais. É muita gente", disse, ao avançar que o sistema primário não é capaz de satisfazer essas populações. "É por esta razão que o chefe de Estado entendeu que era necessário aumentar mais", destacou.

## 8.7 Reabilitar sistema de abastecimento de água custa 191 milhões USD

*Jornal Expansão*

19 De Maio de 2023

A obra para reabilitação e operação assistida do sistema integrado de abastecimento de água nos municípios de Benguela, Catumbela, Lobito e Baía Farta, no valor de 191,4 milhões USD, foi entregue por contratação simplificada ao consórcio Acquacorp - Serviços de Água e Webo Developments Limited-Sucursal em Angola.

A Webo Developments é representada por Edmar Santiago Vieira Manuel, que é igualmente representante da Omatapalo - Engenharia e Construções, S.A - Sucursal em Angola, de acordo com a certidão do registo comercial nº 0008 de 13 de Maio de 2019.

Curiosamente, as firmas não partilham apenas o mesmo representante, mas também a residência. Ambas estão no Lubango, bairro Tchico, Zona

Industrial II, na província da Huíla. Apesar de a Webo Developments ter a sua empresa mãe sediada em Londres o grupo Omatapalo, que é uma das "estrelas" da governação de João Lourenço, tem a sua sede no distrito de Viana de Castelo, Portugal.

Em relação à empresa Acquacorp- Serviços de Água, pouco ou nada se sabe. Apenas o facto de fazer parte do consórcio, que além de reabilitar sistema integrado de abastecimento de água nos municípios de Benguela, Catumbela, Lobito e Baía Farta, vai treinar e capacitar a equipa da Empresa Pública de Águas e Saneamento de Benguela CEPAS - Benguela), para que seja capaz de operacionalizar os equipamento e efectuar as devidas manutenções. O contrato foi assinado na modalidade de operação assistida.

O despacho presidencial n. o 103/23, que autoriza a obra, justifica que "as cidade costeiras, como é o caso dos referidos municípios de Benguela, Catumbela, Lobito e Baía Farta, enfrentam dificuldades no abastecimento de água com um previsto agravamento do cenário", por isso é necessário que "seja feita um a intervenção urgente de reabilitação do sistema integrado existente de forma a recuperar a sua capacidade instalada".

O Ministério das Finanças deve assegurar os recursos financeiros necessários à implementação do projecto e a sua inscrição no Programa de Investimentos Públicos CPIP) de 2023. O ministro da Energia e Aguas é o responsável pela aprovação e elaboração das peças do procedimento e assinatura do contrato, diz o despacho.

J.G.



## 8.8 Produtos de resíduos sólidos reciclados apresentados por mais de 50 expositores

*Jornal de Angola*  
21 De Maio de 2023

Mais de 50 cidadãos expõem, desde ontem, na baixa de Luanda, produtos de resíduos sólidos reciclados, na Expo-Reciclar, que, em princípio, termina hoje.

Segundo a presidente da Agência Nacional dos Resíduos (ANR), Nelma Caetano, a Expo-Reciclar é uma montra de negócios sustentáveis, onde os expositores apresentam à sociedade produtos de diversos tipos de resíduos reciclados.

O evento, acrescentou, é, igualmente, um momento de oportunidades para os artistas promoverem os seus trabalhos através da Internet e os municípios apresentarem soluções para problemas ambientais.

Nelma Caetano, que falava na abertura da Expo-Recicla, disse que a organização prevê negócios na ordem dos nove mil milhões de kwanzas.

Segundo a presidente da ANR, a província de Luanda recicla, actualmente, cerca de 20 por cento dos resíduos sólidos que produz, numa parceria entre a Agência Nacional de Resíduos e o Governo Provincial.

Deu a conhecer que o grande objectivo é aumentar e estimular cada vez mais a economia circular, melhorando o ambiente de negócios para as cooperativas e startups que investem na indústria da reciclagem dos resíduos.

"O óleo queimado, as garrafas e os pneus usados ganham novo valor ao serem utilizados como matéria-prima e inseridos no mercado como novo produto", disse Nelma Caetano, que explicou que a presente edição traz como inovações a prestação de serviços de colectores de lixo e de artistas de reciclagem, como forma de impulsionar o bem fazer.

Nelma Caetano deu a conhecer que existe um projecto que visa a educação ambiental de menores de idade, em parceria com o Ministério da Educação.

Sob o lema "Promovendo práticas sustentáveis", a Expo-Reciclar reúne mais de 50 expositores de produtos de resíduos totalmente reciclados, artesanato, stands de venda de livros, utensílios de cozinha, frutas nacionais e uma feira da saúde.

### Preservação do ambiente

A administradora municipal de Luanda, Milca Caquesse, apelou aos munícipes no sentido de adoptarem uma postura de sã convivência e de preservação do ambiente.

Milca Caquesse aconselha os adultos a cuidarem do lixo produzido em casa e não deixarem essa tarefa para as crianças, que não conseguem colocá-lo nos contentores.

A administradora municipal de Luanda manifestou-se preocupada com a vandalização dos bens públicos, sobretudo contentores de lixo, tendo defendido a denúncia às autoridades.

Durante dois dias, vão ser discutidos temas ligados ao plano nacional de banimento de plásticos, responsabilidades por danos ambientais, reaproveitamento energético de resíduos, tratamento de solos contaminados e elaboração de planos de gestão de resíduos.

A importância da reciclagem da economia circular, educação ambiental no âmbito da gestão adequada de resíduos, ponto de situação sobre a economia circular em Angola, recuperação dos solos contaminados e empreendedorismo verde no segmento da gestão dos resíduos constam entre os temas agendados.

Participam da feira representantes do Programa de Reconversão da Economia Informal (PREI), do Fundo Activo de Capital de Risco Angolano (FACRA), do Banco de Desenvolvimento de Angola (BDA) e do Projecto de Inserção Social de Catadores de Resíduos Sólidos (PICAR).

## 8.9 Angola perde anualmente cerca de 500 milhões de dólares devido ao lixo não tratado

*Jornal de Angola*  
22 De Maio de 2023

*Texto: Pedro Bica e Carla Bumba*

O secretário de Estado do Ambiente, Abias Huongo, disse, ontem, em Luanda, que o país perde anualmente perto de 500 milhões de dólares devido ao lixo não tratado.

Discursando no encerramento da Feira Expo-Recicla 2023, Huongo explicou que o dinheiro perdido pode ser recuperado com a reciclagem do lixo, "que pode gerar emprego e renda familiar" e ajudar para o desenvolvimento económico e ambiental.

Abias Huongo disse que a 2ª edição da Feira Expo-Recicla 2023 veio mostrar que é possível, com as ideias mais pequenas, começar o reaproveitamento dos resíduos sólidos.

Huongo considerou o evento importante pelas exposições e pela consciencialização das populações no uso correcto dos resíduos, bem como pela ajuda na reflexão sobre a necessidade de os processos saírem do papel para a acção.

O secretário de Estado assegurou que as indústrias com capacidade de fazer reciclagem vão poder beneficiar das decisões e transformar os resíduos em outros produtos.

Conferência internacional

O secretário de Estado do Ambiente anunciou a realização, em Setembro, da Feira Internacional sobre economia circular, a ter lugar na província do Namibe, numa parceria entre os ministérios do Ambiente e da Economia e Planeamento.

Aterros sanitários

Abias Huongo deu a conhecer que os aterros sanitários poderão ser transformados em centros de valorização de resíduos para gerar renda às famílias e mais empregos.

Garantiu que a má gestão ou débil tratamento dos resíduos sólidos resulta da falta, em parte, de conhecimento sobre a separação dos resíduos.

Sob o lema "Promovendo práticas sustentáveis", a Expo-Reciclar reúne mais de 50 expositores.

Agência Nacional de Resíduos ganha novos parceiros

A Agência Nacional de Resíduos (ANR) passou a contar, desde ontem, com dois novos parceiros, nomeadamente a Escola de Arte "Jo-babe" e a empresa Angola Recicla, anunciou, em Luanda, a presidente do Conselho de Administração da referida entidade.

Nelma Caetano disse, em declarações ao Jornal de Angola, durante a segunda edição da Feira Expo Recicla, que decorreu em Luanda, entre os dias 20 e 21 do corrente, que esses dois novos parceiros fazem parte do número de pedidos de inscrições que a agência recebeu.

Segundo a responsável, outras parcerias foram manifestadas, durante a feira, por uma empresa do Cuando Cubango e outra da Huíla, que pretendem replicar o conceito de Expo nas duas províncias.

Nelma Caetano informou que a intenção é expandir o papel da Expo Recicla por todas as províncias e municípios do país.

A Agência Nacional de Resíduos, salientou a responsável, nesta 2ª edição da Expo Recicla teve um balanço bastante positivo, tendo recebido muitas solicitações para fazerem parte nas próximas edições.

## 8.10 Défice de água se regista a nível da província de Luanda

*Jornal O PAÍS*

*26 De Maio de 2023*

A situação do abastecimento de água ao nível do Talatona não difere de outras regiões da província de Luanda, segundo o director do gabinete de comunicação institucional da Empresa Pública de Águas (EPAL), Vladimir Bernardo.

Existe, sim, o fornecimento do líquido diariamente, mas não durante as 24 horas do dia. Por isso, temos o registo de falhas num ou outro ponto, todos os dias.

A zona do Talatona é abastecida pela estação de Luanda sudeste, a mesma funciona 24/24, mas tem uma vasta zona de fluência, nomeadamente Benfica, bairro Popular, entre outras zonas ao nível da cidade, isto porque é a maior estação de tratamento de água com capacidade instalada de cerca de 216 mil metros cúbicos de água por dia.

De acordo com Vladimir Bernardo, ao nível do Talatona, está previsto fazer um reforço não apenas na sede do município, mas também no bairro Militar, Gamek e Morro Bento.

O programa já está em funcionamento, o projecto começou com a construção de dois reservatórios com a capacidade de 10 mil metros cúbicos cada um.

Os mesmos já estão construídos no centro de distribuição do Benfica 2, na zona do Patriota, e de igual modo foi lançada uma conduta de âmbito nominal de 800 mil litros para atender o défice registado no Talatona.

O que está em falta é a montagem dos equipamentos, que vai permitir fazer o recalque de água nos pontos mais altos, os mesmos estarão localizados junto ao rio Cambamba. A obra terá a duração de 10 meses, posteriormente a situação poderá melhorar, a

previsão é que no final do trimestre de 2024 se sintam os efeitos do projecto.

## 8.11 Desalojados alimentam -se de mútua diluída em água imprópria

*Novo Jornal*

*26 De Maio de 2023*

*Texto: Onéllo Santiago*

O nome oficial do bairro é Ngolombe. Os novos moradores, entretanto, chamam-lhe "Ucrânia", num rebuscamento fundamentado pelas dificuldades por que passam as milhares de famílias aqui transferidas, na sequência das demolições de que foram alvo, em Abril do ano passado, as casas dos bairros adjacentes ao Novo Aeroporto de Luanda, na comuna do Bom Jesus, município de Icolo e Bengo.

António Quissanga, 61 anos, oferece-se para a entrevista, mas é difícil ouvi-lo. Os vizinhos todos falam ao mesmo tempo, em voz alta. Parecem mais empenhados em livrar-se de qualquer coisa que têm entalada na garganta do que em explicar os problemas que os afligem. António Quissanga acalma-os e diz para o NJ: "Nós não tínhamos uma vida de grandes maravilhas, mas, pelo menos, tínhamos kizaka, mangueiras, dendéns e cajueiros para vender."

Hoje, lamenta Quissanga, ao terem sido colocados num ponto que classificam como "confins de Luanda", precisam de apanhar troncos secos e vendê-los como lenha. Outra fonte de renda é caçar ratos pelas matas.

Há também quem sobreviva capinando nas lavras dos camponeses que cultivam a zona, mediante o pagamento de até 500 kwanzas por cada 50 metros trabalhados.

Na zona, não há água corrente, nem energia eléctrica. Nem escolas. No único posto de saúde público aqui instalado, com apenas quatro camas e sem capacidade para internamentos, trabalham apenas quatro profissionais, incluindo o responsável do centro, senhor Angelino. O gestor diz não ter autorização para dar entrevistas, mas consente, resignado, as reclamações dos moradores, que se queixam da falta de medicamentos e reagentes.

A comida aqui é uma raridade. Por volta da 14h00, o NJ flagrou um grupo de meni- nos a almoçar múcua fruto do embondeiro desfeita numa água que os moradores dizem cheirar a fezes. "Se o senhor jornalista quer tirar dúvidas, bebe só um pouco dessa água. Bebe só e vai sentir ", diz António Quissanga,

arrancando de alguns vizinhos uma sonora gargalhada, enquanto outros, provavelmente recordando-se dos males provocados pelo consumo da água, apenas desviam o olhar.

Há algumas semanas, relatam os moradores, supostos elementos ligados ao partido no poder vieram doar alimentos. Como se se tratasse de algum sacrilégio imperdoável, o assunto das doações inquieta António Quissanga, que abandona a entrevista e vai para a sua cubata de chapas.

Breves instantes depois, o ancião regressa, enfurecido, com a embalagem de um quilo de arroz, que mostra tremulamente aos jornalistas. Quem visse a cena ao longe poderia pensar que o ancião pretendia 'esfregar' o arroz na cara dos repórteres. "Nos disseram que ficaríamos aqui 15 dias e, agora, um ano depois, nos vêm dar quilinhos de arroz?"

António Quissanga, agora um pouco mais calmo, percebe ter exagerado nas reacções. Ou pelo menos, compreende estar a descarregar a ira na pessoa errada. Por isso, mais em tom de pedido do que de ordem, atira para a equipa de reportagem: "Vos peço mesmo um favor, pelo sofrimento que estamos a viver, tudo o que está a ser falado aqui tem que sair no jornal. Não guardem nada."

## 8.12 Falta melhorar a produção de água

*Jornal O PAÍS*

*26 De Maio de 2023*

De acordo com Vladimir Bernardo, ao nível de Talatona tem noção que a necessidade é grande, em função dos reservatórios enormes dos condomínios, edifícios que se tem vindo a construir, outros já construídos.

"É necessário aumentar a produção de água, a que temos actualmente não responde à demanda, pelo facto não estamos a fazer projectos de ligação domiciliar, considerando que não convém avançar, porque ainda te- mos problemas a montante que é a construção de novos sistemas de abastecimento de água", reconheceu.

Actualmente Luanda conta com 15 estações de tratamento de água e 34 centros de distribuição, a maior preocupação está em aumentar a produção em mais de um milhão e meio de água por dia.

Por agora, a produção ronda os 660 mil metros cúbicos de água por dia, e os dois projectos em curso terão capacidade de produzir 750 mil metros cúbicos de água.

As maiores estações de tratamento são as de Luanda-Sudeste, com capacidade de produção de 216 mil metros cúbicos de água por dia, a de

Candelabro, com 210 mil metros cúbicos e a terceira do Kifangondo, com 140 mil. Depois, seguem-se as pequenas, como a do Luanda-Sul, com 57 mil e a do Kilamba, com 40 mil.

Vladimir Bernardo lembrou que a maior razão da situação que agora se regista é o crescimento populacional ao nível da cidade de Luanda, que, infelizmente, a EPAL não acompanhou, tendo superado as capacidades das infra-estruturas.

Para ultrapassar a situação estão em curso vários projectos entre os quais o Bitá, que vai cobrir maioritariamente o município de Belas, e reforçar o centro de distribuição do Camama e Benfica. A par disso, o projecto Quilonga Grande vai cobrir o défice ao nível da província, sobretudo os municípios de Icolo e Bengo, Viana e Cacuaco.

Há ainda o projecto Pro Água, que consiste em melhorar a capacidade operacional da EPAL, entretanto, se baseia na recuperação de equipamentos já existentes, na operacionalidade da rede contudo os programas vem para melhorar o abastecimento de água ao nível de Luanda.

### 8.13 Mais de 100 condomínios com abastecimento intermitente de água potável

*Jornal O PAÍS*

*26 De Maio de 2023*

*Texto: Stela Cambamba Lito*

*Cabongolo*

Quando se vem ao Talatona, a ideia que se tem é que problemas como o fornecimento de energia eléctrica e água potável, não fazem parte desta realidade, uma vez que é considerada como a "zona nobre" da cidade de Luanda.

"No Talatona também falta água", como eternizou o kudurista Nagrelha, na sua participação numa das músicas de Yannick Afroman, intitulada "Não é só no Bairro". Entretanto, este corte no fornecimento não é sentido, porque os gestores dos condomínios suprem a necessidade com o abastecimento de camiões - cisternas.

Numa ronda feita pela equipa do jornal OPAÍS, foi possível constatar que, por exemplo, no condomínio Boulevard, segundo o coordenador, Weverson dos Santos, o fornecimento de água da rede pública é

feito apenas às Segundas e Terças-feiras, e, algumas vezes, num outro dia da semana. Não é regular, mesmo com a obrigação de pagar religiosamente, todos os meses, o consumo de água.

Por conta do abastecimento deficiente de água no condomínio, Weverson dos Santos afirmou que recorre quase sempre às cisternas, para garantir o líquido precioso no recinto, onde paga 45 mil kwanzas por cada cisterna de 30 mil litros, para manter água potável no reservatório. Weverson dos Santos gostaria de ter informações mais precisas da EPAL, pois as que lhe chegam não dão respostas sobre a falta de água. "Gostaria de obter informações mais claras sobre o que está a acontecer, isto porque a conta aumenta, mas a situação continua na mesma".

Há seis meses, este condomínio pagava, por mês, em média 250 mil kwanzas de água à EPAL, e agora paga perto de 400 mil kwanzas, porque a conta é feita por estimativa.

A par da preocupação da água, Weverson dos Santos contou que a electricidade também tem sido um problema, isto porque têm registado muitas variações e, em função disso, têm perda de alguns aparelhos electrodomésticos' sobretudo os ares condicionados.

O condomínio Boulevard tem 39 vivendas, dentre as quais nove são escritórios, pelo que o pagamento da luz varia entre um milhão e 100, 200 e pode chegar até um milhão e 500 mil kwanzas/ mês.

Contrato com empresas privadas para evitar cortes no fornecimento

Num outro condomínio, Luanda, na mesma circunscção, um dos funcionários da empresa gestora, que pediu anonimato, afirmou que o fornecimento de água potável não tem sido dos melhores, e, por isso, têm abastecido diariamente cinco a seis cisternas de água a área residencial.

"Isto porque quando tem água da EPAL, não fica mais de quatro horas a jorrar. Por exemplo, se começar a sair às 8 horas, até às 10 ou 11 horas deixa de sair. Por mês, devem pagar à empresa de águas o valor que varia de 600 a 700 mil kwanzas. Quando há falhas no fornecimento recorrem às cisternas de água, onde o preço varia de 25 a 35 mil kwanzas", disse.

A mesma deficiência foi apresentada pelo supervisor administrativo operacional do condomínio Kyanda, Alberto Lourenço. Durante a semana, este condomínio tem três ou quatro dias de graça, e os restantes dias o fornecimento é por via de cisternas, que ronda os quatro abastecimentos/semanais.

Esta situação que faz com que as despesas extras tenham um valor consideravelmente alto, tendo em conta que foram obrigados a fazer contrato com uma empresa privada para abastecer água por cisterna.

Salvação está perto do Rio Cambamba

Administradora do distrito urbano do Talatona, Nádia da Costa reconheceu que a falta de água na sua jurisdição é um dos maiores problemas, em todo o distrito, com maior realce para as zonas altas, nomeadamente bairro Talatona I e 11, sector A, B, C, F, e bairro Militar, porque a água entra nas residências por gravidade

Sabe que alguns condomínios recebem a água da EPAL de forma faseada, assim como nos bairros, duas a três vezes por semana, quantidade que considera insuficiente, mas que em breve será solucionado.

"Reconhecemos que a situação é grave. Temos 114 condomínios registados, e todos têm falta de abastecimento de água potável de forma regular, pelo que são obrigados a recorrerem às cisternas", disse.

Já foram realizados vários encontros de auscultação com os moradores e representantes da EPAL, onde dentre as várias questões levantadas esteve o pagamento avultado, e lhes foi dito que há um novo projecto de água a ser desenvolvido à margem do rio Cambamba. A sua montagem irá reforçar o abastecimento no distrito do Talatona "Esperamos ansiosamente por este projecto, tanto a administração como os municípios. A EPAL informou - nos que em breve começam os trabalhos", frisou, Nádia da Costa, que gere um distrito urbano com 101 mil habitantes, segundo o último censo.

Outras preocupações, que também afligem a administradora distrital, são maioritariamente da competência da administração municipal, como sistema de drenagem, iluminação pública, tensão da rede de iluminação pública, poda e corte de árvores, reabilitação das zonas verdes, e assim por diante.

## 8.14 Recolha de resíduos sólidos regista melhorias

*Jornal de Angola*  
31 De Maio de 2023

A cidade, que também já se chamou Sá da Bandeira, foi, há dias, contemplada com vários equipamentos de recolha de resíduos sólidos, entregues pelo governador da Huíla, Nuno Mahapi Dala, que, na

ocasião, considerou "o tratamento do lixo uma prioridade que deve envolver todos".

Nuno Mahapi Dala orientou os gestores das terras altas da Chela a reforçarem o saneamento básico nas zonas periféricas, para evitar que se convertam em focos de propagação de doenças, e que se melhore, cada vez mais, as condições de salubridade das novas urbanizações do Lubango.

Fez saber que o Governo investiu mais de 500 milhões de kwanzas na aquisição de camiões equipados com sistemas de recolha e tratamento de resíduos, facto que reforça a capacidade de resposta da Administração Municipal, fazendo com que a frota tenha disponíveis 15 camiões.

O administrador Lisender André destacou o novo modelo de recolha de lixo porta-a-porta, que conta com 120 motorizadas.

## 8.15 Recolha de resíduos sólidos regista melhorias

*Jornal de Angola*  
31 De Maio de 2023

A cidade, que também já se chamou Sá da Bandeira, foi, há dias, contemplada com vários equipamentos de recolha de resíduos sólidos, entregues pelo governador da Huíla, Nuno Mahapi Dala, que, na ocasião, considerou "o tratamento do lixo uma prioridade que deve envolver todos".

Nuno Mahapi Dala orientou os gestores das terras altas da Chela a reforçarem o saneamento básico nas zonas periféricas, para evitar que se convertam em focos de propagação de doenças, e que se melhore, cada vez mais, as condições de salubridade das novas urbanizações do Lubango.

Fez saber que o Governo investiu mais de 500 milhões de kwanzas na aquisição de camiões equipados com sistemas de recolha e tratamento de resíduos, facto que reforça a capacidade de resposta da Administração Municipal, fazendo com que a frota tenha disponíveis 15 camiões.

O administrador Lisender André destacou o novo modelo de recolha de lixo porta-a-porta, que conta com 120 motorizadas.

## 9. GÉNERO E VIOLÊNCIA

### 9.1 Fórum de Mulheres Jornalistas promove projecto de inclusão social e económica nas comunidades

*Jornal de Angola*  
24 De Maio de 2023  
Texto: Weza Pascoal

Um projecto que visa a promoção da inclusão económica e social das mulheres nas comunidades, através da sua capacitação e empoderamento, foi apresentado, quinta-feira, em Luanda.

O projecto, promovido pelo Fórum de Mulheres Jornalistas para a Igualdade de Género (FMJIG), denomina-se "Quebrando barreiras: Medidas pela inclusão social e económica" e destina-se a mulheres com idades compreendidas entre os 16 e 55 anos.

A primeira fase vai ser implementada nas províncias de Luanda, Cuanza-Sul e Huíla, com 25 alunas em cada uma das turmas, onde vão ser transmitidos conteúdos sobre igualdade de género, direitos das mulheres e inclusão social e económica.

O Fórum de Mulheres Jornalistas para a Igualdade de Género, segundo a sua coordenadora, Ermelinda da Costa, pretende, com a iniciativa, fazer com que as mulheres possam contribuir, cada vez mais, no desenvolvimento das comunidades onde estão inseridas.

"A iniciativa visa transmitir, de forma pedagógica, correcta e aprofundada, noções de igualdade de género, Direito, inclusão social e económica das mulheres, além da sua capacitação, para que possam criar pequenos negócios, para a sua independência financeira", explicou Ermelinda da Costa.

O projecto, continuou, visa, também, incentivar as mulheres a darem continuidade aos estudos nas escolas locais ou turmas de alfabetização, para o combate ao analfabetismo e a promoção de um grau maior de escolaridade nas comunidades.

O director nacional de Informação e Comunicação Institucional do Ministério das Telecomunicações, Tecnologias de Informação e Comunicação Social (MINTICS), João Demba, felicitou o Fórum de Mulheres Jornalistas para a Igualdade de Género pela iniciativa e pelo empenho ao longo dos anos, que

valoriza as conquistas e metas que as mulheres pretendem alcançar.

A nível do Governo de Angola, disse, há um conjunto de projectos e programas que estão a ser desenvolvidos por vários departamentos ministeriais que visam elevar o nível das mulheres em diversas áreas. "Como exemplo, temos a nova Lei Geral do Trabalho que vem dar respostas a determinados direitos que eram reivindicados pelas mulheres".

Segundo João Demba, além do que já foi alcançado pelas mulheres, existem desafios ligados à igualdade salarial, ocupação de lugares de liderança, estereótipos referentes a determinadas actividades, violência doméstica, entre outros, que exigem a união de homens e mulheres para serem erradicados da sociedade.

### 9.2 Aumento da criminalidade

*Jornal Luanda*  
15 De Maio de 2023

OS MORADORES ACORDAM. diariamente, de madrugada para chegar ao Benfica e apanhar táxi com destino aos postos de trabalho. Mas, nesse trajecto, surge um problema: marginais. Muitos pessoas têm sido vítimas dos amigos do alheio é preciso muita sorte para não se deparar com os que vivem a custa do suor dos outros', disse Carlos Fontes.

A única esquadra da Polícia Nacional. situada no bairro do Tanque Serra, com 30 efectivos, faz a cobertura de todos os bairros. 'Pela densidade populacional, não é suficiente para atender todas as ocorrências'. Os assaltos não se restringem apenas à via pública. Há registos de roubos à mão armada em residências, bem como casos de usurpação de terrenos, uma prática constante dos burladores. "São zonas novas. Precisamos de muitos serviços e estar sempre em alerta", confessa João Paulo Afonso, que sofreu espancamento. A vítima foi levada pelos vizinhos a uma clínica que fica no Autódromo, a fim de lhe ser prestada os primeiros socorros. O jovem conta que os meliantes 'tinham a nítida intenção de me matar', visto que não lhe roubaram nada. 'Nunca esquecerei o mês de Novembro de 2022'.

"Mas eu ouvi a conversas deles e notei que disseram que o chefe mandou matar-me. Mas um deles dizia que um susto já era o suficiente", contou.

João Paulo Afonso disse que já sofreu dois actos, pelo que considera ser uma perseguição de um familiar que quer 'usurpar o meu terreno', qua o falecido pai lhe deixou na Barra do Dande.

'Quer vender o terreno a um oficial superior das FAA. Já colocou soldados no terreno: e em Janeiro, deste ano, infelizmente, fui outra vez espancado pelos soldados', disse.

JP

### 9.3 Moradores vivem aterrorizados

*Jornal Luanda*

*29 De Maio de 2023*

*Texto: João Pedro*

Eram 14h:00. Na rua calma, de casas com quintais de muros altos, duas senhoras estavam sentadas numa tenda, ao lado de uma cantina, a vender fardo. Bari Mamadu, um estrangeiro, que também vive na rua dos pais do rapaz assassinado, afirmou que há um clima de insegurança no bairro.

As crianças, agora, são acompanhadas pelos pais ou por um membro da família para irem e regressarem das escolas. Todos os adultos passaram a controlar mais os movimentos dos mais pequenos. " Não está a ser fácil, estamos a passar por momentos muito difíceis. Os miúdos que estavam habituados a brincar na rua, sem nenhuma preocupação, agora são obrigados a ficar trancados em casa por precaução", disse Bari Mamadu, destacando que até o rendimento das vendas na cantina reduziu significativamente.

Manuel Fernandes, também morador, sublinhou que a insegurança no bairro começou com assaltos, praticados por motoqueiros. " Desde os meses de Fevereiro e Março houve um elevado número de casos. O clímax aconteceu com as mortes por corte de garganta".

Na opinião de Manuel Fernandes, estes incidentes começaram em outro lado da zona, para quem vai no Jardim do Éden, "mas os casos foram omitidos pelas autoridades, até os moradores pensavam que fossem boatos. Se estes casos fossem comunicados a todos, teríamos cuidados redobrados. Começámos a acreditar depois do assassinato do menino que vivia aqui nesta rua, e do caso de outro jovem que, apesar de lhe terem cortado a garganta, sobreviveu", sublinhou.

Ao falar sobre o rapaz que morreu, Manuel Fernandes descreveu-o como um rapaz exemplar, respeitoso com os adultos, e que estava a estudar bem para ajudar a mãe. " Foi o interregno de um sonho e de projectos que os pais tinham para o seu filho. As nossas autoridades têm de apanhar os responsáveis desta barbaridade.

## 10. AMBIENTE

### 10.1 1963: o ano em que Luanda quase desapareceu do mapa

*Jornal Luanda*

*1 De Maio de 2023*

Nas conversas já demonstrava alguma apreensão e receios ao dizer... mais dia, menos dia, "isto" vai dar "molho" ... E o "isto" era mais o pressentir que o ver, o saber. Era a intuição da sobrevivência que o Homem, desde os primórdios da história do mundo, aprendeu a ter quando em contacto permanente com a Natureza e seus elementos.

A sabedoria ancestral do Homem fazia-o acreditar que nada de bom estaria para acontecer à cidade e seus habitantes. E assim aconteceu. Os aguaceiros caídos durante o dia 20/21 de Abril [sábado/domingo] passaram a chuva diluviana e incessante e a forte ventania fazia antever que aquela noite não iria ser tranquila. Trovoadas vigorosas "estremeciam" Luanda e os relâmpagos faziam a noite parecer dia.

Foi uma noite longamente longa, apavorante, de vigília constante. A noite foi sendo vencida pelo aproximar da madrugada, do dia.

Os receios do Homo sapiens haviam-se tomado realidade. O caos estava instalado em Luanda.

Autênticas montanhas líquidas tinham irrompido por diversas artérias da cidade como se de vários rios se tratassem, tudo arrastando à sua frente. Terras argilosas dos morros vindas da parte alta da cidade transformaram-se em centenas de metros de lama, com areias, pedras e entulho à mistura, entupindo sarjetas, rebentando condutas, colectores, saneamentos. As infra-estruturas devido às súbitas e inesperadas inundações tinham cedido, rebentando.

Onde antes existiam ruas, avenidas, árvores, casas, agora surgiam profundas "gargantas" escancaradas nas entranhas da terra.

As torrentes de água tinham cavado imensas valas em importantes artérias da cidade "engolindo" viaturas, maquinaria diversa, árvores e impedindo a circulação normal do trânsito e de transeuntes.

Residências foram inundadas e famílias inteiras tiveram apressadamente que as abandonar e alojarem-se em casas de familiares ou de amigos, pois tudo tinha ficado, à mercê da fúria das águas e dos elementos que transportava.

Em alguns bairros e partes da cidade, os automóveis circulavam com água pelas portas e casas foram por aquele "mar" arrastadas.

A enxurrada tudo revolvia, tudo revolveu. Foram horas intermináveis de pavor, de sofrimento. Morros transformaram-se em barrancos, crateras.

A água nalguns pontos da cidade subiu de tal forma que submergiu viaturas e casas.

A baixa luandense foi a que mais sentiu os efeitos da grande enxurrada. Toneladas de lama e pedras levadas pelos rios de água em que a chuva se transformou inundaram completamente os estabelecimentos provocando prejuízos materiais avultados.

As estruturas foram abaladas pelo ímpeto da corrente louca, equipamentos de diversa ordem soterrados, assim como viaturas que se encontravam estacionadas ou em movimento. Tudo foi demasiado rápido para se salvar fosse o que fosse. Grande parte da baixa ficou atolada, intransitável.

A incredulidade e a estupefacção deram lugar ao desespero, à perplexidade. A realidade estava a ser demasiado atroz para que fosse verdade. Anos de investimentos, de sonhos, transformados em nada, ou seja, em lama barrenta.

Mas Luanda soube resistir a tudo isso e arregaçou as mangas para regressar à normalidade. Após o caos começou serenamente a tratar as suas "feridas".

Lentamente, mas com segurança, criou novas infra-estruturas de saneamento básico e novos conceitos de escoamento pluvial foram implementados. Algumas das ruas esventradas foram completamente requalificadas e desenhadas para transmitirem mais capacidade de resposta a uma capital que queria crescer de forma pujante e solidificada.

Os bairros periféricos também sofreram obras de pavimentação, alargaram-se ruas e avenidas, foram criadas barreiras para sustentação de alguns morros, enfim, soube-se tirar ensinamentos do mal acontecido e aproveitou-se a oportunidade para o arranque final na modernização, embelezamento e alargamento da cidade capital, preparando-a para melhor enfrentar o seu novo Futuro.

Poderei até afirmar que a "Grande Enxurrada de 1963" terá sido o mote para que Luanda começasse a transformação plena que a tomou na mais moderna e bela capital de toda a África Ocidental. Até que em 1967 aconteceu de novo o "Grande Temporal".



In <https://reviverestorias.blogspot.com>

## 10.2 Apicultores estão confiantes numa recolha acima de três mil litros de mel

*Jornal de Angola*

*5 De Maio de 2023*

*Texto: Weza Pascoal*

Pelo menos, oito produtores individuais de mel, na província do Cuando Cubango, estimam colher, até ao próximo mês de Setembro, mais de três mil litros de mel, a partir de 160 colmeias artesanais colocadas nas matas dos municípios de Menongue e do Cuchi.

Cada produtor possui 20 colmeias artesanais, onde se estima colher cerca de 400 litros de mel e têm como principais mercados paralelos para a venda do produto o dos bairros Paz, Tchivonde e Castilho, arredores da cidade de Menongue, ao preço de 500 kwanzas o litro.

No ano passado, os referidos produtores, que exercem a profissão há mais de 10 anos, recolheram mais de dois mil litros de mel, mas este ano criaram melhores condições para o aumento da produção.

Henriques Wenda, um dos apicultores, fez saber que até ao ano de 2013 faziam parte de uma cooperativa formada por 20 membros, mas desde a saída do então governador provincial Eusébio de Brito Teixeira deixaram de receber apoio e alguns integrantes foram aderindo a outras actividades.

"Anteriormente, produzíamos grandes quantidades de mel e tínhamos o nosso salário mensal garantido, porque o mel era comercializado não só no Cuando Cubango, mas também em diversos pontos do país, sobretudo em Luanda", recordou.

Henriques Wenda disse que os oito produtores de mel, que actualmente exercem as suas actividades de forma individual, necessitam de apoios do governo local e dos empresários para a produção do mel em grande escala e poderem vender também para o exterior do país, com maior realce para a África Sul e as vizinhas Repúblicas da Namíbia e da Zâmbia.

"O nosso principal objectivo é produzir o mel em grande escala e transformar novamente o Cuando Cubango como uma das maiores produtoras do país, tendo em vista que existem condições em termos de recursos florestais e o que falta é apenas apoio em instrumentos de trabalho eficazes", assegurou.

Explicou que actualmente produzem o mel com recurso a meios artesanais e sem a devida protecção e por este facto necessitam igualmente de luvas, botas e fatos de segurança contra a picada de abelhas e outros riscos a que estão sujeitos no decorrer das suas actividades.

Henriques Wenda fez saber que é através da venda do mel, apesar de ser em pequenas quantidades, que conseguem sustentar as suas famílias, tendo acrescentado que, felizmente, existe um número satisfatório de clientes a nível local, tendo em vista o aumento da produção de mel, com o projecto já criado por eles mesmos com cerca de 20 integrantes, que só necessitam de apoios para o seu arranque. Reafirmou que na província do Cuando Cubango existem condições favoráveis para a produção de mel em grande escala, um produto muito apreciado pelas comunidades locais como alimento e para efeitos terapêuticos. Garantiu que no ano em curso haverá uma grande produção de mel na província por conta das boas condições climáticas.

Henriques Wenda lamentou o facto de actualmente toda a cera que sai da produção do mel ser jogada ao lixo, quando deveria também ser aproveitada para a indústria de cosméticos e farmacêutica, assim como para a limpeza de mobiliário e artigo de couro.

Projecto em carteira

O director do Gabinete Provincial da Agricultura e Pescas, Rafael António Samba, informou que já existe um projecto para a produção de mel em grande escala no Cuando Cubango, de forma a garantir maior rendimento aos produtores, assim como reduzir a fome e a pobreza no seio das comunidades.

Segundo o responsável, o projecto, que será implementado através do Instituto de Desenvolvimento Florestal (IDF), cinge-se na constituição de cooperativas e associações para a produção de mel na região.

Rafael António Samba garantiu que no Cuando Cubango existem vários produtores de mel singulares que até hoje exercem essa actividade e prova disto são as grandes quantidades do produto que são comercializadas nos mercados paralelos da província e em particular nas artérias da cidade de Menongue.

"Estes produtores têm vontade de continuar a produzir e nos próximos tempos os técnicos do IDF vão ao encontro das comunidades para prestar o apoio necessário, com a realização de acções formativas e a disponibilidade de colmeias modernas para a produção em grandes quantidades, de modo a

elevarmos novamente a província, ao título de uma das maiores produtoras de mel no país”, disse.

O Gabinete da Agricultura e Pescas na província do Cuando Cubango não controla nenhuma cooperativa ou associação constituída, sendo que as que existiam há alguns anos desmembraram-se por falta de apoio à actividade.

### 10.3 Exploração de mel gera renda a famílias no Cuando Cubango

*Jornal Economia e Finanças*  
5 De Maio de 2023

Pelo menos, oito produtores individuais de mel, na província do Cuando Cubango, estimam colher até ao próximo mês de Setembro, mais de três mil litros de mel, a partir de 160 colmeias artes anais colocadas nas matas dos municípios de Menongue e do Cuchi.

Cada produtor possui 20 colmeias artesanais, onde se estimam colher cerca de 400 litros de mel e têm como principais mercados paralelos para a venda do produto o do bairro Paz, Tchivonde e Castilho, arredores da cidade de Menongue, a preço de 500 kwanzas o litro.

Durante o ano passado, os referidos produtores que exercem a profissão há mais de 10 anos, recolheram mais de dois mil litros de mel que tiveram o mesmo fim, mas que este ano criarem melhores condições para o aumento da produção.

Henriques Wenda, um dos apicultores fez saber que até ao ano de 2013 faziam parte de uma cooperativa formada por 20 membros, mas desde a saída do antigo governador provincial, Eusébio de Brito Teixeira deixaram de receber apoio e alguns integrantes foram aderindo a outras actividades.

"Anteriormente, produzíamos grandes quantidades de mel e tínhamos o nosso salário mensal garantido, porque o mel era comercializado não só no Cuando Cubango, mas também em diversos pontos do país, sobretudo em Luanda", recordou.

Henriques Wenda disse que os oito produtores de mel que actualmente exercem as suas actividades de forma individual, necessitam de apoio do governo local e dos empresários, para a produção do mel em grande escala e poderem exportar também, para o exterior do país, com maior realce, para a África Sul e as vizinhas Repúblicas da Namíbia e da Zâmbia.

"O nosso principal objectivo é produzir o mel em grande escala e transformar novamente o Cuando Cubango, como uma das províncias mais produtora

do país, tendo em vista que existem condições em termo de recursos florestais e o que falta é apenas apoio de instrumentos de trabalho eficazes", assegurou.

Explicou que actualmente produzem o mel, com recurso aos meios artesanais e sem a devida protecção e por este facto necessitam igualmente de luvas, botas e fatos de segurança contra a picada de abelhas e outros riscos a que estão sujeitos no decorrer das suas actividades.

Henriques Wenda fez saber que, é através da venda do mel, apesar de ser em pequenas quantidades, que conseguem sustentar as suas famílias. Tendo acrescentando que, felizmente existe um número satisfatório de clientes a nível local, tendo em vista, o aumento da produção do mel, com o projecto já criado por eles mesmos com cerca de 20 integrantes no mínimo, que só necessita de apoio para o seu arranque.

Referiu que na província do Cuando Cubango, existem condições favoráveis para a produção de mel em grande escala, um produto muito apreciado pelas comunidades locais como alimento e para efeitos terapêuticos. Garantiu que no ano em curso, haverá uma grande produção de mel na província devido às condições climáticas.

Henriques Wenda lamentou o facto de que actualmente toda a cera que sai da produção do mel seja jogada no lixo, quando seria também aproveitada para a indústria de cosméticos e farmacêutica, assim como, para a limpeza de mobiliários e artigos em couro.

Projecto em carteira

Por sua vez, o director do Gabinete Provincial da Agricultura e Pescas, Rafael António Samba, informou que já existe um projecto para a produção em grande escala do mel no Cuando Cubango, de forma a garantir maior rendimento aos produtores, assim como reduzir a fome e a pobreza no seio das comunidades.

Segundo o responsável, o projecto que será implementado através do Instituto de Desenvolvimento Florestal (IDF), cinge-se na constituição de cooperativas e associações para a produção de mel na região.

Rafael António Samba garantiu que no Cuando Cubango tem vários produtores de mel singulares que até hoje exercem essa actividade e prova disto são as grandes quantidades do produto que são comercializados nos mercados paralelos da província e em particular nas artérias da cidade de Menongue.

"Estes produtores têm vontade de continuar a produzir e nos próximos tempos os técnicos do IDF vão ao encontro das comunidades para prestar o apoio necessário com a realização de acções formativas e a disponibilidade de todo o material necessário, sobretudo das colmeias modernas para a produção em grandes quantidades, de forma a elevarmos novamente a província, ao título de uma das maiores produtoras de mel no país", disse.

Rafael Antônio Samba disse que as florestas densas do Cuando Cubango, são totalmente favoráveis à produção do mel, mas actualmente o Gabinete Provincial da Agricultura e Pescas não controla nenhuma cooperativa ou associação constituída, sendo que as que existiam há alguns anos desmembraram-se por falta de apoio.

## 10.4 USAID garante apoio a 2 mil produtores

*Jornal de Angola*

*5 De Maio de 2023*

Para melhorar a prática de produção do mel no Cuando Cubango, a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID) prevê apoiar, nos próximos tempos, 2.000 apicultores residentes à volta dos Parques Nacionais de Luengue-Luiana e de Mavinga, na província do Cuando Cubango, num projecto avaliado em 101.648 dólares.

O projecto está a ser executado pela ONG Panafricare desde o ano passado e já permitiu até ao momento capacitar mais de 500 apicultores dos Parques Nacionais de Luengue-Luiana e de Mavinga para aprenderem práticas modernas de produção de mel que evitam a poluição do ambiente.

Nos próximos dias, os 500 apicultores formados vão beneficiar de mais de 1.800 colmeias modernas para que possam iniciar a produção do mel em grandes quantidades e deixarem de praticar esta actividade de uma maneira rústica, que tem impacto negativo na sustentabilidade ambiental e provoca alterações climáticas nefastas ao ecossistema.

A equipa de reportagem do Jornal de Angola apurou que o projecto tem como objectivos específicos fortalecer a capacidade e qualidade de produção do mel em pequena escala, estabelecer ligações para a comercialização do mel no mercado nacional e internacional e aumentar a conservação ambiental das comunidades alvo.

Com a sua implementação espera-se a prática moderna da apicultura executada pelas famílias

abrangidas, o aperfeiçoamento da capacidade de adaptação dos apicultores às mudanças climáticas, maior conservação da biodiversidade, assim como melhorar a qualidade de vida destes.

Neste projecto, a Panafricare tem pessoal treinado em novas tecnologias para o melhoramento da produção do mel e aquisição de meios logísticos, bem como os peritos que vão trabalhar na avaliação da qualidade deste produto.

O objectivo geral desta iniciativa de capacitação dos apicultores é alcançar a redução da pobreza entre as pessoas vulneráveis, através do desenvolvimento de uma cadeia de valor do mel inclusiva e sustentável.

A Panafricare não busca apenas garantir o aumento da produção do mel, mas também espera torná-la sustentável, limitando as práticas ambientais prejudiciais que pioram os impactos das mudanças climáticas, bem como incentivar a participação local e a propriedade de bens, como colmeias de abelhas que estão a ser desenvolvidas.

O propósito deste importante projecto, apurou o Jornal de Angola, está alinhado com o plano do Executivo angolano de aumentar e diversificar os rendimentos para reduzir a pobreza em áreas protegidas.

## 10.5 Madeireiros devem repovoar áreas de exploração florestal

*Jornal de Angola*

*8 De Maio de 2023*

*Texto: Justino Victorino*

Os empresários madeireiros do país foram recomendados no município do Catchiungo, na província do Huambo, a esforçarem-se e promover mais as acções de repovoamento das áreas de exploração florestal, para garantirem a sustentabilidade dos recursos florestais.

O apelo foi feito pelo secretário de Estado para os Recursos Florestais, André de Jesus Moda, quando falava sábado no acto de abertura de uma Campanha Nacional Florestal, encontro em que estiveram presentes representantes de empresas madeireiras e associações de exploração florestal.

O governante frisou que "o não repovoamento das áreas de exploração da madeira, prática que ainda se regista no país, coloca em risco a continuidade das florestas e a própria viabilidade das referidas empresas".

O secretário de Estado para os Recursos Florestais, André de Jesus Moda, afirmou que o sector florestal do país necessita de uma classe empresarial forte, facto que exige organização, para contribuir para a diversificação da economia e combater os exploradores ilegais dos recursos florestais. O processo de reflorestamento, defendeu o titular do cargo, também ajuda a preservar o ecossistema e fazer que estes recursos estejam disponíveis para as futuras gerações.

No encontro, André de Jesus Moda aconselhou toda a pessoa que precisar de explorar determinada área florestal a fazê-lo no quadro da Lei, ao começar pela legalização nas administrações municipais e na direcção provincial do Instituto de Desenvolvimento Florestal.

Neste âmbito, o dirigente pediu às autoridades tradicionais e membros da sociedade civil, para passarem a mensagem à população sobre a importância da preservação das florestas e do ambiente como sendo o património da sociedade.

André Moda deu a conhecer que a campanha florestal é definida como sendo o período do ano em que as condições climáticas permitem desenvolver o exercício das actividades de exploração dos recursos florestais entre outros com maior intensidade que decorre do dia 1 de Maio a 31 de Outubro de cada ano.

" As florestas são recursos naturais estratégicos por serem um importante Património Nacional cuja exploração e seu aproveitamento deve ser feita com responsabilidade e harmonia, num espírito de mentalidade, de cooperação, com agentes locais sobretudo as empresas de exploração de florestas e o Estado, para garantir uma gestão sustentável, responsável e saudável, para sua conservação e protecção", assegurou o governante.

#### Falta de fiscais florestais

O director -geral do Instituto de Desenvolvimento Florestal (IDF), Simão Zau, ao intervir no acto nacional de Abertura da Campanha Florestal explicou que o sector na província do Huambo tem sérias dificuldades para fiscalizar as florestas, por contar apenas com sete técnicos, muito aquém das exigências, já que a região possui várias florestas que estão a ser alvo de exploração ilegal.

Simão Zau manifestou, por outro lado, que o respeito às regras de utilização dos recursos florestais deve constituir um imperativo de cada comunidade e de

cada utente como consumidor, para servir às gerações vindouras.

O vice-governador do Huambo para o sector Político, Económico e Social, Angelino Elavoco, em representação da governadora Lotti Nolika, disse que a campanha florestal é um cumprimento do Decreto Presidencial nº 171/ 18 de 23 de Junho, que aprova o Regulamento Florestal, aprova e estabelece procedimentos e acesso na utilização dos recursos florestais, bem como as normas para a realização das actividades florestais, para salvaguardar os recursos e assegurar a sua sustentabilidade, para as gerações actuais e vindouras.

#### Transgressões florestais

No que toca ao volume de processos de transgressões florestais, em 2022, o (IDF) aplicou 247.199 mil multas, que resultaram na arrecadação de 93.044.871.00 kwanzas, a nível das 18 províncias do país, segundo dados fornecidos pelo director-geral do sector florestal, Simão Zau.

Por outro lado, o responsável sublinhou que a madeira nacional foi exportada para 18 países e os principais importadores de produtos florestais, de acordo com os relatórios das províncias de Benguela, Cabinda, Cuando- Cubango Luanda, e Namibe, são o Vietname, China e Portugal.

O director- geral do Instituto de Desenvolvimento Florestal destacou que o Vietname é o país que mais importou, representando um total de 56.788,71 metros cúbicos, seguido da China, com um total de 11.102,03 metros cúbicos e Portugal com 3.618,40 metros cúbicos.

O responsável lembrou que, no ano passado, foram exportadas 32 espécies da floresta nativa e uma espécie da floresta plantada, tendo salientado que a espécie *Guiboutia-Coleosperma* representa 36,04 por cento do total de espécies exportadas, sendo a menos exportada é *Khaya Iovovensis*.

## 10.6 INAMET inaugura hoje novo centro de dados

*Jornal de Angola*

*9 De Maio de 2023*

*Texto: Edivaldo Cristóvão*

Um centro de partilha de dados para o controlo e previsão dos serviços climáticos é inaugurado, hoje, em Luanda, pelo ministro das Telecomunicações,

Tecnologias de Informação e Comunicação Social (MINTTICS), Mário Oliveira.

De acordo com o director do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica (INAMET), João Afonso, o centro está avaliado em mais de oito milhões de euros e vai funcionar como um servidor de informações em tempo real para 15 países membros da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), e será monitorado pela Organização Meteorológica Mundial (OMM).

Para o efeito, Angola acolhe, desde ontem até sábado, um seminário sobre os serviços climáticos da SADC, onde participam vários especialistas e investigadores do clima, com o objectivo de definir as estratégias de funcionamento do servidor e outros aspectos.

João Afonso esclareceu que o projecto global serve para combater as alterações climáticas relacionadas à seca e cheias, de forma a salvar vidas e alavancar a economia dos países da SADC.

Angola foi contemplada para ser o ponto focal para África Austral, em 2019, depois de um processo de selecção, durante o qual os países da região divulgaram os projectos tecnológicos dos centros meteorológicos.

O director do INAMET explicou que o lançamento do projecto estava previsto para 2020, mas devido à pandemia da Covid-19 foi adiado.

"Em termos tecnológicos, Angola está no topo dos países de África e comparável aos mais desenvolvidos da Europa e América. Temos, por exemplo, a estação de medição de altitude, que no continente só há na Argélia, porque em outros países esta previsão é feita de forma convencional. Pelo facto de apresentarmos um grande potencial tecnológico fomos escolhidos como o ponto focal desta região", justificou. João Afonso disse que o objectivo do servidor é integrar todos os produtos de forma optimizada para atender as metas estabelecidas.

#### Serviços climáticos

O Programa de Serviços Climáticos e Aplicativos Relacionados (ClimSA) da SADC, referiu, contribui para o desenvolvimento das capacidades dos decisores a todos os níveis, assim como para a utilização eficaz das informações dos serviços climáticos.

O objectivo do programa ClimSA da SADC é contribuir para os esforços de adaptação dos países membros às alterações climáticas e à variabilidade climática, fornecendo serviços de previsão e

informação climática de base científica aos processos de planeamento nacionais e regionais.

Serve igualmente para reforçar a cadeia de valor dos serviços climáticos, através do desenvolvimento das capacidades dos decisores a todos os níveis, de modo a utilizarem eficazmente a informação e os serviços climáticos. O programa é financiado pela União Europeia (UE).

O encontro vai combinar quatro actividades-chave do programa ClimSA da SADC, sob uma coordenação única, nomeadamente, realizar o primeiro exercício de levantamento das partes interessadas e dos serviços climáticos para o país prioritário, estabelecer canais de comunicação e processos de participação.

Consiste em sensibilizar e dar início a execução técnica no país prioritário, com base na qual se podem desenvolver outros compromissos nacionais necessários para a execução do programa, reforça ainda as capacidades de partilha de dados em colaboração com a OMM e convocar a 4ª reunião do Subcomité do PMC sobre ClimSA (comité director) da SADC, que decorre anualmente.

Os objectivos específicos da 4ª reunião do Subcomité é ratificar um acordo para a elaboração de uma declaração conjunta da região da SADC para disponibilizar dados meteorológicos das operações do CCR e dos serviços climáticos, rever o projecto de estratégia para que o CSC da SADC alcance o estatuto de CCR designado, e analisar os planos de trabalho, relatórios intercalares, obter do comité orientações e apoio para a execução contínua do programa.

O INAMET é uma instituição tutelada pelo Ministério das Telecomunicações, Tecnologias de Informação e Comunicação Social (MINTTICS), que organiza o seminário internacional, visando, igualmente, proporcionar o desenvolvimento da capacidade de partilha de dados para os Serviços Meteorológicos e Hidrológicos Nacionais dos Estados-membros da SADC, em colaboração com a Organização Meteorológica Mundial (OMM).

No seminário sobre os serviços climáticos da SADC estão presentes especialistas e pesquisadores do clima vindos da Inglaterra, Portugal e Suíça, além de embaixadores dos países membros da SADC acreditados em Angola.

## 10.7 Estratégia de combate à seca na Huíla vai ser apresentada na sexta-feira

*Jornal de Angola*

*10 De Maio de 2023*

*Texto: Domingos Mucuta*

A estratégia de combate à seca na Huíla vai ser detalhada pelo ministro da Energia e Águas, João Baptista Borges, numa cerimónia a realizar na Universidade Mandume ya Ndemufayo, na próxima sexta-feira, no Lubango.

A informação foi avançada pelo Governo Provincial da Huíla e sublinha a importância do evento para uma consulta pública sobre a construção da barragem de Nhene e N'ompombo no rio Kaculuvar, bem como a investigação e aproveitamento das águas subterrâneas no aquífero da Chela, naquela região.

O Executivo desenvolveu um programa de combate à seca no Sul do país, iniciado com o projecto de infra-estruturas de captação e reserva de água no rio Cunene, com uma extensão de 160 quilómetros, na localidade de Cafu, inaugurado em 2022.

Barragem de retenção de água é solução definitiva

A construção de barragens de retenção nas principais linhas de água é "a solução verdadeira e definitiva" contra os efeitos da seca que afecta, regularmente, as populações dos municípios dos Gambos, considerou o governador provincial da Huíla.

Nuno Mahapi, que trabalhou durante um dia, na última semana, na sede municipal de Chiange, afirmou que a extensão do Programa de Combate à Seca no Sul de Angola para a província da Huíla é a esperança para as populações locais.

O governante disse que na província da Huíla o programa, iniciado no Cunene com a construção do Canal do Cafu, vai incidir nos Gambos, onde a falta de chuva prejudica todos os anos a actividade agrícola e o gado.

Referiu que a população aguarda com expectativa a materialização deste programa na região, onde as chuvas estão longe dos ideais 400 mil metros cúbicos necessários para criar condições de prática agrícola e abastecer a população e bebedouros do gado, principal riqueza do povo.

Frisou que o esforço técnico e a mobilização financeira estão a bom ritmo ao nível central, concretamente pelo Ministério da Energia e Águas e

por ser uma das prioridades do Executivo vai acontecer ainda neste quinquénio.

"Precisamos construir barragens, diques, represas e canais para acumular e transpor água dos rios e riachos para abastecer os centros urbanos e comunidades dos municípios dos Gambos", reforçou Nuno Mahapi.

Afirmou que a disponibilidade de mais água vai dinamizar a produção agrícola, evitar a morte dos animais e impulsionar a auto-suficiência alimentar no município dos Gambos, onde, este ano, se prevêem dificuldades, devido à escassez de chuvas.

Furos

Nuno Mahapi disse que o município vai ser contemplado com furos de água potável como medidas de curto prazo para mitigar os efeitos da seca. Esta empreitada prevista no Orçamento Geral do Estado (OGE), deste ano, vai acontecer mediante a disponibilidade financeira.

Sustentou que, à luz do OGE 2023, a província da Huíla foi contemplada com projectos para a abertura de 60 furos de água. Frisou que este número vai ser repartido em função das regiões com maior carência, pelo que o município dos Gambos vai ficar com 10.

O administrador dos Gambos, Francisco Barros, disse que as chuvas deste ano, embora fracas, melhoraram comparativamente aos últimos 24 meses. Afirmou que, apesar da melhoria, a produção agrícola está comprometida, sobretudo, nas localidades da zona Oeste.

## 10.8 A importância dos mangais para o mundo

*Jornal Luanda*

*15 De Maio de 2023*

*Texto: Erica Tavares*

Os mangais são ecossistemas naturais tropicais, compostos por espécies de plantas que toleram água salgada geralmente localizados em áreas costeiras. Os mangais são considerados "ecossistemas de carbono azul", bem como ervas marinhas e pântanos de sal, porque são 10 vezes mais eficientes em absorver e armazenar grandes quantidades de carbono a longo termo, em comparação com ecossistemas terrestres. Isto, torna-os essenciais para o combate às mudanças climáticas, mas mesmo assim, estes encontram-se sobre enorme risco de destruição devido às actividades humanas mundialmente.

Os mangues (árvores que compõem os mangais) adaptaram-se à água salgada, filtrando a água e expelindo o sal através das suas folhas. Existem pelo menos mais de 100 espécies de plantas que habitam nos mangais que têm essa mesma adaptação, e por isso também são chamados de halófitos - plantas que conseguem crescer no solo ou água com a presença de sal.

Em Angola, temos mangais em várias áreas costeiras desde Cabinda ao Cunene, mas muitos destes mangais se encontram destruídos e a precisar urgentemente de restauração e protecção.

Já destruímos 50% dos mangais no mundo só nos últimos 50 anos. Se continuar a este ritmo, os restantes poderão desaparecer nos próximos 100 anos.

Benefícios dos mangais

Os mangais têm inúmeros benefícios, incluindo benefícios ecológicos e económicos, tais como: São local de reprodução para milhares de espécies marinhas, funcionando como um berçário.

Este providencia protecção e alimento para peixes e diversos invertebrados como crustáceos e moluscos; Os sistemas de raízes dos mangues ajudam a estabilizar o solo, prevenindo a erosão nas linhas costeiras;

Funcionam como amortecedores costeiros naturais contra tempestades e calemas, bem como diminuem as probabilidades de inundações;

Ajudam a manter a qualidade da água e a sua claridade, filtrando poluentes e prendendo sedimentos provenientes da costa;

Algumas espécies de insectos e aves alimentam-se e aninham nos mangues;

Dão suporte e protecção a muitas espécies em risco de extinção como tartarugas, manatins e algumas aves.

Mundialmente os mangais também são utilizados como um recurso natural renovável. Isto porque muitas destas plantas são compostas por madeira resistente à água, podendo ser utilizadas para a construção de casas, mobília e até de barcos.

É importante lembrar que para este recurso ser utilizado desta forma, precisa de ser utilizado de forma sustentável, com replantio e tempo suficiente de recuperação para que não seja destruído. Importante também que sejam delimitadas áreas específicas para este tipo de prática, de forma a não

causar desequilíbrios nas outras espécies que deles são dependentes.

Com os benefícios acima mencionados, é notória a importância da conservação destes sistemas naturais para o ser humano como também para outros organismos, contribuindo para a preservação de inúmeras espécies marinhas e terrestres.

Licenciada em Biologia Ambiental pela Universidade de Nottingham, Reino Unido e estudante de Mestrado em Ecologia e Evolução na Universidade Vrije e na Universidade de Amsterdão, Países Baixos

## 10.9 Chuvas deixam ruas do morro dos veados e Ramiros intransitáveis

*Jornal Luanda*

*15 De Maio de Maio de 2023*

*Texto: João Pedro*

O último Abril, com a ocorrência de fortes chuvas, causou um autêntico martírio aos moradores dos bairros Morro dos Veados e Ramiros, devido a dificuldade de circulação rodoviária, aliadas às condições de degradação das estradas.

A circulação tornou-se mais penosa para os que vivem nos bairros Mundial, Terra Prometida, Boa Esperança, Obama e João Lourenço. Há "guerra" para apanhar o transporte para chegar à praça das Salinas ou a Shoprite. Na paragem de carrinhas adaptadas, o movimento começa às 3 horas da madrugada.

As sucessivas chuvas que se abateram sobre Luanda, o pavimento escorregadio e os charcos de água deixaram muitas carrinhas avariadas esta situação faz com que os motoristas não cheguem às paragens habituais, encurtando o trajecto, o que obriga os moradores a fazerem o resto do percurso a pé.

Edivânia Panzo, moradora do bairro Obama, lamenta o estado da via do Autódromo que está totalmente esburacado, devido às chuvas, o que dificulta o tráfego dos carros. A moradora é de opinião que devia ser feito "um trabalho profundo de terraplanagem para melhorar a circulação rodoviária.

Aqui nesta zona, apenas temos carrinhas que fazem o transporte público. O terreno, por ser lodo, neste tempo, o pavimento fica escorregadio, o que dificulta a condução dos motoristas, sem falarmos dos vários buracos", disse.

O grau de dificuldades dos moradores é mesmo com o serviço de transporte, pelo que solicitaram a intervenção da administração municipal no sentido de implementar as obras do Plano Integrado de Intervenção dos Municípios (PIIM).

Em estrada lamacenta, nem os camiões não são poupados, acabando por ficar atolados. José Lopes, motorista de camião cisterna, que dormia na cabine, disse estar à espera do socorro de um amigo. "Nestas condições, só é possível sair daqui se for puxado. É por isso que estou aqui a descansar depois de efectuar várias tentativas que não deram em nada", justificou.

## 10.10 INAMET prevê frio intenso na maioria das províncias

*Jornal de Angola*

*15 De Maio de 2023*

*Texto: André da Costa*

Oficialmente, a época de calor terminou e hoje começou a do frio, também conhecida como Cacimbo. Com a mudança de clima, os alertas, aos cidadãos, vão especialmente para a prevenção contra as doenças oportunistas, próprias desta época.

O director do Instituto de Meteorologia e Geofísica (INAMET) disse, ontem, que, inicialmente, a mudança de clima vai ser gradual. Para João Afonso, hoje é apenas um dia de transição. "Nos primeiros dias, as mudanças ainda não vão ser sentidas com as características próprias do Cacimbo, em particular nas províncias localizadas no Norte do país".

A realidade, acrescentou, vai ser bem diferente na Região Sul, onde as temperaturas já começaram a baixar gradualmente. "Por exemplo, a temperatura da estação meteorológica de Ondjiva registou um mínimo de 13°C no dia 13 de Maio de 2023, devido à latitude em que se encontra".

João Afonso explica que para os meses de Junho, Julho e Agosto deste ano prevê-se valores de temperaturas mínimas mais baixos, ou seja, inferiores a 8°C, ou relativamente mais frio, nas províncias do Bié, Huambo, Moxico, Huíla, Cunene e Cuando Cubango.

As províncias do Namibe, Benguela, parte Oeste do Cuanza-Sul, Cuanza-Norte, Uíge, a zona Norte de Malanje, Lunda-Norte e a Região Leste da Lunda-Sul, os valores mais baixos vão estar entre os 10°C e 15°C. "As províncias que vão registar, relativamente, menos frio, são as de Luanda, Bengo, Zaire e Cabinda, com valores de temperaturas mais baixas, compreendidas entre 16°C e 20°C", informou.

Na época de Inverno Austral, conhecido em Angola como época de "Cacimbo", esclareceu, apesar de raro, podem ocorrer chuvas fracas (chuviscos) na Região Litoral do país, devido aos processos meteorologicamente conhecidos como de advecção da humidade do oceano para o continente, causado pelo escoamento do Anticiclone Subtropical do Atlântico Sul (ASAS).

"As chuvas fortes acompanhadas ou não de trovoadas não ocorrerão, porque os sistemas que causam estes fenómenos são da época de Verão e Outono Austral", assegurou.

O INAMET, sublinhou, tem um centro de vigilância meteorológica operacional com capacidade técnica e computacional onde diariamente é mantida a vigilância do estado da atmosfera, de modos a dar resposta com antecedência e em tempo real aos fenómenos meteorológicos.

Por esse motivo, adiantou, têm sido elaboradas previsões do tempo todos os dias e divulgadas através de vários canais. "Os boletins meteorológicos diários são um exemplo dessas previsões", referiu, acrescentando que têm também um aplicativo móvel para tal (em fase de finalização), um website, uma TV, rádio, jornais (todos em fase de testes) e redes sociais como Facebook, Twitter, LinkedIn e Instagram, com dados sobre o clima.

## 10.11 Serviço de Protecção Civil e Bombeiros mantêm ajuda às vítimas das chuvas

*Jornal de Angola*

*16 De Maio de 2023*

*Texto: Manuel Fontoura*

O Serviço de Protecção Civil e Bombeiros garantiu o apoio contínuo às vítimas das chuvas intensas, acompanhadas de ventos fortes, que caíram sobre a província do Cuanza-Norte, no período de 2021/2023, e causaram 13 mortos e 36 feridos, nos municípios de Cazengo, Golungo Alto, Ambaca, Cambambe e Lucala.

A Comissão Provincial de Protecção Civil e Bombeiros apresentou, numa reunião, realizada, em Ndalatando, sob orientação do governador Pedro Makita, o relatório oficial dos danos.

A reunião teve como objectivo a avaliação das consequências das últimas chuvas, visando dar respostas céleres e eficazes às situações de calamidade, sinistralidade, que afectaram Cambambe e Cazengo, dois dos municípios mais visados.



De acordo com o comunicado final, as chuvas provocaram ainda a destruição e inundação de várias residências, deixando ao relento 25.330 pessoas dos dez municípios da província.

A maioria das residências afectadas são de construção precária e situadas em zonas de risco, como margens de rios, valas de drenagem, zonas de lençóis freáticos, encostas de montanhas e ravinas, diz o comunicado da Comissão Provincial de Protecção Civil e Bombeiros. O comunicado final da reunião dá conta de que, devido à abertura das comportas das barragens de Laúca e Cambambe, 70 residências ficaram inundadas nas aldeias de Maculumbi e Lola/Massangano, afectando 350 pessoas.

A Comissão Provincial de Protecção Civil e Bombeiros mantém o apoio às vítimas das chuvas, realojando-as e entregando bens de primeira necessidade e continua a sensibilizar a população sobre os perigos das construções em zonas de risco.

Segundo o comunicado, tem-se registado insuficiência de meios logísticos para apoio imediato às vítimas da chuva e outras calamidades. Os participantes à reunião defendem a necessidade de loteamento de terrenos para o reassentamento da população residente em zonas de risco.

A falta de um plano de desassoreamento dos principais rios que atravessam as sedes municipais, para melhor circulação e evacuação eficiente das águas, é outra situação preocupante na região.

O Governo Provincial, ainda segundo o comunicado final da reunião da Comissão de Protecção Civil e Bombeiros, adquiriu e recebeu bens alimentares e não alimentares diversos, estimados em 280 toneladas, provenientes de entidades benfeitoras parceiras do Governo e do Ministério da Administração do Território que têm sido entregues às vítimas de calamidades naturais.

A comissão congratula-se com todas as entidades que se têm solidarizado com as populações sinistradas, apoiando com bens diversos, com realce para as empresas Harmoniza, ALL e o casal Demba da Fazenda "Planeta Verde."

Em relação à violência sexual, os participantes manifestaram-se preocupados com a tendência de crescimento de casos, tendo sido registados, nos últimos meses, 116 crimes desta natureza na província.

Sobre a sinistralidade rodoviária, durante o ano de 2022 foram registados 369 acidentes, que vitimaram mortalmente 88 cidadãos e deixaram 413 feridos e danos materiais avaliados em 376.738.000 kwanzas.

A comissão recomenda que sejam reforçados os mecanismos de sensibilização para se evitar construções em zonas de risco, com a intervenção de grupos multisectoriais, para o melhor esclarecimento da população, e que sejam concebidas estratégias para minimizar os efeitos de calamidades naturais.

Recomendou-se, também, a reparação de passagens hidráulicas no município de Cambambe, para se evitar danos em tempo chuvoso e a intensificação, pelo Comando de Protecção Civil e Bombeiros, dos trabalhos, junto das Administrações Municipais, que visam diminuir os casos de mordeduras de animais domésticos.

Órgãos afins são chamados para analisarem, de forma pormenorizada, a situação da proliferação do VIH por infecção dolosa. Os participantes à reunião solicitaram à Polícia Nacional para que passe a esclarecer as causas dos acidentes de viação, para facilitar a intervenção dos órgãos afins do ponto de vista preventivo.

Finalmente, foi recomendado a melhoria da sinalização vertical e horizontal nas zonas urbanas, para que a mobilidade de veículos e de peões seja feita com mais segurança.

## 10.12 Empresas abandonam a actividade

*Jornal O PAIS*

*19 De Maio de 2023*

O presidente da Associação Nacional dos Industriais e Madeiros de Angola (ANIMA), José Veríssimo, informou que muitas empresas estão abandonar a actividade de exploração de madeira, porque os custos para manter as empresas são elevados e não existem incentivos.

José Veríssimo disse que ainda não foi realizado um levantamento para saber de concreto o número de empresas de exploração de madeira que deixaram de funcionar nos últimos meses.

"A principal dificuldade prende-se com a falta de incentivos e os custos elevados que fazem com que algumas empresas emigram para outras actividades", explicou.

Sendo assim, o responsável associativo apela às autoridades para maior incentivo ao sector que tem capacidade para empregar mais de 100 mil pessoas nos diferentes segmentos desde a criação de florestas industriais, plantação de árvores e outros. Questionado sobre a redução de pedidos de licenças para a exploração de madeira, disse que o ano florestal teve início no dia 5 de Maio e algumas

empresas ainda não apresentaram os pedidos de exploração que poderá acontecer nos próximos meses.

José Veríssimo salientou que, em princípio, as licenças devem ser emitidas o mais cedo possível, reconhecendo que o Instituto de Desenvolvimento Florestal (IDF) tem feito um grande esforço, apesar de estar debilitado com problemas de quadro e equipamentos.

Em relação ao Decreto Presidencial que suspende a exportação de madeira em bruto, José Veríssimo disse que as empresas estão paralisadas porque estão a aguardar o novo Decreto Executivo que deve regulamentar o que se deve exportar.

Sublinhou que em diferentes países o sector da indústria madeireira contribui com 15 % para o Produto Interno Bruto (PIB), diferente de Angola que não tem condições para maior contribuição. Actualmente, a ANIMA conta com 96 associados ao nível do país.

Bengo: Busca por linha de crédito De modo geral, os madeireiros reconhecem que, com o Decreto Presidencial que proíbe a exportação de madeira bruta, o Estado quer regular o sector de modo a permitir maior crescimento e agregar valor na exportação da madeira.

Entretanto, para que tal venha a ser uma realidade, Africano Noé, dos madeireiros do Bengo, referiu que as empresas precisam de incentivos para se capacitarem.

Os incentivos, segundo Africano Noé, passam pela busca de uma linha de crédito com juros bonificados, como acontece com outros sectores, para se manterem no mercado e contribuir para a diversificação da economia.

Esta preocupação é, de resto, dos madeireiros ao nível nacional, pois Miguel Tchivo, do Cuando Cubango, reforça que "não basta implementar medidas, é necessário o apoio dos bancos para a aquisição dos equipamentos e máquinas para o processamento da madeira, de modo que as empresas estejam habilitadas para transformar o produto".

Do Moxico a reacção não é diferente. Frederico Salvador é de opinião que o Governo, através dos bancos públicos e o impulso aos privados devem facilitar o crédito de forma leasing, que é uma forma de negociação em que o cliente só se torna dono do equipamento após concluir todas as prestações de pagamento ao banco credor.

"As empresas exportadoras de madeira precisam de encontrar um mercado que permite o escoamento de forma eficaz e estão comprometidas com a criação de empregos", salientou.

Diante disso, acredita que poucas empresas vão permanecer no mercado e a produção de madeira irá reduzir, porque as empresas não conseguem transformar para exportar por falta de investimentos. "As empresas não têm capacidade para comprar equipamentos para transformar a madeira e os bancos para conceder financiamentos impõem uma série de condições, sendo uma delas ter a concessão que permita a exploração até 25 anos como garantia, que é extremamente difícil", detalhou.

### 10.13 Garimpo prejudica a economia e o meio ambiente

*Jornal O PAÍS*

*19 De Maio de 2023*

*Texto: Alberto Coelho*

Esta é uma realidade triste que se vive em Cabinda. São velhos costumes que devem ser revertidos", lamentou, ao jornal OPAÍS, o técnico do Instituto de Desenvolvimento Florestal (IDF), Noé Luzolo.

Para Noé Luzolo, toda actividade ilegal carece de registo de dados concretos sobre as áreas onde se extrai o produto, ilegalmente, e as quantidades de madeira exploradas, facto que debilita o ecossistema de algumas zonas, cujas consequências passam a ser não só económicas mas, também, ambientais.

Segundo a nossa fonte, os garimpeiros não olham a meios para justificar os seus fins económicos penetrando, inclusive, nas reservas florestais estabelecidas pelo Estado como áreas proibidas de exploração para garantir a sua reflorestação.

A acção dos garimpeiros ameaça, igualmente, algumas espécies florestais raras em vias de extinção como o Pau-Rosa, Undianuno preto e vermelho, Takula, dentre outros vegetais.

Por falta de meios técnicos e homens suficientes, o IDF vê-se abraços para levar acabo um trabalho de fiscalização eficiente para contrapor a actividade do garimpo da madeira em Cabinda. Actualmente, a instituição conta apenas com quatro fiscais efectivos, oito colaboradores e uma viatura para fiscalizar toda a extensão da província, o que tem limitado a sua acção ao município de Cabinda.

Com efeito, em matéria de fiscalização, o IDF conta, igualmente, com a contribuição das FAA e da Polícia Nacional o que permitiu a apreensão de vários metros cúbicos de madeira e carvão provenientes da exploração ilegal.

25 mil metros cúbicos para em 2023

As potencialidades florestais de Cabinda abrangem uma área de aproximadamente 250 mil hectares, das quais 175 mil correspondem à densa Floresta do Maiombe, o que torna a província no epicentro da actividade de exploração e transformação da madeira no país

Para a presente campanha florestal, iniciada a 1 de Maio do corrente ano, a província de Cabinda tem uma quota máxima de exploração de 25 mil metros cúbicos de madeira .dependendo, todavia, da capacidade técnica e financeira que as nove empresas licenciadas vão apresentar à equipa técnica de avaliação do IDF.

Em Cabinda, a campanha começou a ser preparada em Novembro de 2022 com a entrega dos processos dos candidatos, seguindo-se a fase de vistoria das área de exploração, onde as empresas passaram por um crivo dos técnicos do IDF, para averiguar as suas capacidades técnicas e financeiras, e só daí conceder licenças àquelas que reunirem as condições exigidas.

Nesse quesito, são sempre exigidas às empresas o pacto social, estudo de viabilidade económica, licença ambiental, equipamentos adequados à exploração florestal e capacidade financeira para arcar despesas inerentes ao pagamento dos salários dos trabalhadores e os impostos. A questão das licenças foi sempre um "handicap" para as empresas. Num passado recente, os produtores de madeira queixavam-se da morosidade que se registava na cedência das licenças de exploração, o que criava dificuldades e grandes prejuízos à empresa, para satisfazer os compromissos assumidos.

"Neste contexto, tudo tem sido feito para diminuir a morosidade do processo. Em períodos anteriores já foi mais moroso", disse Noé Luzolo, técnico da área de fiscalização do IDF. Segundo Noé Luzolo, as nove empresas que exploram madeira, em Cabinda, têm actualmente as licenças revalidadas, na medida em que as mesmas não conseguiram evacuar a madeira licenciada, em 2022, que se encontra nas áreas de corte.

## 10.14 Pedido de licença diminuem e negócio da madeira regista baixa

*Jornal O PAIS*

*19 De Maio de 2023*

*Texto: Patrícia de Oliveira*

O cuando Cubango é uma das províncias com maior volume de exploração de madeira ao nível do país. Por lá, contrariamente às 30 solicitações de licenças registadas no ano r: assado, este ano o número de solicitação está apenas em seis.

Apesar de ainda haver uma margem de solicitações, o presidente da Associação dos Madeiros desta província, Miguel Tchivo, referiu que este ano o número reduziu consideravelmente.

O responsável referiu que os números de 2023 poderão impactar, negativamente, no negócio da madeira e no desenvolvimento da província e do país.

Miguel Tchivo acredita que a medida que proíbe a exportação de madeira bruta é salutar, mas para a sua materialização deve ser olhada para todas as condicionantes que envolvem o sector.

"Queremos fazer o aproveitamento integral de todo o produto madeireiro, desde as folhas até aos troncos que exigem muita tecnologia, bem como técnicas para o processo. Deste modo, as empresas vão capacitar-se e cumprir com o propósito do Decreto Presidencial ", referiu. O representante do Cuando Cubango entende que implementar medidas sem que os empresários tenham condições para cumprir é matar as empresas e desempregar as pessoas.

No Moxico, a realidade não é diferente, visto que as solicitações para exploração de madeira caíram drasticamente, pois das 40 registadas no ano passado, neste momento o número não passa de sete.

O presidente da Associação dos Madeiros no Moxico, Frederico Salvador, avança que as empresas continuam a deixar esta actividade de exploração de madeira e abraçar outros negócios. Frederico Salvador frisou que já teve várias reuniões com o ministro do sector da Agricultura e Florestas, para relatar os factos, no entanto, outros ministérios também intervêm e dificultam todo o processo de exploração da madeira' inclusive já foi mandada carta ao Presidente da República. Já o representante do Instituto de Desenvolvimento Florestal (IDF) no Uíge, Rodrigues Nanga, confirma que o negócio da madeira tem registado baixa desde a entrada em vigor do Decreto Presidencial.

"Verifica-se uma baixa na exploração da madeira, porque os principais compradores eram as empresas exportadoras e com o diploma que proíbe a exportação da madeira não manufaturada existe pouca procura", disse.

### 10.15 Proibição de exportação da madeira bruta começa a surtir efeitos positivos no Cuanza Norte

*Jornal O PAIS*

*19 De Maio de 2023*

*Texto: André Mussamo*

Segundo o nosso entrevista, apesar da redução de 10 empresas para sete a operarem ao nível da circunscrição' continuam a ser criados postos de trabalho, assim como a proporcionar -se rendimento para o Estado, pela via da cobrança de impostos e outros emolumentos. Simão Jorge considera que a medida permitiu "depurar" aqueles que, na verdade, não tinham condições reais para explorar este recurso com vantagens recíprocas entre o Estado e o operador

"A medida veio fazer com que os operadores tivessem uma serração adequada para a transformação da matéria-prima (madeira) e exportar desde a província produtos com valor acrescentado e deixar externalidades em benefício da região". No Cuanza Norte, a maioria dos operadores do sector da madeira são nacionais que fazem o trabalho da transformação dentro do território da província e que depois revendem a exportadores, maioritariamente chineses e portugueses. Entretanto, o responsável reclama a falta de uma presença continuada de um interlocutor destes operadores na província e dialogar com as autoridades, mas, ainda assim, considera que as relações com os poucos presentes é "boa".

"Nós aconselhamos, comunicamos e ajudamos naqueles momentos quando estiverem a falhar nalguma situação no terreno. Os nossos técnicos vão dando o apoio aos trabalhos, nomeadamente na orientação dos cortes e na reflorestação", garante Simão Francisco Jorge do IDF Cuanza Norte.

#### 14 Empresas em licenciamento

Considera também que, a grande valência desta exploração tem sido a criação de um significativo número de postos de trabalho, apesar de na altura da nossa entrevista não ter sido possível dizer quantos.

"Nós temos, neste momento, 14 novas empresas em processo de licenciamento e arranque garantido para

este mês de Maio. Cada uma destas, além do técnico ou engenheiro florestal, tem a mão-de-obra de operadores, medidores e tantos outros".

Em termos de arrecadação, o percentual estabelecido por lei que é depositado pelos madeireiros (10%), as taxas de emissão de licença e a cobrança de multas e outros emolumentos, são as principais fontes que ajudam a robustecer a quota contributiva de recursos provenientes da exploração florestal.

Questionado sobre eventual exploração desenfreada que, em tempos foi sinalizada como estando a ocorrer, nos municípios mais a Norte da província, o responsável disse que o assunto está a merecer atenção especial da sua área, sendo que maior aposta no momento é a reflorestação.

Admite que, de vez em quando, vai ocorrendo a "exploração anárquica com a intromissão de garimpeiros", também fruto da exiguidade de meios e pessoal para assegurar a fiscalização a toda extensão da província com mais de 20 mil metros quadrados actividade florestal em todos os 10 municípios, porém, servida apenas por pouco mais de meia dúzia de funcionários da área.

"O número de funcionários não permite marcar presença nos 10 municípios que compõem a província do Cuanza Norte e todos eles ricos em recursos florestais. Temos estado a 'chatear' no bom sentido os órgãos centrais para aumento do nosso pessoal", revelou o responsável do IDF local.

### 10.16 Implementação do projecto de prevenção de desastres nas escolas e comunidades

*Jornal de Angola*

*20 De Maio de 2023*

A governante fez saber que, no Quadro de Acção sobre a Redução de Risco de Desastres em África da União Africana, está em curso a implementação do projecto de prevenção de desastres nas escolas e comunidades.

Este projecto, acrescentou, em parceria com o UNICEF, elaborou materiais didácticos que retratam assuntos relacionados com a seca, cheias, malária, calamidades naturais e outros temas transversais, que serão inseridos no currículo escolar do Sistema de Ensino em Angola.

Durante a intervenção, Ana Paula de Carvalho, citada em comunicado de imprensa da Missão Permanente de Angola junto das Nações Unidas, destacou o

trabalho do Executivo na criação e implementação de projectos em sistemas de alerta prévio que possam garantir que as comunidades sejam informadas das ameaças e a que estão sujeitas, bem como dos mecanismos de resposta para salvaguarda de vidas humanas e seus meios de subsistência.

"Encontram-se operacionais na região Sul do país, concretamente, na província de Benguela, as estações de sistema de aviso prévio do Caiave, instalada sobre o rio Catumbela e a estação do Carivo, instalada sobre o rio Coporolo.

A recolha dos dados obtidos nestas estações, realçou a ministra, permitem a monitorização remota dos pontos de medição dos níveis de água dos rios associados, para a pronta tomada de decisão das entidades competentes.

Referiu, igualmente, sobre os grandes investimentos na modernização dos serviços de Meteorologia Nacional para um melhor apoio aos principais sectores económicos e uma monitorização eficiente do clima.

Reforço da cadeia de valor dos serviços climáticos

Manifestou satisfação por Angola ter sido escolhida como ponto focal para a implementação do programa de Serviços Climáticos da SADC, denominado "ClimSa", cujo objectivo é o reforço da cadeia de valor dos serviços climáticos a fim de incentivar o uso de produtos de monitorização e previsão climática na gestão de riscos climáticos e na gestão ambiental.

A ministra Ana Paula de Carvalho concluiu a intervenção, reafirmando o compromisso nacional a nível global, assim como os 5 objectivos de África, para o Quadro de Sendai, o desenvolvimento de acções cada vez mais articuladas, com realce às questões ambientais tendo em conta as alterações climáticas.

A Reunião de Alto Nível, que decorreu até ontem, 19, fornece uma plataforma para os Estados-membros, os parceiros do Sistema das Nações Unidas e outras partes interessadas reflectirem sobre as conclusões e recomendações da Revisão da Estrutura de Sendai, formularem uma abordagem voltada para o futuro e informada sobre os riscos para tratar com mais eficácia no caso sistémico.

A Reunião adoptou uma declaração política para renovar o compromisso e acelerar a implementação do Quadro de Sendai até 2030.

A delegação, chefiada pela ministra Ana Paula de Carvalho, integra o encarregado de Negócios da

Missão Permanente da República de Angola junto das Nações Unidas, embaixador João Gimolieca, bem como altos funcionários do Ministério do Ambiente e diplomatas desta Missão Permanente.

## 10.17 País tem 742 ravinas que devem ser estancadas com a máxima urgência

*Jornal de Angola*

*21 De Maio de 2023*

*Texto: Bernardo Capita*

O ministro das Obras Públicas e Urbanismo, Carlos dos Santos, informou, em Cabinda, que no país existem 742 ravinas que devem ser intervencionadas com a máxima urgência, para se reduzir o impacto negativo deste fenómeno junto de diversas infra-estruturas, bem como sobre a vida das populações.

O ministro Carlos dos Santos, que esteve, na sexta-feira, província mais a Norte do país para testemunhar três autos de consignação de igual número de empreitadas de contenção e estancamento de ravinas localizadas nos bairros Tchizo, Mabel e na aldeia do Caio e também aferir o estado de degradação de edifícios na cidade de Cabinda, disse que o Executivo aprovou recentemente "a Estratégia Nacional para lidar com a contenção e estabilização de ravinas no país".

Referiu que, em função disso, decorre em todo o país o lançamento da primeira fase que inclui a província de Cabinda, onde foram catalogadas mais de 18 ravinas.

O ministro, que se fez acompanhar de altos funcionários do seu pelouro, com destaque para o secretário de Estado das Obras Públicas, Manuel Molares d' Abril, não revelou o montante que o Governo irá investir nesse processo de estancamento e contenção de ravinas em todo o país.

O Jornal de Angola apurou que as obras de estancamento e contenção da ravina do Tchizo, com 330 metros de extensão e mais de 50 de metros profundidade, vão custar aos cofres do Estado mais de 2 mil milhões de kwanzas, ao passo que as de Mabel, com 180 metros de extensão e mais de 30 de profundidade, rondam mais de mil milhão de kwanzas.

Acrescentou a mesma fonte que a ravina em progressão, que ameaça engolir o Centro de Análise de Poluição e Controlo Ambiental do Caio, bem como os trabalhos de contenção vão custar mais de dois mil milhões de kwanzas.

No que toca a edifícios em estado de degradação ou em ruínas, o ministro Carlos dos Santos não indicou o número de imóveis existentes no país nessa condição, limitando-se a informar que o facto constitui uma preocupação central, daí, reforçou, o Executivo ter aprovado o programa para lidar com as infra-estruturas em risco.

Na cidade de Cabinda, anunciou o governante, foram identificados mais de 18 edifícios em estado de degradação que, nos próximos dias, deverão ser avaliados pelos técnicos do Laboratório de Engenharia de Angola para se observarem as condições. "Podem resumir-se em mau estado de conservação, insalubridade ou se alguns deles podem no futuro correr algum risco de ruína", sublinhou.

A ida a Cabinda do ministro Carlos dos Santos serviu, também, para anunciar "a boa nova às autoridades locais" sobre a consignação em Junho das obras de reabilitação da estrada que liga a fronteira Sul da cidade de Cabinda (Yema) à região do Alto Maiombe (Miconje), numa extensão de aproximadamente 300 quilómetros.

"É uma estrada extremamente importante, daí a preocupação do Executivo em reabilitá-la para não só facilitar a vida da população, mas também o desenvolvimento dos municípios do interior da província", disse Carlos dos Santos, para quem as condições de procedência, sobretudo, as de ordem financeira estão garantidas.

#### Contenção das ravinas

A governadora da província, Mara Quiosa, considerou que as obras de contenção e estancamento de ravinas localizadas nos bairros Tchizo, Mabel e Caio, quando concluídas, vão aliviar a população, já que a circulação de pessoas e bens será restabelecida, assim como acabar-se-á com o impacto negativo sobre as infra-estruturas.

"Estamos aliviados por testemunharmos os autos de consignação e início das empreitadas de carácter emergencial para a contenção e estabilização das ravinas do Tchizo 1, Caio e a do Mabel", disse Mara Quiosa, reiterando que as obras quando forem concluídas "certamente irão reduzir o impacto negativo e os constrangimentos que têm causado na mobilidade de pessoas e bens, devolvendo a tranquilidade à população".

No tocante às obras das infra-estruturas integradas da cidade de Cabinda fase 2, que foram igualmente visitadas pelo ministro das Obras Públicas e Urbanismo, a governadora disse ter ficado manifestamente satisfeita por ter recebido de Carlos

dos Santos a anuência para a continuidade dos trabalhos interrompidos há cerca de oito meses de reposição de passeios na rua Duque de Chiazzi e a colocação da iluminação pública na rua Amaro Tati.

"Visitamos as obras das infra-estruturas integradas da cidade de Cabinda fase 2 e o nosso pedido de retoma dos trabalhos de colocação de passeios na Avenida Duque de Chiazzi, bem como de instalação de iluminação pública na rua Amaro Tati foi aceite pelo ministro", exteriorizou.

O regedor do Caio, Pedro Chocolate, manifestou-se feliz pela realização das empreitadas de contenção e estabilização das ravinas na cidade de Cabinda.

"Estou muito feliz pelo facto do Governo consignar as obras de contenção e estabilização das ravinas que ameaçam destruir muitas infra-estruturas, como o Centro de Análise de Poluição e Controlo Ambiental", disse.

## 10.18 Produtos de resíduos sólidos reciclados apresentados por mais de 50 expositores

*Jornal de Angola*  
21 De Maio de 2023

Mais de 50 cidadãos expõem, desde ontem, na baixa de Luanda, produtos de resíduos sólidos reciclados, na Expo-Reciclar, que, em princípio, termina hoje.

Segundo a presidente da Agência Nacional dos Resíduos (ANR), Nelma Caetano, a Expo-Reciclar é uma montra de negócios sustentáveis, onde os expositores apresentam à sociedade produtos de diversos tipos de resíduos reciclados.

O evento, acrescentou, é, igualmente, um momento de oportunidades para os artistas promoverem os seus trabalhos através da Internet e os munícipes apresentarem soluções para problemas ambientais.

Nelma Caetano, que falava na abertura da Expo-Recicla, disse que a organização prevê negócios na ordem dos nove mil milhões de kwanzas.

Segundo a presidente da ANR, a província de Luanda recicla, actualmente, cerca de 20 por cento dos resíduos sólidos que produz, numa parceria entre a Agência Nacional de Resíduos e o Governo Provincial.

Deu a conhecer que o grande objectivo é aumentar e estimular cada vez mais a economia circular, melhorando o ambiente de negócios para as

cooperativas e startups que investem na indústria da reciclagem dos resíduos.

"O óleo queimado, as garrafas e os pneus usados ganham novo valor ao serem utilizados como matéria-prima e inseridos no mercado como novo produto", disse Nelma Caetano, que explicou que a presente edição traz como inovações a prestação de serviços de colectores de lixo e de artistas de reciclagem, como forma de impulsionar o bem fazer.

Nelma Caetano deu a conhecer que existe um projecto que visa a educação ambiental de menores de idade, em parceria com o Ministério da Educação.

Sob o lema "Promovendo práticas sustentáveis", a Expo-Reciclar reúne mais de 50 expositores de produtos de resíduos totalmente reciclados, artesanato, stands de venda de livros, utensílios de cozinha, frutas nacionais e uma feira da saúde.

#### Preservação do ambiente

A administradora municipal de Luanda, Milca Caquesse, apelou aos munícipes no sentido de adoptarem uma postura de sã convivência e de preservação do ambiente.

Milca Caquesse aconselha os adultos a cuidarem do lixo produzido em casa e não deixarem essa tarefa para as crianças, que não conseguem colocá-lo nos contentores.

A administradora municipal de Luanda manifestou-se preocupada com a vandalização dos bens públicos, sobretudo contentores de lixo, tendo defendido a denúncia às autoridades.

Durante dois dias, vão ser discutidos temas ligados ao plano nacional de banimento de plásticos, responsabilidades por danos ambientais, reaproveitamento energético de resíduos, tratamento de solos contaminados e elaboração de planos de gestão de resíduos.

A importância da reciclagem da economia circular, educação ambiental no âmbito da gestão adequada de resíduos, ponto de situação sobre a economia circular em Angola, recuperação dos solos contaminados e empreendedorismo verde no segmento da gestão dos resíduos constam entre os temas agendados.

Participam da feira representantes do Programa de Reconversão da Economia Informal (PREI), do Fundo Activo de Capital de Risco Angolano (FACRA), do Banco de Desenvolvimento de Angola (BDA) e do Projecto de Inserção Social de Catadores de Resíduos Sólidos (PICAR).

## 10.19 Angola perde anualmente cerca de 500 milhões de dólares devido ao lixo não tratado

*Jornal de Angola*

*22 De Maio de 2023*

*Texto: Pedro Bica e Carla Bumba*

O secretário de Estado do Ambiente, Abias Huongo, disse, ontem, em Luanda, que o país perde anualmente perto de 500 milhões de dólares devido ao lixo não tratado.

Discursando no encerramento da Feira Expo-Recicla 2023, Huongo explicou que o dinheiro perdido pode ser recuperado com a reciclagem do lixo, "que pode gerar emprego e renda familiar" e ajudar para o desenvolvimento económico e ambiental.

Abias Huongo disse que a 2ª edição da Feira Expo-Recicla 2023 veio mostrar que é possível, com as ideias mais pequenas, começar o reaproveitamento dos resíduos sólidos.

Huongo considerou o evento importante pelas exposições e pela consciencialização das populações no uso correcto dos resíduos, bem como pela ajuda na reflexão sobre a necessidade de os processos saírem do papel para a acção.

O secretário de Estado assegurou que as indústrias com capacidade de fazer reciclagem vão poder beneficiar das decisões e transformar os resíduos em outros produtos.

#### Conferência internacional

O secretário de Estado do Ambiente anunciou a realização, em Setembro, da Feira Internacional sobre economia circular, a ter lugar na província do Namibe, numa parceria entre os ministérios do Ambiente e da Economia e Planeamento.

#### Aterros sanitários

Abias Huongo deu a conhecer que os aterros sanitários poderão ser transformados em centros de valorização de resíduos para gerar renda às famílias e mais empregos.

Garantiu que a má gestão ou débil tratamento dos resíduos sólidos resulta da falta, em parte, de conhecimento sobre a separação dos resíduos.

Sob o lema "Promovendo práticas sustentáveis", a Expo-Reciclar reúne mais de 50 expositores.

Agência Nacional de Resíduos ganha novos parceiros

A Agência Nacional de Resíduos (ANR) passou a contar, desde ontem, com dois novos parceiros, nomeadamente a Escola de Arte "Jo-babe" e a empresa Angola Recicla, anunciou, em Luanda, a presidente do Conselho de Administração da referida entidade.

Nelma Caetano disse, em declarações ao Jornal de Angola, durante a segunda edição da Feira Expo Recicla, que decorreu em Luanda, entre os dias 20 e 21 do corrente, que esses dois novos parceiros fazem parte do número de pedidos de inscrições que a agência recebeu.

Segundo a responsável, outras parcerias foram manifestadas, durante a feira, por uma empresa do Cuando Cubango e outra da Huíla, que pretendem replicar o conceito de Expo nas duas províncias.

Nelma Caetano informou que a intenção é expandir o papel da Expo Recicla por todas as províncias e municípios do país.

A Agência Nacional de Resíduos, salientou a responsável, nesta 2ª edição da Expo Recicla teve um balanço bastante positivo, tendo recebido muitas solicitações para fazerem parte nas próximas edições.



## II. INVESTIMENTOS CHINES EM ANGOLA

### II.1 Jornalistas estrangeiros partilham experiência sobre acesso à informação nos órgãos chineses

*Jornal de Angola*

*2 De Maio de 2023*

*Texto: Paulo Caculo*

O grupo de jornalistas estrangeiros participantes do programa de formação e cobertura jornalística, promovido em Pequim pelo Centro de Imprensa Internacional da China, mantém contacto com a realidade prática do exercício da profissão nos órgãos de comunicação social do país asiático.

Durante as próximas semanas, os 64 profissionais do jornalismo mundial presentes na capital chinesa, em representação de 51 países, incluindo Angola, alternam as aulas teóricas sobre a construção da notícia e reportagens, com sessões de visitas de constatação da realidade em jornais, televisão e rádios locais.

O derradeiro roteiro dos jornalistas estrangeiros na China teve o primeiro ensaio no jornal People's Daily (Diário do Povo, em português), editado em Pequim e publicado em todo o mundo, com uma tiragem de quatro milhões de exemplares.

O referido diário é o órgão oficial do Partido Comunista da China (PCCh), liderado pelo Presidente Xi Jinping, tendo sido publicado, pela primeira vez, em 15 de Junho de 1948, em Pingshan, Hubei. Em Março de 1949, o jornal transferiu as instalações para a capital Pequim, ano em que foi declarado, em Agosto, órgão oficial do partido comunista.

De acordo com o director geral do Departamento de Relações Exteriores, Xu Bo, o Diário do Povo teve papel fundamental durante a Revolução Cultural da China, tendo sido uma das poucas fontes de informação que os estrangeiros e os próprios chineses utilizavam para saber das actividades realizadas pelo Governo naquela época.

Naquele período, disse, um editorial do Diário do Povo era considerado como sendo um comunicado autorizado ou oficial da política governamental. Em 1997, o jornal ganhou uma edição online, proporcionando aos leitores uma abordagem mais extensiva em termos de opção de leitura, já que, além

do inglês, é publicado igualmente nas versões em português, espanhol e francês.

#### Troca de experiência

No contacto com os jornalistas chineses, aos profissionais da comunicação social estrangeira é permitido colocar perguntas, que possibilitam obter respostas sobre algumas curiosidades do exercício da profissão, bem como avaliar o tratamento dado a determinadas matérias, mormente as mais polémicas.

Questões como o acesso à informação e os critérios de tratamento de notícias merecem, igualmente, a atenção dos jornalistas estrangeiros, tendo as mesmas sido devidamente aclaradas pelos profissionais do jornal Diário do Povo.

Para o editor das páginas Internacional, Xang Xun, através de instrumentos de análise é possível perceber a necessidade de desenvolver o pensamento crítico dos jornalistas, para que despertem a curiosidade pelo mundo, o queiram conhecer e fiscalizar.

A falta de consciencialização em relação à missão e ao exercício da própria profissão é, segundo ainda o jornalista chinês, uma das maiores fragilidades assinaladas, com consequências em várias direcções.

Referiu, por outro lado, que a falta de conhecimentos, que não gera dúvidas, resulta em textos jornalísticos que se limitam a dar voz às fontes, sem que os factos sejam questionados. Alguns jornalistas africanos destacaram, por seu lado, entre as maiores dificuldades para o exercício pleno da profissão a escassez de formação e de tempo, considerando essencial, no futuro, mais ciclos de formações para aperfeiçoar as técnicas, sobretudo da escrita.

Uma das questões mais complexas, na visão do jornalista Alberto Zuze, do Jornal Notícias de Moçambique, é o da relação com as fontes. Neste âmbito, o profissional anotou a existência de uma "forte politização das notícias", sendo que "a proximidade entre os jornalistas e a classe política é muitas vezes de grau familiar, o que, acaba por afectar, de alguma forma, a liberdade profissional".

O editor da edição em inglês do Diário do Povo, Lin Zihan, considera a falta de vocação um factor que "trava o desenvolvimento das capacidades técnicas e profissionais dos jornalistas que estão na profissão para ter um trabalho e um salário", sem que compreendam "a responsabilidade social do jornalismo".

Os apelos incidiram para a busca de competências de pensamento crítico, sobretudo na interpretação e selecção de informação essencial e na capacidade de investigar e propor novos temas para conteúdos informativos.

## 11.2 Televisão Central da China

*Jornal de Angola*

*2 De Maio de 2023*

Os profissionais da comunicação social estrangeira devem visitar esta semana as instalações da Televisão Central da China ou China Central Television, geralmente abreviada por CCTV. Trata-se da maior rede de televisão da República Popular da China.

A primeira edição do canal de televisão foi ao ar em 2 de Setembro de 1958. É uma empresa pública, pertencente ao Grupo Media da China, sob a tutela do Ministério de Rádio, Televisão e Filme da China e da Administração Estatal de Imprensa, Publicação, Rádio, Filme e Televisão do país.

Com sede em Pequim, a CCTV lançou o segundo canal em 1963 e o terceiro em 1969, tendo em 1972 começado a transmissão em satélite para todo o país, sendo que em 1 de Maio de 1973 começaram as transmissões a cores.

Com a visita à CCTV, o grupo de jornalistas estrangeiros deverá enriquecer os conhecimentos em relação a história da televisão chinesa, bem como aproveitar para satisfazer algumas curiosidades em relação a produção de cinema no país.

Recorde-se que os 64 jornalistas estrangeiros estão em Pequim no âmbito de um programa de intercâmbio com os profissionais da comunicação social chinesa.

O evento, lançado em 2014, inscreveu já a participação de mais de 450 jornalistas, oriundos de África, Ásia-Pacífico, América Latina e Caribe, Eurásia, Arábia Saudita, Europa Central e Oriental.

## 11.3 Angolanos na China vão beneficiar de formação em tecnologias de aviação

*Jornal de Angola*

*12 De Maio de 2023*

*Texto: Paulo Caculo*

Estudantes angolanos na República Popular da China vão beneficiar, a partir deste mês, de formação sobre Ciências e Tecnologias de Aviação, na Shandong

Yufeng Aviation Technology Co. Ltd, fruto de um acordo de parceria rubricado pela coordenação do núcleo do Conselho Nacional da Juventude (CNJ AO-CHINA) no país asiático, com a empresa chinesa.

A informação foi avançada, ao Jornal de Angola, por Odair Júlio, coordenador-geral da representação do CNJ em território chinês, à saída do encontro que manteve, na cidade de Rizhao, com a direcção da companhia de aviação, encabeçada por Liu Yang.

O acordo, segundo o responsável do CNJ na China, aconteceu na sequência de um convite formulado pela empresa chinesa à organização juvenil angolana, para visitar as suas instalações. Na sequência, Odair Júlio inteirou-se da existência do projecto de formação no domínio da aviação, dirigido a jovens estudantes.

A Shandong Yufeng Aviation Technology Co. Ltd, segundo o coordenador-geral do CNJ AO-CHINA, ocupa um lugar de destaque no mercado chinês, tendo a sua fundação resultado de um investimento do Governo do Distrito de LanShang, da cidade de Rizhao, com enfoque nos estudos e viagens no domínio da aviação.

"Encaramos o convite desta empresa como uma soberana oportunidade para proporcionar aos nossos jovens estudantes uma formação sobre técnicas de aviação", esclareceu Odair Júlio, para quem a empresa Shandong Yufeng Aviation acumula enorme experiência no mercado e representa uma das referências no que toca ao treinamento de futuros quadros da aviação diz respeito.

Acrescentou que o encontro serviu, igualmente, para ambas as partes acertarem aspectos de interesse mútuo, sendo um dos quais a disponibilização de vagas para estágios remunerados aos membros do CNJ AO-CHINA, com possibilidade de enquadramento na referida empresa, "caso os estudantes revelem capacidade para corresponder aos desafios e exigências" colocados pela companhia de aviação.

O primeiro grupo de estudantes, ressaltou o líder juvenil, deverá seguir viagem para as instalações da Shandong Yufeng Aviation, em Rizhao, antes do final da primeira quinzena do mês em curso, para um ciclo de formação de três meses, devendo "o futuro dos mesmos depender do nível de desempenho", durante todo o processo de aprendizagem.

Na ocasião, o coordenador-geral e a coordenadora-adjunta, Finelsa Baza, foram convidados para serem prelectores na palestra subordinada ao papel dos

jovens nas sociedades modernas, presenciado por mais de 200 estudantes da escola do Ensino Médio de Rizhao.

Integraram à delegação do CNJ AO-CHINA, além do coordenador-geral e da coordenadora adjunta, a secretária para o Género, Denise Almeida Júlio.

O CNJ na China promove, com a ajuda da representação diplomática angolana, iniciativas com a perspectiva de ajudar jovens que almejam alcançar uma formação superior com o objectivo de se tornarem cada vez mais capacitados para encarar os desafios do mercado nacional, na procura de emprego e na efectivação do auto-emprego.

Desenvolve, também, troca de experiências com organizações estrangeiras congéneres e apoia a divulgação de trabalhos sobre a juventude, sendo reconhecido pelo Executivo, enquanto parceiro, em matéria de políticas para a juventude.

#### 11.4 Angola e China avaliam perspectivas de melhoria do intercâmbio

*Jornal de Angola*  
15 De Maio de 2023  
Texto: Paulo Caculo

O estado da cooperação entre Angola e a República Popular da China e as perspectivas de melhoria do intercâmbio entre os países dominou a audiência concedida, há dias, em Pequim, pelo novo director-geral adjunto para África do Ministério dos Negócios Estrangeiros da China, Zhou Ping, ao embaixador angolano João Salvador Neto.

Durante o encontro, os responsáveis avaliaram os níveis da cooperação bilateral, num período em que a China está cada vez mais a abrir-se ao mundo e, por força disso, a verificar-se um maior interesse de investidores locais, parceiros estrangeiros e diplomatas residentes que, com base nos diferentes estudos, procuram a melhor opção para a satisfação das estratégias elaboradas previamente. Na ocasião, foram, igualmente, analisados aspectos relativos à necessidade imperiosa de promoção do estreitamento das relações de amizade e cooperação económica.

João Salvador Neto e Zhou Ping aproveitaram, também, para abordar questões relacionadas com o andamento das obras da barragem hidroeléctrica de Caculo Cabaça, cuja construção está entregue à empresa China Gezhouba Group International Engineering CO, uma das mais prestigiadas do ramo

da construção civil no país asiático, com uma extensa carteira de relações no mundo empresarial, com países da União Europeia. O embaixador reiterou, na ocasião, a importância do recente encontro mantido com a direcção da construtora China Gezhouba Group Internacional Engineering CO, nas instalações da representação diplomática, em que manifestou a necessidade da empresa chinesa formar jovens angolanos nos diversos níveis de ensino, para serem partícipes activos no processo de transformação do país.

João Salvador Neto sugeriu à empresa chinesa a abraçar a ideia de combinar a realização de investimentos e projectos com a formação de jovens angolanos, tendo a direcção da construtora acolhido a sugestão de contribuir na formação técnico-profissional, explorando a relação de parceria com instituições académicas, onde serão recrutados formadores com qualidade e solidez.

A reunião, de quarta-feira, entre ambos os diplomatas acontece num período em que o embaixador João Salvador Neto considera importantes os apelos do Chefe de Estado angolano, João Lourenço, para a aposta na diplomacia económica.

Ficou ainda reforçada a ideia de melhoria do intercâmbio entre os países, nos mais variados domínios.

Angola é, recorde-se, o maior parceiro comercial da China no continente africano, com um volume de negócios que em 2010 atingiu a cifra de 24,8 mil milhões de dólares. A parceria entre angolanos e chineses assenta, fundamentalmente, na igualdade e benefícios mutuamente vantajosos, pode, também, para além de contribuir para o desenvolvimento dos dois países, ajudar no estabelecimento de uma nova ordem política e económica internacional e promover a democratização das relações internacionais. Integraram a delegação angolana a ministra conselheira, Joana Feijó, e o adido de imprensa, Carlos Contreiras.

#### 11.5 China defende maior promoção da paz nas questões regionais e internacionais

*Jornal de Angola*  
16 De Maio de 2023  
Texto: Garrido Frago

A China pretende dar maior impulso às relações de cooperação com Angola no quadro da nova conjuntura internacional, com vista à promoção da paz e estabilidade nos assuntos regionais e

internacionais, anunciou, segunda-feira, em Luanda, o embaixador do gigante asiático no país, Gong Tao, no final da audiência que lhe foi concedida pelo Presidente da República, João Lourenço, no Palácio Presidencial, na Cidade Alta.

"Vamos continuar a manter contactos ao mais alto nível para a consolidação das nossas relações políticas para obtermos, cada vez mais, resultados frutíferos nos domínios do comércio e investimentos", declarou o diplomata chinês aos jornalistas, salientando que a China pretende juntar esforços com Angola no sentido de ajudar os parceiros internacionais na resolução pacífica dos conflitos.

Com o Chefe de Estado, o diplomata disse ter abordado, também, as relações bilaterais, que "se encontram num bom período de desenvolvimento", numa altura em que Angola e a China comemoram o 44º aniversário do estabelecimento das relações de cooperação.

O diplomata referiu, ainda, que avaliou com o Presidente João Lourenço o estado de execução das obras em curso no país, implementadas com financiamento chinês, nomeadamente do novo Aeroporto Internacional de Luanda, da Central Hidroeléctrica de Caculo Cabaça (Cuanza-Norte) e do Porto de Caio (Cabinda). "Temos interesse e vontade de assegurar financiamentos destas obras, para que as mesmas sejam concluídas no tempo previsto e contribuam para o rápido crescimento económico e social de Angola", afirmou. Gong Tao disse ter ouvido considerações do Presidente João Lourenço sobre a importância da diversificação da economia angolana e o lançamento, nos próximos tempos, de novos projectos, no quadro do Programa de Desenvolvimento Nacional, que, segundo afirmou, "procuraremos avaliar".

O diplomata chinês referiu, a propósito, que a China estuda, com as autoridades angolanas, a possibilidade da realização, no decurso deste ano, da segunda edição da Comissão Mista. Referiu que a ocasião deverá ser aproveitada para avaliação de novas possibilidades de cooperação, não apenas no domínio de financiamentos, mas também de investimentos e formação de quadros.

#### Trocas comerciais

O embaixador da China em Angola revelou que as trocas comerciais bilaterais atingiram, no ano passado, 207 mil milhões de dólares, realçando o desejo do Governo do seu país ver, cada vez mais, diversificadas as mercadorias que sustentam o volume de negócios bilaterais, como forma de também

potencializar as capacidades angolanas de exportação para o gigante asiático.

Angola é o segundo maior parceiro comercial da China no continente africano, depois da África do Sul, lembrou o diplomata, acrescentando que a China continua a ser o maior parceiro comercial de Angola dos últimos 15 anos.

Gong Tao referiu, ainda, que o seu país está interessado em celebrar acordos com Angola nos sectores da Agricultura e Pescas, acrescentando que a China já iniciou grandes investimentos em fazendas espalhadas pelo território angolano, que, nessa altura, já oferecem "boas colheitas".

Para o diplomata, Angola terá um "futuro brilhante" no sector da Agricultura, antevendo o interesse neste sector não só do Governo de Pequim, como de outros parceiros internacionais e regionais.

Na sequência do levantamento das restrições causadas pela pandemia da Covid-19, o diplomata chinês disse que nos últimos tempos grupos de empresários chineses visitam com frequência Angola, no intuito de investirem no comércio, ao mesmo tempo que anunciou que Angola foi convidada para participar na 3ª edição da Feira de Comércio e Investimento China-África, que decorrerá no final de Junho próximo, na província chinesa de Hunan.

Para o embaixador, o evento deverá ser aproveitado para os empresários angolanos mostrarem aos pares chineses, novas oportunidades de negócios e investimento que se abrem em Angola, em vários sectores.

## 11.6 Relações bilaterais com vatangens mútuas

*Jornal de Angola*  
18 De Maio de 2023

As relações bilaterais entre Angola e a República Popular da China, particularmente com empresas chinesas, permitiram construir, em Angola, mais de 2.800 quilómetros de caminhos-de-ferro, milhares de quilómetros de estrada, 100.000 fogos habitacionais, 100 escolas, 50 hospitais, entre outras obras concluídas e em execução, como a barragem de Caculo Cabaça, o Novo Aeroporto Internacional de Luanda, a Centralidade de Kilamba Kiaxi, o Caminho-de-Ferro de Benguela (CFB), a Central Térmica do Soyo.

Estes dados foram avançados, ontem, em Luanda, pelo embaixador da China em Angola, Gong Tao, durante a palestra dirigida aos trabalhadores da Edições Novembro-EP. Na preleção, o diplomata disse que, em 40 anos, independentemente das mudanças das situações internacionais e internas, a China e Angola sempre estiveram unidas na assistência mútua e alcançaram resultados importantes no intercâmbio e cooperação em vários domínios.

Gong Tao salientou que um grande número de empresas chinesas fez investimento em Angola, dando um importante contributo para a diversificação e industrialização da economia.

As Forças Armadas dos dois países, acrescentou, têm mantido intercâmbio e cooperam nos domínios do Equipamento e Tecnologia Militar.

Segundo Gong Tao, as empresas chinesas em Angola estão a cumprir activamente as responsabilidades sociais e várias câmaras de comércio e da comunidade chinesa que têm manifestado carinho e procuram retribuir à sociedade angolana através de doações, bolsas de estudo e projectos de alívio da pobreza.

De acordo com as necessidades da parte angolana, avançou, a China organizou formações para mais de três mil funcionários angolanos nos domínios do Comércio, Agricultura, Saúde, Comunicação Social e Polícia.

O diplomata chinês deu a conhecer que o seu país enviou cinco equipas médicas compostas por 70 profissionais que atenderam quase 400 mil pacientes angolanos, forneceu centenas de bolsas de estudo e ajudou a formar talentos em várias indústrias.

Por outro lado, disse, a China tem apoiado activamente o desenvolvimento de Angola e fornecido assistência através de vários projectos de doação, tais como o CINFOTEC Huambo, Hospital Geral de Luanda, Centro de Demonstração de Tecnologias Agrícolas no Mazozo e a Academia Diplomática Venâncio de Moura.

Em 2022, referiu, o volume das trocas comerciais entre os dois países rondou os 27,3 mil milhões de dólares norte-americanos.

A China tem sido grande parceiro comercial de Angola, o maior mercado de exportação e uma importante fonte de investimento durante muitos anos, enquanto Angola é o segundo maior parceiro comercial e exportador de petróleo para a China, depois da África do Sul.

"Estabelecemos um exemplo para a cooperação Sul-Sul. A profunda amizade entre a China e Angola está em consonância com a luta dos dois povos pela Independência e libertação nacionais, fazendo-nos bons parceiros e irmãos. Sempre nos apoiámos mutuamente na escolha das próprias vias de desenvolvimento, que correspondem às nossas condições nacionais", disse o embaixador.

Gong Tao salientou a estreita coordenação e cooperação nos assuntos internacionais, regionais, salvaguarda da paz, equidade, justiça internacional e os interesses comuns dos países em desenvolvimento, fazendo contributos não só para a solidariedade e cooperação entre países em desenvolvimento, mas também para a prosperidade e estabilidade do mundo.

## 11.7 Embaixador chinês aposta no reforço da cooperação com a média angolana

*Jornal de Angola*

*18 De Maio de 2023*

*Texto: Manuela Gomes*

O embaixador da República Popular da China em Angola considerou, quarta-feira, em Luanda, que nos últimos anos o intercâmbio entre os meios de comunicação social chineses e angolanos tem-se tornado, cada vez mais, estreito e a influência desta cooperação também tem aumentado, gradualmente, desempenhando um papel importante no reforço da compreensão mútua e da amizade entre os dois povos.

Gong Tao partilhou a ideia na palestra dirigida aos trabalhadores da Edições Novembro-EP, que teve, entre outros objectivos, o estreitamento das relações entre a Embaixada da China em Angola e a empresa proprietária do *Jornal de Angola*, *Jornal dos Desportos*, *jornal Cultura*, *Economia e Finanças*, entre outros títulos.

"Esperamos que todos os amigos da comunicação social angolana, com espírito de objectividade, racionalidade, equilíbrio e equidade, compreendam a corrente principal e o rumo das relações China-Angola, que sejam divulgadores e promotores da amizade entre os nossos países e contem bem a história chinesa e angolana, dando mais energias positiva ao desenvolvimento dos laços de cooperação", afirmou.

Disse estar satisfeito por, hoje, contar aos profissionais da comunicação as histórias da amizade sino-angolana e da modernização chinesa. "Nos últimos 40 anos, estabelecemos um exemplo para a cooperação com benefício mútuo China-África. A cooperação pragmática China-Angola foi desenvolvida e consolidada constantemente, formando uma excelente convergência de interesses".

O diplomata recordou que aquando da reunião com o Presidente João Lourenço, em 2018, o Presidente Xi Jinping sublinhou que os dois países devem aprofundar o intercâmbio e aprendizagem mútua entre as civilizações, bem como promover o entendimento recíproco entre os povos.

"Acreditamos que durante a implementação do Plano de Desenvolvimento Nacional 2023-2027, que está a ser elaborado pelo Governo angolano, que terá, certamente, muitos pontos de convergência com a modernização chinesa, vamos testemunhar, cada vez mais, narrativas lindas de desenvolvimento moderno e mais histórias de cooperação amistosa entre a China e Angola", disse o diplomata, acrescentando que o seu país está disposto a trabalhar para implementar os importantes consensos dos dois Chefes de Estado, elevando o nível da cooperação pragmática e trazendo mais benefícios para os dois povos. Por sua vez, o presidente do Conselho de Administração da Edições Novembro-EP considerou o evento uma grande oportunidade para a troca de experiências, devido às potencialidades da China em termos de tecnologias de comunicação.

Segundo Drumond Jaime, a visita do embaixador chinês ao Jornal de Angola serviu, também, para abordar questões relativas à formação e fornecimento de tecnologia para a Edições Novembro-EP, "uma vez estarmos, neste momento, a fazer um grande esforço na área do Jornalismo digital, atendendo que grande parte da nossa população é jovem e tem preferência ao uso das tecnologias do que ao jornal físico".

Acrescentou que a cooperação entre a Embaixada da China e a Edições Novembro-EP vai ajudar no avanço tecnológico pretendido pela empresa.

Drumond Jaime deu a conhecer que, nos próximos dias, será criado um protocolo com empresas chinesas de comunicação, visando o envio de quadros para formação e troca de experiências sobre gestão, "para melhorar o desempenho da nossa empresa, uma vez que estamos a renovar o nosso quadro de pessoal".

O presidente do Conselho de Administração da Edições Novembro-EP acrescentou que vão ser

capacitados, fundamentalmente, quadros jovens, no âmbito da cooperação com a China, "mas todos precisam de formação, particularmente os jornalistas".

## 11.8 Chineses' 'lutam' para reaver bens entregues ao Estado pelos generais

*Jornal O PAIS*

*19 De Maio de 2023*

*Texto: Paulo Sergio*

Verónica Fung, esposa do empresário chinês Sam Pa, que se encontra detido na China há 8 anos, está a mover um processo contra a empresa ligada ao antigo chefe das Comunicações da Presidência da República, junto da Sala do Cível e Administrativo do Tribunal Provincial de Luanda por, alegadamente, ter violado a lei ao entregar ao Estado todo o património da CIF em Angola. O ex-ministro de Estado e chefe da Casa Militar, Hélder Vieira Dias Júnior "Kopelipa", também está arrolado ao processo por ser o signatário de um auto que confirma a entrega de tais bens.

Na lista dos bens em causa estão os edifícios CIF Luanda One e CIF Luanda Two, a centralidade Vida Pacífica, constituída por 24 edifícios, três creches, dois clubes náuticos e quatro estaleiros, no Zango O, e a Centralidade do Kilamba KK 5800, com um total de 271 edifícios e 837 vivendas em diferentes níveis de construção. Além destes imóveis, a família pretende recuperar o "império" industrial de Sam Pa em Angola, do qual fazem parte a fábrica de cimento (CIF Cement), a fábrica de montagem de veículos automóveis (CIF SGS Automóveis), a fábrica de cerveja (CIF Lowenda Cervejas) e a empresa de logística (CIF Logistics Company) que assegurava todas as operações do Grupo CIF Angola, a CIF logística, de acordo com documentos a que OPAÍS teve acesso.

Segundo apurou este jornal, são mais de dez empresas que fazem parte do grupo China International Found (CIF) Angola, cuja primeira empresa foi registada no país em 2008, em nome de Lourdes Maria Caposso Fernandes, como representante da sociedade Plansmart International Lda, uma Offshore Incorporations, e Paula Andréa Custódio e Silva Inglês.

Esta cidadã angolana entrou na sociedade como representante da empresa Utter Righth Internacional Limited, com sede nas Ilhas Virgens Britânicas, num

centro de offshore, conforme atesta a escritura pública registada, a 11 de

Abril de 2008 no Cartório Notarial do Guiché Único de Empresa e publicada em Diário da República' a 30 de Maio do mesmo ano. As duas empresas acima mencionadas, pertencentes ao magnata Sam Pa, eram, até 2015, altura em que este foi detido no seu país, as reais proprietárias de todo o património do grupo CIF em Angola, sendo a Plansmart detentora de 95% e a Utter Righth com 5%. "Em princípio a empresa CIF Hong Kong é que estava para vir fazer este investimento em Angola, por intermédio de uma sucursal que pretendiam criar. Porém, com o passar do tempo Sam Pa desistiu dessa ideia e optou por constituir essas duas empresas britânicas, pertencentes às suas duas mulheres, que são as donas da empresa CIF Angola", afirmou uma fonte ligada ao processo.

Salientou ainda que, nesta altura, a CIF começou a trabalhar com o Gabinete de Reconstrução Nacional que, na época, era dirigido pelo ex-ministro de Estado e chefe da Casa Militar, Hélder Vieira Dias Júnior "Kopelipa". A entrada do general Dino na jogada

No entanto, face à sua detenção por crime de traição ao Partido Comunista Chinês e corrupção, os seus representantes legais e sócios, reunidos em Hong Kong, deram início a um programa de transferência de parte das acções da CIF para uma outra empresa, com vista a salvaguardar os interesses de Sam Pa, caso o governo chinês entrasse na justiça para ficar com tal património.

"Eles aprovaram uma resolução através da qual mandaram passar 60% das acções de todo o património da CIF para a empresa IF - Investimentos Financeiros, S.A, cujo último beneficiário é o general Dino, e os outros 40% ficaram repartidos da seguinte forma: 38% com a Plansmart e 2% com Utter Righth", atesta a nossa fonte.

Apesar de não ser muito conhecida, a IF - Investimentos Financeiros SGPS, S.A se encontra a operar desde 2011, ano em que foi constituída como sociedade anónima no Cartório Notarial do Guiché Único de Empresas. Os seus criadores registaram como sede o apartamento nº5, do edifício 108, da rua 50 do bairro Nova Vida, de acordo com o Diário da República nº 110, de 11 de Junho de 2012, a que OPAÍS teve acesso.

A nossa fonte atesta que os donos de tal empresa, também arrolados ao processo movido pelos chineses, passaram uma procuração irrevogável ao

general Dino em troca de uma contrapartida financeira.

Uma outra fonte próxima ao general Dino afirma que ele só assumiu a gestão de todo o património da China Internacional Found (CIF) em Angola, por intermédio dessa empresa veículo, pelo facto de o referido empresário sino-britânico, que também tem nacionalidade angolana, ter sido dado como desaparecido, aquando da sua detenção.

Na época, o general já havia cessado as funções de chefe das Comunicações do Presidente da República, pois trabalhava somente como consultor da Casa de Segurança, e prosperava no mundo empresarial, o que demonstrava ser um bom gestor e a pessoa ideal para cuidar do império do "amigo chinês".

"Portanto, o general Dino foi apenas chamado pelo então Titular do Poder Executivo (José Eduardo dos Santos) para que, dada a sua experiência no mundo empresarial e como já não se encontrava no activo, por ser um mero consultor do então Chefe da Casa de Segurança [do Presidente da República], criasse uma equipa para fazer um inventário dos bens daquela empresa porque o seu dono estava desaparecido, que é o famoso Sam Pa", garantiu. Acrescentou de seguida que "a IF [Investimentos Financeiros] só entra na estrutura da empresa CIF como uma empresa veículo. Não estava definido quem seriam os accionistas".

A nossa fonte próxima ao general explicou que, em regra, as empresas veículos são constituídas por escritórios de advogados com nome de alguns cidadãos que posteriormente passam procurações irrevogáveis, até por morte, aos reais detentores das empresas. Esse processo não é gratuito, pois os detentores legais as vendem à empresa em papel, por um preço que pode variar entre 100 ou 200 dólares.

Disse que se trata de um mecanismo legal usual no mundo da alta finança. As pessoas que recorrem a este recurso, geralmente não têm tempo para irem à instituição, como o Guiché Único de Empresa, com o fito de constituir uma empresa, embora estejam a necessitar urgentemente para montar um negócio.

"É usual no mundo das altas finanças. Dos grandes projectos que implicam investimentos altíssimos e, por vezes, a empresa mãe não quer correr o risco de estar na linha da frente para não ser afectada, caso o mesmo fracasse", frisou.

Por essa razão, segundo esclarece, são criadas as empresas veículos que assumem a titularidade de um determinado projecto e na eventualidade de algum

fracasso, caberá a ela responder e a empresa investidora, por seu turno, acaba por ficar protegida.

## 11.9 Estado torna-se dono de 60%do património da CIF

*Jornal O PAIS*

*19 De Maio de 2023*

Os edifícios CIF One Two já estão restados em nome do Estado Angolano, sendo que está apenas em falta o averbamento da PH nas Certidões Prediais", frisou, salientando que o mesmo aconteceu com as fábricas.

De acordo com uma fonte deste departamento ministerial, este exercício, feito em 2021, permitiu também a desanexação das fracções dos edifícios. "Se o antigo sócio [detentor de 40%] vencer a causa, o Estado terá os seus interesses salvaguardados", garantiu a fonte.

Para defender os seus interesses, os chineses contrataram o advogado Benja Satula e a sua equipa, ao passou que os generais Dino e Kopelipa estão a ser defendidos por uma outra do escritório de Sérgio Raimundo. Em respeito ao princípio do contraditório, ambos foram contactados pelo jornal O PAIS e manifestaram-se indisponíveis a falar sobre o assunto.

De salientar que a PGR moveu um processo-crime contra os dois generais por considerar existirem fortes indícios de terem beneficiado dos negócios que o Estado teve com a empresa China International Fund (CIF), no âmbito do extinto Gabinete de Reconstrução Nacional (GRN).

Os oficiais generais gozam de imunidades e não podem ser presos preventivamente antes do despacho de pronúncia, excepto em flagrante delito, por crime doloso punível com pena de prisão superior a dois anos.

## 11.10 General Kopelipa: o “salvador” dos chineses

*Jornal O PAIS*

*5 De Maio de 2023*

Por ser uma das pessoas com quem Sam Pa mais interagiu, na época em que dirigia o Gabinete de Reconstrução Nacional (GRN), o general Kopelipa foi indicado pelo então director da CIF em Angola, identificado apenas por Braile, para representar essa empresa junto das autoridades angolanas, quando se achasse necessário.

"Por essa razão, acabou envolvido neste processo e no que está a ser movido pela PGR, mas o general não tem nada a ver com esse caso", afirmou.

Segundo apurou O PAÍS, no momento em que foram notificados a procederem à entrega dos bens, o general Dino terá procurado deixar claro que a IF - Investimentos Financeiros detinha apenas 60% de todo o património da CIF em Angola. E tendo em conta que o general Kopelipa era o representante legal da CIF em Angola, recebeu os títulos da IF das mãos do general Dino e, por força da lei, entregou à PGR.

"Os chineses da CIF querem pelo menos recuperar os 40% de todo património pertencentes às duas empresas, sedeadas no exterior. Tendo em conta que os generais entregaram todo o património", disse, uma outra fonte ligada a CIF.

Afirmou ainda que os chineses estão a mover o processo também contra o Estado, pelo facto de a PGR ter ficado com 100% de todo o património, quando, por força da Lei sobre o Repatriamento Coercivo e Perda Alargada de Bens, da Lei Reguladora das Revistas, Buscas e Apreensões, entre outros diplomas legais, devia ter ficado apenas com os 60% que se encontravam sob alçada da empresa do general Dino.

"Os 40% são dessas empresas e devem ser respeitados. O general Kopelipa não entregou essas acções. Entregou apenas os 60% em nome do general Dino. Isso está tudo documentado", frisou.

## 11.11 Jornalistas estrangeiros cumprem estágio na China

*Jornal de Angola*

*23 De Maio de 2023*

*Texto: Paulo Caculo*

Os jornalistas estrangeiros participantes no programa de formação promovido pelo Centro de Imprensa Internacional da China, em Pequim, cumprem, de hoje a 9 de Junho, um ciclo de estágio profissional nos jornais China Daily, People's Daily online e nas agências de notícias Xinhua.net e Global Times online, afectos ao Grupo Media da China (CMG).

Durante as próximas duas semanas, os 68 jornalistas oriundos da Ásia-Pacífico, América Latina e Caribe, Eurásia, Europa Central e Oriental, Arábia e África, incluindo Angola, colhem experiências do exercício da profissão ao lado de profissionais chineses.



O objectivo principal, de acordo com o Centro de Imprensa Internacional da China, é ajudar os jornalistas estrangeiros a obter uma "experiência mais próxima da ética e dos estilos do nível de trabalho realizado pela imprensa chinesa", bem como "permitir que uns aprendam com os outros sobre os desafios da actividade jornalística e a experiência operacional".

Durante o estágio, de acordo com o programa, os profissionais da comunicação social expatriados vão ter a oportunidade de acompanhar as pautas e agendas de cobertura de eventos, reuniões de trabalho e integrar as equipas de reportagem.

A fase do estágio marca a etapa derradeira do programa de formação submetido aos jornalistas estrangeiros na China, depois de um período de três meses, dominado por sessões de aulas teóricas, ministradas por professores das universidades de jornalismo de Pequim.

Os profissionais da comunicação social estrangeira cumpriram, ainda, um vasto programa de cobertura sobre assuntos da esfera política, cultura, figuras, monumentos e sítios, turismo e modernização das cidades.

Dos distintos eventos em que foram convidados a reportar para os respectivos países, realce para a sessão de abertura do ano legislativo chinês, que serviu de confirmação da reeleição do Presidente Xi Jinping e a consequente aprovação do novo Governo pelos deputados à Assembleia Popular Nacional (APN).

A China tem aproveitado a presença de jornalistas estrangeiros no país para dar a conhecer as potencialidades e confirmar o enorme desenvolvimento, com predominância para as tecnologias e inovação.

Lançado em 2014, com objectivo de promover o intercâmbio entre os profissionais da comunicação social chinesa e estrangeira, bem como criar condições para o melhor conhecimento da China, o programa inscreveu já a parti-

cipação de mais de 450 jornalistas, oriundos de África, Ásia-Pacífico, América Latina e Caribe, Eurásia, Arábia, Europa Central e Oriental.

Com duração de quatro meses, o programa proporciona aos profissionais da imprensa estrangeira oportunidades de assistir a palestras sobre política, diplomacia, economia e cultura chinesa.

## 11.12 Missão empresarial angolana na China para reforçar laços

*Jornal de Angola*

*23 De Maio de 2023*

*Texto: Xavier António*

Uma delegação angolana com mais de 100 empresários desloca-se a Pequim, no final do mês em curso, para participar na terceira edição da Exposição, Comércio e Investimento China-Angola, informou, ontem, em Luanda, o embaixador em Luanda, Gong Tao.

A delegação, liderada pelo ministro da Indústria e Comércio, Victor Fernandes, integra, igualmente, outros membros do Executivo e governadores provinciais, avançou o diplomata chinês, em declarações proferidas à margem da II Feira Internacional das Embaixadas e Cooperação.

"Espero que esta delegação possa apresentar o que tem de melhor à parte chinesa e, deste modo, aumentar as exportações angolanas para a China e atrair mais investidores", disse, acrescentando que, no decurso deste ano, os dois países vão realizar outros eventos, para o estabelecimento de uma cooperação bilateral mais próxima.

### Trocas comerciais

Em relação às trocas comerciais, Gong Tao reiterou que Angola e China atingiram 27 mil milhões de dólares, no ano passado. "Angola é o segundo maior parceiro comercial da China em África e a China é o segundo maior parceiro em todo o mundo".

Assinalou que as empresas chinesas implantadas em Angola actuam principalmente nos sectores das Pescas, Agricultura, Comércio e Indústria transformadora, com a cooperação a estender-se também à formação de quadros através da atribuição de bolsas de estudo nas áreas das ciências e tecnologia.

Convidado a dissertar sobre "A cooperação e os investimentos em Angola", o embaixador chinês salientou que, nos últimos 40 anos, a cooperação económica e comercial entre Angola e China foi promovida de uma forma pragmática, na qual os dois Estados formaram um padrão de interesses baseados no "slogan" "eu estou com você e você está comigo".

A construção de infra-estruturas, recordou, tornou-se num cenário brilhante na cooperação entre os países. Em 2002, houve o fim da guerra civil em Angola a China assumiu a liderança e estendeu as mãos para fornecer apoio à reconstrução do país.

Gong Tao mencionou que as empresas chinesas terão recuperado ou construído mais de dois mil quilómetros de caminhos-de-ferro, 20 mil quilómetros de estrada, projectos habitacionais, escolas, 50 hospitais, entre outras infra-estruturas de impacto social e económico.

Na apresentação, o embaixador citou, igualmente, a construção da barragem de Caculo Cabaça, que está a ser erguida na província de Malanje, por uma empresa chinesa. "Existem ainda muitos projectos de referência que são benéficos para os dois povos", referiu.

Feira encerra hoje em Luanda

Ontem, no segundo dia da II Feira Internacional das Embaixadas e Cooperação estiveram, também, em análise, temas como "O papel da TAAG no fomento das relações entre os países", "O papel do Fundo de Garantia de Crédito para a diversificação da economia", bem como a "Regulação e a supervisão dos seguros em Angola: oportunidades e desafios".

O certame, com mais de 36 expositores, reserva para hoje temas ligados ao "Contributo das Missões Diplomáticas na promoção da imagem do país no exterior, "Oportunidades de negócios em Angola programas de investimentos e financiamentos em Angola", bem como A ZEE como porta de entrada do investimento directo estrangeiro em Angola e motor da diversificação da economia nacional".

O presidente da Associação do Núcleo Positivo (ANUP), Geraldo Muquico, que organiza o evento, reiterou que a meta é contribuir para alavancar a diplomacia económica que o país está a desenvolver e, junto das Missões Diplomáticas, procurar atrair investidores.

A exposição decorre sob o lema "O contributo das missões diplomáticas na promoção da imagem de Angola no exterior" e conta com a participação das embaixadas acreditadas em Angola.

## 11.13 Angola projecta participação na 3ª edição da Expo China-África

*Jornal de Angola*

*27 De Maio de 2023*

O Ministério da Indústria e Comércio, vai representar o Governo de Angola na 3ª edição da Expo Económica e Comercial China-África (CAETE), que vai decorrer na cidade de Changsha a decorrer de 29 de Junho a 2 de Julho do ano em curso.

O convite para a participação das autoridades angolanas neste certame foi formulado durante o encontro que o representante do governo popular da Cidade de Changsha, Tan Ding, manteve quarta-feira, no Palácio de Vidro, com o ministro da Indústria e Comércio, Victor Fernandes, que vai chefiar a delegação nacional.

Na sua intervenção, Victor Fernandes, garantiu que Angola está a trabalhar afinadamente para que a sua participação seja exitosa, tendo destacado também o envolvimento da Câmara de Comércio Angola-China na mobilização e preparação dos empresários nacionais.

"Nós confiamos muito na relação entre Angola e a China, achamos que é um parceiro muito importante, razão pela qual queremos que a nossa relação não seja apenas histórica, mas também uma relação económica" enfatizou o ministro.

Por sua vez, Tan Ding disse que África é um continente que tem merecido uma atenção especial do Governo chinês nos mais diversos sectores, e um dos objectivos da sua visita a Angola passa também por aprofundar o conhecimento sobre a realidade do país, no sentido de reforçar a cooperação económica e comercial entre ambos os países. A 3ª edição da CAETE vai decorrer sob o lema "Desenvolvimento Comum para um Futuro Compartilhado", no espírito da 8ª Conferência Ministerial do Fórum de Cooperação China-África (FOCAC) para implementar os "Nove Programas" para a Cooperação entre o gigante asiático e os países do continente africano.

## 11.14 Angola projecta participação na 3ª edição da Expo China-África

*Jornal de Angola*

27 De Maio de 2023

O Ministério da Indústria e Comércio, vai representar o Governo de Angola na 3ª edição da Expo Económica e Comercial China-África (CAETE), que vai decorrer na cidade de Changsha a decorrer de 29 de Junho 2 de Julho do ano em curso.

O convite para a participação das autoridades angolanas neste certame foi formulado durante o encontro que o representante do governo popular da Cidade de Changsha, Tan Ding, manteve quarta-feira, no Palácio de Vidro, com o ministro da Indústria e Comércio, Victor Fernandes, que vai chefiar a delegação nacional.

Na sua intervenção, Victor Fernandes, garantiu que Angola está a trabalhar afincadamente para que a sua participação seja exitosa, tendo destacado também o envolvimento da Câmara de Co-mércio Angola-China na mobilização e preparação dos empresários nacionais.

"Nós confiamos muito na relação entre Angola e a China, achamos que é um parceiro muito importante, razão pela qual queremos que a nossa relação não seja apenas histórica, mas também uma relação económica" enfatizou o ministro.

Por sua vez, Tan Ding disse que África é um continente que tem merecido uma atenção especial do Governo chinês nos mais diversos sectores, e um dos objectivos da sua visita a Angola passa também por aprofundar o conhecimento sobre a realidade do país, no sentido de reforçar a cooperação económica e comercial entre ambos os países. A 3ª edição da CAETE vai decorrer sob o lema "Desenvolvimento Comum para um Futuro Compartilhado", no espírito da 8ª Conferência Ministerial do Fórum de Cooperação China-África (FOCAC) para implementar os "Nove Programas" para a Cooperação entre o gigante asiático e os países do continente africano.

## 11.15 Angola reforça na China orgulho pelo contributo na pacificação de África

*Jornal de Angola*

27 De Maio de 2023

Texto: Paulo Caculo

O papel exercido por Angola e pelo Presidente João Lourenço, na busca incessante por soluções de paz nos vários conflitos em África, serve de orgulho ao contributo do país para os desafios de pacificação e desenvolvimento do continente, salientou, em Pequim, o embaixador João Salvador Neto.

O chefe da missão diplomática angolana, que falava em declarações ao Jornal de Angola, à margem da cerimónia de celebração do 25 de Maio, Dia de África, co-organizado pelo Corpo Diplomático Africano na República Popular da China e o Ministério dos Negócios Estrangeiros chinês, fez questão de ressaltar a atenção muito particular dedicada por Angola à cooperação com os países do continente.

Destacou o facto de as relações diplomáticas estabelecidas com os países acreditados na China serem "excelentes", sublinhando a necessidade imperiosa de os africanos conservarem a boa relação internamente.

"Costuma dizer-se, que temos de estar bem em nossa casa primeiro. E a prova disso é que o nosso Presidente tem sido agraciado em várias ocasiões com determinados títulos e medalhas, pelo engajamento em questões fundamentais do continente africano", disse.

O estatuto conquistado pelo Chefe de Estado angolano, de "Campeão para a Reconciliação e Paz em África", acrescentou o embaixador, deve-se, igualmente, ao seu empenho pessoal à favor de causas africanas, concretamente o engajamento para a pacificação da Região dos Grandes Lagos e outras zonas.

O embaixador João Salvador Neto considera que o país tem uma participação "muito activa" em assuntos prementes em África, tendo citado, como exemplos, a intervenção em temas sobre a paz, combate à pobreza, desenvolvimento e transição energética.

"Somos um interveniente muito positivo na busca de soluções para os vários conflitos que, infelizmente, ainda assolam o nosso continente", sustentou, para em seguida confessar que os angolanos devem estar muito orgulhosos "deste papel que o nosso Presidente tem estado a desempenhar em África".

Exibição da cultura angolana

A música e dança angolana estiveram igualmente em evidência nas celebrações dos 60 anos da União Africana, na China.

Coube ao grupo de dança "Baila B", integrado por jovens estudantes bolseiros em Pequim, prender as atenções dos presentes, interpretando o estilo de dança "Mboio", curiosamente ao som da música intitulada Mboio, da autoria da cantora Pérola.

O momento cultural protagonizado pelo agrupamento angolano foi muito apreciado pelos participantes africanos e chineses, tendo a actuação merecido vivos aplausos.

"Tivemos a nossa participação em todo o processo preparatório, para que pudéssemos celebrar este dia marcante e que nos toca bastante. Foi muito importante, também, a nossa participação na parte cultural", regozijou-se, ainda, o embaixador João Salvador Neto.

Papel da China em África

Convidado a prestigiar a cerimónia de celebração do Dia de África na China, o ministro chinês dos Negócios Estrangeiros, Qin Gang, não conseguiu esconder a enorme satisfação pelo grande acolhimento que merece o país asiático no seio africano.

O chefe da diplomacia chinesa disse não ter dúvidas de que "quanto mais estreita for a relação China-África, mais segura será a paz Mundial, mais bem sucedida será a cooperação e mais promissor o mundo".

Assegurou, no entanto, que a China está disposta a trabalhar com o "continente berço" para salvaguardar firmemente os direitos e interesses legítimos uns dos outros, tendo garantido que o seu país se opõe à interferência de forças externas nos assuntos internos dos países africanos.

"Apoiaremos África na abordagem independente dos desafios de desenvolvimento e governação em matéria de segurança e promover activamente a implementação do conceito de desenvolvimento pacífico no Corno de África", esclareceu.

A cerimónia contou, igualmente, com a presença dos ministros das Relações Exteriores da República Democrática do Congo (RDC) e da República da Etiópia, bem como dos diplomatas e membros das missões africanas acreditadas na China.

## 11.16 Empresários chineses exploram oportunidades de negócios no Bengo

*Jornal de Angola*

*27 De Maio de 2023*

*Texto: Edvaldo Lemos*

Empresários da província chinesa de Hunan manifestaram, quinta-feira, em Caxito, interesse de retomar as conversações iniciadas em 2018, com o governo do Bengo, com vista ao reforço da cooperação nos domínios estratégicos e económicos.

A delegação chinesa, chefiada pelo vice-presidente do município de Changde, Mr Tan, regressou a Caxito para informar o governo do Bengo da pretensão das autoridades e empresários daquela província de rubricar os acordos ainda este ano, entre os dias 20 e 26 de Julho, durante o Fórum Económico China-Angola na cidade de Shandong.

Ficou também a pretensão da parte chinesa de rubricar, na mesma data, a assinatura de acordos de geminação entre a província do Bengo e a chinesa de Hunan.

O Fórum Económico China-Angola para o qual a província do Bengo foi convidada a participar pelas autoridades de Hunan é um espaço de intercâmbio económico, comercial, e cultural que vai criar, entre outros ganhos, oportunidades de negócios entre empresas e instituições de ambos os países.

Pretende ainda, facilitar as relações comerciais, incentivar o investimento chinês nos vários domínios para dar resposta ao pretendido desenvolvimento da província do Bengo.

O vice-governador do Bengo para o sector Económico e Social, José Francisco Bartolomeu Pedro, que encabeçou a delegação local, convidou a província de Hunan a participar na Feira da Banana de produção nacional, a ter lugar entre os dias 23 e 25 de Junho.

José Bartolomeu propôs à parte chinesa um desenvolvimento alargado, dentro da cooperação que se pretende estabelecer, considerando os recursos naturais e minerais da província, sobretudo na agro-indústria.

A cidade de Changde é um importante berço da cultura chinesa, está localizada a Noroeste da província de Hunan, conta com nove cidades, seis distritos administrativos e tem uma extensão territorial de 18.200 quilómetros quadrados que alberga cerca de seis milhões de habitantes.